



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TESE

**DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS NEGRAS NA VILA DE
SANTO ANTÔNIO DE SÁ (C. 1700 – C. 1808)**

Dermeval Marins de Freitas

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS NEGRAS NA VILA DE SANTO
ANTÔNIO DE SÁ (C. 1700 – C. 1808)

DERMEVAL MARINS DE FREITAS

Sob a *Orientação do Professor* Álvaro Pereira do Nascimento

Tese apresentação ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor em História**.

Seropédica, dezembro de 2023.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F862d Freitas, Dermeval, 1986-
Demografia e famílias negras na Vila de Santo Antônio de
Sá (C. 1700 – C. 1808) / Dermeval Freitas. - Itaboraí, 2023.
399 f.: il.

Orientador: Álvaro Nascimento. Tese(Doutorado).
- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa
de Pós-graduação em História, 2023.

1. Famílias Negras. 2. Demografia. 3. Rio de Janeiro. 4.
Economia. I. Nascimento, Álvaro, 08/08/1964-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de
Pós-graduação em História
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



TERMO Nº 1465 / 2023 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.084754/2023-31

Seropédica-RJ, 22 de dezembro de 2023.

Nome do(a) discente: DERMEVAL MARINS DE FREITAS

TESE submetida como requisito parcial para obtenção do grau de DOUTOR EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de DOUTORADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

TESE APROVADA EM : 14 de dezembro de 2023

Banca Examinadora:

Dra. MANOELA DA SILVA PEDROZA, UFF Examinadora Externa à Instituição
Dr. ROBERT WAYNE ANDREW SLENES, UNICAMP Examinador Externo à Instituição
Dr. CARLOS GABRIEL GUIMARÃES, UFF Examinador Externo à Instituição
Dr. JONIS FREIRE, UFF Examinador Externo à Instituição
Dr. ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 09:00)

ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1542358

(Assinado digitalmente em 10/01/2024 18:26)

ROBERT WAYNE ANDREW SLENES
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: RNE W704156-E

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 12:12)

CARLOS GABRIEL GUIMARÃES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 494.341.367-68

(Assinado digitalmente em 22/12/2023 11:15)

JONIS FREIRE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 003.845.486-60

(Assinado digitalmente em 04/01/2024 13:21)

MANOELA DA SILVA PEDROZA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 074.268.267-67

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1465**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **22/12/2023** e o
código de verificação: **f4b83b5783**

Agradecimentos

Apesar da produção de uma pesquisa histórica ser um ato solitário, pude contar, no decorrer desta tese com o auxílio de inúmeras pessoas, que de uma forma ou de outra, me ajudaram nesta jornada, provavelmente não lembrarei de todas e de antemão peço desculpas por não citar todas nesta breve declaração de agradecimentos. Sem sombra de dúvida, vocês foram imprescindíveis para o termino desta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, o professor Álvaro Pereira do Nascimento, pela paciência que teve durante todos estes anos e por sua competente orientação. Apesar de todas as minhas dificuldades, manteve o comprometimento durante a processo de elaboração deste trabalho, me auxiliando o quanto pode, sempre atento e prestimoso nas minhas análises e devaneios, trouxe contribuições valorosas a minha pesquisa.

Agradeço ao professor Jonis Freire, que desde o mestrado vem me acompanhando e trazendo enormes contribuições a esta pesquisa. Agradeço também a Robert Slenes, Carlos Gabriel e Manoela Pedroza por terem aceitado o convite para participar da defesa desta tese.

Agradeço a CAPES e a FAPERJ por financiar o programa de pós-graduação da UFRRJ. Assim como agradeço a todos os professores do departamento de História Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Foram grandes as contribuições dos professores Vinícius Maia Cardoso e Gilciano Menezes sobre a região da Vila de Santo Antônio de Sá, assim como aos empréstimos de fontes históricas.

Agradeço aos meus amigos Jeronimo Aguiar e Phelipe Moreira pelas intensas discussões entorno de temas que perpassam toda esta pesquisa, desde o Recôncavo da

Guanabara, como escravidão, leituras do Brasil Colonial entre tantos outros assuntos. Em diversas partes desta pesquisa encontraram um pouco dessas conversas e de vocês mesmo.

Aos companheiros de viagem para Seropédica, Zilmar Luiz dos Reis Agostinho e Thiago Rodrigues da Silva que tornavam a travessia menos penosa e mais agradável. Apesar das nossas pesquisas tão pouco dialogarem entre si, mesmo assim, contribuíram para o debate teórico entorno da escrita da História.

Minha gratidão aos meus amigos da *Sweet Home* que me apoiaram durante toda a escrita da tese, por todos os carinhos que me dedicaram, inclusive nos momentos mais críticos durante a pandemia da covid-19.

Agradeço também aos camaradas Raphael Mota, Marília Trajtenberg, Amanda Ribeiro, Alexandre de Oliveira Barbosa, Bruna Uchôa, Fabiana Baraldo, Maykeline, Winnie Freitas, Luciano Barbosa e Wesley Carvalho que tanto me apoiaram diante de todas as dificuldades da vida pessoal e coletiva pela qual passei. No início da pandemia me socorreram nos primeiros sinais de uma possível covid-19.

Sem a minha família não teria chegado até aqui. Agradeço aos meus pais, Silvia Pinheiro Marins, uma mulher forte que dedicou sua vida para o desenvolvimento dos seus filhos e ao meu falecido pai, Demócrito Garcia de Freitas. E, por fim, ao meu irmão, Carlos Marins de Freitas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho ao meu pai Demócrito Garcia de Freitas (*in memoriam*).
Dedico também as vítimas da covid-19 e da política genocida do ex-presidente Jair
Bolsonaro.

RESUMO

FREITAS, Dermeval Marins de. *Demografia e famílias negras na Vila de Santo Antônio de Sá (c. 1700 – c. 1808)*. 2023. 388 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

O tema proposto nesta pesquisa é o estudo da demografia e família negras na Vila de Santo Antônio de Sá, localizado no Recôncavo da Guanabara, ao longo do século XVIII. Pretende-se estudar a constituição de famílias negras e de seus laços de compadrio numa perspectiva de longa duração, observando as variações das tendências ao longo deste período. Esta pesquisa, visa, além disso, estabelecer a relação entre esta sociabilidade e o desenvolvimento da economia do Rio de Janeiro naquele período, percebendo que o crescimento econômico da região alterou o perfil das escravarias e de seus proprietários.

Palavras-chave: Demografia, Famílias negras, Economia, Rio de Janeiro.

Abstract

FREITAS, Dermeval Marins de. Demography and black families in Vila de Santo Antônio de Sá (c. 1700 – c. 1808). 2023. 388 p. Thesis (Doctorate in History). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

The theme proposed in this research is the study of black demography and family in Vila de Santo Antônio de Sá, located in Recôncavo da Guanabara, throughout the 18th century. The aim is to study the formation of slave families and their bonds of comradeship from a long-term perspective, observing variations in trends throughout this period. This research also aims to establish the relationship between this sociability and the development of Rio de Janeiro's economy in that period, realizing that the region's economic growth changed the profile of slaves and their owners.

Keywords: Demography, Black families, Economy, Rio de Janeiro.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU Arquivo Histórico Ultramarino

APERJ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

STDB Slave Trade Data Base

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

BN Biblioteca Nacional

ACMRJ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Regiões da África Ocidental de embarque de escravos para o Rio de Janeiro, 1676-1800.....	60
Tabela 2 – Desembarque de africanos escravizados no Rio de Janeiro (1701-1810)	73
Tabela 3 – População das freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá, 1687	88
Tabela 4 – População livre e escrava das freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá, 1687	89
Tabela 5 - População total (livre e escrava) na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)	90
Tabela 6 – Evolução dos fogos das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá (1687-1774).....	93
Tabela 7 - População Livre e Escrava na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)	94
Tabela 8 - Razão de Sexo na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)	97
Tabela 9 - Número de domicílios na Vila de Santo Antônio de Sá (1774-1778).....	99
Tabela 10 – Número de escravos e percentual de escravos nos engenhos nas freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, década de 1770.....	100
Tabela 11 - População da Vila de Santo Antônio de Sá em 1789	103
Tabela 12 - População livre e escrava na Vila de Santo Antônio de Sá , 1789.....	104
Tabela 13 - Razão de sexo da população livre e escrava da Vila de Santo Antônio de Sá, 1789	105
Tabela 14 – Evolução dos fogos da Vila de Santo Antônio de Sá, 1778 - 1789.....	106
Tabela 15 - População da Vila de Santo Antônio de Sá, 1795.....	108
Tabela 16 - Condição social da população do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1797	110
Tabela 17 - População escrava do Distrito de Santo Antônio de Sá por sexo e faixa etária, 1797	111
Tabela 18 - Posse de escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797.....	113
Tabela 19 - Atividades produtivas, proporção de proprietários, número de escravos e média de escravos possuídos, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797	113
Tabela 20 – Proporção de homens e mulheres escravas por tamanho de posse de cativos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797).....	115
Tabela 21 – Razão de sexo dos escravos em diferentes atividades produtivas e faixa de tamanho de posses, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797	116
Tabela 22 – Proporção de homens e mulheres escravos e razão de sexo nas pequenas escravarias, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797.....	119
Tabela 23 –Proporção de crianças e adultos escravos por faixa de tamanho de posses de escravos (1797).....	121
Tabela 24 – Proporção de crianças e adultos escravos por sexo e por faixa de tamanho de posses de escravos (1797).....	125

Tabela 25 – Proporção de escravos por atividade produtiva e faixa de tamanho de posses de escravos, distrito de Santo Antônio de Sá, 1797.....	127
Tabela 26 - População da Vila de Santo Antônio de Sá, 1804.....	129
Tabela 27 - População livre e escrava da Vila de Santo Antônio de Sá, 1804.....	130
Tabela 28 - População total das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá (1774-1804)	134
Tabela 29 – Produção de açúcar e aguardente nas freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, 1778	150
Tabela 30 – Crescimento da produção de açúcar na Vila de Santo Antônio de Sá (1778-1797).....	151
Tabela 31 - Receita da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1800 e 1801	152
Tabela 32 – Gêneros agrícolas produzidos nas diversas unidades produtivas do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797	153
Tabela 33 - Produção de gêneros alimentícios da Vila de Santo Antônio de Sá (1778)	155
Tabela 34 – Porcentagem da produção de gêneros alimentícios de cada uma das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá (1778)	157
Tabela 35 – Evolução da produção de alimentos do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1778-1797.....	158
Tabela 36 – Proporção dos gêneros alimentícios entre os anos de 1778 e 1797 (Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá)	159
Tabela 37 – Produção agrícola nas diversas atividades produtivas dos fogos do Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797.....	160
Tabela 38 – Percentual da produção agrícola nas diversas atividades produtivas dos fogos do Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797	161
Tabela 39 – Produção de gêneros alimentícios, entre os lavradores, por faixa de tamanho de posses de escravos (distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797).....	161
Tabela 40 –Atribuição Colonial dos pais das crianças escravizadas batizadas na Freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).....	191
Tabela 41 – Atribuição Colonial das noivas e dos noivos escravizados da Freguesia de São João Batista de Itaborahy (1684-1729).....	192
Tabela 42 – Atribuição Colonial das noivas e dos noivos escravizados da Freguesia de São João Batista de Itaborahy (1740-1771).....	193
Tabela 43 – Origem dos escravos nos testamentos da Freguesia de São João Batista de Itaborahy (1735-1756).....	194
Tabela 44 – Origem dos escravos nos testamentos da Freguesia de Santo Antônio de Sá (1714-1759).....	195
Tabela 45 – Africanos e crioulos distribuídos nas Faixas de tamanho de posses de escravos (1735-1756)	196

Tabela 45 – Número de casais e mães solteiras por faixa de tamanho de posses a partir dos registros paroquiais de batismo de escravos (1735-1742)	209
Tabela 46 - Número de casais e mães solteiras por faixa de tamanho de posses a partir dos registros paroquiais de batismo de escravos (1743-1749)	209
Tabela 47 - Número de casais e mães solteiras por faixa de tamanho de posses a partir dos registros paroquiais de batismo de escravos (1757-1762)	210
Tabela 48 – Proporção de registros de mães e seus respectivos filhos por faixa de tamanho de posses de escravos entre os anos de 1735-1742, 1743-1749 e 1757-1762	211
Tabela 49 – Condição social dos padrinhos e madrinhas dos batismos de escravos na freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1727-1763	220
Tabela 50 – Condição social dos padrinhos e madrinhas dos batismos de adultos escravos na freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1727-1763	225
Tabela 50 – Condição social dos padrinhos e madrinhas dos batismos de escravos na freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1735-42, 1743-49 e 1757-1762	229
Tabela 51 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797	238
Tabela 52 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1791-1800)	239
Tabela 53 – Comparação entre a distribuição de proprietários por número de escravos levados ao batismo (1791-1800) e a distribuição da posse de escravos do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797).....	240
Tabela 54– Tamanho da posse de escravo por atividade produtiva do chefe de domicílio, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797	241
Tabela 55 – Número de Filhos por faixa de Tamanho de Posses de escravos (a partir do número de mães), freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1800)	242
Tabela 56 – Proporção de mães e filhos por faixa de Tamanho de Posses de escravos (a partir do número de mães), freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1800).....	243
Tabela 57 - Média de batismos e casamentos de escravos por década e percentual de legitimidade na freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809.....	248
Tabela 58 – Condição jurídica dos padrinhos das crianças batizadas entre as décadas de 1760 a 1800, freguesia de Santo Antônio de Sá.....	250
Tabela 59 – Condição jurídica das madrinhas das crianças batizadas entre as décadas de 1760 a 1800, freguesia de Santo Antônio de Sá.....	251
Tabela 59 – Laços de compadrio de acordo com o status conjugal das mães escravas, nas freguesias de Jacarepaguá (1752-1759), Irajá (1750-1759) e Campo Grande (1750-1759)	266
Tabela 60 – Escolha das mães escravas – conforme naturalidade, estado civil e status social – de seus compadres – conforme status social e jurídico, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809	268
Tabela 61 – Etnias das mães africanas presentes nos registros de batismos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)	280

Tabela 62 – Etnias dos noivos africanos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1754-1809)	281
Tabela 63 – Etnias das noivas africanas, freguesia de Santo Antônio de Sá (1754-1809)	281
Tabela 64 – Distribuição da posse de escravos a partir dos registros de batismos de crianças escravas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	288
Tabela 65 – Origem dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	303
Tabela 66 – Identidades dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	306
Tabela 67 – Alianças matrimoniais entre os escravizados da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	308
Tabela 68 – Crianças cativas batizadas conforme estado civil e origem das mães cativas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	311
Tabela 69 – Origem dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	312
Tabela 70 - Identidades dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito de 1768 a 1778 e 1779 a 1791	314
Tabela 71 – Legitimidade das crianças cativas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	320
Tabela 72 – Legitimidade das crianças cativas por tamanho de posse de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	320
Tabela 73 – Legitimidade das crianças cativas por origem das mães da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	321
Tabela 74 – Compadrio escravo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	323
Tabela 75 – Padrinhos dos batizados por faixa de tamanho de posse de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	325
Tabela 76 – Madrinhas dos batizados por faixa de tamanho de posse de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	326
Tabela 77 – Padrinhos das crianças cativas naturais e legítimas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	327
Tabela 78 – Madrinhas das crianças cativas naturais e legítimas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)	328
Tabela 79 – Escolha das mães escravas – conforme naturalidade, estado civil e status social – de seus padrinhos – conforme status social e jurídico, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791	329
Tabela 80 – Escolha das mães escravas – conforme naturalidade, estado civil e status social – de suas madrinhas – conforme status social e jurídico, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791	329

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Desembarque de escravizados, 1501-1870	68
Gráfico 2 - Desembarque de africanos escravizados no Brasil, 1561-1810.....	70
Gráfico 3 - Saída de Cativos dos Portos de Luanda e Benguela entre 1750 e 1804.....	71
Gráfico 4 - Proporção de homens escravos segundo o sexo dos proprietários e de acordo com o tamanho de posses	120
Gráfico 5 - Produção de Açúcar nos fogos do distrito de Santo Antônio de Sá, 1797.	154
Gráfico 6 - Batismos de escravizados na freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).....	187
Gráfico 7 - Legitimidade das crianças cativas na freguesia de São João de Itaborahy, 1735-1762.....	189
Gráfico 8 - Número de proprietários escravos por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães).....	203
Gráfico 9 - Proporção proprietários por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1735-42	205
Gráfico 10 - Proporção proprietários por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1743-49	205
Gráfico 11 - Proporção proprietários por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1757-62	206
Gráfico 12 - Quantidade de escravos em cada faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1735-42	207
Gráfico 13 - Quantidade de escravos em cada faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1743-49	207
Gráfico 14 - Quantidade de escravos em cada faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1757-62	208
Gráfico 15 – Evolução dos percentuais de proprietários de escravos por faixa de posse de escravos (a partir do número de mães) no decorrer das décadas de 1760 à 1800	244
Gráfico 16 – Evolução dos percentuais de escravos por faixa de tamanho de posses de escravos (a partir do número de mães), freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809.	245
Gráfico 17 – Variação das Taxas de Legitimidade por tamanho de posse de escravos, décadas de 1760 a 1800, freguesia de Santo Antônio de Sá.....	247
Gráfico 18 – Proporção de padrinhos escravos em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)	252
Gráfico 19 – Proporção de padrinhos livres em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)	253
Gráfico 20 – Proporção de madrinhas escravas em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)	254

Gráfico 21 – Proporção de madrinhas livres em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)	255
Gráfico 20 – Legitimidade e padrinhos escravos por década, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809	267

Lista de Mapas

Mapa 1- Freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, 1777	49
Mapa 2- África Central no século XVIII.....	55
Mapa 3 - Localização das fazendas próximas ao caminho das Minas Novas de Macacu (1767)	57
Mapa 4 - Região da Costa da Mina	61
Mapa 5- Embarque e desembarque de africanos escravizados durante o comércio de escravos	69
Mapa 6 – Hidrografia das bacias dos rio Guapi-Macacu e Guapi-Caceribu	174

Sumário

Capítulo 1 – O Rio de Janeiro, a Vila de Santo Antônio de Sá e o Atlântico	45
Capítulo 2 – Evolução demográfica da Vila de Santo Antônio de Sá e de suas freguesias de finais do século XVII ao início do XIX.....	82
2.1. A visita pastoral de 1687	87
2.2. A visita pastoral de 1774	89
2.3. A Relação de Marques de Lavradio de 1778.....	97
2.4. O censo durante o governo do vice-rei Luiz de Vasconcellos (1779-1789).....	101
2.5. Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro de 1795.....	106
2.6. Mapa populacional do distrito de Santo Antônio de Sá de 1797	109
2.7. População da Vila de Santo Antônio de Sá em 1804	128
2.8. Evolução da População da Vila de Santo Antônio de Sá: uma visão de conjunto (1774-1804)	130
Capítulo 3 - Economia da Vila de Santo Antônio de Sá	135
3.1. Retomando os modelos explicativos da Economia Colonial.....	135
3.2. Características econômicas da Vila de Santo Antônio de Sá na segunda metade do século XVIII	148
3.3. As vias de comunicação.....	172
Capítulo 4 - A Freguesia de São João Batista de Itaborahy (c.1680 – c. 1795)	179
3.1 Legitimidade e compadrio na freguesia de São João Batista de Itaborahy	189
3.2. Origem dos escravizados da freguesia de São João Batista de Itaborahy	190
3.3. Estrutura da Posse de Cativos na freguesia de São João Batista de Itaborahy	202
Capítulo 5 –A família negra em movimento: Santo Antônio de Sá (c. 1760 – c.1809).....	232
3.1 – Mudanças na estrutura de posse.....	234
3.2 – Casamento e legitimidade das crianças cativas	245
3.3 – Evolução das formas de apadrinhamento	249
3.4. A família escrava entre a autonomia e o controle senhorial	263
3.5. – Legitimidade e apadrinhamento: uma relação possível	265
3.6 – Uma outra variável.....	267
3.7 – Origens étnicas dos africanos escravizados	276
Capítulo 6 - Africanos Centro-Occidentais no Recôncavo da Guanabara: o caso da freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (c. 1768 – c. 1791).....	284
Considerações finais	351
Referências Bibliográficas.....	355
APÊNDICE	396

Glossário

Esse é um pequeno glossário sobre as medidas agrárias que estão presentes nas fontes utilizadas nesta tese. Para compor este glossário reproduzo aqui algumas medidas reunidas por Manoela Pedroza em sua tese de doutorado.¹

Medidas de comprimento

Braça - Do latim *brachia*, plural braço, equivalente a 10 palmos, ou 2,2 metros. Braça também é unidade de comprimento do sistema inglês, equivalente a cerca de 1,8 metro

Légua - Segundo Nilo Cairo (Cairo 1938.), equivale a 6.500 metros ou 3.000 braças. Segundo Dicionário Aurélio equivale a 6.000 metros. O Aurélio refere-se, também, à 'légua de sesmaria', medida itinerária antiga, equivalente a 6.600 metros.

Medidas de Capacidade para Secos e Medidas de Peso

Alqueire - (medida de secos) Equivale a 36,27 litros ou a quatro 'quartas'. Dependendo da região pode equivaler de 10 a 14 litros de cereais, (mais comumente a 13 *litros*), ou de 11 e 15 quilos.

Arroba - 15 quilos

Caixa - 3 quintais (para açúcar), também chamada de pão de açúcar

Quarto (de alqueire) varia de 10 a 80 litros

Medidas Agrárias (superfície)

Para a medida de superfície, a unidade legal adotada atualmente é o metro quadrado. Porém, as unidades agrárias antigas são quase todas derivadas da braça de 2,20 metros. Estas unidades de acordo com a região ou zona em que são empregadas, adquirem designação própria e caráter tipicamente regional, visto não possuírem valores definidos, variando em função das qualidades da terra e de outros fatores.

Alqueire - Medida baseada na quantidade de terreno que se pode cobrir com um alqueire de semente, aproximadamente 100 braças (de 2,20 metros) ou 15.625 palmos quadrados (cerca de 4,48 hectares). Varia de acordo com o número de litros ou pratos de plantio de milho que comporta, segundo os costumes locais. Daí a expressão de alqueire de tantos litros ou alqueire de tantos pratos. Esta quantidade de semente de plantio varia muito de região para região, de um mínimo de 20 litros a um máximo de 320 litros, correspondendo desde o alqueire de 50 x 50 braças (1,21 ha) até o de 200 x 200 braças (19,36 ha).

Alqueire fluminense - Mediria 27.225 m², equivalente a 75 x 75 braças, mas, em outras referências, tem a mesma medida do alqueire mineiro.

¹ Pedroza, Manoela. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional*. Tese de doutorado apresentada ao PPG de Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 2008. pp. 21-24.

Alqueire mineiro - (Também usado no Rio de Janeiro) 100 braças X 100 braças, ou 48.400,00 m², ou 4,84 ha, ou 10.000 braças quadradas. (é o dobro do alqueire paulista)

Braça - (superfície) uma braça de sesmaria = 2,2m X 6,6 km = 14520 m² = 1,4 hectare.

Braça quadrada - Equivale a 4,84 m², ou 30 x 30 braças, aproximadamente Hectare (ha)
Equivale a 100 ares, ou 1 hectômetro quadrado, ou 10.000 metros quadrados.

Légua quadrada - Segundo Garavaglia, na Argentina mede 27 km² (Garavaglia 1999.)

Testada - Lado da frente do quadrado de uma fazenda, ou seja, aquele considerado de entrada, quase sempre limítrofe com uma estrada, caminho, ou com a testada de outrem. A testada se opõe aos 'fundos', quase sempre não medidos.

Introdução

O século XVIII foi um período de grandes transformações no Império Ultramarino Português. O Brasil e em especial a capitania do Rio de Janeiro foi palco de diversos acontecimentos que transformaram a sociedade aqui estabelecida, tornando o porto da cidade do Rio de Janeiro o mais importante do Atlântico Sul. Um porto de intensas transações mercantis, de onde vinham e saíam mercadorias das mais distantes regiões: do interior da colônia, de Portugal, Índia e do continente africano. Tais transações se intensificaram ao longo de todo o século XVIII, em especial o comércio de africanos escravizados. O crescimento da economia colonial se desenvolvia através do braço escravo. O recôncavo da Guanabara devido sua posição estratégica em relação ao porto do Rio se beneficiou desse contínuo intercâmbio de mercadorias e principalmente de escravos. Arrancados de seus lares, levados até o litoral e transportados pela terrível passagem atlântico e forçados a trabalharem em diversas tarefas, os africanos escravizados e seus descendentes constituíram a principal força de trabalho na capitania do Rio de Janeiro. Estamos diante de uma sociedade, antes de tudo, escravista.

Considerando que o principal fator de produção se encontrava do outro lado do Atlântico, o estudo sobre o comércio de escravizados e seu impacto na sociedade escravista estabelecida no Recôncavo da Guanabara é fundamental para compreendermos as relações sociais estabelecidas pelos escravizados na região. Temos como *locus* privilegiado a Vila de Santo Antônio de Sá, uma das regiões de ocupação mais antiga do Recôncavo e que compreendia os territórios dos atuais municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim Tanguá e Rio Bonito.

Na sociedade colonial os africanos escravizados tiveram a difícil tarefa de reconstruírem as suas vidas sob o regime da escravidão. Para isso tiveram que contar, principalmente, ao menos no início de suas vidas na diáspora, com seus *malungos*, isto é, seus companheiros no cativeiro.

Se passaram algumas décadas desde que os estudiosos da escravidão tiveram que comprovar, através dos casamentos entre os escravizados, a existência de família escrava. Entre a estratégia de resistência e mecanismo para reiteração do escravismo, a família escrava, sem dúvida alguma, foi o recurso pelo qual uma parcela dos escravizados puderam acionar para sobreviver no cativeiro, permitindo-lhes forjarem “esperanças” e “recordações” a partir de suas experiências na sociedade colonial e de sua herança cultural como brilhantemente caracterizou Robert Slenes².

Na Vila de Santo Antônio de Sá, foram os diversos mecanismos através dos quais os escravizados puderam resistir a escravidão, nesta tese serão enfocados a constituição de famílias e seus laços de parentesco com indivíduos de diversas condições sociais, mas havia outros como os quilombos que segundo Flávio dos Santos Gomes, existiram durante todo o século XVIII na região³, assim como as irmandades religiosas as quais vem recebendo diversos estudos, enquanto espaço de recriação das identidades étnicas.⁴

² SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³ Segundo o autor há evidências de que houve quilombos na região nos anos de 1711-1712, 1724, 1759 e 1761. Cf. GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015. pp. 95-96.

⁴ Conferir entre outros: REIS, João José. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão” In: *Tempo*. Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 7-33; SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia* Campinas: Editora da Unicamp, 2006; PARÉS, Luís Nicolau. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum no antiga Costa dos Escravos na África Ocidental* São Paulo: Companhia das Letras, 2016; REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011; DELFINO, Leonara Lacerda. *Os Rosários das Almas Ancestrais*.

Independente de terem ou não recebido o sacramento do matrimônio, isto é, de legitimarem suas relações conjugais perante a Igreja, os escravizados constituíram família da forma como puderam estabelecê-la, e a historiografia sobre o assunto demonstrou que o maior impedimento dos escravizados sacramentarem tais relações veio de seus senhores. Portanto os baixos índices de uniões legítimas entre a população negra escravizada não desqualifica a sua experiência de vida familiar, na medida em que emergiram diversas evidências da importância atribuída aos escravizados às suas relações familiares e de parentesco, independentemente de serem famílias constituídas através do casamento católico ou consensual.

Mas não só de africanos era composta as escravarias da capitania do Rio de Janeiro, ao longo de todo o século XVIII, os africanos escravizados conviveram nas senzalas com gerações de crioulos e também com indígenas que eram capturados nos sertões, fora dos núcleos de colonização. Índios, africanos e crioulos eram todos negros para as autoridades colônias como veremos ao longo desta tese.

Portanto, esta pesquisa dá prosseguimento ao estudo da “família escrava” e das relações sociais que escravizados estabeleceram na diáspora, um tema que, já conta com uma considerável variedade de trabalhos realizados em diversas regiões do Brasil, tanto no período colonial como imperial, destacadamente o Sudeste. Contudo acreditamos que nossas investigações possam contribuir para melhor entendimento deste assunto na medida que busca explicações através da longa duração, das mudanças que o comércio de escravos e o próprio desenvolvimento da economia rural do recôncavo da Guanabara

Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica. Freguesia do Pilar, São João Del Rey (1787-1841). Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural Editora, 2017.

vieram afetar no perfil das escravarias e nas próprias relações que os escravizados estabeleceram.

Este estudo tem enquanto objetivo investigar as relações sociais estabelecidas pelos escravizados nas freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá, ao longo de todo o século XVIII, a partir da análise serial de registros de batismos e matrimônios, assim como testamentos dos senhores de escravos. Com foco no casamento e nas relações de compadrio, objetivamos investigar de que modo os escravizados de diferentes origens articularam suas alianças matrimoniais e os seus laços de parentesco espiritual num período marcado por intensas transformações.

A análise das tendências das sociabilidades escravas durante um período histórico busca compreender se os escravos tenderiam a estabelecer laços de acordo com algumas variáveis, isto é, mesmo considerando as subjetividades escravas é possível observar a existência de algumas tendências. Nesse sentido, tomando os escravos em seu conjunto, ou analisando de acordo com a origem, e situação conjugal analisamos se tais variáveis influem na sacralização das relações conjugais dos escravos e no estabelecimento do compadrio escravo. Tem-se apontado que as escravas africanas tenderiam a casar mais que seus correspondentes coloniais ou brasileiros. Cabe responder o porquê deste comportamento. Considerando que em última instância cabe o senhor de escravos permitir o casamento não se deve negligenciar a hipótese destes senhores em incentivar ou até mesmo obriga-los a casar – por mais que isto possa gerar problemas para os senhores. Por outro lado, saindo da questão da ingerência senhorial ou escrava do casamento pode-se questionar porque muitas escravas coloniais – isto é nascida na colônia - não casaram. Os laços de compadrio que tais escravas estabelecem no batismo de suas crias podem servir de indícios. Como poderemos observar, a maior parte dos

padrinhos e madrinhas dos filhos das escravas brasileiras são pessoas livres, demonstrando um universo social mais abrangente que os escravos africanos.

As diversidades de origens podem gerar comportamentos coletivos diferentes que por sua vez tem relação com o nível de proximidade com o universo colonial. Como proximidade com o universo colonial entendo como o grau de afinidade dos escravizados com a cultura e a sociedade colonial, na medida em que para que se possa transitar e estabelecer uma sociabilidade entre os diferentes setores desta sociedade é necessário um mínimo de conhecimento dos códigos culturais daquela formação social. Sem o aprendizado da língua e da cultura estabelecida os escravizados permaneceriam estranhos perante os estabelecidos coloniais. Nesse sentido, deve-se compreender que a preferência por padrinhos livres por parte dos crioulos pode estar relacionada com a proximidade destes com o universo cultural do mundo dos livres. Mas não só estes, escravos africanos há tempos na sociedade colonial conseguiam se aproximar do mundo dos livres. Considerando a preponderância dos padrinhos livres nos batismos de crianças de escravos crioulos a de se considerar, a despeito das dificuldades de identificação das origens escravas, que a variação do compadrio escravo ao longo do tempo em uma determinada região, possa ter uma relação com a quantidade de crioulos e africanos no período em análise.

Ao invés de analisarmos o compadrio escravo pelo prisma das hierarquias sociais consideramos mais vantajoso analisar a partir do conceito de *proximidade sociocultural*. Neste sentido o compadrio escravo ganha maiores nuances na medida em que é considerado não só a procedência dos escravos, mas também o tamanho da escravaria no qual os escravos estavam inseridos e o tempo em que eles se encontram na sociedade colonial. Sem dúvida, o tempo era fator primordial que limitava ou expandia o leque de padrinhos escravos.

Um outro aspecto a ser considerado são as tendências de legitimidade das crianças cativas que é uma variável que se altera no decorrer do tempo em uma determinada região, pesquisas indicam que as africanas tenderiam a casarem mais que as nascidas na sociedade colonial. Porque os senhores de escravos tendiam a sacramentar mais as relações conjugais das africanas a despeito das crioulas, pardas etc.? Haveria um desejo maior das africanas de casarem com relação as crioulas? Considerando que as crioulas compartilhavam dos valores culturais da sociedade colonial, católica por excelência, não seriam estas mesmas as mais propensas em legitimar suas relações conjugais perante a Igreja?

Diante destas perguntas cabe algumas hipóteses como respostas. Primeiro, pode se supor que os senhores buscavam casar os recém escravizados como uma forma de manter a “paz nas senzalas”, isto é, o casamento seria uma forma de “amarrar” o escravo, evitando fugas. Por outro lado, evitava-se o enlace destes escravos com homens e mulheres livres ou de outras propriedades, evitando problemas futuros. Por outro lado, as nascidas no universo colonial, e, portanto, devido à proximidade sociocultural com o mundo dos livres não tinham suas relações sancionadas pela igreja devido aos impedimentos senhoriais.

O tema proposto nesta pesquisa é o estudo da demografia e família negra no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, localizado no Recôncavo da Guanabara, em fins do século XVIII e início do XIX. Pretende-se estudar a constituição de famílias negras e de seus laços de compadrio de acordo com o grau de antiguidade das escravarias, percebendo de que modo o tempo em que os escravos estavam situados na colônia portuguesa, influenciava na constituição dos laços familiares e do compadrio. Tal estudo visa ainda, estabelecer a relação entre estes laços e o desenvolvimento da economia do Rio de Janeiro naquele período, percebendo que o crescimento econômico da região

alterou o perfil das escravarias e de seus proprietários. Utilizo o termo família negra em oposição de “família escrava” no sentido que a constituição de laços familiares não se resume aqueles indivíduos com a mesma condição social.⁵

Na pesquisa desenvolvida no mestrado foi verificado que a segunda metade do século XVIII apresentou o aumento da população do distrito de Santo Antonio de Sá consequência, em grande parte, do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro naquele período. A economia local também crescera e se diversificará, aumentando a produção agrícola, como a farinha, o milho, o feijão e o arroz, assim como o número de arroubas de açúcar. O aumento da produção de açúcar se deve a construção de novos engenhos na região e, conseqüentemente, a entrada de novos atores, como os comerciantes de grosso trato.

Se de um lado, esse crescimento agrícola pode estar relacionado as políticas de fomento do período pombalino, ou mais exatamente, durante a vigência do governo do Marques de Lavradio, entre 1769 e 1779, por outro, deve-se acrescentar, a inserção dos comerciantes de grosso trato na economia agrária das freguesias do Rio de Janeiro, conforme aponta João Fragoso.⁶

A população escrava seguiu o ritmo de crescimento da população total. Na dissertação sugerimos que esse aumento alterou a composição dos domicílios escravistas da região, isto é, o número destes domicílios cresceu, aumentando a dispersão da propriedade

⁵ Isabel Cristina dos Reis atentou em sua tese de doutorado que os indivíduos ligados por lações de família e de parentesco poderiam ser de condições sociais diferenciadas ampliando assim o campo conceitual de “família escrava” para “família negra”. Cf. REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007. p.19.

⁶ FRAGOSO, João. “Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial” *Locus, Revista de História*, n. 10, Juiz de Fora, UFJF, 2000.

escrava e, ao mesmo tempo, aumentou a concentração dos escravos em grandes propriedades escravistas, principalmente, os engenhos de açúcar.

Acreditamos que este incremento de escravos nos engenhos de açúcar pode ter provocado uma alteração na composição da população escrava da freguesia de Santo Antônio de Sá, aumentando a proporção de africanos com relação aos crioulos. E, por outro lado, ocorreu o aumento do número de uniões matrimoniais dos escravos da região e conseqüentemente o número de filhos legítimos registrados nos livros de batismos de escravos.

Na dissertação de mestrado, também aponte que nas propriedades escravistas mais antigas os escravos tendiam a escolher padrinhos de condição social superior à sua, isto é, com livres, enquanto nas propriedades mais recentes, os escravizados preferiam outros escravizados como padrinhos. Contudo, a pesquisa se concentrou em apenas duas escravarias, número, portanto, reduzido, nas quais outros fatores podem ter interferido nas tendências verificadas, principalmente o grau de ingerência dos proprietários de escravos nas escolhas de padrinhos escravos, como alguns autores tendem a sugerir.

Nesse sentido, aumentaremos o número de propriedades escravistas analisadas buscando perceber que tais escolhas de compadrio eram mais que meras causalidades e sim tendências conforme o grau de antiguidade. Nessa empreitada contaremos com um grande número de fontes como os registros de batismos, casamentos e mortes tanto de livres, expostos, escravos, forros e libertos, assim como testamentos, inventários post-mortem, livros de sesmarias e outras fontes produzidas no período, afim de perceber a entrada e permanência dos senhores de escravos na região, e os laços familiares estabelecidos pelos seus escravos.

Outro caminho poderia ser trilhado, no qual verificaríamos a escolha de padrinhos dos escravos através da origem dos mesmos, porém nem sempre os padres explicitaram tais informações e por outro lado, ocorrem variações da mesma, diminuindo em muito a nossa amostra afim de perceber qualquer tipo de tendência. Ao analisar as escolhas dos padrinhos dos filhos de escravos através do grau de antiguidade na região, inferimos que boa parte dos escravos nas propriedades escravistas antigas eram crioulas e que nas criadas mais recentemente, os escravos eram predominantemente africanos. É claro que tal método é passível de equívocos, pois poderia sugerir que velhos escravistas mantinham suas propriedades principalmente através da reprodução natural dos seus escravos e os novos escravistas, somente através do tráfico de escravos. A aquisição ou aumento do número de escravos não se dava apenas por meio destes mecanismos, além destes temos dotes, pagamentos de dívidas, herdados após a morte do primeiro senhor, entre outros.

A análise das propriedades escravistas também se dará por meio do tamanho da posse de escravos, pois pequenas escravarias apesar de majoritárias na região, dificilmente contrariam matrimônio, principalmente por conta do pool de mulheres no interior delas e, conseqüentemente pouco expressivo o número de batismos de escravos destas propriedades. Além disso, os escravistas destas pequenas posses, possuem nomes que dificilmente se consegue rastrear ao longo do tempo em diferentes fontes, principalmente por conta da existência de homônimo aliado a isso pouco conseguiremos aferir da transferência destes escravos entre os seus herdeiros. Por outro lado, os médios e grandes escravistas, na maioria das vezes possuíam além do prenome o sobrenome, além de possuírem mecanismos de transferência de propriedade que garantiriam o mínimo de dispersão da propriedade escrava.

Portanto, os batismos e casamentos apresentavam, ao mesmo tempo, algumas particularidades e tendências gerais que nos servem como indicadores de relações sociais e padrões culturais, sendo tais padrões resultados de uma síntese de reprodução e variação cultural, assim como de perpetuação demográfica e social. Deste modo, através dos registros paroquiais, articulados aos processos sociais, econômicos e demográficos, possibilitaremos verificar de que modo os escravizados estabeleciam suas relações.

Através dos batismos e dos casamentos podemos apreender as redes sociais nas quais indivíduos e grupos estabeleceram na sociedade colonial. As relações familiares, de sociabilidade e de solidariedade foram construídas pelos escravizados e solidificadas, podendo ser identificadas no ato de batizar-se e casar-se. A família é, antes de tudo, um elo entre os indivíduos e a sociedade, sendo responsável pela construção de laços sociais que se formavam e se expandiam no dia a dia, na vivência colonial.

Considerando o batismo e o casamento como momentos fortuitos para a apreensão das relações familiares e sociais vivenciadas por diversos sujeitos e grupos, este estudo tem como objetivo analisar de que modo as diversas conjunturas, correlacionada aos espaços de interação e aos lugares sociais específicos, podem ter influenciado mudanças e, permanências, nos usos sociais e nas maneiras pelas quais os escravizados experimentaram o casamento e o compadrio na Vila de Santo Antônio de Sá ao longo do século XVIII.

Importante ressaltar que a análise das tendências realizadas ao longo desta tese não significa uma estrutura ou uma amarra na qual necessariamente os escravizados de diferentes origens deveriam seguir. Consideramos que havia múltiplas e diversas formas de ser escravizado na colônia e que suas escolhas eram construídas a partir de seus valores culturais e de suas experiências e ao observar tais tendências estamos apenas

sugerindo que sob certas circunstâncias, compartilhando de experiências e herança cultural em comum, escravizados poderiam estabelecer relações sociais semelhantes.

Quando cindimos a população escravizada entre africanos e crioulos (ou coloniais), não estamos afirmando que tais segmentos estariam apartados, existindo conflitos eternos entre eles, afinal, a maior parte daqueles nascidos na colônia tiveram pais africanos, e compartilhavam experiências e valores culturais em comum. Quando realizamos tal separação temos como objetivos verificar se tais segmentos se comportariam de forma diferente dos africanos com relação as relações sociais que eles estabeleceram a partir dos recursos que construíram ao longo de suas vivências coloniais. Quando escravizados nascidos na colônia **tendem** a escolher padrinhos livres isso não significa que negligenciam seus companheiros de senzala – no dia a dia, na labuta das roças, continuavam a conviver e tecer laços entre os africanos - , porém, fruto do seu conhecimento e vivência colonial, isto é, das suas experiências, acabaram estabelecendo relações com outros segmentos da sociedade colonial. Estabelecer relações com livres significa assimilar valores e códigos linguísticos que possibilitem aproximações. Neste sentido, estaríamos falando de *crioulos* no significado dado pelos historiadores aos intermediadores sociais que compartilhavam de uma cultura híbrida.

Esta pesquisa se propõe, portanto, a revistar o escravismo na Vila de Santo Antônio de Sá com um esforço de estabelecer comparações entre as freguesias desta vila com as demais freguesias do Recôncavo da Guanabara⁷, considerando a região possuidora de características econômicas semelhantes, assim como demográficas e de um processo histórico em comum. Por outro lado, buscamos trazer uma análise serial de longa duração, alicerçada em um exaustivo levantamento de fontes passíveis de seriação. Buscamos,

⁷ A região do entorno da Baía da Guanabara, nas fontes analisadas por nós, era denominada Recôncavo da Guanabara.

portanto, realizando uma História Social, e mais especificamente uma história econômica, como um espaço privilegiada para análise da sociedade e economia do Vale do Macacu.

O Recôncavo da Guanabara como afirma Mariza de Carvalho Soares e Nielson Roza Bezerra era mais que uma região, era um

complexo conjunto de caminhos, redes sociais, pequenos e grandes negócios, movimentos de pessoas e mercadorias que liga suas partes entre si e com outras partes da capitania, com São Paulo e Minas Gerais, e mais longe com a África e Portugal, através do Atlântico.⁸

Desta forma, a história do Recôncavo da Guanabara, e de suas freguesias e vilas, estavam conectadas a diferentes regiões dentro e fora da colônia. Nesse sentido ganha a importância o conceito de histórias conectadas de Sanjay Subrahmanyam. Segundo este historiador, ao estudar a formação da época moderna de seis países – Burna, Sião, Vietnã, França e Japão, observou paralelos entre as experiências e as trajetórias destes países, levando em conta a tradição cultural na formação de suas identidades e significando o litoral como um lugar de conexões entre essas diversas identidades, contribuindo para uma constante transformação nestas identidades. Neste sentido, buscamos estabelecer a história das conexões entre as diversas partes do Império Ultramarino Português, demonstrando também, a importância que diferentes povos na formação da sociedade colonial, fugindo das leituras eurocêntricas que estabelecem unicamente o modelo societário europeu da era moderna como formadora da sociedade colonial.⁹

⁸ SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa. “Introdução” In: SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa (Org.) *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XIII-XIX)*, Niterói, Editora da UFF, 2011. p.15.

⁹ SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected Histories: notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia” In: *Modern Asian Studies*, Vol. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, Cambridge University Press, julho de 1997. pp. 735-762.

O debate acerca da centralidade da história do continente africano ganha relevo em nossa pesquisa. Como afirma Russel-Wood que, apesar de um maior conhecimento da história da África seja central para uma melhor compreensão da História do Brasil, é necessário reconhecer tanto os traços comuns das diversas regiões africanas, mas, principalmente, as diferenças que marcam este continente.¹⁰

Para compreendermos como eram construídas as relações familiares entre os escravos é necessário o exame das estratégias construídas por estes indivíduos na construção e ampliação de suas redes de solidariedade por meio das alianças matrimoniais e dos laços de compadrio constituídas com os diversos segmentos da sociedade colonial. Para isso lançamos mão do conceito de estratégia concebido por Geovanni Levi.

Para Levi, as estratégias são concebidas através da racionalidade seletiva e limitada que era “empregada na obra de transformação e utilização do mundo social e natural”.¹¹ A ação social, baseada nestas estratégias, segundo este autor é “resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais.”¹²

Geovanni Levi foi inspirado pelas ideias de Frederick Barth, que concebia a sociedade simultaneamente como fragmentada e aberta, ou nas palavras de Barth, as sociedades seriam “sistemas desordenados, caracterizados pela ausência de fechamento”¹³. Desse modo, a sociedade é composta por “pessoas situadas em posições diferentes podem

10

¹¹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.45.

¹² LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.p.136.

¹³ BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In T. Lask (org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contra Capa. 2000.p. 172.

acumular experiências particulares e lançar mão de diferentes esquemas de interpretação, ou seja, podem viver juntas, mas em mundos diferentemente construídos”.¹⁴

Tal compreensão pode ser útil na compreensão da sociedade colonial. Nesta sociedade, senhores e escravos realizavam suas ações com base em seus sistemas valorativos, isto é, realizavam escolhas frutos de suas estratégias. Contudo, suas ações eram condicionadas, pelas normas sociais, consideradas múltiplas e contraditórias, e pelo acesso aos recursos. As interações entre os diversos atores sociais são atravessadas por conflitos e tensões, justamente porque possuem interesses diversos. Nesse sentido, tanto o matrimônio e o estabelecimento do parentesco espiritual através das relações de compadrio teriam sentidos diferentes para os diversos grupos sociais e eram concebidas tendo em vistas estratégias também diferentes.

O tema central desta tese é a sociabilidade escrava na Vila de Santo Antônio de Sá ao longo do século XVIII. Parte-se da premissa que as freguesias rurais do Recôncavo da Guanabara compartilhavam de certas características em comum, como uma economia diversificada, voltada tanto para a agroexportação – não apenas açúcar, como outros gêneros alimentícios - como para abastecimento interno e contando com uma população escrava que chegava a compor a metade de todos os habitantes em fins dos setecentos. A análise de conjunto permitirá perceber como as transformações vividas por estas freguesias, geradas tanto por fatores internos e externos e, portanto, interligadas as dinâmicas do sistema colonial, incidiram na demografia e sociabilidade escrava. Por sociabilidade escrava entendemos tanto a família como os laços de compadrio. Analisadas na longa duração poderemos perceber que as tendências destas sociabilidades variaram

¹⁴ *Ibidem*.p.176.

no tempo permitindo vislumbrar processos de criouliização e africanização na demografia escrava.

Fontes e Metodologia

Para a elaboração deste trabalho serão utilizadas diversas fontes produzidas no período, principalmente os livros de registros de batismos, casamento e morte de escravos das freguesias que compõe o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (freguesia homônima, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Desterro de Itambi e o antigo aldeamento de São Barnabé depois elevada a Vila de São José Del Rei). Boa parte destas fontes estão disponibilizados pelo site Ecclesiastical Sources in Slave Societies cujo segmento Brasil digitalizou a documentação do Arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói os demais registros paroquiais se encontram nos arquivos da Cúria de Niterói, Rio de Janeiro e Petrópolis.¹⁵ Com o uso de tais fontes será permitido realizarmos ora uma análise quantitativa, ora qualitativa.

Com base nestes registros criamos uma base de dados com o uso do Microsoft Excel, anotado para cada batismo, as seguintes informações: data do batismo (dia, mês e ano), local do batismo, idade do batizando (criança ou adulto), sexo do batizando, legitimidade do batizando, cor/origem do batizando, do pai, da mãe, do padrinho e da madrinha, condição social do batizando, do pai, da mãe, do padrinho e da madrinha, nome dos batizados, pais, mães, padrinhos, madrinhas e dos proprietários dos escravos.

Para os registros de matrimônio retiramos as seguintes informações para a composição do nosso banco de dados: data do casamento (dia, mês e ano), local do

¹⁵ Sobre o projeto ver em <http://www.vanderbilt.edu/esss/> e para o segmento Brasil conferir <http://www.uff.br/curias/apresenta-o>, o livro de casamento dos escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá se encontra em <http://diglib.library.vanderbilt.edu/esss-brazil.pl>, acesso em 24.06.2018.

casamento, cor/origem dos noivos, condição social dos noivos, nomes dos noivos, do senhor de escravos e das testemunhas.

De acordo com Maria Yeda Linhares a metodologia da História Quantitativa seria uma

expressão para designar métodos e técnicas de pesquisa no âmbito de uma história delimitada em determinado espaço historicamente construído, caracterizando-se pelo emprego de séries documentais e pela tentativa de abranger em amplitude, no decorrer de uma longa duração – *la longue durée* – um espaço determinado (um recorte) e uma temática, diante da possibilidade concreta de trabalhar fontes numerosas e suscetíveis de tratamento estatístico.¹⁶

O método da História Quantitativa no nosso trabalho servirá para a análise demográfica da freguesia de Santo Antônio de Sá. Nesse sentido, mais que uma história quantitativa, o nosso objetivo é realizar um estudo demográfico, do comportamento da população escrava, com base nas fontes eclesiásticas.

Se, num primeiro momento as atas de batismos e de casamento, através do método quantitativo permitirão compreender o movimento geral da população escrava estudada, vislumbrando assim algumas tendências, após este estudo preliminar, tais registros nos possibilitarão apreender as redes que os indivíduos estabeleceram no decorrer do tempo.

A partir das alianças matrimoniais e dos laços de compadrio estabelecidas no ato do batismo de crianças e adultos nos é permitido observar as relações familiares, de sociabilidade e de solidariedade estabelecidas pelos escravos e, ainda sob viés da história quantitativa, observar algumas tendências e particularidades destas mesmas relações.

Através dos livros de paroquiais de casamento e de batismo de escravos foi nos permitido acompanhar as trajetórias dos escravos na formalização de suas uniões

¹⁶ LINHARES, Maria Yeda de. “Introdução” In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Historia quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.p.14

conjugais e no estabelecimento das relações de compadrio. Para identificar as atividades econômicas desenvolvidas pelos senhores e seus escravos contamos com uma lista nominativa que apresenta informações sobre o perfil produtivo do domicílio e o tamanho das escravarias o que vai permitir definir as características da posse de escravos na região. Com o auxílio de outras fontes é nos permitido acompanhar o aumento ou a diminuição da quantidade de escravos de alguns senhores, exclusivamente os senhores de engenho de açúcar.

Procuraremos, sempre que for possível, analisar o contexto demográfico local relacionando ao contexto Atlântico, especificamente, com o continente africano. Considerando que não podemos entender o desenvolvimento de um determinado lugar, sem compreender o que ocorria do outro lado do Atlântico, e as complexas variáveis e interações que convergiram para produzir um conjunto particular de condições locais.¹⁷

Quando argumentamos que a segunda metade do século XVIII o Recôncavo do Rio de Janeiro passou por um processo de Africanização, torna-se fundamental compreender o que ocorria no continente africano para o desenvolvimento de tal processo. Por estarmos falando de sociedades em que a noção de oferta-demanda não havia se transformado em “lei”, o volume do tráfico de escravo não se explica somente por fatores endógenos da América Portuguesa, isto é, o desenvolvimento econômico desta região e sua necessidade de mão de obra, mas também, pelo que acontecia nas diversas sociedades africanas em determinados períodos.

Recentes estudos têm destacado o peso dos africanos centro-ocidentais na composição das escravarias na América Portuguesa. Robert Slenes nesse sentido, sustenta

¹⁷ Para um resumo do debate concernente a abordagem atlântica ver: GAMES, Alison. “Atlantic History: Dei nitions, Challenges and Opportunities,” *The American Historical Review* , 2006, 30.

a hipótese de que na região Sudeste do Brasil teria surgido uma “proto-nação” bantu, no sentido que boa parte dos escravizados que viviam nessa região, em fins do século XVIII e início do XIX eram provenientes de Angola.¹⁸ Nesse sentido, pode-se afirmar, para ser mais exato, um processo de *bantunização* da população escrava.

Se as escravarias do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII eram provenientes sobretudo da região de Angola, se torna fundamental estabelecer essa ponte, compreendendo o que ocorria nesta região e tentar averiguar de quais áreas desta macrorregião vinham tais escravizados.

Dispomos de apenas uma lista nominativa produzida no ano de 1797 denominada *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797.*¹⁹ Nesta lista são discriminados todos os domicílios do distrito de Santo Antônio de Sá, acompanhado pelo nome dos chefes destes domicílios, e enumeração dos filhos maiores e menores, agregados, escravos e a quantidade de gêneros produzidos naquele ano. Este documento faz parte do Arquivo Histórico Ultramarino, e pode ser encontrado em sua versão digital no site: <http://resgate.bn.br/>.

Consideramos que as diferentes tendências de sociabilidade possam se reflexos dos processos de *crioulização* ou *africanização* demográfica tal como definiu Nicolas Parés. Segundo Parés, *crioulização* conota a ideia de hibridização e síntese cultural, quando não de assimilação às práticas e valores dominantes já estabelecidos. Ela se

¹⁸ Slenes, R. W. (1992). "Malungu, ngoma vem!": África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, (12), p. 55.

¹⁹ *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).*

expressa pela adoção de novas formas de pensar e atuar, novas formas de falar e significar, novas instituições e novas identidades coletivas mais genéricas e abrangentes.²⁰

Apesar dos múltiplos sentidos existentes com relação a palavra crioulo e criouliização²¹, utilizaremos nesta tese, o conceito prioritariamente numa perspectiva demográfica, nesse sentido o processo de criouliização representaria o momento em que a população escrava seria predominantemente crioula, isto é, nascida na colônia. Apesar do nosso intuito seja verificar o *quantum* da população crioula e africana, na medida em que tais processos não se fecham em si mesmo, isto é, apenas no quesito demográfico, procuraremos perceber mudanças nos hábitos culturais destas populações.

A *africanização*, de acordo com Parés, seria um processo “Identificável pela persistência de línguas, valores, práticas e hábitos africanos, pela reprodução de modelos organizacionais e pelo estabelecimento de relações sociais marcadas por identidades étnicas africanas”.²²

Nesse sentido, é no campo das relações sociais que nós nos propomos analisar os processos de *africanização* e de *criouliização*. As distintas proximidades socioculturais observadas nos registros paroquiais de casamento e principalmente nos batismos possam ser encaradas como reflexos dos processos de *criouliização* ou *africanização*. Isto é, dependendo do perfil demográfico das escravarias de uma determinada região, se

²⁰ PARÉS, Luís Nicolau. “O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800).” *Afro-Ásia*, n. 33, 2005. p.97.

²¹ Sidney Mintz e Richard Price, por exemplo, utilizam o conceito de criouliização para definir as “cultura afro-americanas” nascidas a partir do encontro interétnico entre homens e mulheres africanas escravizadas. Cf. MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. O nascimento da cultura africano-americana. Rio de Janeiro, Pallas, 2003; Ira Berlin, por sua vez, utiliza o termo *crioulo atlântico* para definir o africano ou mestiço que vivendo nos portos comerciais localizados nas margens do Oceano Atlântico, era habituado aos costumes, línguas e religiões tanto dos europeus quanto dos africanos, atuando assim como intermediadores culturais. Cf.: Ira Berlin, “From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America”, *The William and Mary Quarterly*, vol. 52, no 3 (1996), pp. 251-288.

²² *Ibid.* p. 94.

majoritariamente africano ou crioulo, as tendências de sociabilidade escrava poderiam variar para um ou outro universo cultural, tendendo ora para uma criouliização ora para uma africanização, considerando tais processos pendulares no decorrer do tempo. Contudo, como salientamos acima, a questão demográfica não deve ser vista apenas como uma única determinante neste processo, outras questões como o tamanho das escravarias e o tempo em que elas foram constituídas são variáveis importantes tanto nas tendências de proximidade sociocultural.

É importante salientar que o conceito de *criouliização* se diferencia do de *mestiçagem* definido por Gruzinski como

[...] a mistura dos seres humanos e dos imaginários é chamado de mestiçagem, sem que se saiba exatamente o que o termo engloba, e sem que nos interroguemos sobre as dinâmicas que ele designa. Misturar, mesclar, amalgamar, cruzar, interpenetrar, superpor, justapor, interpor, imbricar, colar, fundir etc., são muitas as palavras que se aplicam à mestiçagem e afogam sob uma profusão de vocábulos a imprecisão das descrições e a indefinição do pensamento. [Assim, a] noção de “mestiçagem cultural”, [...] implica ambiguidades ligadas ao próprio conceito de cultura. [...]: o nascimento e a multiplicação de indivíduos mestiços é um fato; o desenvolvimento de formas de vida misturadas, procedendo de fontes múltiplas é outro, não necessariamente ligado ao anterior.²³

Nesse sentido, apesar de também significar a hibridização cultural, a noção de mestiçagem apresenta-se muito mais vinculada a misturas biológicas. Portanto, através dos conceitos de *criouliização* e *africanização* buscamos entender o impacto do comércio de escravos na demografia da Vila de Santo Antônio de Sá, e de que modo, tais contingentes populacionais se relacionavam a partir de suas experiências e de suas heranças culturais construídas tanto na Colônia como no continente africano.

No processo de *africanização* verificaremos a ocorrência, ainda em finais do século XVIII, o que Robert Slenes caracterizou como *bantonização*. Segundo este autor,

²³ GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*, p. 41-43.

“a grande maioria dos escravos importados para o atual Sudeste do Brasil, desde o final do século XVIII até 1850, vieram de sociedades falantes de línguas bantu, principalmente proveniente da atual Angola [...]”²⁴ Nesse sentido, o processo de *africanização* das escravarias do Recôncavo da Guanabara tem como principal característica o fato destas pessoas serem oriundas da região Congo-Angola.

Se torna pertinente nesta pesquisa, a noção de experiência do historiador inglês Edward Palmer Thompson. Para este autor, experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”²⁵. Portanto, só é possível compreender os modos como escravizados, africanos, crioulos e indígenas estabeleceram relações com diferentes grupos sociais a partir de suas experiências enquanto sujeitos históricos.

No **capítulo 1** realizaremos um panorama político, social e econômico da virada do seiscentos para os setecentos procurando evidenciar as transformações e os principais fatos históricos ocorridos no período em estudo. Buscaremos realizar uma história total, relacionando eventos externos e internos na colônia interligando-os ao desenvolvimento da Vila de Santo Antônio de Sá. Os eventos que marcam as diferentes sociedades africanas voltadas para o Atlântico serão considerados para uma melhor compreensão das relações econômicas e sociais estabelecidas no recôncavo da Guanabara.

²⁴ SLENES, Robert W. op. cit., 1999, p.151.

²⁵ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.15.

Iniciaremos com o estudo da ocupação da Baía da Guanabara no século XVII acompanhando as mudanças ocorridas na América Portuguesa no contexto da descoberta das Minas Gerais em fins deste século e as conexões entre esta região a capitania do Rio de Janeiro e ao Império Ultramarino Português. Avançaremos para o século XVIII, analisando o impacto do achado dos veios auríferos na região mineira para o Rio de Janeiro e na segunda metade o *rush* canavieiro e o desenvolvimento geral da economia colonial e o comércio de escravos.

No **Capítulo 2**, iremos abordar o desenvolvimento demográfico das freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá ao longo do século XVIII e mais especificamente na segunda metade deste século, na medida que é neste período que são realizados a maioria dos censos populacionais brasileiros, demonstrando a preocupação da Coroa Portuguesa em analisar a economia e demografia de suas possessões coloniais. Além disso iremos realizar um estudo sobre a demografia escrava e a estrutura de posse de cativos da Vila de Santo Antônio de Sá, em especial o distrito da Vila, demonstrando a difusão da propriedade escrava na região, e aspectos do contingente escravo.

No **Capítulo 3** iremos nos deter sobre o tema da economia colonial. Apresentaremos a historiografia sobre a economia colonial desenvolvendo uma análise que fuja da dicotomia agro-exportação *versus* abastecimento interno, compreendendo que a produção econômica do Recôncavo da Guanabara se destinava a distintos mercados, tanto internos quanto externos.

O **Capítulo 4** desenvolverá a análise sobre as famílias negras e suas relações de compadrio na freguesia de São João Batista de Itaborahy, na primeira metade dos setecentos, a partir dos registros paroquiais de batismo e casamento de escravos e dos testamentos de livres. Compararemos tais dados com outras freguesias do Recôncavo,

como Irajá, Jacutinga, Campo Grande e Jacarepaguá. Acompanhando os laços estabelecidos pelos escravizados a partir do casamento e da ocasião do batismo de crianças escravas, iremos demonstrar as tendências da legitimidade das crianças escravas e do apadrinhamento dos cativos. Entrelaçaremos o desenvolvimento econômico local com o perfil das escravarias da região, buscando identificar processos de *crioulização* diante das dificuldades econômicas dos senhores de engenhos na região.

O **Capítulo 5** avançará para a segunda metade do século XVIII acompanhando as transformações operadas na demografia, na estrutura de posse de escravos e nas tendências de legitimidade e apadrinhamento numa das freguesias mais antigas do Recôncavo, que foi freguesia de Santo Antônio de Sá. Tais dados também serão comparados com outras freguesias do Recôncavo, de modo a perceber se as tendências verificadas, na freguesia, se aproximam ou se distanciam das outras, e desse modo avaliar o impacto que as transformações econômicas e demográficas na região, durante o período estudado, afetaram na sociabilidade escrava nas escravarias do Recôncavo como um todo. Buscamos compreender as transformações do perfil demográfico da população escrava no momento de recuperação da economia canavieira. Dito de outro modo, buscaremos compreender o processo de *africanização* das escravarias com o surgimento de diversos engenhos na região, demonstrando a vinculação desta freguesia com o comércio de escravizados.

No **Capítulo 6**, analisaremos a demografia escrava e os laços de parentesco dos escravizados na última freguesia desmembrada da freguesia de Santo Antônio de Sá, a de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito. Considerando uma região de fronteira aberta, observamos a presença da população indígena e suas relações com povos oriundos da África centro-ocidental. Criada em um momento de crescimento econômico na capitania

do Rio de Janeiro e do próprio comércio de escravos, percebemos o elemento preponderantemente *banto* nas escravarias da dita freguesia.

Capítulo 1 – O Rio de Janeiro, a Vila de Santo Antônio de Sá e o Atlântico

O processo de ocupação da Capitania do Rio de Janeiro ocorreu após a expulsão dos franceses em 1567. Segundo Paulo Knauss vencida a guerra e subjugadas as populações indígenas a coroa portuguesa passou a conceder sesmarias²⁶ para aqueles que possuíssem recursos para estabelecer engenhos de açúcar.²⁷

Localizada na porção nordeste da baía de Guanabara a bacia hidrográfica dos Rios Macacu-Caceribú²⁸ era uma das regiões mais cobiçadas do Recôncavo da Guanabara nos primórdios da colonização devido, principalmente, ao seu potencial hídrico e não tanto pela fertilidade de suas terras que, de acordo com Maurício de Abreu, a fertilidade do solo, era “de resto igual ou inferior aquelas de outros vales, sobretudo no baixo curso”²⁹.

A freguesia de Santo Antônio de Casseribú e mais tarde a Vila de Santo Antônio de Sá foram erigidas no cruzamento do curso dos Rios Macacu e Casseribú, de modo em que nas fontes da época a freguesia e a vila homônima as vezes era designada de Santo Antônio de Casseribú e outras de Santo Antônio de Macacu. De acordo com José Matoso, a freguesia de Santo Antonio de Casseribú foi

a primeira das criadas no recôncavo e, mais antiga do que ela, só apontava a da Sé do Rio de Janeiro. Sua extensão era vasta, compreendendo na jurisdição do vigário paroquial, até 1627, as terras de Tapacorá, de Guapi-mirim (que se desmembraram em 1674 para formação da respectiva freguesia; da Santíssima

²⁶ Sesmarias são grandes extensões de terras que no início da colonização foram doadas para indivíduos importantes para a Coroa portuguesa.

²⁷ MENDONÇA, Paulo Knauss de . *O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1991.p. 101.

²⁸ Em 1940 foi iniciada uma gigantesca obra de saneamento da Baixada Fluminense resultando na separação do Rio Caceribu do rio Macacu, fazendo com que o Rio Caceribu tivesse sua foz própria na Baía de Guanabara. Cf. OSÓRIO, Lia. Diagnóstico socioeconômico da Bacia do Caceribu. Gente do Caceribu, sua geografia, sua história. RJ. 2004. p.4. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/trabtec/caceribu.htm>>. Acessado em 20/05/2011.

²⁹ ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, vol.1, p. 221.

Trindade (de Macacu), desmembradas em 1675; e de N.S. do Amparo de Maricá, desmembradas antes de 1687.³⁰

Ainda em fins do século XVII foi criada a Vila de Santo Antônio de Macacu, cuja sede era a freguesia de Santo Antônio do Caceribú. De acordo com Baltazar da Silva Lisboa, o que motivou tal transformação foi a preocupação das autoridades pelo grande fluxo migratório de pessoas para capitania do Rio de Janeiro gerado pelo descobrimento das Minas Gerais:

As Ordens Regias de 27 de Dezembro de 1695 haviam já precautionado sobre os funestos effeitos resultados de taes concentrações de povos não unidos em povoações regulares debaixo da inspecção das Leis, e da vigilância dos Magistrados: por esta causa ordenou-se ao Governador Sebastião Castro, que chamasse a hum ponto conveniente aos moradores espalhados pelos certões.³¹

Dessa forma foi autorizado pela Carta Regia de 6 de Novembro de 1696, a criação da Vila em Macacú e recomendou-se que se fizesse o mesmo “em Aguassú, S. Gonçalo, no Campo Grande e na Piedade, formando-se casas em que os Juizes fizessem as audiencias.”³² Porém, somente em 5 de agosto de 1697 é que foi a freguesia elevada a Vila como consta no auto de ereção da Vila:

Ano do Nascimento de N.S. Jesus Cristo de mil seiscentos e noventa e sete, aos cinco dias do mês de agosto do dito ano, neste lugar da freguesia de Casserebu (Caceribu), junto ao Rio de Macacu, nas casas em que se acha pousado o Senhor General e Governador Arthur de Sá e Menezes, aí sentado na cabeceira de uma mesa e o Ouvidor Geral Manoel de Souza Lobo (...) disse o dito Governador que era vindo a este lugar para estabelecer e formar uma vila, com seu distrito e termo, na forma de uma ordem que tinha de Sua Majestade. (...) Porquanto o apelido que até agora se denominou de Macacu é menos curial, assentou-se que de hoje em diante se chamasse a Vila de Santo Antônio, por ser o orago da freguesia matriz, e que em obséquio e gratulação do trabalho que ele Governador teve em vir formar esta vila, por ser a primeira que a ilustrou com sua presença, pela excelência dessa primazia, querem condecorar mais o dito nome com o apelido de Sá (...) a esta nova Vila de Santo Antônio de Sá.³³

³⁰ FORTE, José Matoso Maia. *Vilas Fluminenses Desaparecidas – Santo Antônio de Sá*. Reeditada pela Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984. p. 37.

³¹ LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Na Typ. Imp. e Const. De Seignot-Plancher e Cia, Tomo V, 1834, p. 160.

³² LISBOA, Balthazar da Silva. Op. Cit.p.161.

³³ *Auto de ereção da Vila de Santo Antonio de Sá*. Extraído do Registro de Ordens Régias, Códice 78, vol.12, pág. 132 a 134. Localizado na sala de memória da Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres, na pasta da Vila de mesmo nome. Apud. COSTA, Gilciano Menezes. Op.Cit. p.54.

Sob a jurisdição da Vila ficaram as freguesias: Sede, a de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, a de São João de Itaborahy (também conhecida como Tapacorá), a de Nossa Senhora da Ajuda de Sernambetiba (mas tarde denominada de Guapimirim). Em 1778, além destas, estaria no termo da Vila as freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito e da Santíssima Trindade³⁴. Porém, em 1773, a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambí é desmembrada da Vila de Santo Antônio de Sá para fazer parte da Vila Nova de São José Del Rei. Antes das Reformas Pombalinas³⁵ que determinou a expulsão dos jesuítas das possessões portuguesas a Vila Nova era a antiga Aldeia de São Barnabé. Posteriormente a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim ou Aguapehy-mirim foi anexada a Vila de Magé em 1789.³⁶

Segundo Pizarro, os limites da Vila com a cidade do Rio de Janeiro era

desde a entrada da boca da barra do Rio Macacú, em volta das Freguezias de Itamby, e Tapócorá (Itaboraá), todo o Sertão, sem limite, da mesma Freguezia de Santo Antonio, e de Cernambityba (Guapimirim), até o Rio de Magépe, ou Magépe-guapy³⁷.

Porém, com a elevação à Vila, a freguesia de Magé (1789), o limite da Vila de Santo Antônio de Sá ao Oeste ficou reduzido a margem oriental do Rio Aquápey-mirím.

De acordo com a *Discripção do que contém o Districto da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]*³⁸, de 1797, a sede da vila estava localizada “*em um alto muito pouco elevando entre os dois Rio de Macacu e Casseribu*”³⁹ neste monte se faz a

³⁴ FORTE, José Matoso Maia. *Ibid.* p.43.

³⁵ As Reformas Pombalinas foram as políticas estabelecidas pelo Marques de Pombal objetivando a secularização do Estado português, isto é, a separação dos assuntos religiosos do propriamente político.

³⁶ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Guapimirim.

³⁷ PIZARRO, Monsenhor. *Op.Cit.* p.197.

³⁸ *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]*. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

³⁹ *Discripção....Op.Cit.s/f*

formatura dos seus edifícios a figura de um retângulo o qual é esquartejado em quatro ruas e dois becos e a um dos lados menores fica a Matriz e em frente está situada a casa da Camara e a Cadeia ficando abaixo da câmara a casa das Audiencias e entre esta e a Matriz fica uma praça quase quadrada que terá 15 braças de lado e a um dos lados menores para a parte do Rio Macacu fica situado o convento dos Franciscanos e unida a este fica a capela dos terceiros da uma ordem, fazendo esta com a igreja do convento uma prespectiva bastante agradável e vistosa e as mais casas desta vila são térreas a excessão de quatro sobrados, todas cobertas de telhas.⁴⁰

Como pudemos observar da vila de Santo Antônio de Sá foram desmembradas diversas freguesias e ao findar do século XVIII e início do século XIX algumas delas adquiriram tanta importância quanto a freguesia sede, como o caso da freguesia de São João Batista de Itaboraahy.

Buscando compreender o espaço geográfico da Vila de Santo Antônio de Sá e suas freguesias utilizamos um *software* de georreferenciamento (QGIS). Por meio do georreferenciamento

um sistema de coordenadas (latitute e longitude) é associado a um mapa antigo, com o objetivo de facilitar a sua leitura, recuperar a informação geográfica nele contida, determinar e interpretar as suas características geométricas, medir a sua exatidão ou compará-lo com outros mapas.⁴¹

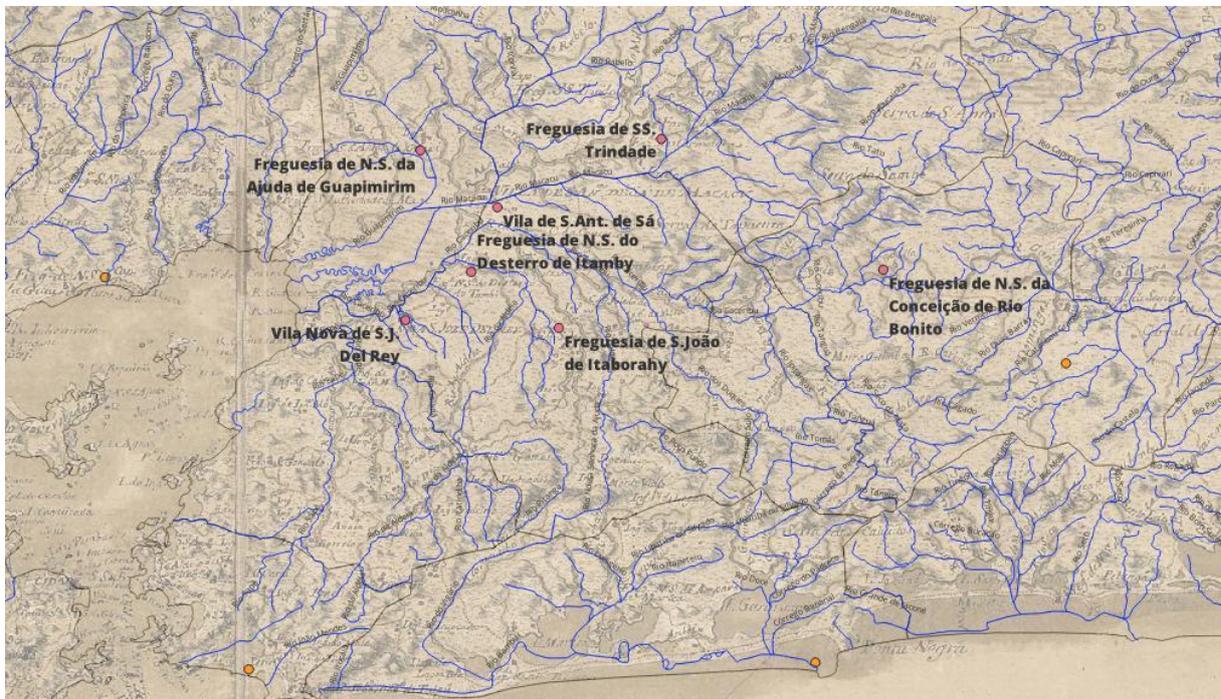
Especificamente realizamos à superposição de layers, estabelecendo alguns pontos correspondente nos dois mapas, estes pontos inicialmente são colocados no mapa atual, mais preciso, e outro, selecionado no mapa antigo. Tais pontos foram inseridos em alguns trechos dos principais rios existentes tanto no mapa atual como no mapa antigo. O passo seguinte foi estabelecer a localização das sedes da Vila e das freguesias que a compõe (mapa 1).

⁴⁰ *Discrição...* Op.Cit.s/f

⁴¹ GASPAR, Joaquim Alves. “Revisando a Cartografia Náutica Portuguesa Antiga do Atlântico: uma análise quantitativa.” In: *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009. p. 9.

O mapa que utilizamos como referência é a “Carta corographia da Capitania do Ryo de Janeyro” de Francisco João Roscio datado de 1777⁴².

Mapa 1- Freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, 1777



Fonte: Elaboração do autor com base no mapa de Francisco João Roscio. ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. [S.l.], 1777.

Nos primeiros anos do século XVIII, a descoberta dos veios auríferos teve consequências funestas no Rio de Janeiro de acordo com as autoridades colônias. Nas correspondências dos governadores, dizia-se da constante fuga de pessoas e capitais do

⁴² De acordo com o Glossário de História Luso-Brasileiro, o geógrafo e engenheiro militar Francisco João Roscio nasceu na ilha da Madeira em 1733 desembarcando no Brasil em 1767, onde atuaria como cartógrafo. “Foi responsável por diversos projetos de vilas, prédios públicos e igrejas. No atual Rio Grande do Sul, seus principais projetos foram a Matriz de Cachoeira do Sul e a Matriz de Rio Pardo. No Rio de Janeiro, projetou a Igreja da Candelária. Designado pelo marquês de Lavradio, vice-rei entre 1770 e 1779, para construção e reparação de fortificações, realizou também o levantamento cartográfico das capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro o. Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros integrou as expedições de demarcação de limites na região Sul do Brasil, decorrentes dos tratados assinados entre as coroas ibéricas. Atuou como segundo comissário, chefiando a primeira divisão da quarta Campanha de demarcação de limites da América Meridional, integrada, ainda, pelo engenheiro José Saldanha e pelo ajudante Elói Portelli. Durante os anos de 1774 e 1775, escreve seu *Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de São Pedro*, descrevendo os costumes dos habitantes, as atividades econômicas e o sistema de transportes da região. Entre os anos de 1801 e 1803 ocupou o cargo de governador interino da Capitania do Rio Grande de São Pedro, vindo a falecer em 1805, em Porto Alegre.” Cf.: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5369&catid=2055&Itemid=266 acesso em 10.01.2024.

Rio para as Minas gerando o despovoamento da cidade, a redução da produção de alimentos e a bancarrota dos senhores de engenhos. Segundo Fragoso, na década de 1690, 24 fábricas de açúcar foram vendidas (20% do total de engenhos).⁴³ Em 1702, D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, escreveu ao rei reclamando da falta de alimentos, farinha e carne na capitania devido à evasão constante de cabedais e pessoas para as Minas.⁴⁴ Em um documento anônimo publicado pelo *Journaul d'un Voyage*, se afirma que em 1703, mais de 10 mil homens deixaram a cidade do Rio de Janeiro após a descoberta dos metais preciosos.⁴⁵ Houve carestia e inflação nos preços dos alimentos no Rio de Janeiro e na Bahia devido o abandono do cultivo das terras.⁴⁶ Antônio Carlos Jucá, por outro lado, relativiza a crise de abastecimento na capitania do Rio de Janeiro. Fruto da combinação do crescimento demográfico da cidade com a diminuição da produção de alimentos causada pelo abandono das lavouras, essa “crise” não levou objetivamente a fome da população.⁴⁷

No decorrer da primeira metade do século XVIII, os oficiais da câmara do Rio de Janeiro reclamavam da alta dos preços dos escravos e as taxas de juros dos empréstimos. O preço dos escravos africanos quadruplicou nas três primeiras décadas do século XVIII:

⁴³ FRAGOSO, João. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005. pp. 135-136.

⁴⁴ Cf. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 73. Ver também: SAMPAIO, *Na encruzilhada império*, 2003, p. 80-92.

⁴⁵ Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos (1531-1800)*. Rio de Janeiro: EDUERJ: J. Olympio, 1999, p. 64.

⁴⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)*. Niterói, 1990. f.410. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990. pp.9-10.

⁴⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do império*, 2003, p. 80-92.

antes do boom aurífero um escravo custava ente 40 e 50 mil réis, em 1730, chegou à 200 mil réis.⁴⁸

De acordo com Fragoso, as escrituras de empréstimos junto ao Juízo de Órfãos desaparecem a partir da década de 1720 desaparecem. O juízo de Órfãos era uma das principais fontes de crédito para financiamento dos senhores de engenho. Isso gerava um grave problema para os senhores de engenhos pois dependiam do mercado de crédito para a aquisição de insumos e de escravos. Tais fatores desencadearam, de acordo com Fragoso, no “definhamento da nobreza da terra”, isto é, das famílias que constituíram seus engenhos no início da ocupação do Recôncavo da Guanabara.⁴⁹

Segundo Ana Paula Souza Rodrigues Machado, dos 104 engenhos existentes em 1720, mais 7 deixaram de funcionar nas duas décadas subsequentes. 28,6% dos engenhos do Recôncavo teriam sido desfabricados nas quatro primeiras décadas do século XVIII. Segundo a autora, um outro fator contribuiu para a diminuição do número de engenhos: a perseguição aos cristãos-novos pelo Tribunal da Inquisição do Santo Ofício ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Foram ao todo 320 cristãos-novos residentes no Rio de Janeiro, sendo 13 indivíduos que detinham engenhos fluminenses. Muitos tiveram seus bens confiscados pela Inquisição.⁵⁰

Segundo Edval de Souza Barros a expansão da fronteira agrícola da Capitania do Rio de Janeiro estagnou-se na primeira metade do século XVIII, a isto coincide a queda na produção açucareira e a descoberta de ouro na região que veio a ser conhecida como Minas Gerais. A este último fator, teve como consequência, o deslocamento populacional

⁴⁸ FLORENTINO, Manolo; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (século XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004, p. 83.

⁴⁹ FRAGOSO, João. op.cit. Cap. 5.

⁵⁰ Machado, Ana Paula Souza Rodrigues. O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII). 2020. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.2020. p.70.

promovido pela perspectiva de enriquecimento, desestruturalizando a produção de gêneros agrícolas. Contudo, as evidências sugerem que o que poderia ter ocorrido foi uma acomodação da produção agrícola da capitania do Rio de Janeiro. Sobre a produção açucareira, como vimos ela de fato começou a passar por dificuldades em finais do século XVII.⁵¹ O aumento do preço dos escravos tivera um papel importante nas dificuldades passadas pelos senhores de engenhos da capitania do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XVIII, porém outros fatores parecem ter influenciado a crise no setor como o não investimento da elite mercantil do Rio de Janeiro nas unidades produtoras de açúcar.

52

A demanda crescente incrementou a oferta de cativos, estimulando a consolidação dos comerciantes de grosso trato na praça mercantil do Rio de Janeiro. A montagem de fortunas mercantis, resultado do boom aurífero, se destinou a aquisição de unidades produtoras de alimentos para atender a demanda em expansão. A partir da década de 1740 as propriedades produtoras de alimentos ultrapassam no valor total das propriedades voltadas para a produção açucareira, de modo que a produção de alimentos começa a comandar o sistema agrário da capitania.

Jucá demonstra que se de um lado o setor açucareiro se encontrava em dificuldades isso não acontecia no setor de alimentos. O preço da farinha, por exemplo, aumentou de forma contínua durante a primeira metade do século XVIII, juntamente com o preço dos cativos, contudo a farinha teria seu valor elevado muito acima da dos escravos, tornando os escravos mais baratos para agricultura de alimentos.⁵³

⁵¹ BARROS, Edval de Souza. Op.cit. pp. 67-68.

⁵² SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Op cit. p. 126.

⁵³ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Op. Cit. p. 123.

Com o aumento da população cativa na capitania do Rio de Janeiro, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, intensificou-se a demanda de alimentos e, conseqüentemente, ampliou-se o mercado para os produtores de alimentos, possibilitando a estes o acesso ao comércio de escravos. A produção de alimentos já tinha chegado a um nível significativo na primeira metade do século XVII e amplia-se na segunda metade. A venda de propriedades de produção de alimentos se expande durante toda a segunda metade do século XVII. Tal produção era destinada não só para o abastecimento interno da capitania, como das frotas e para socorrer as capitanias do norte.⁵⁴

O aumento do comércio de cativos durante a primeira metade do século XVII, tem como ponto de partida a Reconquista de Angola em 1648, na qual os moradores do Rio de Janeiro tiveram importante participação.⁵⁵ Tal “reconquista” teve como consequência o aumento do consumo da cachaça em Angola, mercadoria esta empregada na aquisição de cativos na região. Com isto, os comerciantes detinham o controle sobre a comercialização de um produto de baixo custo. A liquidez propiciada pelo ouro recebido pelo abastecimento das minas e o controle sobre o comércio da cachaça foram elementos que possibilitaram os comerciantes financiar o comércio de cativos, por meio de adiantamento de mercadorias empregadas pelos seus fornecedores em Luanda e Benguela na aquisição de cativos. Em fins do século XVII as importações de Luanda da cachaça eram 61% provenientes da Bahia, 26% de Pernambuco e apenas 12,1% do Rio de Janeiro.⁵⁶ José Carlos Curto afirma que ocorreu um aumento de 260% na importação de cachaça pelo porto de Luanda entre 1690 e 1728 e argumenta que o porto do Rio de Janeiro teria sido o principal importador de africanos a partir de 1730 e o principal

⁵⁴ Ibid. p.131.

⁵⁵ BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola; 1602-1686*, p.267.

⁵⁶ Roquinaldo Ferreira, “Dinâmica do comércio intra-colonial. Geribitas panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)”, in João Fragoso et. al., *O antigo regime nos trópicos* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001), p.349.

responsável pela exportação desta bebida. Apesar de com o tempo os negociantes do Rio tiveram dificuldades em distribuir esse produto em Luanda, logo Benguela se tornou o porto importador desta bebida, que aumentou o embarque de cativos entre 1730 e 1750 para Rio de Janeiro em torno de 100%.⁵⁷

De acordo com Joseph Miller, os primeiros centro-africanos desembarcados no Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XVII, eram oriundos de povos “que viviam nos declives a oeste das terras altas, ao sul do rio Cuanza” e se consideravam “distintos dos luandas ou angolas – apenas inicialmente como umbundus – que eram, em sua maioria, encaminhados para as capitanias produtoras de açúcar do Nordeste brasileiro⁵⁸.

Ainda de acordo com Miller, foram os umbundo de Luanda “a geração fundadora da escravidão urbana na cidade”⁵⁹ do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro, fortemente associado aos negociantes metropolitanos, assegurava Luanda como principal fonte de africanos escravizados para a cidade nas duas primeiras décadas do século XVIII. No Rio de Janeiro os povos de origem umbundo eram selecionados para o trabalho doméstico e no comércio local por estarem mais familiarizados com as normas coloniais portuguesas.

⁵⁷ BARROS, Edval de Souza. Op. Cit. p.70. Apud CURTO, José Carlos. *Alcohol and Slaves*. pp. 180-191;373-375.

⁵⁸ MILLER, Joseph C. . África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD. Linda M. (org.). *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 62.

⁵⁹ *Ibid.* p. 63.

Porém esse contingente era pequeno em relação ao número crescente de escravizados que eram oriundos das guerras no interior de Angola.⁶⁰

Mapa 2- África Central no século XVIII



Fonte: MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados de 1490 a 1850 In: HEYWOOD, Linda M. (org.) *Diáspora negra no Brasil*, São Paulo: Ed. Contexto, 2008. p.53.

Após as descobertas de ouro e diamantes em Minas Gerais a partir dos anos de 1690, com o aumento da demanda por africanos escravizados enviados para o porto do Rio de Janeiro, ampliou-se as estratégias violentas para adquirir cativos em toda a região de fala “umbundo” do alto planalto. Tal violência provocou a divisão das terras altas em várias comunidades militares, os Estados “ovibundos” do século XVIII, tais como:

⁶⁰ Ibid. p. 63.

“Wambu”, “Mbailumdo”, “Humbe”. Os cativos adquiridos nesses conflitos teriam formado o primeiro grande contingente de africanos ocidentais de Benguela que desembarcou no Rio de Janeiro.⁶¹

A busca por um outro caminho para chegar as Minas Gerais motivou alguns moradores da Vila de Santo Antônio de Sá. O Governador da capitania do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira de Albuquerque tomando notícia de que o Capitão Félix Madeira Gusmão intentou chegar as Minas saindo da Vila de Santo Antônio de Sá. Em 1 de dezembro 1704 o governador ordenou que o dito capitão junto com seu filho Félix de Gusmão Mendonça e Bueno iniciar a abertura do caminho para as minas, porém com a notícia de que Garcia Rodrigues Paes teria chegado nas tais Minas Gerais o governador suspendeu a tentativa do Capitão Félix.⁶²

A tentativa de se chegar as minas, ou qualquer outro lugar com jazidas de ouro, pela Vila de Santo Antonio de Sá povoou o imaginário dos moradores e suas tentativas para alcançar este objetivo, tanto é que em 26 de dezembro de 1763 o vice-rei do Brasil, Antônio Álvares da Cunha⁶³ escreve uma carta ao rei D. João sobre o encontro de ouro nos “sertões de Macacu” pelo Maurício José Portugal, morador da Vila de Santo Antônio de Sá, próximo das cachoeiras de Macacu, onde produzia alimentos e serraria de madeira.

⁶¹ Idem, p. 62.

⁶² AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 14, D. 2919-2921. ORDEM do Governador D. Álvaro da Silveira de Albuquerque relativa á comissão de que encarregará Felix de Gusmão Mendonça y Bueno, de proceder á abertura do caminho para as minas. 2.920. ORDEM do mesmo Governador pela qual mandou suspender a abertura do referido caminho. 2919.

⁶³ Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha foi o primeiro vice-rei do Brasil. Cunha teve uma larga trajetória na administração do Império ultramarino português ocupando diversos cargos como, entre outros: trinchante-mor da Casa Real, comendador de Almendra e Idanha-a-Nova, Deputado na Junta dos Três Estados, Mestre-Campo-General, Conselheiro de Guerra, Chefe de Artilharia em 1762, governador de Mazagão e de Angola (1753-1758). Foi nomeado ainda ministro de Portugal na corte de Paris (cargo que não chegou a assumir) e, por fim, vice-rei do Estado do Brasil. Sobre o conde da Cunha ver. ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, história, nobiliarquia, numismática*, Lisboa, Edições Zairol, 2000, vol. 2., p. 549; MACEDO, Joaquim Manuel de, *Suplemento do Ano Biográfico*, Rio de Janeiro, Typografia Perceverança, 1880, vol. 1, pp. 40-45.

A descoberta do caminho Novo para as Minas Gerais, a partir da freguesia de Inhomirim, em 1725, em tempos do governador do Rio de Janeiro Aires de Saldanha de Albuquerque (1719-1725), transformará a capitania do Rio de Janeiro em um papel estratégico devido a sua proximidade com as regiões auríferas, tornando seu porto o principal da América Portuguesa. Em 1715, a Coroa Portuguesa abriu o porto de Luanda para o comércio de escravos com todos os portos brasileiros, tornando o negócio dominado pelos negociantes sediados no porto do Rio de Janeiro.⁶⁷ Para baratear os custos da viagem utilizaram embarcações pequenas, as sumacas, que exigiam menos tripulantes, diminuindo os custos assim como por serem mais rápidas de navegar.⁶⁸ Além disso, os comerciantes situados na praça mercantil do Rio de Janeiro tinham a vantagem dos produtos comercializados em Angola serem produzidos a baixo custo frente aos produtos comercializados pelos negociantes europeus.⁶⁹

De acordo com as estimativas de entrada de escravizados para o porto do Rio de Janeiro a um aumento gradativo de desembarque de escravos no século XVII, que se intensifica logo no primeiro no primeiro quartel do século XVIII. Entre 1601 e 1625 desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro 38.108 africanos escravizados, entre 1626 e 1650, esse número sobe para 56.840 africanos escravizados, no terceiro quartel, a cifra chega a 80.285 escravizados, estabilizando-se no último quartel do século XVII com 82.549. Contudo, no primeiro quartel do século XVIII o número de africanos escravizados chega a 138.405.⁷⁰

Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro em o ano de 1767. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/seção de iconografia.

⁶⁷ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. op. cit p. 343.

⁶⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. op. cit.344.

⁶⁹ Joseph C. Miller, “A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII”, in: Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva, Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul, Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 1999. p. 27.

⁷⁰ <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 10/08/2023.

Não só da África Centro-Occidental vieram escravizados para o Rio de Janeiro. Antônio Carlos Jucá de Sampaio demonstra que nas correspondências entre as autoridades coloniais o comércio com a Costa da Mina estava vinculando com o contrabando de ouro, levando o Rei a proibir este comércio em 1703, demonstrando que este mesmo comércio foi ativado pela exportação do ouro.⁷¹ Mesmo com tal proibição o comércio com a Costa da Mina continua. No mesmo ano a Coroa institui uma cota de importação anual com a Costa da Mina de 1.200 escravos para o Rio de Janeiro, 1.300 para Pernambuco, e todos os outros para a Bahia, limitando para 200 a reexportação para as Minas Gerais. Porém esta lei nunca fora cumprida, sendo abolidas em 1715.⁷² Em 1704 os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro escrevem uma representação contra o governador pois o mesmo ficava com os melhores escravos da Costa da Mina e São Tomé. Em 1711 o governador revoga a obrigação de todos os navios que vinham da Costa da Mina passarem por São Tomé. Em 1720 o rei ordena que não levassem pólvora e armas para a Costa da Mina para resgatar escravos.⁷³

Os dados do banco de dados *The trans-atlantic slave trade* (tabela 1) demonstra que na Costa Ocidental Africana, a preponderância da Baía do Benin no comércio de escravos com o Rio de Janeiro, sendo o maior porto de embarque de escravizados na região. Se antes do rush minerador o comércio de escravos no último quartel do século XVII embarcou somente 811 africanos, no primeiro quartel o número de escravizados cresce de forma avassaladora chegando a ser transportados 9.938 escravizados. Segundo Mariza Soares, a Baía do Benin passou a ser conhecida nesse período pelos portugueses

⁷¹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. p. 169.

⁷² BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.p.68.

⁷³ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. op. cit. pp.169-170.

como “Costa da Mina” correspondendo, *grosso modo*, a região dos povos de língua gbe que abrange

o litoral e a primeira hiterlândia do atual Togo e Benin até o norte do antigo Daomé, onde os mahis partilham certos territórios com grupos iorubás – a segunda área, ocupada por grupos e cidades iorubás, estende-se pelo interior da atual Nigéria até o Níger e ao norte até o território haussá; a terceira área, localizada ao norte, onde estão os haussás e outros povos vizinhos como baribas, tapas chambas, borgus.

⁷⁴

Tabela 1 – Regiões da África Ocidental de embarque de escravos para o Rio de Janeiro, 1676-1800

Período	Senegambia	Serra Leoa	Costa do Ouro	Baía do Benin	Baía de Biafra	Total
1676-1700	0	0	0	811	0	811
1701-1725	0	542	1.991	9.938	0	12.471
1726-1750	2.901	0	669	6.891	1.023	11.484
1751-1775	0	0	0	17.525	0	17.525
1776-1800	0	0	0	230	0	230
Total	2.901	542	2.660	35.395	1.023	42.521

Fonte: <https://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>. Acesso em: 10/08/2023.

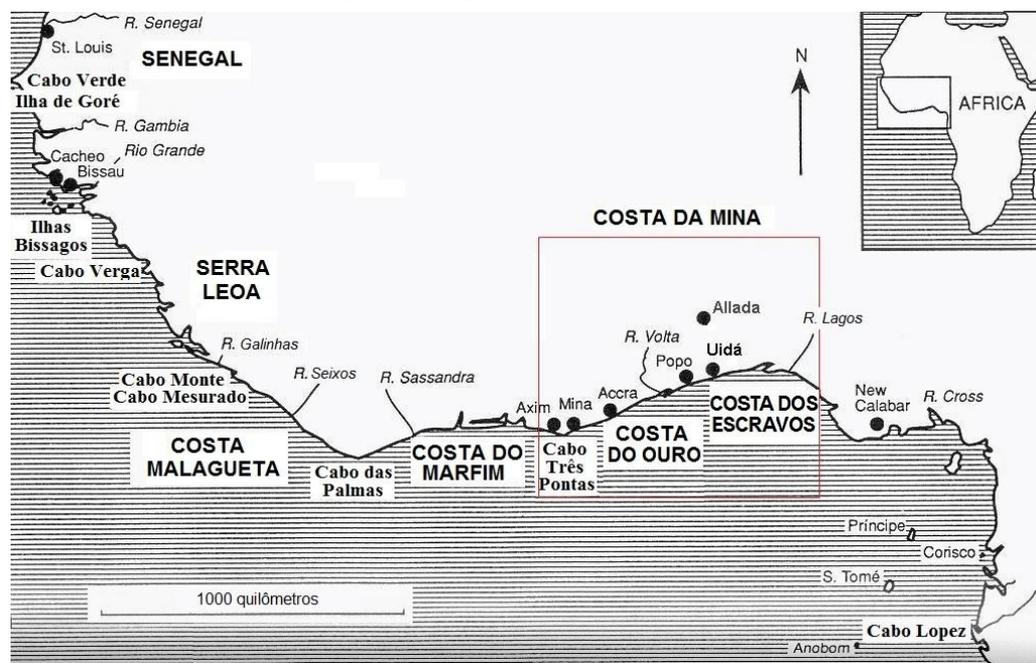
Esse período é marcado por intensos conflitos na Costa dos Escravos. A partir de 1680 a Inglaterra junto com a França teria ajudado na queda do reino de Ardra e na ascensão de Ajudá. O reino de Ajudá não concediam o monopólio do comércio de escravos com os europeus. A partir da segunda década do século XVIII os daomeanos iniciam uma guerra contra o reino de Ajudá e em 1724 tomam o porto, permanecendo nesta região a partir de 1727 guerreando contra os makis. Este período é marcado pelo maior embarque de escravizados na região, se em 1720 foram importados 216 africanos escravizados, em 1721 esse número chega a 1.694 escravizados, chegando a quase duplicar em 1722 com 3.085 escravizados desembarcando no Rio de Janeiro.⁷⁵ Segundos dados de Roquinaldo Ferreira, entre 1722 e 1727 desembarcaram no porto do Rio de

⁷⁴ Mariza de Carvalho Soares. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp.14-17.

⁷⁵ Cf. The Trans-Atlantic Slave Trade Database (www.slavevoyages.org).

Janeiro cerca de 8.342 escravos da Costa da Mina.⁷⁶ É neste período que ocorre a expansão do reino do Daomé sobre o reino de Ardra produzindo inúmeros prisioneiros e, conseqüentemente, escravizados.

Mapa 4 - Região da Costa da Mina



Fonte: <http://costadamina.ufba.br/index.php?conteudo/exibir/11>

Nesse período temos a atuação do fidalgo-mercador Francisco Pinheiro. Segundo Carlos Gabriel Guimarães em 1707 Pinheiro encaminhava as instruções para o capitão Antonio de Cubelos de viagem para a Costa da Mina. Em 17 de setembro de 1709 o mesmo Francisco Pinheiro obteve uma provisão régia para o comércio na Costa da Mina e na Guiné.⁷⁷

Em 1711 a invasão francesa no Rio de Janeiro trará danos para Francisco Pinheiro “tais como a perda do navio Nossa Senhora do Rosário, os “empréstimos” forçados para

⁷⁶ FERREIRA, Roquinaldo. A arte de furtar: redes de comércio ilegal e mercado imperial ultramarino português (c. 1690-c.1750), In: Na Trama das Redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.209.

⁷⁷ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio da carne humana” In Mariza de Carvalho Soares (org.) Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói. EdUFF, 2007. Pp. 41-42.

o governador do Rio de Janeiro para pagar o resgate exigido pelos franceses e a fuga para as Minas do capitão Cubelos com seus escravos”.⁷⁸ Tiveram que ajudar a pagar a Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá, que informou ao Conselho Ultramarino a impossibilidade de naquele momento ajudar na contribuição para o resgate da cidade do Rio de Janeiro.⁷⁹

As invasões francesas à cidade do Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XVIII marcaram a situação política e econômica da capitania do Rio de Janeiro: a primeira foi em 1710 sob o comando de Jean-François Duclair, e a segunda em 1711 sob o comando de René Duguay-Trouin que chegou a tomar a cidade e só abandonou-a mediante ao pagamento de um robusto resgate exigido pelas autoridades francesas.⁸⁰

Disputando o comércio na região da Costa da Mina, em 1712 os comerciantes do Rio de Janeiro se unem com ingleses, numa sociedade para trazer 300 escravos da Costa da Mina. Na década de 1720 dois acontecimentos teriam dificultado os negócios de Francisco Pinheiro: a construção do Forte em São João Batista em Ajudá, em 1721, financiado pelos comerciantes baianos e a expansão do Reino de Daomé. A intensidade dos conflitos na região da Costa da Mina fizera com que o carregamento de escravizados não fosse o melhor: em 5 de julho de 1726 Pinheiro era informado que o carregamento era constituído de mulheres e menores e a maioria com problemas nos olhos. A partir de então a atuação de Francisco Pinheiro declinou devido à falta de sócios para a

⁷⁸ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Op.cit. pp.43-44. Sobre a trajetória de Francisco Pinheiro ver: HONDA, Laercio Massaru. *Francisco Pinheiro: as atividades de um comerciante de grosso trato na América portuguesa (1703-1749)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP, 2004.

⁷⁹ PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta dos oficiais da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá, acerca da impossibilidade em que se encontram para pagarem a contribuição que lhes foi imposta, referente ao resgate da cidade do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx. 9, D. 990.

⁸⁰ BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império*, 2003, p. 44-45.

organização, os novos impostos sobre o comércio de escravos e as restrições de circulação de navegações na Costa da Mina imposta pelos holandeses.⁸¹

Nesse momento, surge a figura de um dos maiores traficantes de escravos, Jerônimo Lobo Guimarães, que tinha relações comerciais com regiões da África Ocidental, e que no ano de 1720 requer ao rei D. João V “[...] lhe faça mandar acrescentar a sua condição a faculdade de pagar os escravos vindos de toda parte”⁸².

Segundo Philippe Moreira esse comerciante teria raízes em várias regiões do mundo atlântico.⁸³ Entre 1725 e 1727, Jerônimo Lobo irá arrematar o contrato dos direitos de entrada de escravos no Rio de Janeiro com destino as Minas, recebendo o “contratador o direito de 4.\$500 de cada hum escravo que fosse enviado assim para as minas, como para as Villas de Paraty, Ilha Grande, Paranaguá, Santos, S. Paulo, e mais partes da repartição das Villas do Sul”⁸⁴. Contudo, segundo Lisboa, a taxa imposta por cada escravo acabou se limitando aos escravizados mandados para as Minas Gerais.⁸⁵ Em 1727 Jerônimo Guimarães obteve outro direito de entrada de escravos para o porto do Rio de Janeiro vindos da Costa da Mina e Cabo Verde por 3 anos.⁸⁶

Segundo Mariza de Carvalho Soares, a partir de 1730 as viagens para a Costa da Mina passaram a depender de autorização do vice-rei e com isso, o descaminho do ouro das gerais via comércio clandestino atinge elevados patamares.⁸⁷ Entre 1734 e 1735 o

⁸¹ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. op. cit. pp.42-53.

⁸² AHU, Avulsos Bahia, Cx.14, Doc. 1219.

⁸³ MOREIRA, P. M. S. Os argonautas da Guanabara: liberdade, circularidade e a formação da economia costumeira no Rio de Janeiro escravista, séculos XVIII e XIX 2023. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.2023. p.94.

⁸⁴ LISBOA, Balthazar da Silva. Anais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 [1834-5].Vol. 2. P. 389-390.

⁸⁵ Ibid. p.392

⁸⁶TAUNAY, Afonso d'Escragolle. Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil. São Paulo, 1941. p.199-200.

⁸⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. op. cit. 2002. p. 82.

governador do Rio devassava uma extensa rede de pessoas envolvidas no descaminho do ouro para o comércio de escravizados na Costa da Mina. Essa rede incluía o governador de Angola, o vigário-geral e ouvidor da ilha de São Tomé, negociantes situados em Lisboa e no Rio de Janeiro, além de ingleses e franceses.⁸⁸ Segundo Roquinaldo Ferreira, “os cativos adquiridos pelos navios “brasileiros” eram conhecidos como como escravos portugueses ou escravos do ouro”.⁸⁹ Ainda segundo Ferreira, o ouro “serviu também para solidificar a forte parceria com os africanos – principalmente depois da ascensão do reino de Daomé, em 1727”.⁹⁰

Na década de 1750 ainda temos notícia do comércio do Rio de Janeiro com a costa ocidental africana. Os oficiais da câmara do Rio, escrevem uma representação em 15 de dezembro de 1751 contra a política do governador do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira e Albuquerque que obrigava a desembarcar os africanos escravizados em uma ilha deserta antes de chegar ao porto do Rio com o objetivo de vistoriar os cativos por conta das doenças que poderiam transmitir e posteriormente escolhia os melhores para revender a um alto preço. Em 1752 o Governador do Rio, Antônio Gomes Freire de Andrade, “expõe sua preocupação com a falta de *fazendas* na Costa da Mina para aquisição de escravos”.⁹¹ Duas soluções foram apontadas, a primeira seria “o patrocínio de uma fragata que proteja a Costa contra as incursões dos holandeses” a segunda era a utilização do fumo produzido na capitania do Rio de Janeiro como moeda de troca para o comércio de escravos.⁹² Em 28 de abril de 1759 o governador do Rio de Janeiro e Minas

⁸⁸ FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima Gouvêa & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (orgs.). *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006. p. 34.

⁸⁹ FERREIRA, Roquinaldo. op. cit. p.209.

⁹⁰ Ibid. p.209.

⁹¹ MOREIRA, P. M. S. op. cit. p.134.

⁹² MOREIRA, P. M. S. op. cit. p. 135.

Gerais, José Antônio Freire de Andrade escrevia ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar informando sobre os navios com destino “aos portos da Guiné e da Ilha de Cabo Verde.”⁹³ Essa foi a última informação que encontramos sobre o comércio de escravos, que as autoridades coloniais escreveram, sobre a costa Ocidental africana, coincidido praticamente com os dados do banco de dados do comércio de escravos.

Philippe Moreira estabelece uma relação entre o comércio de escravizados realizado pelo Jeronimo Lobo Guimarães na Costa da Mina e na ilha de Cabo Verde e a demografia escrava na colônia portuguesa.⁹⁴ Comparando os dados de Resende que demonstra que nas Minas Gerais a presença dos africanos ocidentais era majoritária entre os anos de 1718-1738, representando 5.970 (57,6%) indivíduos contra 4.391 (42,4%) de africanos centro-ocidentais e que no período de 1795 e 1838 os africanos centro-ocidentais se tornam majoritários 3,109 (87,5%) contra 445 africanos centrais (12,5%). A esse processo Resende define como “bantolização”.⁹⁵ Laird W. Bergard com base nos inventários de senhores mineiros percebe o processo de transição do padrão demográfico entre 1720 e 1888. Entre 1720 a 1739 mais de 40% dos escravizados de origem africana eram denominadas minas, já entre 1800 e 1819 o percentual de escravizados minas cai para menos de 10% do total de africanos inventariados.⁹⁶ Contudo o perfil da escravaria fluminense difere um tanto do que foi encontrado em Minas Gerais. Carlos Eugênio

⁹³ AHU_ACL_CU_17, Cx. 55, D. 5433.

⁹⁴ MOREIRA, P. M. S. op. cit. p.100.

⁹⁵ REZENDE, Rodrigo Castro. *Crioulos e crioulizações em Minas Gerais: designações de cor e etnicidades as Minas sete e oitocentistas*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p.114.

⁹⁶ BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, SP: Edusc, 2004. p.229. Outros autores já tinham identificado a redução do número de escravos africanos “minas” ao longo do século XVIII. Cf. LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo, FIPE/PIONEIRA, p. 31-55, 1982 (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA); COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979. LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo, FEA-USP, 1980, 224 p. Tese não publicada, mimeo.

Libano Soares com base nos batismos escravos na freguesia da Candelária no início do século XVIII encontrou uma predominância dos africanos ocidentais. Entre 1713 a 1717, do total de 304 batizados, 98,3% eram ocidentais e 1,7% africanos centro-ocidentais.⁹⁷ Flávio Gomes, ao analisar o livro de óbitos de escravos para a freguesia da Candelária entre 1724 e 1736 encontrou, entre os 360 sepultamentos, 26,7% de africanos ocidentais, 18,8% “gentio da guiné, 53,5% centro-ocidentais.”⁹⁸ James Sweet encontrou na freguesia de Nossa Senhora da Candelária e Santíssimo Sacramento entre 1737 e 1740 um total de 258 sepultamentos de africanos, sendo 172 (66,7%) da costa centro-ocidental, 83 da costa ocidental (32,2%) e 3 (1,1%) da Costa Oriental.⁹⁹ Com base nos livros de batismos de escravos das freguesias urbanas do Rio de Janeiro Soares chega um percentual bem menor, entre 1718 e 1760 do total de 6.609 escravos que levaram seus filhos para serem batizados apenas 9% eram denominadas “minas”¹⁰⁰.

Apesar da presença dos escravizados denominados minas ser menor no Rio de Janeiro do que em Minas Gerais, os dados disponíveis demonstram que parte significativa destes escravizados embarcados na Costa Ocidental Africana que seriam destinados para as Minas Gerais permaneceu no Rio.

Um outro dado importante é que a historiografia fluminense tem ressaltado é a diminuição dos escravos denominados “gentios da guiné” a partir de meados do século

⁹⁷ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Uma porta para o mundo atlântico: africanos na freguesia da Candelária da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, século XVIII. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.9, 2015, pp. 52-54.

⁹⁸ GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, suppl. 1, p. 81-106, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000500006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 abr. p.90, 91-93.

⁹⁹ SOARES, Mariza de Carvalho “Introdução” In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro*. Niterói. EdUFF. 2007. p. 26.

¹⁰⁰ SOARES, Mariza de Carvalho “Indícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Baía do Benim, século XVIII” In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro*. Niterói. EdUFF. 2007. p.69.

XVIII. ¹⁰¹A hipótese sugerida pela Mariza de Carvalho Soares é que a diminuição dos africanos ditos gentio da guiné e o progressivo aumento dos angolas significaria que boa parte dos gentios da guiné seriam africanos centro-ocidentais. ¹⁰² Contudo, considero termos certa cautela em generalizar o termo “gentio da guiné” para toda a costa ocidental africana. Gwendolyn Midlo Hall chegou a advertir sobre a sub-representação dos escravizados vindos da Grande Senegâmbia devido a generalização do espaço geográfico delimitado pelo conceito de “Guiné” no banco de dados *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. ¹⁰³ Segundo a autora, apesar do “Brasil ser muito associado com a África Centro-Occidental e a Costa dos Escravos, a Grande Senegâmbia foi uma fonte importante dos africanos vindos para o Brasil.”¹⁰⁴ A Grande Senegâmbia se refere a região entre o rio Senegal e a Serra Leoa que aparece “na documentação como “Rios da Guiné do Cabo Verde”, “Rios do Cabo Verde”, “Rios da Guiné” ou apenas Guiné”.¹⁰⁵ Logo muitos dos africanos denominados “gentios da guiné” poderiam se referir a identidade construídas pelos escravizados na diáspora oriundos desta região, de modo que que a diminuição e seu praticamente desaparecimento nas fontes eclesíásticas da segunda metade do século XVIII pode indicar o fim do comércio de escravos nesta região para o porto do Rio de Janeiro. Além disso, a tabela 1, demonstra a saída de escravizados na região da Senegambia e da Serra Leoa, na primeira metade do século XVIII.

A partir da segunda metade do século XVIII, o comércio de escravizados em Angola estava totalmente integrado ao sistema mercantil atlântico, cujo centro estava no centro-sul do Brasil. Os portos brasileiros, de Recife, Salvador e Rio de Janeiro eram

¹⁰¹ Cf. SOARES, Mariza de Carvalho. op.cit. 2002. GOMES, Flávio. op.cit. 2021.

¹⁰² SOARES, Mariza de Carvalho. op. cit. 2002.p. 106-108.

¹⁰³ HALL, Gwendolyn Midlo. *Escravidão e etnias africanas nas Américas: Restaurando os elos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. pp.160-162

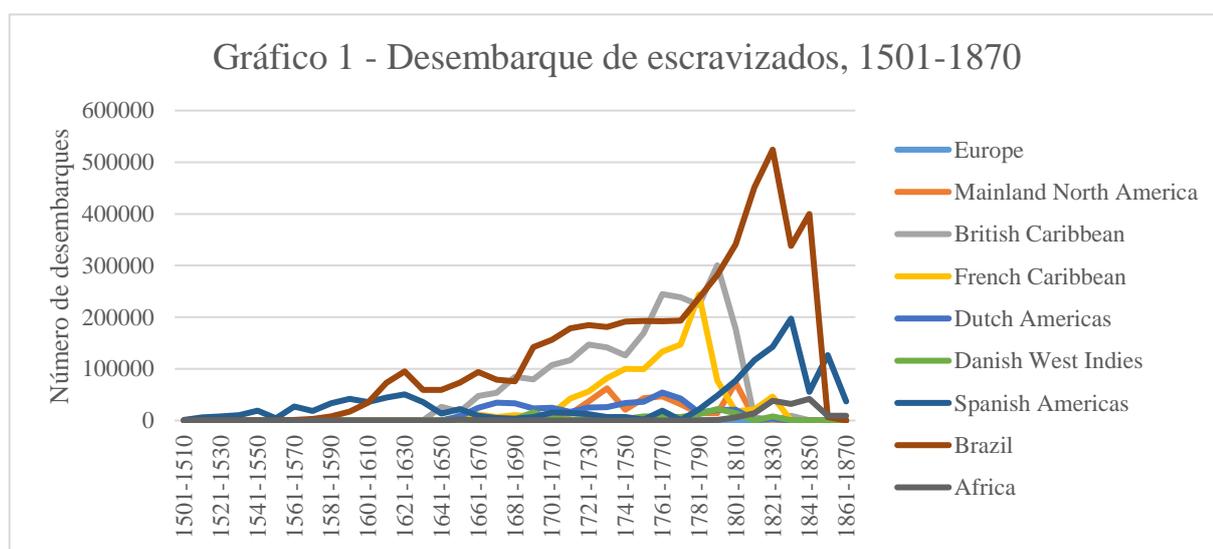
¹⁰⁴ Ibid. p. 156.

¹⁰⁵ AIMARA, Francisco. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550-1625)*. Universidade Federal Fluminense. (Tese de Doutorado). 2016. p.20.

responsáveis por 85% da movimentação dos negócios no porto de Luanda, enquanto Lisboa era responsável por 15% desse comércio.¹⁰⁶

Com base no gráfico 1 podemos perceber que a América Portuguesa foi durante o período de 1501 até 1810 o segundo maior destino da maioria dos escravizados oriundos de diversas regiões africanas, sobretudo dos portos da Costa Ocidental e Centro Ocidental.

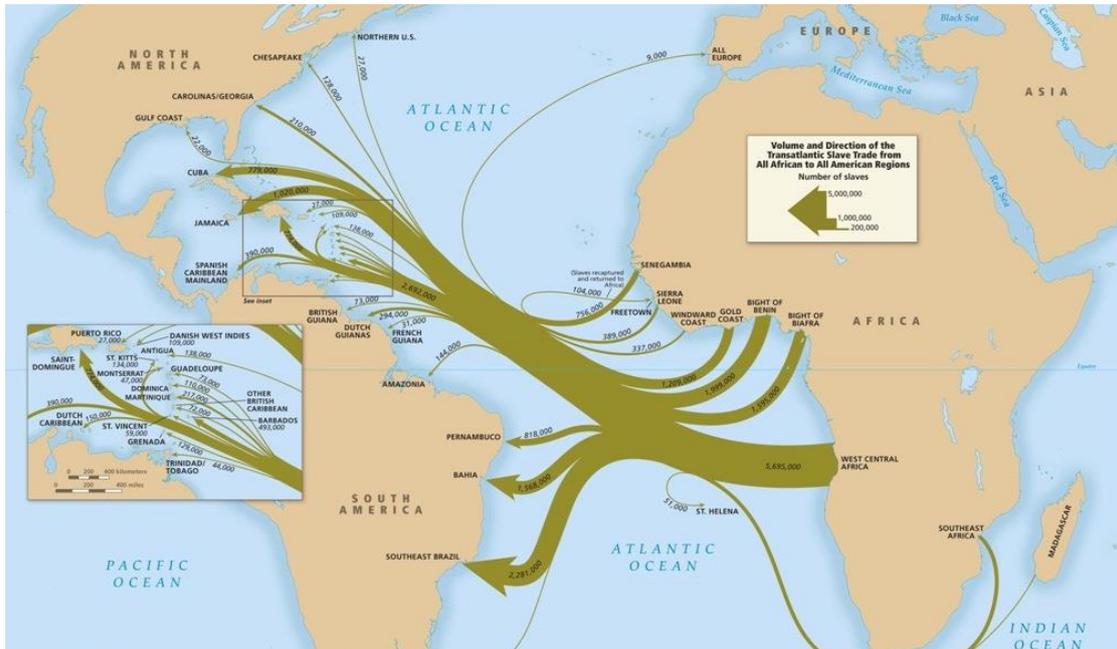
Gráfico 1 - Desembarque de escravizados, 1501-1870



O Mapa 5 resume os diversos trajetos da diáspora africana para às Américas. Apesar dos navios atracarem em determinadas regiões de embarque e desembarque, por diversas ocasiões os cativos embarcados de algumas das principais regiões africanas eram reexportados para outra região da América Portuguesa. O mapa foi construído com os dados das estimativas do total do comércio de escravizados. Podemos perceber o papel de destaque do Rio de Janeiro como um dos portos principais de desembarque de escravos (representado no mapa como Sudeste do Brasil).

¹⁰⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, 1790-1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Mapa 5- Embarque e desembarque de africanos escravizados durante o comércio de escravos



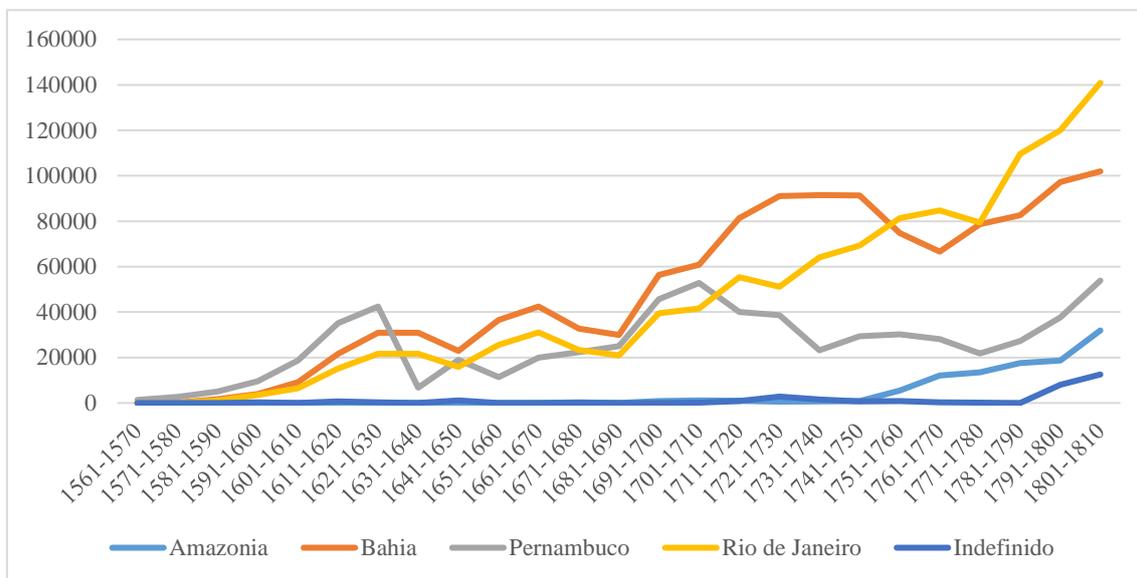
Fonte: <https://www.slavevoyages.org/blog/volume-and-direction-trans-atlantic-slave-trade>

O gráfico 2 contém o desembarque de africanos escravizados nos principais portos brasileiros nos permitindo acompanhar o volume de entradas de africanos escravizados nestes portos. Podemos perceber a primazia da capitania do Rio de Janeiro no comércio de escravos a partir da década de 1750, ultrapassando o volume de entradas para o porto de Salvador. Observa-se que a capitania baiana estava bem próxima com um total de desembarques de 1.550.000, representando um percentual de 18% do total dos africanos escravizados desembarcados; seguida de Pernambuco com 854.00, correspondendo a 10,2%. Tal situação contribuiu para que este porto se tornasse o maior porto do atlântico sul.

Segundo Joseph Miller, os comerciantes estabelecidos na praça mercantil do Rio de Janeiro, multiplicaram suas atividades em Benguela, no século XVIII, fornecendo africanos escravizados para o trabalho nas minas de ouro e diamantes de Minas Gerais. Desenvolveram “uma frota considerável para o transporte que iam buscar cativos cada

vez mais para o interior das terras montanhosas do sul da África Central” e substituindo os negociantes de Pernambuco que, até então eram os maiores compradores no porto de Luanda.¹⁰⁷

Gráfico 2 - Desembarque de africanos escravizados no Brasil, 1561-1810



Fonte: The Trans-Atlantic Slave Trade Database (www.slavevoyages.org).

Ainda, de acordo com Miller, na primeira metade do século XVIII os negociantes do Rio de Janeiro se consolidam no comércio em Luanda e Benguela, transportando entre 15 a 20 mil cativos para a região do centro-sul do Brasil transformando os centro-africanos como grupo dominante entre os escravizados na capitania do Rio de Janeiro.¹⁰⁸ A importação de africanos escravizados de Luanda e Benguela para o porto carioca começa a crescer a partir de 1740 e tem seu apogeu a partir de 1790 permanecendo até 1830¹⁰⁹.

De acordo com José Carlos curto durante todo o século XVIII a cachaça, ou *jeribita* (termo como ficou conhecida a cachaça brasileira) foi o principal elemento das

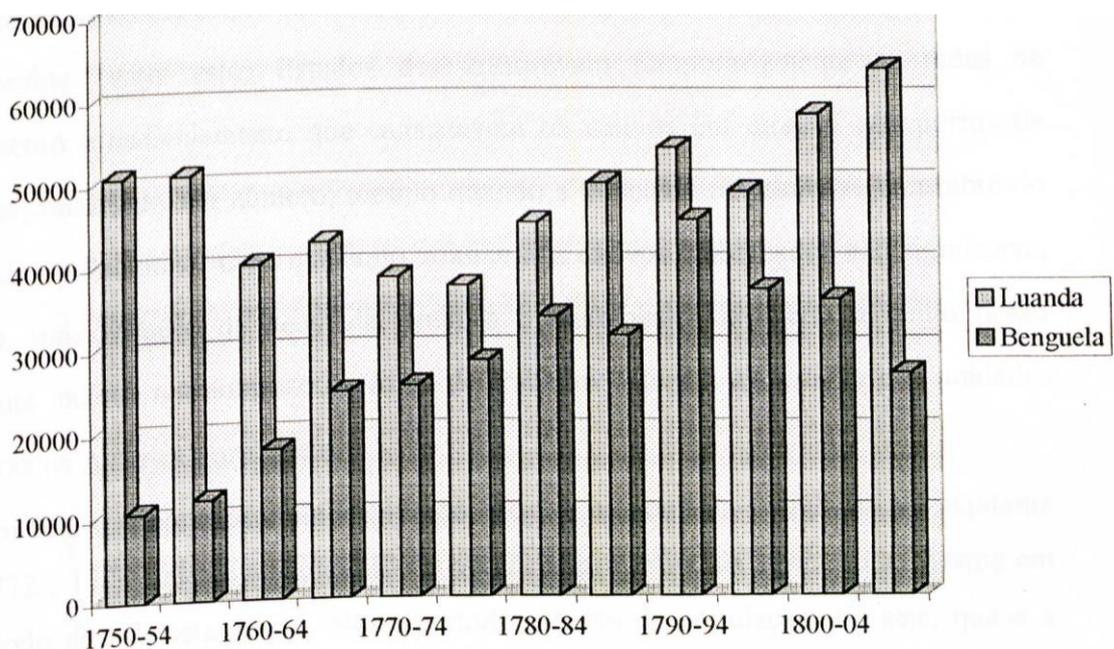
¹⁰⁷ MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. (org.). Diáspora negra no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p.42.

¹⁰⁸ Ibid. p. 44.

¹⁰⁹ Idem, p. 43.

relações econômicas brasileiras com Angola. Segundo Curto durante as décadas de 1760 e 1770, a uma redução da exportação de cativos de Luanda que é compensada com o aumento das exportações de cativos em Benguela, como podemos perceber no gráfico 3. Na década de 1760 do total de 191 navios aportados em Luanda 53% saíam do Rio, 24,5% da Bahia e 22,5% de Recife. Dos escravos embarcados em Luanda nesse período 48,5% foram para o Rio de Janeiro, 20,5% para a Bahia e 24,5% para o Recife. Em fins da década de 1780, cerca de 67% dos navios que chegavam no porto de Benguela tinha por origem o Rio de Janeiro. Os demais navios eram provenientes de Lisboa devido o fortalecimento dos comerciantes lisboetas proporcionado pela política de Pombal.¹¹⁰

Gráfico 3 - Saída de Cativos dos Portos de Luanda e Benguela entre 1750 e 1804



Fonte: BARROS, Edval de Souza. Op. Cit. p.73. Apud CURTO, José Carlos. *Alcohol and Slaves*.

p. 374.

¹¹⁰ BARROS, Edval de Souza. Op. Cit. pp.71-72. Apud CURTO, José Carlos. *Alcohol and Slaves*. pp. 374-384.

Ao longo do século XVIII a região Congo-Angola se torna a principal fonte de escravizados africanos para o Rio de Janeiro exportados, sobretudo, através dos portos de Luanda e Benguela. Ao longo deste século, 94% de africanos escravizados que entraram no Rio de Janeiro eram originários da África Central Atlântica contra 4,5% da África Ocidental e apenas 1,5% da África Oriental (tabela 2).

De acordo com Miller, após a corrida do ouro cada vez mais escravizados vindos do interior profundo da África Central eram transportados para o Rio durante o final do século XVIII. Os negociantes em Luanda construíram diversas redes comerciantes com os centros mercantes do interior “estabelecidos ao leste no vale Kwango, em Matamba e Kasanje, até redes políticas e comerciais dos ruunds, para além do Cuango, e por volta dos anos 1760, também os negociantes de fala umbundo nas escarpas do norte das terras altas, ao sul de Cuanza, em Bihe.”¹¹¹ Contudo nem só do interior profundo vinham os africanos escravizados, de acordo com Roquinaldo Ferreira no século XVIII cada vez mais vassallos dos reinos Matamba e Casanje foram escravizados devido a prática de penhorar indivíduos para o pagamento de dívidas com os comerciantes itinerantes.¹¹²

Do mesmo modo, Mariana Cândido aponta que “na região de Benguela a escravidão era uma ameaça a todos” de modo que a

ideia defendida por Joseph Miller e outros, de que a fronteira da escravidão moveu-se cronológica e progressivamente para o interior do continente africano, criando proteção para os habitantes do litoral, não se aplica a Benguela.¹¹³

¹¹¹ MILLER, Joseph. Op. cit. p.65.

¹¹² FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. Especialmente o capítulo 2.

¹¹³ CANDIDO, Mariana P. Candido, “O limite tênue entre a liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico”, In: *Afro Ásia*, n. 47, 2013. p.241.

Contudo, segundo Robert Slenes, tais conclusões não permitem invalidar a tese de Miller no momento em que não nos oferece dados quantitativos sobre o comércio tanto nas regiões próximas do litoral como no interior mais distante. Thornton e Heywood neste caso apresentam dados nos quais foi possível afirmar que na década de 1780, 50% dos escravizados vinham do antigo reino do Congo e a outra metade de além das fronteiras do reino.¹¹⁴

Tabela 2 – Desembarque de africanos escravizados no Rio de Janeiro (1701-1810)

Período	Centro-Ocidentais	Ocidentais	Orientais	Total
1701-1710	40474	1135		41609
1711-1720	53626	1734		55360
1721-1730	42286	8921		51207
1731-1740	55981	8035		64016
1741-1750	67958	1310		69268
1751-1760	75739	4538	1114	81391
1761-1770	73661	10746	266	84673
1771-1780	78984	426		79410
1781-1790	109660			109660
1791-1800	118249	257	1459	119965
1801-1810	127271	3205	10384	140860
Total	843889	40307	13223	897419
Percentual	94,0%	4,5%	1,5%	100%

Não só com a África o comércio do Rio de Janeiro cresceu durante o século XVIII. Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo o comércio de cabotagem “se expandiu consideravelmente na primeira metade do século XVIII, graças ao estímulo proporcionado pelos novos mercados internos surgidos na zona de mineração” além do comércio do Rio de Janeiro com à Bacia do Prata, que reexportava os escravos, além de

¹¹⁴ SLENES, Robert. “Trocias culturais no "Rio Atlântico": Angola no auge do trato de escravos”In: Afro-Ásia, n.48, 2014.. John Thornton, "As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas", *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32 (1997), pp. 55-74, esp. 66-7; Linda Heywood, “Slavery and its Transformation in the Kingdom of Kongo: 1491-1800”, *The Journal of African History*, v. 50, n. 1 (2009), pp. 1-22.

fornecer açúcar, cachaça e mandioca entre outras mercadorias, enquanto a segunda abastecia a capitania com peles, banha, carne seca, trigo e prata.¹¹⁵

De acordo com João Fragoso, ao longo do segundo quartel do século XVIII, os negócios da capitania fluminense, relacionados à importação e à redistribuição, passaria a sobrepujar os negócios baianos possuindo uma alfândega mais volumosa, constituindo-se no principal abastecedor das Minas, e, a partir de 1750, o maior comprador de africanos da América portuguesa no século XVIII.¹¹⁶ Desse modo, argumenta Fragoso, “a cidade estava abandonando sua antiga base agrária para se converter num ponto de convergência dos fluxos comerciais do império português”, além disso, “o controle dos nervos da economia escravista mercantil da capitania estava passando para as mãos dos negociantes de grosso trato, fossem eles residentes, comissários reinóis ou ambos, simultaneamente”.¹¹⁷ Portanto, em meados da primeira metade do século XVIII teria ocorrido uma mudança de poder, daquilo que ele definiu como “nobreza da terra”¹¹⁸ para os comerciantes de grosso trato.

A década de 1750 é um marco na história do Império Português e de suas colônias. Para Charles Boxer, a partir desta década ocorrem uma série de transformações e acontecimentos fundamentais para a compreensão deste momento como uma ruptura. Entre os fatores mais importantes o autor destaca: o declínio da produção aurífera; a morte

¹¹⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro*, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 32.

¹¹⁶ FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: _____; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 337.

¹¹⁷ FRAGOSO, João. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600-1750). In: _____; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2007, p. 39.

¹¹⁸ Por nobreza da terra entende-se as elites coloniais, isto é, os senhores de engenho descendentes dos conquistadores do Rio de Janeiro. Cf. FRAGOSO, João. “A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII).” In: *Topoi. Revista de História*, n.1, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000, pp.36-37.

de D. João V, levando ao trono D. José I; a virtual extinção das bandeiras paulistas, responsáveis pelo ciclo decisivo da ocupação do território brasileiro; e a assinatura do Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, com o intuito de estabelecer as fronteiras entre os domínios dos dois Estados ibéricos na América.¹¹⁹

A segunda metade do século XVIII, mais exatamente o período compreendido entre 1750 e 1777 é marcado na historiografia pela noção de “época pombalina” na qual administração do Império Português estava nas mãos do Marquês de Pombal (1750-1777), ministro de D. José I, o qual influenciado pelo pensamento ilustrado dispensou enormes esforços para introduzir um ciclo de reformas.¹²⁰ Tais mudanças, iniciadas no período pombalino se estendem para toda a segunda metade do século XVIII demonstrando uma atuação mais sistemática da Coroa Portuguesa. Uma das políticas implementadas sobre a colônia foi a de incentivos à diversificação da agricultura no Brasil, implementada, especialmente, no Rio de Janeiro pelo vice-rei e governador da capitania do Rio de Janeiro, Marquês do Lavradio, no período de 1769-1778. Segundo Fábio Pesavento, tal política partia da compreensão de Pombal de que “a Colônia deveria exportar mais e não depender da produção de poucos gêneros. A ideia era arrefecer o

¹¹⁹ Ver BOXER, Charles Ralph. *A Idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª

ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.305.

¹²⁰ Sobre o período pombalino conferir: BOXER, Charles Ralph. *A Ditadura Pombalina e suas consequências (1755-1825)*. In: BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1ª edição inglesa, 1969), pp. 190-215. AZEVEDO, João Lucio. *O Marquês de Pombal e sua Época*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922, 2ª edição com emendas (1ª edição, 1909). FALCON, Francisco José Calazans *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. FALCON, Francisco e RODRIGUES, Cláudia (org.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil”. In: *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal, Alguns Aspectos*. Lisboa: Gradiva, 1951. MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. Nuno Gonçalo Monteiro. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

risco de depender de poucos produtos exportados, fenômeno observado durante o desenvolvimento da economia brasileira colonial.”¹²¹

Com o incentivo da Coroa para que se diversificasse a pauta de exportação brasileira e, conseqüentemente, a fluminense, Pombal através das autoridades coloniais introduziu novas culturas no Brasil. No Rio de Janeiro, se destacaram o linho cânhamo, a amoreira (para se criar o bicho-daseda), a cochonilha, o anil e o arroz.¹²²

Segundo Pesavento, o período de maior apoio da Coroa para a diversificação agrícola deu-se durante a administração do Marquês de Lavradio (1769-79). Contudo, desde 1750, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, estava imbuído de estimular a cultura do arroz e semear o linho cânhamo e pinhões, e após o governo do Marques de lavradio tal política teve prosseguimento durante o governo de Luís de Vasconcelos (1779-90).¹²³

Com base nas informações sobre as frotas que partiam do Rio de Janeiro para Lisboa e Porto, Pesavento identificou que a carga dos 11 navios da frota de 1757 eram basicamente de açúcar, couros e diversas madeiras. Em 1761, a frota composta por 24 navios transportava além do açúcar, couros, madeiras, azeite de peixe, barbatanas, aguardente, há a presença do arroz, demonstrando portando, a inserção de novos produtos agrícolas.¹²⁴ A partir de 1777 as culturas incentivadas pelas políticas de diversificação agrícola, principalmente o anil e arroz, foram consolidadas na pauta de exportação. Entre 1777 e 1789, as novas culturas (algodão, goma, anil, arroz, café, canela, cochonilha e linho cânhamo) somam 23%. O anil e o arroz juntos representavam aproximadamente

¹²¹ PESAVENTO, Fábio, op. cit. p.63.

¹²² PESAVENTO, Fábio, op. cit. p.64.

¹²³ Ibid. p. 64.

¹²⁴ Ibid. p. 75.

19% da receita de exportação fluminense.¹²⁵ No próximo capítulo veremos como tais culturas foram inseridas na economia da Vila de Santo Antônio de Sá.

Há diversas controvérsias sobre o desenvolvimento da economia do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XVIII. Dauriel Alden argumenta que a colônia passará por uma grande crise econômica após a queda da extração aurífera na região de Minas Gerais, seguida pelo retorno a produção agrícola. Desse modo, o autor afirma que haveria um ressurgimento da economia agrícola em finais do século XVIII, com a recuperação da economia açucareira e do tabaco e, com o crescimento das novas culturas de exportação, como o café e o anil.

Entre os primeiros que criticaram esta visão Antonio Carlos Jucá Sampaio argumentou que, “no caso da capitania fluminense, não se pode falar num ‘renascimento’ ou ‘ressurgimento’ de sua agricultura simplesmente porque ela nunca ‘morre’ ou ‘some’”¹²⁶, pois apesar da retração econômica no setor açucareiro, a produção de alimentos passa por um grande crescimento compensando a ‘decadência’ da primeira. Desse modo, a expansão da produção açucareira,

“não somente não se deu sobre uma ‘terra arrasada’, como também não representou a retração da produção de alimentos, que, mesmo com a decadência dos circuitos auríferos, continuou encontrando um importante mercado para seus produtos na nova capital da colônia.”¹²⁷

Apesar destas suas conclusões, é importante salientar que o recorte cronológico de sua pesquisa é anterior à crise da produção aurífera, e retrata principalmente a economia do Rio de Janeiro na década de 1740, não desenvolvendo sua análise para o período posterior.

¹²⁵ Ibid. p. 76.

¹²⁶ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá, op. cit. p.103.

¹²⁷ Ibid. p.103.

Para preencher esta lacuna, isto é, o desenvolvimento da economia fluminense na segunda metade do século XVIII, Fábio Pesavento, por meio da análise de escrituras públicas e outras fontes do período, concluiu que a economia carioca “não experimentou uma crise ou depressão econômica, mas sim uma estagnação. Além disso, verificou-se um revigoramento das atividades agrícolas fluminenses.”¹²⁸

Para tentar compreender o peso da queda da extração aurífera na economia do Rio de Janeiro, Pesavento, analisou a evolução de algumas atividades econômicas do Rio de Janeiro, e concluiu que durante 1760-69, houve uma forte retração dos valores dos bens urbanos e do volume dos empréstimos concedidos, e que mesmo com uma recuperação durante as décadas de 1770 e 1780, o desempenho destes mercados foram menores que na década de 1750.

Por outro lado, o valor médio dos bens rurais se valorizou na medida em que o declínio da extração aurífera se intensificava, principalmente na década de 1760. Contudo, quando se verifica a arrecadação de dízimos da Coroa, Pesavento, demonstra que no período de 1760-69 não ocorreu um declínio de sua arrecadação média. Desse modo, ao menos em algumas atividades (bens urbanos e de crédito) pode se estabelecer a relação entre a queda da mineração e a economia do Rio de Janeiro.

Diante dessa conjuntura, Pesavento argumenta a favor do revigoramento da agricultura, não a partir do zero, como pensava Dauril, mas sim por meio da existência de uma rede de abastecimento interno no Rio de Janeiro anterior a queda da extração aurífera e por meio das políticas de fomento a agricultura estabelecidas durante a segunda metade do século XVIII. As políticas de fomento a diversificação agrícola, estabelecidas durante o período pombalino (1750-70) permitiram que novos produtos fossem incluídos

¹²⁸ PESAVENTO, Fábio, op. cit. p.606.

na pauta de exportação, o que compensaria em parte a queda da extração aurífera nas Minas Gerais.

A partir de meados do século XVIII, o Recôncavo da Guanabara deixa de ser o principal polo de produção açucareira da capitania do Rio de Janeiro para a região do Campos dos Goitacazes, tornando-se uma grande área de atração de cativos via porto do Rio de Janeiro. Em 1769 haviam 55 engenhos na região, em 1778 esse número triplicou passando para 168 engenhos. Em 1783 constavam 278 engenhos na região. Portanto, no espaço de 15 anos a capacidade produtiva foi quintuplicada.¹²⁹ Contudo, no Recôncavo da Guanabara temos o revigoramento da produção açucareira, aliada a expansão da produção de alimentos e de novos produtos inseridos no tempo das Reformas Pombalinas. Ainda neste período a cidade do Rio de Janeiro é elevada à capital da colônia em 1763, tornando-se o principal polo jurídico e econômico do império colonial português, justamente no momento em que supera a Bahia em número de cativos desembarcados através do comércio transatlântico de africanos escravizados, como podemos ver no gráfico 1.

Segundo Edval de Souza Barros entre 1755 e 1780 a movimentação de navios no porto do Rio de Janeiro aumentou continuamente mesmo durante o declínio da mineração. No período 1755 e 1759 saíram do porto do Rio 92 navios, entre 1760 e 1764, 31 navios, 1765 e 1769 75 navios, 1770 e 1774, 92 navios, 1775 e 1779, 102 navios. A mesma quantidade de navios teria passado entre 1765 e 1769 e entre 1750 e 1754: 74 navios. Isto é, antes mesmo que a produção aurífera dava sinais de esgotamento.¹³⁰

¹²⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro e FLORENTINO, Manolo Garcia. op.cit. p. 75.

¹³⁰ BARRO, Edval de Souza. op. cit. p.72.

O final do século XVIII é marcado pelos desdobramentos políticos e econômicos da Revolução do Haiti em 1792, momento no qual se verifica, com maior intensidade, o fortalecimento dos comerciantes portugueses e brasileiros resultado das reformas políticas e econômicas estabelecidas pelo Marquês de Pombal, (1750 a 1777). Além disso, a expansão da economia escravista exportadora ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento do mercado interno de gêneros alimentícios.¹³¹

Não é nosso objetivo retomar a discussão em torno do grau de autonomia da Colônia e a dependência econômica do Rio à conjuntura econômica “internacional”. Consideramos pertinente a conclusão à qual chegou Fábio Pesavento, o qual argumenta que diante da forma como diferentes mercados se desenvolveram durante a segunda metade do século XVIII, isso pode ser explicado devido ao fato de que “a economia fluminense não se restringia apenas a oscilação da economia colonial ou da economia internacional, mas sua conjugação”.¹³²

Manolo Florentino vai demonstrar a predominância dos Africanos Centro Ocidentais no comércio entre Angola e o Rio de Janeiro entre 1790 e 1830¹³³. Do mesmo modo, Mary Karasch aponta a preeminência dos cativos da África Centro-Ocidental no Rio de Janeiro entre 1800 e 1850.¹³⁴ Do outro lado do Atlântico, entre 1795 e 1811, Benguela respondia por quase 50% dos navios negreiros que atracaram no Rio. E segundo Miller, entre 1796 e 1828, pelo menos 80% dos navios que saíram de Benguela tinham como destino o porto do Rio de Janeiro.¹³⁵

¹³¹ SCHWARTZ, Stuart. “Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brazil.” *Latin American Research Review*. Minnesota, v. 31, n.1, p. 113-134, 116, 1996.

¹³² PESAVENTO, Fábio, op. cit. 2012. p. 606.

¹³³ FLORENTINO, op. cit., 2002 pp. 78-100

¹³⁴ KARASCH, Mary C. A vida de escravos no Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia da Letras, 2000, pp.35- 66

¹³⁵ Joseph Miller, “Legal Portuguese Slaving from Angola. Some Preliminary Indications of Volume and Direction, 1760-1830”, *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, vol. LXII, nos 226- 227, 1975, p. 145.

Ao longo deste capítulo procuramos desenvolver a história da capitania do Rio de Janeiro e da Vila de Santo Antônio de Sá aliada as conjunturas políticas e econômicas, internas e externas do Brasil, em suas relações com o mundo atlântico. As transformações vividas na capitania em finais do século XVII e ao longo de todo o século XVIII e início do XIX influenciaram o perfil das escravarias das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá e os modos como os escravizados estabeleceram laços de sociabilidade ao longo deste período como veremos nos próximos capítulos.

Capítulo 2 – Evolução demográfica da Vila de Santo Antônio de Sá e de suas freguesias de finais do século XVII ao início do XIX

A partir da segunda metade do século XVIII, os levantamentos populacionais da capital do Rio de Janeiro passaram a ser realizados com maior frequência para todo o Império Marítimo Português, apesar do Rio de Janeiro, comparado as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, não ter sido alvo de tantos mapas populacionais quanto aquelas.¹³⁶ Conforme Maria Luiza Marcílio aponta a Coroa portuguesa, para realizar tais levantamentos, “recorreu às duas maiores instituições existentes nesse território: a Igreja, em primeiro lugar, e o Corpo Militar, constituído pelas Companhias de Ordenanças da terra.”¹³⁷ Além disso, outras instituições foram convocadas, como as câmaras de vereadores das vilas estabelecidas pelo território colonial.

É possível estimar o desenvolvimento demográfico de finais do século XVII até as primeiras décadas do século XIX em várias regiões da capitania. Infelizmente, diferente de São Paulo, não contamos com listas nominativas anuais para a Vila de Santo Antônio de Sá. No entanto, temos algumas informações que foram acumuladas ao longo do tempo por meio de visitas paroquiais, levantamentos populacionais de vice-reis, memórias históricas e outros documentos que nos possibilita realizar uma análise da evolução da população livre e escrava, bem como o quantitativo de homens e mulheres

¹³⁶ Sobre as listas nominativas e uma análise crítica sobre elas ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: Revista de Historia, Juiz de Fora*, v. 14, n. 1, 2008. p. 113-132.

¹³⁷ MARCÍLIO, Luíza Maria. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitente, Edusp, 2000. p.33.

em cada um desses grandes segmentos da população e, por fim estabelecer o número total de domicílios em cada período.

Diversos historiadores têm destacado que tais levantamentos do final do século XVIII representam uma nova reorientação da Coroa Portuguesa com relação aos seus domínios ultramarinos demonstrando uma necessidade de conhecer seus súditos afim de organiza-los de acordo com seus interesses econômicos e militares.¹³⁸

As primeiras estatísticas se desenvolveram por ordem religiosa. As paróquias eram responsáveis pela administração religiosa e cível da população sujeita a sua jurisdição. Os bispos do Rio de Janeiro ao visitarem as paróquias solicitavam, aos padres responsáveis por elas, informações referentes a população da região, com objetivo de obter conhecimento do “estado das almas”, isto é, o número de pessoas sujeitas ao sacramento cristão.

Conforme salientou Marcílio, estas primeiras estatísticas “não passam de estimativas grosseiras e subjetivas, normalmente aceitas, na falta de outras”¹³⁹. Ainda segundo Marcílio, esse período pode ser denominado de fase proto-estatística, momento pelo qual os levantamentos populacionais começaram a ser realizados com maior frequência na segunda metade do século XVIII. De acordo com Victor Luís Alvares Oliveira, apesar da maior frequência na elaboração e feitura destes mapas populacionais “ainda é um período cujas bases científicas de recolhimento e tratamento dos dados longe estavam de serem completamente aplicadas, por isso os números de pessoas e fogos são

¹³⁸ Conferir entre outros: MARCÍLIO, Luíza Maria. *Ibid.* p. 44; MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Paulo Silveira e. “A estatística da população na América Portuguesa, 1750-1820.” *Revista de Historia y arqueología desde el Caribe colombiano*, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan/abr. 2015. p. 75; BOTELHO, Tarcísio R. “A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776-1822): fontes e estimativas globais”. *Anais de Historia de Alem-Mar* . 2015, Issue 16, p. 80.

¹³⁹ MARCÍLIO, Luíza Maria. *Ibid.* p.33.

muito mais estimativas populacionais do que retratos fiéis do conjunto dos habitantes”.¹⁴⁰ Nesse sentido, ao utilizarmos as informações disponíveis nestas “Visitas”, temos como objetivo obter, ainda que de modo grosseiro, um panorama da população local da Vila de Santo Antônio de Sá. Infelizmente poucas foram as “Visitas” que sobreviveram ao tempo. Tais visitas eram regulares, como atestam os livros paroquiais, só na segunda metade do século XVIII, encontramos referência a treze visitas no livro de casamento de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá.¹⁴¹

O território da Capitania do Rio de Janeiro era dividido em vilas que englobava diversas freguesias. Além desta divisão a capitania era dividida, para questões militares em dez distritos, em cada qual havendo um “terço” que compõe as tropas auxiliares. Cada terço era comandado por um Mestre de Campo, que dentre as suas obrigações, possuía a de realizar o levantamento populacional das freguesias que compunham o terço. O distrito de Santo Antônio de Sá, as vezes grafado como distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, é composto por 4 freguesias: a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Aguapeyimirim, a da Santíssima Trindade, a freguesia homônima da vila e a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, além do antigo aldeamento jesuítico de São Barnabé, elevada a Vila logo após a expulsão dos jesuítas do Brasil, durante o governo do Marquês de Lavradio.

Na dissertação de mestrado utilizamos a divisão por distrito na medida em que nosso foco era apenas as freguesias que compunham o distrito. Nesta tese, utilizaremos o recorte geográfico das vilas, e analisaremos o desenvolvimento populacional das freguesias que compunham a antiga Vila de Santo Antônio de Sá. Como apontamos no

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. *Lavradores de Guaratiba: a vida, a produção e o comércio das unidades familiares-escravistas de um distrito rural do Rio de Janeiro (c.1780-c-1808)*. 2020. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹⁴¹ ACMRJ. *Livro de Registro Paroquial de casamentos de escravo da freguesia de Santo Antônio de Sá (1756-1809)*

início do capítulo a Vila de Santo Antônio de Sá em sua origem se compunha das freguesias de Santo Antonio de Sá, Nossa Senhora do Desterro de Itambi, São João Batista de Itaborahy, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e do Aldeamento de São Barnabé. Pelo ano de 1753 a vila era composta de 6 freguesias: Nossa Senhora da Piedade de Magé, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santíssima Trindade, Santo Antônio de Sá, São João de Itaborahy e Nossa Senhora do Desterro de Itamby e do Aldeamento de São Barnabé. Posteriormente foi criada a Vila de Magé e as freguesias de Nossa Senhora da Piedade de Magé e Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim foram anexadas a esta vila. Em fins do século XVIII a Vila era composta de 4 freguesias: Santíssima Trindade, Santo Antônio de Sá, São João Batista de Itaborahy e Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito. Com a expulsão dos jesuítas o Aldeamento de São Barnabé foi elevada à condição de Vila e anexada a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby. São sobre estas quatro freguesias que procuraremos traçar a evolução demográfica.

O primeiro levantamento realizado pelos mestres de campo fora feito no final do governo do Vice-Rei do Estado do Brasil, Marques de Lavradio, em 1779.¹⁴² Neste, a principal preocupação era a coleta de dados referente ao número de engenhos e a produção agrícola de cada distrito.

Semelhante as listas nominativas produzidas para a capitania de São Paulo e Minas Gerais foram os mapas populacionais produzidas no último quartel do século XVIII. Até pouco tempo só tínhamos notícia do mapa realizado para o distrito de Campos dos Goytacazes, realizado por Manoel Martins do Couto Reis em 1784. Através deste

¹⁴² Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329.

mapa, Sheila de Castro Faria, pode realizar o primeiro estudo de folego sobre a população do Rio de Janeiro Setecentista.¹⁴³

Com a disponibilização por meio virtual do Arquivo História Ultramarino, três novos mapas populacionais foram encontrados, todos produzidos em 1797. Tais mapas compreendem três dos dez distritos da Capitania do Rio de Janeiro: Guaratiba, Santo Antônio de Sá e Cabo Frio.¹⁴⁴ Esperamos que em breve outros mapas sejam encontrados, permitindo vislumbrar o contingente populacional e a economia dos diversos distritos que compõem a capitania do Rio de Janeiro.

De acordo com Ana Paula de Souza Soares, o objetivo destes mapas

não era o de somente recensear a população, mas também o de realizar um levantamento sobre a posse de bens móveis e imóveis e sobre a produção das lavouras alimentícias e de exportação. Assim, encontramos diversas informações neste mapa: nome do chefe do domicílio, sua idade e estado civil, número de escravos divididos por sexo de grupos de maior e menoridade, agregados divididos pelo estado civil, escravos dos agregados também divididos pelo sexo e grupos de maior e menoridade, extensão das terras dos chefes de domicílio e se suas terras são litigiosas ou aforadas, gêneros de cultivo, informações sobre colheita e exportação destes produtos, porto pelo qual se escoam estes gêneros, a quantidade de animais e, por fim, o lucro anual.¹⁴⁵

Carlos de Almeida Prado Bacellar enumera as diversas dificuldades encontradas pelos responsáveis de realizar tal levantamento como a amplitude dos territórios, a dispersão da população por vastidões muita das vezes pouco exploradas, além de muitos habitantes se entranharem pelos sertões.¹⁴⁶

¹⁴³ FARIA, Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.*

¹⁴⁴ Endereço do site: http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php.

¹⁴⁵ RODRIGUES, Ana Paula de Souza. “Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797.” In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global., 2016, Nova Iguaçu. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global.*, 2016, p.9.

¹⁴⁶BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “As listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765–1836)”. *Anais de Historia de Alem-Mar* . 2015, Issue 16, p. 315.

Diante destas dificuldades, Bacellar destaca que “uma lista de habitantes não é, obviamente, o registro fiel de como foi uma dada sociedade no passado, mas sim um testemunho de como alguém – seus redatores – percebeu um mundo à sua volta”.¹⁴⁷ Pois além disso, não sabemos ao certo o procedimento realizado pelos capitães para recensearem os habitantes de sua circunscrição.¹⁴⁸

Apesar das riquíssimas informações da população é necessária cautela na manipulação destes dados. Consideramos tais “censos” como estimativas populacionais que nos permitem vislumbrar o comportamento demográfico da população colonial. Muitas das vezes há diferenças significativas entre os números relativos a cada freguesia e aos segmentos da população com relação ao total de habitantes.

2.1. A visita pastoral de 1687

O primeiro levantamento populacional que temos conhecimento foi a visita pastoral de 1687, data próxima, portanto da ereção da freguesia de Santo Antônio de Casserebu a Vila (1697). Como podemos observar na tabela 1, não dispomos nesta visita de dados sobre a população da freguesia de São João Batista de Itaborahy. A ausência destes dados é porque verificamos que os padroeiros das capelas filiais da freguesia de São João Batista de Itaborahy não são desta freguesia e sim da freguesia de São João de Merity e vice-versa. Logo, o que acreditamos ser o número de população da freguesia de São João Batista de Itaborahy na realidade são de São João de Merity – que na visita não possui informações sobre a população.

¹⁴⁷ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Ibid.* p. 321.

¹⁴⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Ibid.* p. 322.

De acordo com Stuart Schwartz, os censos religiosos fazem distinção entre os “de confissão” (idade superior a sete anos) e os de “comunhão” (acima de nove anos).¹⁴⁹ Logo em tal “censo” os menores de 9 anos tenham sido excluídos. Esta visita não apresenta a população dividida em livres e escravos, apenas o total das pessoas de comunhão e o quantitativo de fogos.

Tabela 3 – População das freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá, 1687

Freguesias	Fogos	Pessoas de Comunhão	P/F
N. Senhora da Ajuda de Guapimirim	49	330	6,7
Santíssima Trindade	60	500	8,3
Santo Antônio de Sá	167	1.037	6,2
São João Batista de Itaborahy			
Nossa Senhora do Desterro de Itamby	95	693	7,3

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/Série de Visita Pastoral/ Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687 [Visitas Pastorais - VP-38]

À primeira vista percebemos o diminuto número da população e de domicílios (fogos) na Vila de Santo Antônio de Sá, cuja freguesia homônima detém a maior parte da população da Vila. O número de pessoas por domicílio fica entre 6,2 a 8,3. De acordo com alguns estudos para outras regiões da colônia portuguesa o número médio de pessoas livres por fogo ficou em 4.¹⁵⁰ Na Freguesia de São Gonçalo, a única a do recôncavo a conter o número de livres e escravos nesta visita o número de livres foi de 800 e 700 escravos. O número de fogos foi de 250, considerando 1.500 o total da população daria 5,86 pessoas por fogo, sendo 3,2 pessoas livres por fogo¹⁵¹. Um número de pessoas fogo

¹⁴⁹ Cf. nota 32 do Capítulo 4, “O Recôncavo”, in: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.415.

¹⁵⁰ Maria Luiza Marcílio em seu estudo sobre a Capitania de São Paulo encontrou para todos os anos uma média 4 pessoas livres por fogo, em especial para o ano de 1765 o número de pessoas livres por fogo foi de 4,3. Cf.: MARCÍLIO, Maria Luiza “Tendências e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) sengo as listas nominativas de habitantes”. *Estudos Econômicos*, 6: p. 131-143, 1972. Com base no mapa populacional do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, de 1797, chegamos também a uma média de 4 pessoas livres por fogo. Francisco Vidal Luna para 25 localidades da capitania de São Paulo para o ano de 1777 encontrou uma média de 4 pessoas livres por fogo. Cf.:

¹⁵¹ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/Série de Visita Pastoral/ Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687 [Visitas Pastorais - VP-38], p. 4.

abaixo do encontrado nas freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, além de um número menor de pessoas livres por fogo considerando a média encontrada em outras localidades. A população livre corresponderia a 53,3% e 46,7% de escravos.

Com base no número de pessoas livres por fogo estimamos o número de pessoas livres e escravas, multiplicando o número de fogos por 4 e multiplicado o resultado pelo número de fogo, chegamos ao resultado da tabela 2 que demonstra uma presença considerável de escravos entre a população total. A estimativa sobre a população escrava de algumas das freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá, variou de 35,6% na freguesia de Santo Antonio de Sá, 40,6% para a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, 45,2% para a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby e 52% para a freguesia de Santíssima de Trindade. Tais estimativas demonstram que no final do século XVIII a sociedade colonial do Recôncavo da Guanabara já estaria diretamente vinculada ao escravismo.

Tabela 4 – População livre e escrava das freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá, 1687

Freguesias	livres		escravos		Total
	n.	%	n.	%	
N. Senhora da Ajuda de Guapimirim	196	59,4%	134	40,6%	330
Santíssima Trindade	240	48,0%	260	52,0%	500
S. Ant. de Sá	668	64,4%	369	35,6%	1037
S. J. B. de Itaborahy					
N. Senhora do Desterro de Itamby	380	54,8%	313	45,2%	693

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/Série de Visita Pastoral/ Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687 [Visitas Pastorais - VP-38]

2.2. A visita pastoral de 1774

A primeira visita que dispomos da Capitania do Rio de Janeiro é de 1774 e se encontra nas *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*, nela há duas “planilhas”,

a primeira com o nome das freguesias, seus párocos, número de fogos, pessoas de confissão e sacerdotes (Planilha A).

A segunda planilha, apresenta a população “de confissão” dividida em livre e escrava, segmentada entre homens e mulheres, contudo não sabemos quantos são os jovens, adultos e idosos (Planilha B). Cabe destacar que nesta lista já não há a enumeração de fogos das freguesias. Parece-nos que as duas listas tenham sido feitas em momentos distintos, porém não sabemos o ano da feitura da segunda lista, provavelmente tenha sido produzindo em fins da década de 1770 e início da década de 1780, se comparando com os dados apresentados pela estatística realizada durante o governo do vice-rei Luís de Vasconcellos.

Tabela 5 - População total (livre e escrava) na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)
152

Freguesias	Planilha A		Planilha B		Diferença	
	n.	%	n.	%	n.	%
N. S. da Ajuda de Guapimirim	1.588	12,02%	1.509	10,57%	-79	-1,45%
Santíssima Trindade	1.149	8,70%	2.456	17,20%	1.307	8,50%
Santo Antônio de Sá	3.185	24,12%	2.716	19,02%	-469	-5,09%
S. João Batista de Itaborahy	4.927	37,31%	4.774	33,44%	-153	-3,87%
N.S. da Conceição de Rio Bonito	982	7,44%	1.293	9,06%	311	1,62%
N. S. do Desterro de Itambi	1.054	7,98%	1.270	8,90%	216	0,91%
Aldeamento de São Barnabé	322	2,44%	259	1,81%	-63	-0,62%
Total	13.207	100%	14.277	100%	1.070	7,50%

Fonte: *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

Da primeira para a segunda lista há um incremento populacional na Vila de Santo Antonio de Sá em 7,5%, totalizando 1.070 pessoas, como podemos observar da análise da tabela 5. Contudo, nem todas as freguesias apresentaram aumento de sua população,

¹⁵² *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

em algumas, pelo contrário houve uma redução, como em Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (1,45%), Santo Antônio de Sá (5,09%) e o Aldeamento de São Barnabé (0,62%).

É possível que tais variações sejam resultantes das dificuldades de se estabelecer os limites de cada freguesia, primeiro devido a própria imprecisão dos mesmos. Nem sempre os acidentes geográficos serviam como referencial, e muitas propriedades estavam localizadas entre os rios que serviam de fronteira, logo pertencer a uma ou outra freguesia poderia variar conforme os critérios do “recenseador”, ou do morador. Nesse sentido, é esclarecedor o que Monsenhor Pizarro escreve sobre a Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, afirmando que “A causa, por que hoje se vê voluntariamente a Capela dita a esta Freguesia não parece ser outra, senão a proximidade, em que lhe fica para os Santos Sacramentos”.¹⁵³

As dificuldades em estabelecer os limites das freguesias também foram percebidas por Ana Paula Soares, em seu estudo sobre o distrito de Guaratiba, afirmando que no final do século XVIII, “o espaço estava sempre sendo reconfigurado”. Com base nas mesmas visitas de Pizarro ela encontrou “petições de pessoas que faziam requerimento para seus sítios e fazendas fazerem parte de outra freguesia, por causa da distância para com a Matriz”.¹⁵⁴

A freguesia que apresentou maior discrepância entre as duas listas e que apresentou um considerável aumento populacional foi a da Santíssima Trindade. A população desta freguesia dobrou de uma lista para a outra, indo de 1.149 para 2.456

¹⁵³ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Guapimirim.

¹⁵⁴ RODRIGUES, Ana Paula de Souza. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçú e Jacutinga, século XVII-XVIII)*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2013 p.73.

peças de confissão. Outra freguesia que também aumentaram seu contingente populacional foi a de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, que de 1.053 pessoas foi para 1.270 pessoas de confissão, representando um aumento de 17%.

O aumento populacional na região pode ter gerado demanda sobre as terras na região caso houvessem disponíveis. Nesse caso os dados sobre os pedidos de sesmarias de Edval de Souza Barros são esclarecedores. De acordo com este autor, entre os anos de 1750 e 1778, o termo da Vila de Santo Antônio de Sá foi a região mais requisitada pelos candidatos às sesmarias. Do total de 32 sesmarias, “12 foram para o Rio Paquequer, 2 para o rio Orindi, 2 para o Rio Itinga. Os Rios Pirassununga e Guapiaçu e a Serra do Brás Sardinha, na cabeceira do Pirassununga, receberam cada 1 sesmaria”.¹⁵⁵ Tais rios estavam nos limites da freguesia de Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Santo Antônio de Sá.

Dos sete rios mencionados por Monsenhor Pizarro que perpassa a freguesia da Santíssima Trindade, o principal rio que recebeu a maior quantidade de sesmarias foi o Rio Paquequer ou Papocaia, que de acordo com o Pizarro, atravessava os engenhos de “Marcos da Costa Falcão, e do Colégio chamado, da qual é hoje Senhor Antonio de Oliveira Braga”¹⁵⁶. No mapa de Vieira Leão, de 1776, temos representado este rio como Papocay, e próximo a este, a legenda “Papocaya de el Rrey” (Mapa 2). A fazenda do “Colégio” fora uma antiga propriedade jesuítica, provavelmente quando da expulsão dos religiosos da capitania, ela passou para o domínio da coroa portuguesa, antes de ser

¹⁵⁵ BARROS, Edval de Souza. *Proprietários rurais e Estado Português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista: a capitania do Rio de Janeiro (1763-1808)*. Niterói: UFF (Dissertação de mestrado), 1997. p.81.

¹⁵⁶ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 25, Freguesia de Guapimirim.

comprada pelo capitão Nicolao Bonarrota e depois do falecimento deste passada para Antônio de Oliveira Braga.¹⁵⁷

Retomando os dados da tabela 5, podemos perceber que o maior contingente populacional se encontrava na freguesia de São João Batista de Itaborahy, variando de 37,31% a 33,44% do total de pessoas na Vila de Santo Antônio de Sá de uma lista para a outra. Apesar do aumento da importância da freguesia de Santíssima Trindade de 8,7% para 17,2%, as outras freguesias permaneceram representando percentuais semelhantes, como Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (de 12,0% para 10,6%), Nossa Senhora do Desterro de Itambi (7,98% para 8,9%) e o antigo aldeamento de São Barnabé (de 2,44% para 1,81%). Tais proporções se mantiveram quase as mesmas nos demais “censos” que iremos analisar.

Concernente aos fogos que compõem as freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, apesar de não contermos informações para todas as freguesias é perceptível o incremento dos fogos no período de 1687 a 1774. Conforme podemos observar na tabela 6, em algumas freguesias o crescimento dos fogos chegou a 341% como na freguesia de N. Senhora da Ajuda de Guapimirim, não muito distante ficou a freguesia de Santíssima Trindade que teve um crescimento de 250%, seguida de Santo Antônio de Sá com 69% e N. Senhora do Desterro de Itamby com 34%. O crescimento anual variou de 0,3% na freguesia de N. Senhora do Desterro de Itamby para 1,7% ao ano para a freguesia de N. Senhora da Ajuda de Guapimirim.

Tabela 6 – Evolução dos fogos das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá (1687-1774)

Freguesias	1687		1774		%	c.a
	n.	%	n.	%		
N. S. da Ajuda de Guapimirim	49	13,2	216	12,0	341	1,7

¹⁵⁷ Cf. ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 27, Freguesia de Santíssima Trindade.

Santíssima Trindade	60	16,2	210	11,6	250	1,5
S. Ant. de Sá	167	45,0	283	15,7	69	0,6
N. S. da Conceição do Rio Bonito			170	9,4		
S. João Batista Itaborahy			692	38,3		
N. S. do Desterro de Itambi	95	25,6	127	7,0	34	0,3
S. Barnabé			107	5,9		

Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/Série de Visita Pastoral/ Notícias do Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1687 [Visitas Pastorais - VP-38]; *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

Considerando apenas a segunda planilha (Planilha B), que possui informações relativas a população livre e escrava é perceptível na tabela 5 a importância da mão de obra escrava para estas freguesias, perfazendo 59,6% da população de toda a Vila, com exceção do antigo aldeamento São Barnabé¹⁵⁸. Não encontramos grandes diferenças do percentual de escravos para as quatro freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá, em todas elas a população escrava representava mais da metade da população total (variando de 51,4% da população do total da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito para 63,9% da população de Nossa Senhora do Desterro de Itambi).

Tabela 7 - População Livre e Escrava na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)

Freguesias	Livres		Escravos		Total
	N.	%	N.	%	
N. S. da Ajuda de Guapimirim	625	41,4%	884	58,6%	1509
Santíssima Trindade	924	37,6%	1532	62,4%	2456
S. Ant. de Sá	1199	44,1%	1517	55,9%	2716
N. S. da Conceição de Rio Bonito	629	48,6%	664	51,4%	1293
S. J. Batista de Itaborahy	1831	38,4%	2943	61,6%	4774
N. S. do Desterro de Itamby	459	36,1%	811	63,9%	1270
Aldeamento S. Barnabé	-	-	-	-	259
Total	5667	40,4%	8351	59,6%	14277

Fonte: *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

¹⁵⁸ Nesta lista não há discriminado a população livre e escrava do aldeamento.

Ainda com base na segunda planilha que acompanha as *Memórias*, podemos analisar a razão sexual da população livre e escrava através da tabela 6. Em conjunto, isto é, para toda Vila de Santo Antônio de Sá, a população escrava apresentou maior desequilíbrio sexual que entre os livres, com um predomínio de homens para os primeiros e das mulheres para os segundos, representando, respectivamente uma razão de sexo de 110 homens para cada 100 mulheres e, estes últimos, de 92 homens para cada 100 mulheres.

Entre os livres o maior equilíbrio entre os sexos foi encontrado na freguesia de Santíssima Trindade, com certo predomínio entre os homens, com 103 homens para cada 100 mulheres. Como vimos anteriormente, a freguesia da Santíssima Trindade passou por um aumento populacional considerável de um censo para o outro, além de ter sido uma das freguesias com maior solicitação de sesmarias no terceiro quartel do século XVIII. O aumento populacional e a busca de novas terras para o desenvolvimento da agricultura deve ter movido principalmente homens para esta localidade. Todas as outras freguesias apresentaram um desequilíbrio entre os sexos, com certa preponderância das mulheres.

Para a população escrava, a razão de sexo fora mais alta em praticamente todas as freguesias. Contudo, o maior desequilíbrio foi encontrado na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby (168 homens para cada 100 mulheres), seguida da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (134 homens para cada 100 mulheres), Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim (127 homens para cada 100 mulheres), S. Antônio de Sá (121 homens para cada 100 mulheres) e Santíssima Trindade com relativo equilíbrio entre os sexos (103 homens para cada 100 mulheres – número similar ao encontrado entre os livres).

Todas as freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, com exceção da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, apresentaram uma baixa razão de sexos

considerando as regiões voltadas para a agro-exportação. Na capitania de São Paulo, por exemplo, antes do *rush* canavieiro, em 1768, havia uma proporção de 131 homens para 100 mulheres. Essa baixa razão de sexo é ainda associada a uma menor proporção de africanos no conjunto dos escravizados. Por exemplo, no estudo sobre as colônias britânicas de Berbice e Demerara em 1817, a proporção de 130 homens para 100 mulheres foi acompanhada por uma porcentagem de africanos em torno de 55%.¹⁵⁹ Com base na estimativa da proporção de homens e mulheres escravizados nascidos na colônia (100 homens para cada 100 mulheres) e daqueles oriundos via tráfico (200 homens para cada 100 mulheres) Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein estabeleceram a proporção de 60% africanos e 40% brasileiros, numa razão de sexos de 150 homens para cada cem mulheres.¹⁶⁰ Tal estimativa se aproxima daquele encontrado nas ilhas britânicas.

Considerando, portanto, a razão de sexo para se estimar a presença africana entre os escravos da Vila de Santo Antônio de Sá, podemos inferir que algumas freguesias importavam mais africanos que outras. Por exemplo a freguesia de N.S. do Desterro de Itamby teve uma grande razão de sexos entre os escravos, chegando a 168 homens para cada cem mulheres enquanto, no extremo oposto, temos a freguesia de S. João Batista de Itaborahy a proporção era de 89 homens para cada cem mulheres.

Estudos demonstram que regiões voltadas para a agro-exportação possuíam razões de sexo entre os escravizados maiores que aquelas destinadas ao abastecimento interno. Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein demonstraram que na capitania de São Paula em vilas voltadas para produção de açúcar a razão de sexos dos escravos foi de 141 em 1804 e 189 em 1829 já nas vilas em que a produção de açúcar não era a principal atividade

¹⁵⁹ LUNA, Francisco Vida e KLEIN, Herbert. S. p. 46. Cit. HIGMAN, B. W. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807-1834*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1984, p. 116.

¹⁶⁰ Op. Cit. P. 46.

produtiva a razão foi de 111 em 1804 e 136 em 1829.¹⁶¹ A este aumento da razão de sexo é associada a entrada de africanos na região, principalmente nas áreas voltadas a produção de açúcar. Os mesmos autores afirmam que seja onde os engenhos estejam localizados, “eles sempre apresentaram os mesmos padrões de idade, sexo e índices de fecundidade em sua força de trabalho”¹⁶². Mesmo considerando que as freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá não tenham sua produção econômica voltada principalmente para a produção de açúcar - como vimos no capítulo anterior -, é possível supor que onde as razões de sexos estejam altas isso se deve ao impacto demográfico dos engenhos sob o total da população escrava na região. Veremos na próxima seção o impacto destes engenhos sob a demografia local.

Tabela 8 - Razão de Sexo na Vila de Santo Antônio de Sá (1774)

Freguesias	Livres		Escravos		Razão de Sexo	
	H	M	H	M	Livre	Escravo
N.S. da Ajuda de Guapimirim	278	347	495	389	80,1	127,2
Santíssima Trindade	469	455	780	752	103,1	103,7
S. Ant. de Sá	577	622	832	685	92,8	121,5
N. S. da Conceição de Rio Bonito	337	292	381	283	115,4	134,6
S. João Batista de Itaborahy	836	995	1.385	1.558	84,0	88,9
N.S. do Desterro de Itamby	216	243	509	302	88,9	168,5
Total	2713	2954	4382	3969	91,8	110,4

Fonte: *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.*

2.3. A Relação de Marques de Lavradio de 1778

Em 1778 temos a primeira relação dos mestres de campo para a capitania do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro era dividido em dez distritos e cada um deles era formado por um terço de auxiliares comandados por um mestre de campo.¹⁶³ As tropas auxiliares,

¹⁶¹ Op. Cit. P. 77.

¹⁶² Op. Cit. P. 76.

¹⁶³ Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913, p. 323-329.

foram criadas em 1645, por D. João IV, com o objetivo de ser um corpo militar não remunerado, composta por homens treinados e armados, como sendo um segundo escalão da força militar, preparado para auxiliar de linha. Cada terço era formado por cerca de 600 homens, que se subdividiam em 10 companhias de 60 homens.¹⁶⁴ De acordo com Mello, os mestres de campo “tinham atribuições tanto militares quanto em civis”, isto é, além de cuidar de questões referentes a manutenção da ordem e da defesa do território, eles ainda exerceriam outras funções, como a de realizar estatísticas demográficas e econômicas da região sob sua jurisdição.¹⁶⁵

Nesta relação não são contabilizados o número de pessoas em cada freguesia que compõe o distrito, tão somente o número domicílios, engenhos e de escravos trabalhando nos mesmos. Para termos uma ideia da evolução da população no período iremos comparar o número de domicílios existentes na Vila de Santo Antônio de Sá em 1774 (utilizando-se a primeira lista) e em 1778, de acordo com a Relação do Marques de Lavradio (Tabela 9).

Observando a tabela 9 podemos perceber uma diminuição no número de domicílios na região. Os domicílios da Vila de Santo Antônio de Sá (excetuando-se o aldeamento de São Barnabé) tiveram uma diminuição de 13%, indo de 1.698 para 1.575 domicílios.¹⁶⁶ Contudo essa redução no número de fogos não ocorreu em todas as freguesias da vila, pelo contrário, algumas inclusive tiveram um crescimento anual importante.

¹⁶⁴ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças militares no Brasil Colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças. 45-48.

¹⁶⁵ MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Op.Cit.* p.86.

¹⁶⁶ A taxa de crescimento foi calculada seguindo a fórmula: $(n^\circ \text{ de domicílios em } 1778 - n^\circ \text{ de domicílios em } 1774) / n^\circ \text{ de domicílios em } 1778$;

A freguesia de Santíssima Trindade semelhantemente ao que ocorreu com relação ao número da população entre as duas listagens apresentadas acima - a primeira de 1774 com 1.149 habitantes e a segunda com 2.456 pessoas provavelmente produzida posteriormente - obteve um crescimento anual do número de fogos em torno de 11,4%, indo de 210 para 290 domicílios. Outra freguesia que teve um acréscimo no número de fogos foi a freguesia homônima da vila que foi de 283 para 340 fogos, representando um crescimento anual de 6,3%.

O aumento ou a redução do número de domicílios pode não ser um índice seguro do crescimento ou decréscimo populacional numa determinada região, afinal a população pode crescer e permanecer o mesmo número de domicílios, e/ou até mesmo diminuir. Nesse sentido, apesar do número de domicílios ter crescido na freguesia de Santo Antônio de Sá entre 1774 e 1778 (de 283 para 340 domicílios), sua população diminuiu comparando as duas primeiras listagens, provocando, provavelmente, uma maior concentração de pessoas por domicílio. Considerando os próximos “censos”, acredito que esta concentração se deva principalmente pelo aumento da população escrava na região, como veremos a seguir.

Tabela 9 - Número de domicílios na Vila de Santo Antônio de Sá (1774-1778)

Freguesias	1774		1778		c.a.
	n.	%	n.	%	
N. S. da Ajuda de Guapimirim	216	12,7%	164	10,4%	-8,8%
Santissima Trindade	210	12,4%	290	18,4%	11,4%
S. Ant. de Sá	283	16,7%	340	21,6%	6,3%
S. João Batista Itaborahy	692	40,8%	546	34,7%	-7,6%
N. S. da Conceição do Rio Bonito	170	10,0%	114	7,2%	-12,5%
N. S. do Desterro de Itamby	127	7,5%	121	7,7%	-1,6%
Total	1698	100%	1575	100%	-4,4%

Fonte: *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793; Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB (76), Pt. 1, p. 289-303.*

Consoante a proporção de pessoas em cada uma das freguesias que compõem a Vila de Santo Antônio de Sá (tabela 10), podemos perceber que a maior parte dos domicílios se encontravam na freguesia de São João Batista de Itaborahy, representando 33,9% (em 1774), e 37,2% (em 1778) do total dos domicílios da Vila. Depois desta, estaria a freguesia de Santo Antônio de Sá representando 16,7%, em 1774 e 21,6% em 1778, do total de domicílios da Vila, em terceiro temos a freguesia da Santíssima Trindade com 12,4% em 1774 e 18,4% em 1778, seguido da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, Nossa Senhora do Desterro de Itamby com, 12,7% , 10% e 7,5% em 1774 e 10,4% , 7,2% e 7,7% em 1778, respectivamente.

Com base nos dados expostos pelos mestres de campo em 1778 e com base a visita paroquial de 1774 (planilha B) podemos estimar o percentual de escravos nos engenhos de açúcar (ver tabela 7). Desta forma, poderíamos avaliar o peso que os engenhos de açúcar, com relação ao número de escravos que possuem com relação ao total da população escrava de cada uma das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá. Vejamos, portanto o caso da freguesia de N. Senhora do Desterro de Itamby que possui uma das maiores razões de sexo entre os escravizados. Esta freguesia possuía 5 engenhos e de acordo com o mestre de campo, detinham 284 escravos, isto é, 35% do total de escravos na freguesia tomando-se como referência o censo anterior. Podemos perceber o significativo peso dos engenhos de açúcar no que se refere a absorção da população escrava desta freguesia.

Tabela 10 – Número de escravos e percentual de escravos nos engenhos nas freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, década de 1770

Freguesias	Eng.	Escr.	Pop. Escr. Total	% de escr. nos engenhos
N. S. da Ajuda de Guapimirim	4	95	884	10,7%

Santíssima Trindade	1	48	1532	3,1%
Santo Antonio de Sá	8	220	1517	14,5%
S. João Batista de Itaborahy	20	614	2943	20,9%
N. S. da Conceição do Rio Bonito	5	124	664	18,7%
N. S. do Desterro de Itamby	5	284	811	35,0%
Total	43	1385	8351	16,6%

Fonte: *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*; Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB* (76), Pt. 1, p. 289-303.

Atrás da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby ficava a freguesia de São João Batista de Itaborahy cujos engenhos absorviam 20,9% da mão de obra escrava. Em terceiro ficou a recém-criada freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito com uma razão de sexos entre os escravos de 134 homens para cada cem mulheres com 18,7% dos escravos em unidades produtoras de açúcar.

2.4. O censo durante o governo do vice-rei Luiz de Vasconcellos (1779-1789)

Entre os anos 1779-1789, temos conhecimento da primeira estatística populacional para toda a capitania do Rio de Janeiro. Podemos dizer que é o primeiro censo populacional civil, denomina-se *Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos – Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789*.¹⁶⁷

Apesar de ser o “censo” em que apresenta o número total de pessoas, incluindo possivelmente as crianças - já que os números estão bem acima tanto dos “censos” anteriores como nos próximos -, existem diferenças quanto os números relativos a cada segmento da população livre e escrava (homens e mulheres) com relação ao total de cada freguesia. Estas diferenças estão presentes na freguesia de Santo Antônio de Sá, cujo total presente na lista é de 4.553 pessoas, mas quando realizamos o somatório de cada

¹⁶⁷ MEMÓRIAS públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para o uso do Vice-rei Luiz de Vasconcellos por observação curiosa dos anos de 1779 até 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 47, 1884.

segmento populacional, o total sobe para 4.750 pessoas, uma diferença de 4,1% (197 pessoas), na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi, com uma diferença de 0,6% (6 pessoas) quando analisado o total e o somatório dos segmentos (1.017 e 1.011 pessoas respectivamente), e na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, que assim como na freguesia de Santo Antonio de Sá, apresenta uma diferença de 4,1% (80 pessoas), sendo o total de 1.928 pessoas e no somatório contabilizamos 1.848. Devido a estas diferenças - do número de pessoas por segmento com relação ao total -, preferimos utilizar o somatório que realizamos, para assim evitar confusões quanto o número total de habitantes da Vila de Santo Antônio de Sá.

Tais incongruências foram também percebidas por Victor para analisar a população das freguesias do distrito de Guaratiba, assim ele afirma que

os somatórios de pessoas que aparecem no mapa não são nem um pouco confiáveis, muitas vezes apresentando números diferentes da soma de homens e mulheres que aparecem no próprio documento.¹⁶⁸

Existem algumas controvérsias com relação a este mapa, o primeiro deles é em relação a data da feitura do mesmo. João Fragoso, por exemplo, considera a data de 1789¹⁶⁹, por outro lado, Alden, leva em conta o ano de 1779, assim como Renato Leite Marcondes.¹⁷⁰ De todo modo, este mapa fora produzido durante o governo do vice-governador Luiz de Vasconcellos, isto é, de 1779 a 1789, desse modo, apesar da impossibilidade de estabelecermos uma data ao certo – inclusive é possível que o levantamento de cada freguesia pode ter sido realizado em momentos diferentes – acredito ser mais plausível ter sido realizado no final do período, e não no início do

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. “A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII” In: *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.10, 2006. p.240.

¹⁶⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Editora Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

¹⁷⁰ ALDEN, Dauril. *Op.Cit.* 1763; MARCONDES, Renato Leite. “O Evolver Demográfico e Econômico Nos Espaços Fluminenses (1780-1840)” In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 25, n.2, p. 235-270, 1995

governo do Luiz de Vasconcellos, portanto utilizaremos o ano de 1789 como ano de referência para este mapa.

Outra questão é se neste mapa as crianças estariam ou não incorporadas no total da população, já que nele a apenas a divisão por condição social (livre e escravo) e sexual. De acordo com Alden, neste “censo” os homens menores de 15 anos e as mulheres menores de 14 anos não estariam incorporadas, o que provocaria a exclusão de 20,7% da população.¹⁷¹ Diferentemente das visitas pastorais, acreditamos que este “censo” contabilize todas as pessoas habitantes da Vila de Santo Antônio de Sá, inclusive os menores de sete anos, pois o número de pessoas apresenta-se superestimado comparando-se com as próximas listas que possuímos. Os próximos “censos” apresentam o número de pessoas abaixo dos apresentados nesta listagem, provavelmente por causa da exclusão dos menores de sete anos.¹⁷²

Comparando os dados disponíveis na tabela 3 com a tabela 8, podemos perceber que a freguesia de São João Batista de Itaboraí continuava sendo a mais povoada da Vila, contabilizando 6.309 e representando 30,8% do total de habitantes na Vila, seguido da freguesia da Santo Antônio de Sá, correspondendo a 26,1% do total de pessoas da Vila (5.350 pessoas). Desse modo, apesar do “inchaço” populacional provocado pela inserção dos menores na contabilidade da população da Vila, a participação que cada freguesia possuía com relação a proporção de habitantes permanece muito próxima com relação aos “censos” anteriores.

Tabela 11 - População da Vila de Santo Antônio de Sá em 1789

Freguesias	N.	%
N. S. da Ajuda de Guapimirim	1908	9,3%

¹⁷¹ALDEN, D. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, n. 2, 1963.p.193.

¹⁷² Ana Paula considera o ano de 1779 como o ano da feitura do mapa “Memórias públicas e econômicas”. Ver: RODRIGUES, Ana Paula de Souza. *Op.Cit.*, 2016.pp. 5-6.

Santíssima Trindade	3790	18,5%
S. Ant. de Sá	5350	26,1%
N. S. da Conceição do Rio Bonito	1789	8,7%
S. João Batista Itaborahy	6309	30,8%
N.S. do Desterro de Itamby	1011	4,9%
S. Barnabé	332	1,6%
Total	20489	100,0%

Fonte: Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

Através da tabela 12 podemos perceber a tendência vista anteriormente da população escrava ser majoritária em relação a livre (ver tabela 6), representando, respectivamente 49% e % do total da população.

A freguesia com maior participação de escravos em relação ao total da população da mesma continuou sendo a da Nossa Senhora do Desterro de Itamby, com uma população escrava de 663 pessoas, correspondendo a 65,6% do total de habitantes da freguesia.

Tabela 12 - População livre e escrava na Vila de Santo Antônio de Sá , 1789

Freguesias	Livres		Escravos		Total
	n.	%	n.	%	
N. S. da Ajuda de Guapimirim	878	46,0%	1030	54,0%	1908
Santíssima Trindade	1780	47,0%	2010	53,0%	3790
S. Ant. de Sá	2920	54,6%	2430	45,4%	5350
N. S. da Conceição de Rio Bonito	841	47,0%	948	53,0%	1789
S. João Batista de Itaborahy	3082	48,9%	3227	51,1%	6309
N. S. do Desterro de Itamby	348	34,4%	663	65,6%	1011
S. Barnabé	189	56,9%	143	43,1%	332
Total	10038	49,0%	10451	51,0%	20489

Fonte: Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884

De 1774 para 1789 ocorreu um aumento da razão de sexos tanto para a população livre como a escrava da Vila de Santo Antônio de Sá, sendo mais pronunciado entre a população escrava. Desse modo a razão de sexo foi de 91,8 para 103,4 entre a população livre e entre os escravos de 91,8 para 116,8. Esse aumento da razão de sexo entre os

escravizados deve-se ao fluxo de africanos via comércio de escravos, demonstrando que o impacto do desenvolvimento econômico na região a partir da segunda metade do século XVIII, como vimos no capítulo anterior, possibilitou a compra de escravos.

Em praticamente todas as freguesias ocorreu um aumento no desequilíbrio sexual da população escrava, como podemos observar comparando os dados da tabela 11. Surpreendentemente foi a razão de sexo encontrada para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito que vindo já de um patamar considerável de desequilíbrio sexual – 134 homens para cada 100 mulheres -, em 1789 chega a razão de cerca de 301 homens para cada cem mulheres, o que pode representar o maior volume de escravizados africanos nesta freguesia. A freguesia de São João Batista de Itaborahy também teve um aumento considerável na razão de sexo de sua população escrava, enquanto em 1774 havia de 88 homens para cada cem mulheres, em 1789 a razão de sexo chegou a 120 homens para cada cem mulheres. Contudo, entre as freguesias de Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Santíssima Trindade ocorreu uma redução no desequilíbrio entre os sexos da população escrava. Nestas freguesias a razão de sexo foi de 121,5 para 86,2 para a primeira, e 127,2 para 109,5 para a segunda freguesia e de 103,7 para 98,2 a razão de sexo para os escravizados para a última freguesia respectivamente.

Tabela 13 - Razão de sexo da população livre e escrava da Vila de Santo Antônio de Sá, 1789

	Livres		Escravos		Razão de Sexo	
	H	M	H	M	Livre	Escravos
N. S. da Ajuda de Guapimirim	386	492	507	463	78,5	109,5
Santíssima Trindade	912	868	996	1.014	105,1	98,2
S. Ant. de Sá	1.699	1.221	1.125	1.305	139,1	86,2
N. S. da Conceição do Rio Bonito	379	462	712	236	82,0	301,7
S. João Batista de Itaborahy	1.472	1.610	1.762	1.465	91,4	120,3
N. S. do Desterro de Itamby	152	196	414	249	77,6	166,3
S. Barnabé	102	87	82	61	117,2	134,4
Total	5.102	4.936	5.598	4.793	103,4	116,8

Fonte: Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

Além do número de pessoas este censo apresenta o número de fogos das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, com exceção de Guapimirim e São Barnabé. O número de fogos permite visualizar o crescimento vivido na Vila naquele momento. Em Santíssima Trindade haveriam 364 fogos, isto é, 74 fogos a mais que no ano de 1778, representando um crescimento anual de 2,3% como podemos observar na tabela 11. Semelhante a Santíssima Trindade foi o desenvolvimento dos fogos em Nossa Senhora do Desterro de Itamby, que de 121 fogos em 1778, foi para 150 em 1789, tendo um crescimento anual de 2,2%. Maior fora o crescimento nas freguesias de Santo Antônio de Sá e N. Senhora da Conceição de Rio Bonito, cujos fogos cresceram anualmente de 3,7% e 8,8% respectivamente, indo de 340 para 487 fogos para a primeira freguesia e de 114 para 266 para a segunda freguesia.¹⁷³

Tabela 14 – Evolução dos fogos da Vila de Santo Antônio de Sá, 1778 - 1789

Freguesias	1778	1789	c.a.
N. S. da Ajuda de Guapimirim	164	-	
Santíssima Trindade	290	364	2,3%
S. Ant. de Sá	340	487	3,7%
N. S. da Conceição do Rio Bonito	114	266	8,8%
S. João Batista Itaborahy	546	196	-9,7%
N. S. do Desterro de Itamby	121	150	2,2%

Fonte: Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884; ; Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB* (76), Pt. 1, p. 289-303.

2.5. Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro de 1795

¹⁷³ Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

O próximo censo que nos dispomos é referente as Visitas Pastorais de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo¹⁷⁴, para o ano de 1795¹⁷⁵. De acordo com Pizarro, o levantamento populacional das freguesias feitas pelos párocos de cada freguesia apresenta inúmeros equívocos, confirmando, portanto, a nossa percepção de que se tratam de estimativas grosseiras para o período em análise. Para Santo Antônio de Sá, ele argumenta que a inexatidão é devido a omissão das pessoas de serem os

Pais de famílias obrigados a darem seus filhos para Recrutas, os Senhores, seus escravos para os Serviços do Rei; e hoje Dizimeiros por causa das suas negociações: não obrigassem a se ocultarem muitas pessoas de uma, e outra classe, que não se dão ao Rol da Freguesia.¹⁷⁶

Apesar de conter mais dados referentes ao processo de ocupação do termo da Vila de Santo Antônio de Sá, ele carece, a despeito dos censos anteriores, de informações referentes aos segmentos da população, tanto livre e escrava assim como referente ao sexo destes indivíduos, além disso não nos fornece o número de escravos presentes nos engenhos de açúcar, tal como fizeram os mestres de campos na relação do Marques de Lavradio. Com relação as visitas anteriores há algumas diferenças, pois, no caso da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Desterro de Itambi, há a incorporação dos ditos “menores”, isto é, os maiores de sete anos de idade.

¹⁷⁴ Mons. Pizarro nasceu no Rio de Janeiro a 12 de outubro de 1753, batizado na freguesia da Candelária, em 1769 foi enviado para Portugal, diplomando-se em Cânones na Universidade de Coimbra. Voltando para o Brasil tomou posse em outubro de 1780 na 6ª cadeira do Cabido do Rio de Janeiro. A partir de 1794, Pizarro passou a representar o bispo nas visitas pastorais, percorrendo todo o bispado do Rio de Janeiro, com base nesta visitas realizou um relatório minucioso que posteriormente serviriam de base para as suas *Memórias Históricas*. Em abril de 1799, Pizarro retornou a Portugal recebendo em 1802 o Hábito da Ordem de Cristo pelo príncipe-regente D. João. Pizarro retornou ao Brasil junto com a família real em 1808. Em 1820 lança os primeiros volumes de *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Em 12 de outubro de 1830, Pizarro sofreu um infarto fulminante vindo a falecer. Cf. informações sobre a vida de Pizarro em GALDAMES, Francisco J. *Entre a Cruz e a Coroa: A Trajetória de Monsenhor Pizarro (1753-1830)*. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 2007.

¹⁷⁵ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*.

¹⁷⁶ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 26, Freguesia de Santo Antônio de Sá.

Nesse sentido, na freguesia da Santíssima Trindade ele afirma que haveriam 2.400 pessoas de sacramento e 746 menores, totalizando 3.146 almas¹⁷⁷, já na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby haveriam 1.348 pessoas de sacramento e 150 menores, totalizando 1.498 almas¹⁷⁸, por fim, na freguesia de Nossa Senhora de Guapimirim ele divide a população entre livres e escravos, em cujo total haveriam 2.191 pessoas, sendo 964 livres e 1.227 escravos.¹⁷⁹

O contingente populacional proporcional a cada freguesia apresenta similar aos censos anteriores. Contudo, apresenta-se uma maior concentração na freguesia de São João Batista de Itaborahy, correspondendo a 44,4% do total da população da Vila, seguido das freguesias de Santo Antônio de Sá (18,7%) Santíssima Trindade (12,8%), Nossa Senhora de Guapimirim (8,9%), Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (7,9%), Nossa Senhora do Desterro de Itambi (6,1%) e o antigo Aldeamento de São Barnabé (1,2%), conforme podemos observar na tabela 15.

Tabela 15 - População da Vila de Santo Antônio de Sá, 1795

Freguesias	População	
	n.	%
N. Senhora da Ajuda de Guapimirim	2.190	8,9%
Santíssima Trindade	3.146	12,8%
S. Ant. de Sá	4.600	18,7%
N. S. da Conceição de Rio Bonito	1.954	7,9%
S. João Batista de Itaborahy	10.930	44,4%
Nossa Senhora do Desterro de Itamby	1.498	6,1%
S. Barnabé	300	1,2%
Total	24.618	100,0%

Fonte: ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1795.*

¹⁷⁷ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794.* Visita número 27, Freguesia de Santíssima Trindade.

¹⁷⁸ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794.* Visita número 28, Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itambi.

¹⁷⁹ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794.* Visita número 25, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim.

Um outro dado importante que Monsenhor Pizarro nos traz que permite perceber o crescimento populacional na Vila de Santo Antônio de Sá, é quando ele trata da freguesia de Santo Antônio de Sá e São João Batista de Itaborahy. Segundo este autor, tais freguesias estariam passando por um rápido crescimento. Com base na listagem do *Rois de Desobriga*¹⁸⁰ ele demonstra que de 1792 a 1795 a população da freguesia de Santo Antônio de Sá teria aumentado de 4.140 almas para 4.600 almas.¹⁸¹ Já a freguesia de São João Batista de Itaborahy a população entre os anos de 1792 e 1795 teria passado de 6.046 almas para 10.930 almas, um aumento de 4.884 pessoas.¹⁸² Tais freguesias teriam tido um crescimento anual de 5,4% e 34,5% ao ano, se os dados colhidos pelo Monsenhor Pizarro estiverem corretos, a freguesia de São João Batista de Itaborahy teria tido um rápido crescimento nos anos finais do século XVIII.

2.6. Mapa populacional do distrito de Santo Antônio de Sá de 1797¹⁸³

O mapa de 1797 apesar de ser o mais denso quanto as informações demográficas e econômicas do distrito da vila, apresenta alguns equívocos quando se compara o somatório geral presente ao final com os dados separados por domicílio. No resumo geral, constante no final do relatório, constam 11.538 habitantes, contudo, quando realizamos o somatório de todas as pessoas arroladas na listagem dos domicílios, mais as 430 pessoas

¹⁸⁰ De acordo com Márcio Blanco Razzera o *Rois de Confessados* ou *Róis de Desobriga* seriam “listas nominativas elaboradas durante a quaremsma a fim de constatar quais fiéis se confessaram e comungaram no último ano.”, nesse caso incluiriam somente os maiores de sete anos In.: RAZZERA, Márcio Blanco. “Uso dos róis de confessados para análise da escravidão a partir do estudo de caso da da freguesia de Viamão em meados do século XVIII” *8º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. p.1.

¹⁸¹ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 26, Freguesia de Santo Antônio de Sá.

¹⁸² ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794*. Visita número 31, Freguesia de São João Batista de Itaborahy.

¹⁸³ *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

constantes no Aldeamento de São Barnabé discriminada no início da *Discrição* contabilizamos 11.539 pessoas, uma diferença, portanto, de apenas uma pessoa. O número de domicílios também há discrepâncias, no resumo consta 1.159, contabilizando provavelmente também os domicílios do Aldeamento (81), subtraindo-se chegamos a 1.078 domicílios, uma diferença de um domicílio com relação ao somatório da listagem.

Acreditamos que tanto o número de pessoas quanto o número de domicílios estejam subestimadas, provavelmente o recenseador não arrolou o total de habitantes existentes no distrito ou, como afirmamos anteriormente, a dificuldade de delimitar as fronteiras nesse período poderia ter feito com que se excluísse alguns dos domicílios existentes no distrito. O maior indício disto é a omissão do Convento de São Boaventura, existente próxima da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá.

Dos 11.109 habitantes arrolados na listagem, 6.811 seriam escravos, isto é, 61,3% do total de pessoas das quatro freguesias do distrito. Como não consta o sexo dos agregados não nos é possível contar o número de homens e mulheres entre os livres, forros e libertos.

Tabela 16 - Condição social da população do Distrito de Santo Antônio de Sá, 1797

Condição Social	n.	%
Livres	4.298	38,7%
Escravos	6.811	61,3%
Total	11.109	100,0%

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Entre a população escrava, semelhantemente ao censo de 1789, mantem-se a superioridade numérica do sexo masculino sobre o feminino, representando, respectivamente 56,1% e 43,9% (vide tabela 17). Mesmo quando segmentamos os escravos por faixa etária os homens continuam sendo majoritários, apesar das mulheres

augmentarem sua participação no total de crianças (de 42,9% entre os adultos para 46,4% entre as crianças).

A razão de sexo entre os escravos em 1797 é superior ao encontrado no censo de 1789. Na estatística de 1789 a razão de sexo era de 101 homens para cada 100 mulheres, já em 1797, haveriam 127 homens para cada 100 mulheres. Segmentando por faixa etária, entre os adultos haveriam 133 homens para cada 100 mulheres e, entre as crianças, 115 homens para cada 100 mulheres.

Tabela 17 - População escrava do Distrito de Santo Antônio de Sá por sexo e faixa etária, 1797

Faixa Etária	Homens		Mulheres		Total		R/S
	n.	%	n.	%	n.	%	
Adultos	2.763	57,1%	2.077	42,9%	4.840		71,1% 133,0
Crianças	1.057	53,6%	914	46,4%	1.971		28,9% 115,6
Total	3.820	56,1%	2.991	43,9%	6.811		100,0% 127,7

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Com base nos dados disponíveis no Mapa populacional de 1797 pudemos distribuir os escravos em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos. Para isso dividimos os escravistas em pequenos (as faixas de tamanho de posse de 1 a 9 cativos), médios (10 a 19 escravos) e grandes (+ de 20 cativos).

Observando a tabela 18, podemos verificar que 73,6% dos proprietários de escravos possuíam pequenas escravarias de 1 a 9 cativos e detinham apenas 30,7% de todos os escravos do distrito. Apesar de trabalhar com faixas de tamanho de posses diferentes (de 1 a 10 cativos), o estudo de Ana Paula, realizado com base no mapa populacional do distrito de Guaratiba para o mesmo ano, pode nos servir de comparação. Com base nos dados fornecidos pela autora, dos 1.143 domicílios com escravos, 81,6% possuíam escravarias na faixa de 1 a 10 escravos e possuíam 33,0% de todos os cativos

da região¹⁸⁴. No distrito de Cabo Frio, dos 845 domicílios escravistas, 86,3% dos chefes de fogos, com escravarias de 1 a 10 cativos, possuíam 45,9% dos escravos da região.

Márcio de Souza Soares, realizou um estudo sobre a estrutura de posse de escravos no distrito de Campos dos Goytacazes, no ano de 1785, com base no mapa populacional de Couto Reis. Dos 968 domicílios escravistas, 71,8% possuíam escravarias na faixa de 1 a nove cativos e possuíam 21,6% de todos os escravos do distrito.¹⁸⁵

Os médios escravistas correspondem a 17,2% e detinham 25,6% da mão de obra escrava do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá. Por outro lado, os grandes escravistas que corresponde a apenas a 9,2%, detinham quase metade de todos escravos da Vila, isto é, 43,7%. Para o distrito de Guaratiba, com base nos dados fornecidos pela Ana Paula, percebemos que os médios escravistas (de 11 a 20 escravos), correspondem a 11,4% dos proprietários, e detinham 17,5% dos escravos. E os grandes (mais de 21 cativos) compunham-se de 7,0% dos chefes de domicílio escravistas e possuíam 49,4% de todos os escravos da Vila. No distrito de Cabo Frio, os médios correspondem a 10,1% dos escravistas, e possuíam 22,4% do total de escravos, e os grandes escravistas correspondem a 3,7% dos domicílios com escravos e detinham 31,7% dos escravos.¹⁸⁶

Em Campos dos Goytacazes, os médios escravistas correspondem a 15,7% dos fogos escravistas e detinham 17,6% do total de escravos. Os grandes escravistas representavam 12,5% e possuíam 60,8% de todos os escravos.¹⁸⁷

¹⁸⁴ MACHADO, Ana Paula Souza, op. cit. p. 134.

¹⁸⁵ SOARES, Marcio de Souza. “Angolas e crioulos na planície açucareira dos Campos dos Goytacazes (1698-1830)”. In: DEMETRIO, Denise; SANTIROCCHI, Italo; GUEDES, Roberto (Orgs.). (Org.). *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos. Brasil e Angola, séculos XVII-XIX*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017, p. 83.

¹⁸⁶ Para realizarmos tais porcentagens nos baseamos nos dados disponíveis em MACHADO, Ana Paula Souza, op. cit. p.134.

¹⁸⁷ Souza, Márcio Soares de, op. cit. p.81.

Tais dados demonstram a grande concentração da propriedade escrava tanto nos distritos da vila de Santo Antônio de Sá, quanto em Guaratiba e em Campos dos Goytacazes e um pouco menos em Cabo Frio. Por outro lado, estes mesmos dados, demonstram a grande dispersão da mão de obra escrava para amplos setores da sociedade.

Tabela 18 - Posse de escravos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

FTP	Proprietários	%	Escravos	%
1 a 9	578	73,6%	2092	30,7%
10 a 19	135	17,2%	1744	25,6%
+ de 20	72	9,2%	2975	43,7%
Total	785	100,0%	6811	100,0%

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

A maior parte da população, tanto livre como escrava, se dedicava à agricultura. Em conjunto, os escravistas proprietários de engenhos de açúcar, farinha e os lavradores compunham 92,1% de todos os chefes de domicílios com escravos e detinham 96% de todos os escravos do distrito e se encontravam em praticamente todas as faixas de tamanho de posses, conforme podemos verificar da análise da tabela 15. Desse modo, o Distrito de Santo Antônio de Sá pode ser caracterizado como sendo predominantemente rural.

A média de escravos possuídos nas diferentes atividades produtivas demonstra a desigualdade na distribuição da mão de obra escrava. Os engenhos de açúcar tinham uma média de escravos por proprietário altíssima, chegando a 55,6 escravos por domicílio.

Tabela 19 - Atividades produtivas, proporção de proprietários, número de escravos e média de escravos possuídos, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

Atividades Produtivas	Proprietários	%	Escravos	%	Média
Lavradores	471	60,0%	2288	33,6%	4,9
Eng. Farinha	225	28,7%	2752	40,4%	12,2
Taverneiros	39	5,0%	167	2,5%	4,3
Eng. Açúcar	27	3,4%	1501	22,0%	55,6

Oficiais de Ofício¹⁸⁸	12	1,5%	20	0,3%	1,7
Serralheiros	6	0,8%	7	0,1%	1,2
Olarias	5	0,6%	76	1,1%	15,2
Total	785	100,0%	6811	100,0%	8,7

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Na lide agrícola, seguido dos engenhos de açúcar encontramos os engenhos de farinha, possuindo uma média de 12,2 escravos. Os lavradores eram a maioria dos escravistas na região, porém, detinham uma média bem inferior aos demais seguimentos, detendo 4,9 escravos.

Além daqueles proprietários vinculados as atividades agrícolas, temos senhores ligados as atividades artesanais e comerciais¹⁸⁹. Encontramos, entre estas últimas, médias de posse de escravos inferiores daquelas encontradas nas atividades agrícolas. Contudo, as olarias, detinham em média mais escravos que até mesmo as fábricas de farinha (enquanto as fábricas de farinha possuíam em média 12,5 escravos a média de escravos nas olarias era de 15,2 escravos) (Tabela 15).

Os taverneiros eram o grupo mais expressivo, com 39 fogos destinados a esta atividade (5%), e detendo 2,5% do total de escravos do distrito, possuía em média, 4,3 escravos – um número menor que aquele encontrado entre os lavradores. Em ordem decrescente temos os oficiais de ofício e os serralheiros, com uma média de 1,7 e 1,2 escravos respectivamente.

¹⁸⁸ Indivíduos especializados em atividades artesanais como: carpinteiro, ferreiro, pedreiro, marceneiro, tamanqueiro, sapateiro e etc.

¹⁸⁹ Como afirmarmos acima a atividade profissional do chefe do fogo no mapa de 1797, estava ligado a principal atividade econômica produzida no fogo, deste modo, apesar de nos seus fogos outras atividades econômicas existirem e, além disso, muitos podem ter tido outras atividades não ligadas a produção de mercadorias (como militares, médicos, etc.). Portanto, consideramos para efeito do cálculo, apenas os chefes de fogos ligado a atividade econômica no qual ele estava inserido pela fonte na alisada.

Separando os sexos da população cativa, percebemos uma proporção maior de homens (tabela 16). Ao todo 56,1% da população cativa da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1797, era masculina, um aumento de 6% com relação ao ano de 1789 (Ver capítulo 1). Havia cerca de 127 homens para cada 100 mulheres, conforme podemos observar da tabela 32.

A razão de sexo/masculinidade apresentou grandes desequilíbrios sexuais nas faixas de 1 a 4 cativos e nas grandes propriedades escravistas de mais de 50 cativos (respectivamente, 161,9 e 139,9). O mais próximo do equilíbrio foi a faixa de 10 a 19 cativos com 108,1 homens para cada cem mulheres.

Os escravos estavam concentrados principalmente na faixa de 10 a 19 e 20 a 49 cativos, correspondendo a 50,4% do total dos cativos presentes na Vila. Apesar de percentuais semelhantes, era na faixa de 10 a 19 que, como já salientamos, maior era o equilíbrio entre os sexos dos cativos. (Tabela 20)

Tabela 20 – Proporção de homens e mulheres escravas por tamanho de posse de cativos no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797)

FTP	HOMENS		MULHERES		Total	%	R/S
	#	%	#	%			
1 – 4	535	61,8%	331	38,2%	866	12,7%	161,6
5 – 9	680	55,5%	546	44,5%	1226	18,0%	124,5
10 – 19	906	51,9%	838	48,1%	1744	25,6%	108,1
20 – 49	949	56,2%	740	43,8%	1689	24,8%	128,2
+ 50	750	58,3%	536	41,7%	1286	18,9%	139,9
TOTAL	3820	56,1%	2991	43,9%	6811	100,0%	127,7

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Ao analisarmos a razão de sexo dos escravos em diferentes atividades produtivas e tamanho das escravarias percebemos que, na faixa de 10 a 19 escravos, havia certo

equilíbrio entre os sexos em quase todas as atividades, com exceção das escravarias dos senhores de engenho, na qual a razão de sexo atingiu um patamar mais alto, chegando a 250 homens para cada 100 mulheres (Ver tabela 21). Observando novamente a faixa de 1 a 4 cativos, percebemos que em todas as atividades havia uma elevada razão de sexo, demonstrando a possibilidade ou preferência desses pequenos escravistas em obter escravos do sexo masculino.

Tabela 21 – Razão de sexo dos escravos em diferentes atividades produtivas e faixa de tamanho de posses, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

FTP	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 49	acima de 50	Total
Engenho de açúcar	-	142,9	250	161,3	158,5	158,3
Engenho de Farinha	195,1	141,0	108,4	121,4	74,8	117,2
Olaria	-	-	128,6	100	-	130,3
Lavradores	148,1	116,0	104,4	116,8	-	121,1
Oficiais de Ofício	185,7	-	-	-	-	185,7
Serralheiros	600	-	-	-	-	600,0
Taverneiros	250	137,0	107,7	-	-	149,3
Total	161,6	124,5	108,1	128,2	139,9	127,7

Fonte: *Discipção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Analisando mais detidamente as posses de 1 a 4 cativos podemos perceber a tendência no aumento da proporção de mulheres na medida em que cresce o tamanho dessas escravarias (Ver tabela 22). Tudo nos leva a crer que tal resultado é fruto da preferência por escravos homens ou pela disponibilidade dos mesmos no mercado de escravos para os pequenos escravistas. Apesar disso, não sabemos da “qualidade” dos mesmos, isto é, se eram jovens ou velhos, doentes ou saudáveis, etc.; o que poderia

comprometer o trabalho destes pequenos escravistas que contavam com a mão de obra escrava para a sua própria sobrevivência.¹⁹⁰

É possível que o alto percentual de homens em relação as mulheres na faixa de posses de 1 a 4 cativos demonstre o quanto estes pequenos escravistas recorriam ao tráfico. Horácio Guitierrez,, apesar do seu estudo ser para uma área diferente da nossa, isto é, afastada dos centros dinâmicos e com uma população escrava bem menor que a encontrada na Vila de Santo Antônio de Sá, aponta que no Paraná, especificamente em Castro, entre os anos de 1803 e 1806, eram os pequenos escravistas (1 a 4 cativos) que mais recorriam ao mercado de escravos, em comparação aos médios e grandes proprietários de escravos.¹⁹¹ Isto é, enquanto aqueles de maiores posses poderiam reproduzir sua mão de obra via reprodução interna, estes pequenos, deveriam recorrer principalmente ao mercado de escravos para obterem seus primeiros escravos ou aumentá-la. Eduardo França Paiva, em seu estudo para a Comarca de Rio das Velhas, no século XVIII, com base nos inventários *post-mortem* atesta para o fato que

os donos de 1 a 10 mancipios eram os mais dependentes do tráfico atlântico e dos africanos trazidos, principalmente, dos portos de Salvador e do Rio de Janeiro, assim como dos escravos nascidos em outras capitanias e transferidos para as minas.¹⁹²

¹⁹⁰ Em São Paulo, para o mesmo período, Francisco Vidal Luna e Hebert S. Klein verificaram que a taxa de masculinidade aumentava de acordo com a faixa de tamanho de posses (Cf. LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. op. cit. p. 187), para a Bahia, Barickman verificou também o aumento da taxa de masculinidade conforme o aumento do número de escravos possuídos, ver BARICKMAN, Bert J. Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 255.

¹⁹¹GUITIERREZ, Horácio. “Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.8, nº16, p. 183.

¹⁹²PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.p.147.

Desse modo, é possível supor, que a maioria dos escravos da faixa de 1 a 4 escravos fosse composta de africanos, apesar de sabermos que a procura no mercado de escravos não seja a única forma de obtenção dos mesmos.¹⁹³

Outra informação que podemos inferir dessa tabela seria a grande dificuldade que os escravos teriam para realizarem o casamento católico, tendo em vista o número reduzido de mulheres nesta faixa de posse e os impedimentos senhoriais de casamento de escravos de propriedades diferentes.

Ainda sobre a razão de sexo dos escravizados nas diferentes atividades produtivas podemos perceber que nos engenhos de açúcar ela mais alta (158,3) do que nas outras atividades e que entre os senhores de fábricas de farinha ela é mais baixa, chegando a 117,3. Essas diferenças na razão de sexo em diferentes atividades produtivas foram percebidas por Barickman em seu estudo sobre o Recôncavo Baiano entre 1780 e 1860. Neste trabalho ele demonstra que a razão de sexo dos escravos nos engenhos de açúcar e fazendas de cana chegava a 158, enquanto nas fazendas dedicadas a produção de fumo, a razão de sexo dos escravos chegou a 104 e entre os produtores de mandioca a razão de sexo era de 108. Ao tratar estas razões aliado a porcentagem de africanos em cada uma dessas atividades produtivas, o autor apresenta um percentual de africanos muito maior nos engenhos de açúcar e o inverso nas fazendas fumageiras e entre os lavradores de mandioca – enquanto nos primeiros 56,1% eram de origem africana, na segunda nunca chegaram a 30% do total de escravos e entre os lavradores cerca de 22,4% dos cativos eram africanos.¹⁹⁴

Nicolau Parés, do mesmo modo analisando os inventários de senhores escravistas do Recôncavo Baiano, observou que, na segunda metade do século XVIII, havia uma

¹⁹³ Entre outras citamos: herança, partilhas, dotes, pagamentos de dívidas etc.

¹⁹⁴ BARICKMAN, B. J. op. cit. p. 254-261.

maioria de africanos (45,4%) nas áreas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, ao passo que na área do tabaco a porcentagem dos africanos chegou a 29%.¹⁹⁵ Segundo o autor, a partir de 1740, ocorre um processo de criouliização demográfica o que coincide com a estagnação da exportação de açúcar e da importação de africanos, enquanto a partir de finais do século XIX, com a melhora nas exportações do açúcar, mas também do tabaco, há um sensível aumento da porcentagem de africanos.¹⁹⁶

Tabela 22 – Proporção de homens e mulheres escravos e razão de sexo nas pequenas escravarias, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

FTP	Homens	%	Mulheres	%	Total	Razão de Sexo
1	93	72,7%	35	27,3%	128	265,7
2	141	62,1%	86	37,9%	227	164,0
3	151	58,5%	107	41,5%	258	141,1
4	149	59,1%	103	40,9%	252	144,7

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

A baixa razão de sexo encontrado nas fábricas de farinhas com mais de 50 cativos não retrata a realidade das escravarias do período, retirando-se estas duas propriedades, restaria apenas a fábrica de Manoel Gonçalves Vidal, com 50 escravos, sendo 30 homens e 20 mulheres, um desequilíbrio tal que a razão de sexo chegava a 150, consoante, portanto, a tendência do aumento da razão de sexo a partir da faixa de mais de 20 cativos.

O perfil sexual dessas escravarias também era influenciado pelas características dos seus proprietários, como podemos observar através do gráfico 4. Os escravistas detinham maior proporção de homens escravos do que as mulheres proprietárias, em todas as faixas de tamanho de posse. Quando analisamos a faixa de 10 a 19 verificamos a predominância das escravas entre as mulheres escravistas.

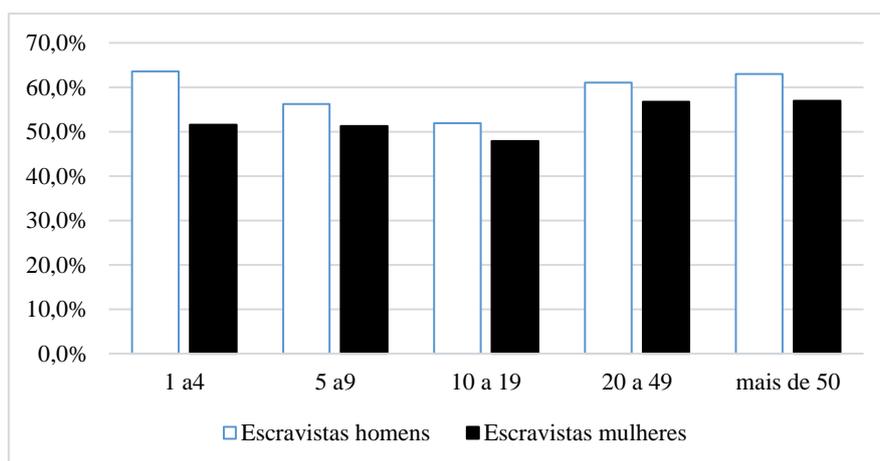
¹⁹⁵ PARÉS, Luís Nicolau. op. cit. pp.106-107.

¹⁹⁶ Ibid. p.108.

Francisco Vidal Luna e Hebert S. Klein, em seu estudo sobre a sociedade e economia escravista em São Paulo na segunda metade do século XVIII e a primeira do século XIX, argumentaram que o “sexo do proprietário foi provavelmente o fator isolado mais importante a influenciar na composição demográfica de seus cativos”.¹⁹⁷. Contudo, eles explicam que a maior proporção de mulheres nos domicílios chefiados pelas mulheres se dava as características econômicas destes fogos, voltados principalmente a produção têxtil.¹⁹⁸

No nosso caso, as atividades produtivas das proprietárias de escravos eram praticamente as mesmas dos proprietários, como vimos na primeira seção deste capítulo. Desse modo, é perceptível que as mulheres proprietárias tivessem preferência por escravos do sexo feminino. Não nos parece ser de outro modo, afinal não era entre as proprietárias de poucos recursos (de 1 a 4 cativos), cujo cálculo econômico poderia influenciar o perfil de suas escravarias, que verificamos a preponderância das escravas.

Gráfico 4 - Proporção de homens escravos segundo o sexo dos proprietários e de acordo com o tamanho de posses



Fonte: *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797.

¹⁹⁷ LUNA, Francisco Vidal, e KLEIN, Herbert, op. cit. p. 144.

¹⁹⁸ Ibid.144-145.

O mapa da população do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá apesar de não apresentar dados específicos sobre a idade dos escravos e a origem (se africano ou crioulo), apresenta a divisão de crianças e adultos, nos possibilitando compreender o quantitativo populacional destes dois grupos.¹⁹⁹

Na média geral as crianças representavam cerca de um terço do total da população escrava, como podemos observar na tabela 19. Apesar de não constar dados para as médias escravarias, os dados para o Rio de Janeiro para o período de 1790-1807 também mostram um número maior de crianças nas grandes propriedades com relação as pequenas propriedades escravistas (30,8% e 27,1% respectivamente).²⁰⁰

Comparando-se com os dados sobre o distrito de Campos dos Goytacazes para 1785, é incrível a semelhança entre os percentuais encontrados para cada “faixa etária” de escravos. Em Campo os adultos correspondem a 72,4% do total de escravos, enquanto em Santo Antônio de Sá, perfazem 71,1%. As crianças representam, respectivamente, 27,6% e 28,9%.²⁰¹

Tabela 23 –Proporção de crianças e adultos escravos por faixa de tamanho de posses de escravos (1797)

FTP	Crianças		Adultos		Total
	#	%	#	%	#
1 a 4	134	15,5%	732	84,5%	866
5 a 9	320	26,1%	906	73,9%	1226
10 a 19	584	33,5%	1160	66,5%	1744
20 a 49	541	32,0%	1148	68,0%	1689
50 +	392	30,5%	894	69,5%	1286
Total	1971	28,9%	4840	71,1%	6811

¹⁹⁹ A divisão por faixa etária foi realizada pelo autor do mapa populacional que dividiu as escravarias em “escravos maiores”, “escravos menores”, “Escravas maiores” e “escravas menores”. Contudo, não há informação da idade destes escravos. Com base na idade descritas para os filhos dos chefes de domicílio considerando que os “menores”, deveriam ter de 0 a 14 anos, e os “maiores” acima de 15 anos.

²⁰⁰ FLORENTINO, Manolo; GOES, José Roberto, op. cit. p.66.

²⁰¹ SOARES, Márcio de Souza, op. cit. p. 86.

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

O maior percentual de escravos adultos se encontrava nas pequenas escravarias, de 1 a 4 cativos, correspondendo 84,5% dos escravos nessa faixa de posse. Considerando o grande desequilíbrio entre os sexos nessa faixa de posses era de se esperar tal percentual, pois possuindo pouquíssimas mulheres escravas, tais escravistas pouco poderiam esperar da reprodução natural dos seus cativos e, por outro lado, necessitando de escravos em idade produtiva para auxiliar nas tarefas laborais, possivelmente poucos iriam investir na compra de crianças cativas. Além do mais, de acordo com Manolo Florentino era baixa a importação de crianças escravas dos portos africanos durante todo o período colonial: “a porcentagem de escravos com menos de 10 anos de idade: 4%”²⁰².

De acordo com Heloísa Maria Texeira, a razão da maior participação de adultos com relação as crianças ocorriam:

a) devido ao menor número de escravos (muitas vezes não iam além da unidade) e considerando a dificuldade de enlances entre escravos de propriedades distintas, os pequenos plantéis eram menos propícios à formação de famílias e, conseqüentemente, menos propícios à reprodução; b) a conservação de escravos mais produtivos e a venda das crias destes pequenos plantéis para outros maiores, ou seja, um pequeno escravista nem sempre tinha condições de manter crianças sem que estas dessem retorno à produção; e c) cada criança nascida e mantida no pequeno plantel aumenta a possibilidade de que este mesmo plantel tenha passado de pequeno a pequeno-médio (seis a dez escravos).²⁰³

O reduzido número de crianças nas faixas de 1 a 4 cativos demonstra que dificilmente estes pequenos escravistas poderiam contar com a reprodução interna dos

²⁰²FLORENTINO, Manolo, op. cit. p. 59. Com o início do período imperial tais características começam a se modificar, com o aumento progressivo do número de crianças desembarcadas. Cf. VILLA, C. E. V.; FLORENTINO, M. “As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834).” *Afro-Ásia*, Salvador, n. 61, 2020. DOI: 10.9771/aa.v0i61.36846. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/36846>. Acesso em: 4 jan. 2024.

²⁰³ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. São Paulo, 2001. f.168. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2001. p.80.

seus cativos para o incremento de suas escravarias. Como vimos anteriormente, nesta faixa de posse era maior o desequilíbrio entre os sexos, com alta participação do elemento masculino. O diminuto tamanho dessas escravarias aliado a alta razão de sexos diminuiria em muito a capacidade de reprodução natural destas escravarias. Por outro lado, a partir de 5 cativos a proporção de crianças aumenta, variando muito pouco nas demais faixas de tamanho de posses de escravos.

A baixa proporção de crianças cativas foi também encontrada por Márcio de Souza Soares em Campos dos Goytacazes, em 1785, na faixa de 1 a 9 cativo, correspondendo a 21,9%. Nas faixas de posses seguintes, haveria um maior quantitativo de crianças escravas, chegando a 37,7% das escravarias com mais de 100 escravos.²⁰⁴

Diversos historiadores têm apontado sobre a importância da reprodução natural para o incremento das escravarias, porém, a maioria destas pesquisas são voltadas para regiões cuja economia estava mais voltada para a subsistência ou mercado interno. Tais pesquisas levam em conta a razão de sexo dos cativos e o percentual de crianças escravas. Nesse sentido, a baixa da primeira variável e, por outro lado, o elevado número da segunda, levaria a taxas positivas de crescimento da população cativa.²⁰⁵

A Vila Santo Antônio de Sá, por outro lado, destoa das características destas regiões. Apesar de não sabermos, ao certo, o destino da sua produção econômica, a vila se encontrava numa região importante e dinâmica do Recôncavo da Guanabara, como vimos no capítulo 1. A própria dispersão da propriedade escrava e o aumento

²⁰⁴ SOARES, Márcio de Souza, op. cit. p. 86.

²⁰⁵ Para uma discussão bibliográfica em torno da reprodução natural de escravos ver: FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Campinas, 2009. f.359. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2009. Em especial o capítulo 2.

considerável da população cativa na região ao longo da segunda metade do século XVIII confirmam isso.

Nesse sentido, mesmo em áreas dinâmicas economicamente a reprodução dos escravos também se fazia através da reprodução interna e não somente por meio da exportação de cativos como novos estudos tem demonstrado.²⁰⁶ Porém poucos foram os estudos realizados para o século XVIII, período no qual o tráfico de escravos era uma constante. No momento não somos capazes de avaliar o peso de dos dois fatores na composição das escravarias do distrito de Santo Antônio de Sá, pois não há informações referente a origem dos cativos, o que poderia demonstrar um maior número de crioulos que o de africanos, como foi encontrado em outras regiões nas quais era alta a porcentagem de crianças. No capítulo seguinte, realizaremos tal investida com base nos registros de batismos de escravos, o que poderá nos esclarecer quanto às possibilidades de reprodução natural das escravarias da vila de Santo Antônio de Sá.

Outra variável pode ser levantada quando levamos em conta a questão da antiguidade da ocupação (tema que será abordado com mais profundidade no próximo capítulo). Segundo Sheila de Castro Faria, regiões de ocupação mais antiga tendiam a ter uma proporção de sexos mais equilibrada e um número significativo de crianças cativas. Desse modo, para a freguesia de São Gonçalo da Capitania da Paraíba do Sul, no ano de 1785, ela encontrou uma razão de 126 homens para cada 100 mulheres e uma proporção de crianças cativas de 35,5%.²⁰⁷

O percentual de mulheres cativas crianças se mostra maior que o das mulheres adultas, em todas as faixas de tamanho de posses, e no conjunto perfaz 46,4% do total de

²⁰⁶ Cf. FREIRE, Jonis, *Ibid.*; PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

²⁰⁷ FARIA, Sheila de Castro, *op. cit.* p.331.

crianças em oposição aos 42,9% das adultas, como podemos verificar na tabela 24. Desse modo, apesar de não dispormos informações relativas à origem destas crianças, na medida em que o mapa populacional não discrimina os africanos dos crioulos, podemos supor que grande parte dessas crianças tenham nascidas no Brasil, já que o número de crianças do sexo feminino demonstra ser maior que o das adultas do mesmo sexo.

Tabela 24 – Proporção de crianças e adultos escravos por sexo e por faixa de tamanho de posses de escravos (1797)

FTP	Crianças				Adultos			
	H	%	M	%	H	%	M	%
1 a 4	82	61,2	52	38,8	453	61,9	279	38,1
5 a 9	175	54,7	145	45,3	505	55,7	401	44,3
10 a 19	291	49,8	293	50,2	615	53,0	545	47,0
20 a 49	289	53,4	252	46,6	660	57,5	488	42,5
+ de 50	220	56,1	172	43,9	530	59,3	364	40,7
Total	1057	53,6	914	46,4	2763	57,1	2077	42,9

Fonte: *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Boa parte dos cativos localizados na faixa de 10 a 19 cativos se encontravam nas fábricas de farinha e junto aos lavradores, correspondendo a 93,3% como podemos verificar da análise da tabela 25. Tendo em vista que foi nesse tamanho de posses que se verificaram maior equilíbrio entre os sexos (tabela 17), e expressivo número de crianças (tabela 19), tais atividades consoantes a faixa de tamanho de posses de escravos (tabela 15), é possível que tenha sido a mais propícia a formação de famílias negras, tanto legítimas, isto é consagradas pela Igreja Católica, como ilegítimas, assim como é possível que nelas estivessem o maior potencial de reprodução natural e maior número de crioulos frente aos africanos.

As atividades não-agrícolas eram compostas majoritariamente de pequenas escravarias e em nenhuma faixa de posses de cativos representou mais que 5% do total

de escravos (tabela 21). Nessa faixa de posses se verificou alta razão de sexo, baixa participação de crianças.

Tabela 25 – Proporção de escravos por atividade produtiva e faixa de tamanho de posses de escravos, distrito de Santo Antônio de Sá, 1797

FTP	1 a 4		5 a 9		10 a 19		20 a 49		mais de 50		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Engenho de Açúcar	0	0,0	17	1,4	14	0,8	392	23,2	1078	83,8	1501	22,0
Fábrica de Farinha	121	14,0	441	36,0	1019	58,4	963	57,0	208	16,2	2752	40,4
Lavradores	665	76,8	704	57,4	609	34,9	310	18,4	0	0,0	2288	33,6
Olarias	4	0,5	0	0,0	48	2,8	24	1,4	0	0,0	76	1,1
Oficiais	20	2,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	20	0,3
Serralheiros	7	0,8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	0,1
Taverneiros	49	5,7	64	5,2	54	3,1	0	0,0	0	0,0	167	2,5
Total	866	100	1226	100	1744	100	1689	100	1286	100	6811	100

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

2.7. População da Vila de Santo Antônio de Sá em 1804

Os últimos dados que dispomos sobre a população são os de uma estática produzida pelos oficiais da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1804. Nessa estatística, temos informações sobre a população livre/forra e escrava das 5 freguesias da Vila, além da de Guapimirim que fora anexada a Vila de Magé, contamos também com o número de engenhos, e produção agrícola dessa região. Antes de analisar estes dados, é necessário destacar que dentro do número da população livre/liberta/forra e escrava não foram contabilizadas as crianças, como demonstra o vice-rei do Estado do Brasil, D. Fernando José de Portugal em carta encaminhada ao príncipe regente D. João, desse modo, a contabilização da população da vila estaria subestimada. Acreditamos que as crianças omitidas se referem, com relação a faixa de idade, a mesma que consta no mapa de 1797, isto é, as crianças menores de 15 anos de idade para os meninos e menores de 14 anos para as meninas.²⁰⁸

Observando a tabela 26, podemos perceber que a população da Vila de Santo Antônio de Sá está bem abaixo dos outros censos, apesar disso, a proporção do contingente populacional de cada freguesia demonstra uma coerência com relação as outras estimativas. Nesse sentido, a freguesia de São João Batista de Itaborahy continua sendo a mais populosa da Vila, seguido da freguesia da Santo Antônio de Sá, com percentuais de 35,3% e 26,1% respectivamente.

²⁰⁸ CARTA do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao príncipe regente D. João, informando quais as vilas e distritos que pela população, estado da sua cultura e comércio necessitam de juízes letrados; remetendo ofício da sua cultura e comércio necessitam de juízes letrados; remetendo ofício do ouvidor José Albano Fragoso e as informações das Câmaras com mapas da população das vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio da Laguna da comarca da Ilha de Santa Catarina, da vila de Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Piedade de Magé, Angra dos Reis da Ilha Grande e Parati. AHU_ACL_CU_017, Cx.225, D. 15424.

Acredito que o alto grau de concentração populacional na freguesia de Santo Antônio de Sá se deve a redução da população da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. Essa diminuição assombrosa talvez se deve ao problema dos limites entre elas. Como demonstramos anteriormente, uma parte do território da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim passou a pertencer a de Santo Antônio de Sá. O próprio mapa de 1804 nos deixa intender isso, quando discrimina a população de Guapimirim, deixa explícito que nela consta “tão somente ao que pertence ao termo desta Vila”²⁰⁹

Tabela 26 - População da Vila de Santo Antônio de Sá, 1804

Freguesias	População	%
N.S. da Ajuda de Guapimirim	839	4,5%
Santíssima Trindade	2669	14,2%
S. Ant. de Sá	4900	26,1%
N. S. da Conceição do Rio Bonito	2316	12,3%
S. João Batista de Itaborahy	6620	35,3%
N. S. do Desterro de Itamby	1420	7,6%
Total	18764	100,0%

Fonte: AHU_ACL_CU_017, Cx.225, D. 15424

A proporção de livres (aí incluídos libertos e forros) e escravos também se mostra semelhante com os demais “censos”, com a população escrava sendo superior a livre. Para todo a Vila a população escrava representava 54,5% do total de pessoas e os livres, 45,5% como podemos observar na tabela 27.

Comparando-se o quantitativo populacional de ambos os segmentos em cada uma das freguesias com relação aos demais censos, as grandes discrepâncias se encontram nas freguesias de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim e Nossa Senhora do Desterro de Itambi. A primeira por conta do seu grande contingente escravo, correspondendo a 76,2% do total da população e a segunda pela diminuição desse mesmo segmento, representando 56,4% do total de pessoas da freguesia.

²⁰⁹ AHU_ACL_CU_017, Cx.225, D. 15424. fl.42.

Tabela 27 - População livre e escrava da Vila de Santo Antônio de Sá, 1804

Freguesias	Livre		Escrava		Total
	n.	%	n.	%	
N.S. da Ajuda de Guapimirim	200	23,8%	639	76,2%	839
Santíssima Trindade	1.238	46,4%	1.431	53,6%	2669
S. Ant. de Sá	2416	49,3%	2484	50,7%	4900
N. S. da Conceição do Rio Bonito	1.084	46,8%	1.232	53,2%	2316
S. João Batista de Itaborahy	2.636	39,8%	3.984	60,2%	6620
N.S. do Desterro de Itamby	619	43,6%	801	56,4%	1420
Total	8193	43,7%	10571	56,3%	18764

Fonte: AHU_ACL_CU_017, Cx.225, D. 15424

2.8. Evolução da População da Vila de Santo Antônio de Sá: uma visão de conjunto (1774-1804)

A omissão de certos segmentos da população dificulta a nossa compreensão da população total da Vila de Santo Antônio de Sá e sua evolução no final do século XVIII e início do XIX. Apesar disso, conseguimos perceber alguns padrões demográficos ao longo deste período, como a distribuição e relativa concentração populacional nas freguesias estudadas, tanto em relação ao total de habitantes quanto a proporção dos segmentos livres e escravos.

Para corrigir tais estimativas, e incluir segmentos populacionais excluídos, alguns historiadores realizaram alguns procedimentos com o objetivo de tentar chegar aos números aproximados da população num determinado momento. Dauril Alden comparando as estimativas populacionais do século XVIII para diversas capitanias do Brasil chega à conclusão de que as crianças com menos de 7 anos corresponderiam a 11,75% do total da população e, que as os meninos de até 15 anos e as meninas de até 14 anos representariam 20,7% do total. Nos “censos” em que não foram computadas as crianças menores de sete anos, e menores de 15 anos o autor realizou reajustes tendo

como base estes percentuais. Como Alden não nos fornece o percentual de incremento populacional gerado pela inclusão dos menores, com base nos seus dados, descobrimos que o reajuste seria de 13,31% para se chegar a porcentagem de 11,75% de menores de sete anos da população total e 26,10% para chegar aos 20,7% dos menores de 15/14 anos.²¹⁰

Tal procedimento também fora realizado por Stuart B. Schwartz para estimar a população da Bahia no século XVIII, contudo, ele aumentou apenas em 12% o total da população para compensar as omissões.²¹¹ Realizamos também tais reajustes nas visitas pastorais (planilhas A e B de “1774”, e 1795) em que não foram contabilizadas as crianças menores de sete anos e no mapa produzido pela Câmara de Vereadores de 1804, no qual acreditamos que não foram contabilizadas as crianças de 0 a 15 anos, de modo que as diferenças entre os “censos” não se demonstraram tão gritantes - como vereamos adiante -, ainda mais considerando o pequeno período entre eles.

Acreditamos que tais percentuais de reajuste - para considerar os ditos “menores” -, se aproximem do número de pessoas que habitaram a Vila de Santo Antônio de Sá em fins - do século XVIII e início do XIX. Para que conseguíssemos chegar a um percentual de crianças mais fidedigno da realidade da Vila seria necessário que dispuséssemos de outras listas que nos fornecessem o número de crianças de cada freguesia, algo que infelizmente não possuímos. De todo modo, como vimos, a visita de 1795 apresenta em algumas freguesias o número de crianças menores de 7 anos, como em Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Santíssima Trindade e Nossa Senhora do Desterro de Itamby. Nestas freguesias, as crianças menores de sete anos corresponderiam a 18,6%, 23,7% e 10% do total da população destas freguesias respectivamente. Isso demonstra o quanto o

²¹⁰ Com base nos dados fornecidos por Alden, subtraímos o total da população reajustado pelo total da população considerada na fonte. Cf. ALDEN, D. *Op.Cit.*, 1963.p.193.

²¹¹ SCHWARTZ, Stuart. *Op.Cit.*p.87.

reajuste de 11,75% pode ser considerando um percentual conservador, frente aos números que encontramos na fonte.

Conservador também pode ser considerado o percentual de 20,7% para crianças de menores de 15/14 anos, já que no mapa de 1797, as crianças corresponderiam a 30,6%. Desse modo, ambos os percentuais de reajuste dariam um total da população menor do que deveria ter sido, porém, mesmo assim, analisando os totais da população nos diferentes anos, percebemos uma coerência nestes dados, que é o contínuo crescimento da população da Vila de Santo Antônio de Sá, mesmo que em algumas freguesias a população tenha diminuído em alguns anos.

Observando a tabela 28 podemos perceber, portanto, que a população da Vila de Santo Antônio de Sá, passou por um substancial crescimento, de 13.207 habitantes no ano de 1774, a população passou para 23.662 habitantes no início do século XIX, representando um crescimento de 44,2% e uma taxa de crescimento anual de 1,6%.

Quando realizamos o percentual de reajuste para menores de sete anos para o ano de 1795, o número da população se aproxima daquele do “censo” anterior, denominado *Memórias Públicas e Econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro realizado entre os anos de 1779-1789*.²¹² Isso corrobora com que afirmamos anteriormente, que, provavelmente, tal “censo”, fora realizado no final do governo de Luiz de Vasconcellos, isto é, 1789, e que nele, ao contrário do que afirma Dauril, estaria incluído também as crianças.

²¹² Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

Monsenhor Pizarro nas suas visitas, afirmou que a freguesia de Santo Antônio de Sá, em 1791, era de 4.200 almas, não incluído aí, os ditos “menores”. Realizando o reajuste de 13,31% (incorporando assim as crianças menores de sete anos), esse número sobe para 4.759 pessoas representando uma diferença de apenas 9 pessoas com relação ao mapa de 1789.

Realizando tais ajustes podemos perceber, através da tabela 8, o contínuo crescimento populacional da Vila de Santo Antônio de Sá, que de cerca de 15 mil habitantes em 1774 chegou em 1795 a mais de 25 mil pessoas. Tais estimativas podem estar subestimadas considerando que Baltazar da Silva Lisboa afirma, baseado em uma lista populacional entregue pelo Capitão Francisco Xavier de Azeredo Coutinho ao vice-rei Conde de Rezende em 1790, que a população da Vila chegava “perto de trinta mil pessoas”.²¹³

²¹³ LISBOA, Baltazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Na Typ. Imp. e Const. De Seignot-Plancher e Cia, Tomo V, 1834, p. 163.

Tabela 28 - População total das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá (1774-1804)

Freguesias	Plan. A	Aj.	Plan. B	Aj.	1789	1795	Aj.	1804	Aj.
N. S. da Ajuda de Guapimirim	1.588	1.799	1.509	1.710	1.848	2.191		839	1.058
Santíssima Trindade	1.149	1.302	2.456	2.783	3.790	3.146		2669	3.366
Santo Antonio de Sá	3.185	3.609	2.716	3.077	4.750	4.600	5.212	4900	6.179
N. S. da Conceição do Rio Bonito	982	1.113	1.293	1.465	1789	1.954	2.214	2316	2.920
S. João Batista de Itaborahy	4.927	5.583	4.774	5.409	6309	10.930		6620	8.348
N. S. do Desterro de Itamby	1.054	1.194	1.270	1.439	1.011	1.498		1.420	1.791
Aldeamento São Barnabé	322	365	259	293	332	300	340		
Total	13.207	14.964	14.277	16.177	19.829	24.619	25.271	18.764	23.662

Fonte: *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793; Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. RIHGB. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884; ACMRJ. Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1794; AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071; AHU_ACL_CU_017, Cx.225, D. 15424.*

Capítulo 3 - Economia da Vila de Santo Antônio de Sá

3.1. Retomando os modelos explicativos da Economia Colonial

A complexidade das relações econômicas do Recôncavo da Guanabara no período colonial exige a necessidade de rever algumas interpretações sobre a economia colonial. De forma sucinta iremos apresentar a discussão historiográfica sobre o tema e a necessidade de revisão de alguns pressupostos até hoje em voga apesar dos avanços dos estudos ao rés do chão da economia colonial.

Nosso ponto de partida é a obra de Caio Prado Júnior, em especial o seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942. Caio Prado tentando romper com a teoria dos ciclos econômicos desenvolve uma interpretação de que a economia colonial teria um “sentido”: a transferência de excedentes coloniais para a metrópole.²¹⁴ Logo, toda a produção colonial estaria submetida ao capital mercantil metropolitano. A estrutura da economia exportadora colonial seria resultante de três elementos: o latifúndio, o monocultivo e a mão de obra escrava. Segundo Prado Junior as *plantations* se auto abasteciam e a produção de alimentos, considerada como uma agricultura de subsistência, serviriam apenas para abastecimento interno dos incipientes centros urbanos.²¹⁵

Celso Furtado da continuidade ao modelo analítico proposto por Prado Júnior explicitando que é o comércio exterior que é a base da compreensão do funcionamento da economia colonial. Nesse sentido, a produção colonial estaria integrada às economias europeias. As flutuações dos preços do açúcar determinariam o crescimento ou a retração da agro-exportação. Devido à orientação agro-exportadora dos engenhos de açúcar

²¹⁴ PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. pp. 31-32.

²¹⁵ *Ibid.* p 281.

haveria uma divisão do trabalho pela qual a instalação dos engenhos de açúcar implicaria a necessidade do desenvolvimento de unidades produtivas voltadas para o abastecimento destes mesmos engenhos. Contudo, havia dois motivos pelos quais não se desenvolveu a produção mercantil de alimentos: a primeira o baixo custo da exportação do açúcar e em segundo a política da Coroa de evitar o surgimento de atividades econômicas que concorresse com a produção metropolitana.²¹⁶

A produção econômica para abastecimento interno teria duas características, a primeira que ela não se assentava na mão de obra escrava e em segundo lugar, que ela se destinava para a autossustentação. Tais características resultavam na autonomia dessa economia não-escravista e não-mercantil as flutuações do mercado internacional e, por outro lado, também pela natureza não-mercantil desta produção, no impedimento do desenvolvimento de um mercado próprio de circulação dessas mercadorias.²¹⁷

Segundo Furtado, o crescimento da produção de alimentos se daria em momentos de crise da economia de exportação, no qual os contingentes do setor agroexportador seriam deslocados para as atividades não exportadoras, como no declínio do preço do açúcar em finais do século XVII e no definhamento da produção aurífera a partir da segunda metade do século XVIII. Portanto, o crescimento da produção de abastecimento e conseqüentemente seu envolvimento em circuitos mercantis, dependia, no final das contas, das flutuações econômicas do mercado internacional.²¹⁸

Fernando Novais dando continuidade as ideias desses autores, desenvolve a noção de Antigo Sistema Colonial, através do qual a produção colonial permitia a acumulação

²¹⁶ FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 13. Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1975. pp.45-46.

²¹⁷ Ibid. p. 56-57.

²¹⁸ Ibid. p.59-64.

primitiva do capital por parte dos comerciantes das metrópoles.²¹⁹ O Antigo Sistema Colonial era fundado no Pacto Colonial, ou exclusivismo comercial, as colônias só poderiam comercializar com suas metrópoles. Tal pacto seria expressão do capitalismo mercantil europeu cujo resultado seria o desenvolvimento da industrialização. Contudo, o capitalismo mercantil em Portugal teria características próprias que gerariam a hipertrofia do Estado. Aliado a isso, a partir de meados do século XVII, Portugal cria uma série de concessões a Inglaterra, transferindo uma série vantagens do exclusivismo colonial para a Inglaterra.

Segundo Novaes, haveria um mercado interno reduzíssimo na medida em que os próprios escravos das *plantations* produziram os alimentos para subsistência, nesse sentido, a reprodução da economia agroexportadora se desenvolveria as margens do mercado. Do mesmo modo que Furtado, Novaes percebe que as flutuações do mercado interno estariam subordinadas as conjunturas internacionais.²²⁰

Portanto, nesse modelo, proposto inicialmente por Caio Prado Júnior, o mercado interno seria incapaz de gerar acumulações internas e desenvolver uma elite mercantil. A economia colonial seria limitada a *plantation* cujo desenvolvimento estaria delimitado as flutuações do mercado internacional.²²¹

Ciro Cardoso, nos anos 70, iniciou uma crítica sistemática ao Antigo Sistema Colonial, afirmando que a economia colonial não se reduziria em sua relação com o mercado internacional.²²² A escravidão colonial brasileira deveria ser entendida como base da sociedade, determinada não apenas pelo fato de ser colonial, mas também por

²¹⁹ NOVAIS, Fernando Antonio. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989. pp.65-96.

²²⁰ Ibid. pp. 105-110.

²²¹ Ibid. pp.249-251.

²²² CARDOSO, C. F. S. “As concepções acerca do sistema econômico mundial: a preocupação obsessiva com a extração do excedente”, p.110.

aspectos próprias desta sociedade. Ciro desenvolve a noção de um modo de produção escravista colonial, determinado tanto pelo exclusivismo colonial como de suas estruturas internas.²²³

Em finais da década de 1970, Jacob Gorender, desenvolve o conceito de Ciro Cardoso sobre o modo de produção escravista-colonial, formulando o que seria as leis de funcionamento deste sistema. Gorender junto com o Ciro Cardoso questionam alguns dos pressupostos do Antigo Sistema Colonial, como a “excessiva ênfase na transferência do excedente colonial e a impossibilidade de acumulação endógena” e afirmam sobre a possibilidade de acumulação interna resultante das atividades agrícolas, na medida em que os senhores escravistas são capazes de pagar pela aquisição dos fatores de produção necessários para a reprodução das *plantations*. Logo, parte da renda gerada pelo modo de produção escravista colonial permanecia nas mãos dos senhores de engenho.²²⁴

Para Gorender, ao contrário de Ciro Cardoso, o “colonial” não expressaria a dependência da economia colonial com a metrópole, isto é, a transferência de parte substancial do excedente econômico das colônias para a metrópole. “Colonial” para ele implica:

- 1º) economia voltada principalmente para o mercado exterior, dependendo deste o estímulo originário ao crescimento das forças produtivas;
- 2º) troca de gêneros agropecuários e/ou matérias-primas por produtos manufaturados estrangeiros (...);
- 3º) fraco ou nenhum controle sobre a comercialização no mercado externo.²²⁵

Gorender, contudo, reafirma a posição da incapacidade um mercado interno de grande desenvoltura devido, primeiro, o modo de produção escravista-colonial não possibilitar uma divisão social do trabalho que viesse a desenvolver um mercado interno

²²³ GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 544.

²²⁴ Idem. p. 539.

²²⁵ Idem. p.170.

e segundo lugar porque a *plantation* estaria assentada em dois seguimentos, um no setor mercantil e outro na economia de subsistência. Logo, a reiteração do escravismo colonial dependia do mercado internacional. Mais uma vez a economia da *plantation* estaria determinada pelas flutuações do mercado mundial, mas não só ela como também a produção de alimentos voltadas para o abastecimento interno se expandiria. Contudo, nas conjunturas de baixa de preços no mercado internacional, a monocultura retraía e expandia-se a economia natural (entendida como produção de alimentos voltados para a subsistência).²²⁶

Antônio Barros de Castro também realizou críticas ao *sentido da colonização* afirmando que, o *sentido* da colonização é garantir a sua reprodução, logo o comércio, os interesses mercantis e os da Coroa teriam que levar em conta tal necessidade.²²⁷

José Manuel Cardoso de Mello e José Jobson Arruda buscaram reforçar as ideias do Antigo Sistema Colonial afirmando a impossibilidade de um sistema de produção escravista-colonial na medida que a reprodução deste sistema ocorre exogenamente, isto é, através do comércio transatlântico de escravizados. João Manuel ainda afirma que a economia colonial seria uma faceta do modo de produção capitalista.²²⁸

José Jobson de Arruda traz importantes contribuições referente a produção econômica ao final do período colonial, afirmando que no final do século XVIII o açúcar representava 35% do total de exportação do Brasil para Portugal, demonstrando que

²²⁶ Idem. pp. 250-257.

²²⁷ CASTRO, Antônio de Barros, “As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. pp.41-66; CASTRO, Antônio de Barros, “A economia política, o capitalismo e a escravidão. LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. pp. 67-108.

²²⁸ MELLO, João Manoel de, *O Capitalismo tardio*. São Paulo, 1982. pp. 42-44.

outros produtos tropicais estariam na pauta das exportações.²²⁹ Além disso, afirma a existência de uma diversidade da produção agrícola de subsistência que, “não necessariamente, tinha que se contrair sem se transformar ao sabor dos influxos do mercado interno.” Argumenta que no final do período colonial assiste-se à importância crescente do setor de subsistência e, portanto, da formação do mercado interno, definindo-se uma economia mercantil de subsistência”.²³⁰ Arruda afirma que as produções coloniais voltadas para o mercado interno não podem ser resumidas a apêndices do setor agroexportador, aliado a isso, haveria flutuações na colônia que não coincidiriam com as conjunturas internacionais.²³¹

Nos anos 70 e 80 se multiplicam pesquisas regionais demonstrando a importância do mercado interno colonial e a economia de subsistência levando a revisão dos modelos explicativos, influenciados direta e indiretamente das Maria Yedda Leite Linhares em seus estudos sobre a história da agricultura e do abastecimento no Brasil.²³²

Francisco Carlos Teixeira em sua tese de doutorado sob orientação de Maria Yedda Leite Linhares desenvolveu sua pesquisa em torno do mercado interno, através do fenômeno das crises de subsistência em Salvador e no Rio de Janeiro entre 1680 e 1780. Teixeira demonstra que tais crises não eram resultado das flutuações do comércio internacional, mas sim resultado da estrutura produtiva colonial e das deficiências estruturais do sistema agrário. Contudo, o autor aponta que um dos elementos desta

²²⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade, “O sentido da Colônia. Revistando a crise do sistema colonial no Brasil (1780-1830) In: TENGARRIDA, José (Org.) *História de Portugal*. Bauru, SP : EDUSC ; São Paulo, SP : UNESP; Instituto Camões, 2000.p. 175.

²³⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A prática econômica setecentista no seu dimensionamento regional”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 5, n.10, São Paulo, 1985. p.155.

²³¹ Idem. p. 155.

²³² LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento -uma problemática em questão, 1530-1918*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979; LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira – Combates e Controvérsias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; LINHARES, Maria Yedda Leite e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.

estrutura produtiva colonial que causaria tais crises seria decorrente do “abandono da produção de alimentos em prol dos gêneros do grande comércio” por ser uma atividade de maior prestígio na sociedade colonial. Portanto, mais uma vez é a economia da *plantation* com sua ligação ao mercado internacional que, no final, atrapalharia o desenvolvimento da produção de alimentos para o mercado interno.²³³

Contudo, Teixeira traz importantes reflexões sobre economia de subsistência e abastecimento interno. Para o autor uma economia de subsistência, isto é, voltada para o autoconsumo, seria bem mais um ideal para o historiador do mundo rural do que uma realidade, “sendo o mercado um complemento atual e necessário desse ideal impossível de autoconsumo”.²³⁴

Teixeira apresenta três aspectos de discordância com relação a produção de alimentos no Brasil Colônia:

- I. a produção de alimentos pelos escravos não aparece, para nós, como uma necessidade estrutural comum a todas as unidades produtivas. Ao contrário, havia uma forte resistência dos senhores de terras e escravos a interiorizar a produção de alimentos na sua empresa;
- II. não são, conseqüentemente, os escravos da plantagem os responsáveis pela produção de alimentos, nem tampouco camponeses, na sua acepção clássica, ou mesmo um “proto-campesinato colonial” que respondem pelo setor e, sim, uma parcela específica do escravismo é que se dedica a tal produção;
- III. a categoria economia natural, seja qual for seu conteúdo teórico, não se aplica à produção de alimentos no escravismo, a que tal setor se desenvolve a partir do escravismo e voltado para o mercado.

Porém, em outro momento, Teixeira afirma que uma parcela da produção de alimentos foi realizada no interior mesmo da *plantation*.²³⁵ Contudo, o autor afirma que as iniciativas da Coroa em incentivar a produção de alimentos no interior das unidades

²³³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)*. Niterói, 1990. f.410. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990. p.404.

²³⁴ Idem. p.28.

²³⁵ Idem. pp. 66-67.

produtivas voltadas para a agro-exportação falharam, principalmente devido a regulação dos preços da farinha de mandioca que mantinha os preços baixos e porque os lavradores preferiam se dedicar a cultura da cana de açúcar (esse último aspecto é destacado a partir de uma correspondência do Conde de Resende de 1798, no auge dos preços do açúcar no mercado internacional).²³⁶

Sobre as características da produção de alimentos, Teixeira argumenta que não houve uma especialização geográfica no Rio de Janeiro relacionado aos cultivos de gêneros agrícolas, coexistindo numa mesma região produtos agrícolas para a exportação e para o mercado interno.²³⁷ Aliado a isto, Teixeira enxerga essa produção de alimentos ao Redor do Recôncavo da Guanabara como servindo para abastecer o crescente volume de gente para a cidade do Rio de Janeiro, não resumindo portanto essa produção apenas para o abastecimento dos engenhos.²³⁸

Hebe de Castro, em seu estudo sobre o município atual de Silva Jardim, no século XIX, realizou uma análise sobre a inserção de livres pobres na agricultura de subsistência. Castro buscou compreender as possibilidades de acesso à terra e o uso da mão de obra escrava por tais lavradores. Castro apresenta as características da economia local como sendo voltada para o mercado interno, porém, comercial, em que participam grandes e pequenos produtores.

Marcia Maria Menendes Motta, em seu livro *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*, apresenta as diversas leituras sobre a primeira, a Lei de Terras de 1850 e como esta lei foi instrumentalizada pelos fazendeiros.

²³⁶ Idem. pp. 67-68.

²³⁷ Idem. p. 173.

²³⁸ Idem. pp. 166-167.

Contudo, o debate em torno da importância do mercado interno não é necessariamente uma novidade dos trabalhos dos anos de 1990. Desde finais da década de 1960 o historiador paulista, José Roberto do Amaral Lapa, se debruça sobre essa temática.²³⁹ Amaral aponta que nas áreas de extração de madeira, na capitania de Ilhéus, tal atividade teria dinamizado a economia interna, devido os capitais que ela movimentou para atender à necessidade dos fatores de produção para a atividade extrativista – tais como escravos e bois de arrasto.²⁴⁰ Em um artigo dos anos 90 ele afirma que a “circulação dos produtos naturais, agrícolas, semimanufaturados e manufaturados, que ocorria em circuitos locais, vicinais, regionais e até coloniais, deixa de lado pela sua explicitação, desde logo, a ideia de prevalência de uma economia de autoconsumo fechada ao nível da comunidade isolada, ou simplesmente dependente na sua função pura e simples de suporte da grande lavoura de exportação, latifundiária, monocultora e escravista, inteiramente voltada para os mercados externos.”²⁴¹

Além disso, aponta para certo grau de autonomia da economia colonial em relação à grande lavoura de exportação²⁴² e argumenta que esse comércio interno “se faz com conexões ao comércio europeu e intercolonial, este desenvolvido em dimensões que abrangem praticamente todo o universo colonial, em termos ecumênicos, pois se faz entre a América Portuguesa, América Hispânica, África e Oriente”.²⁴³

²³⁹ Em 1968, José Roberto do Amaral Lapa escreveu “A Bahia e a Carreira da Índia” e em 1973, publicou o livro “Economia Colonial” e, cerca de uma década depois, produziu a obra “O Antigo Sistema Colonial”. Em 1991, escreveu “O Sistema Colonial”. Em todos esses trabalhos, o autor dedica-se a entender a questão do mercado interno e de seus desdobramentos como, por exemplo: a economia de subsistência e o comércio inter-regional.

²⁴⁰ LAPA, José Roberto do Amara. “A Bahia e a Carreira da Índia”. pp. 28-29.

²⁴¹ LAPA, José Roberto do Amaral. “Ofícios, manufaturas e comércio interno” In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, Editória da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002. p. 163.

²⁴² Idem. p. 164.

²⁴³ Idem. p. 166.

Em 1990 Ciro Cardoso enfatiza a complexidade das estruturas da economia colonial, não podendo ser reduzida à escravidão negra, o latifúndio e a monocultura de exportação, comportando também a produção camponesa com ligação ao mercado e as possibilidades de acumulação interna.²⁴⁴

Nos anos 2000, João Fragoso e Manolo Florentino, escrevem o livro o “Arcaísmo como Projeto” – em grande medida síntese de suas teses de doutoramento - desenvolvendo um modelo explicativo da economia colonial diferente da produzida até então pela historiografia. João Fragoso em sua tese, analisou as formas de acumulação das elites coloniais do Rio de Janeiro²⁴⁵. Manolo Florentino, por outro lado, avançou na análise do comércio de escravizados da costa africana para o porto do Rio de Janeiro.²⁴⁶

João Fragoso, constata que havia a “possibilidade de retenção de parte do excedente da agro exportação e das produções ligadas ao mercado interno”²⁴⁷ e de “uma relativa autonomia do processo de reprodução da economia considerada frente às flutuações do mercado internacional”.²⁴⁸ O mercado interno teria, portanto, uma dinâmica própria, independentemente, das flutuações do mercado internacional.

Segundo os autores Portugal era um país atrasado, que mantinha as de suas estruturas agrárias tradicionais, onde “prevaleciam valores não-capitalistas, para os quais ascender na hierarquia social[...] implicava tornar-se membro da aristocracia.” Portanto,

²⁴⁴ CARDOSO, C. F. S. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 14-17.

²⁴⁵ FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1830)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

²⁴⁶ A partir dos anos de 1990, há uma preocupação, cada vez maior, dos historiadores econômicos coloniais e do século XIX em estudar o interior da estrutura. Cf: FARIA, S. S. C. *A Colônia em Movimento, Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; BARICKMAM, B. J. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003.

²⁴⁷ FRAGOSO, João. op. cit. 26.

²⁴⁸ Ibid. p.28.

o “atraso” português em pleno século XVII era resultado deste arcaísmo, isto é, um “projeto social, cuja viabilização dependia [...] das rendas coloniais”. Portanto “a atividade comercial lusitana tinha por fim último a permanência de uma sociedade arcaica”.²⁴⁹

A elite colonial, consubstanciada pelos comerciantes de grosso trato, mantinham seus processos de acumulação de capital através da apropriação dos excedentes agrícolas. Imbuídos também de um ideal “aristocratizante”, essa elite mercantil, ao final de suas vidas, convertia suas fortunas em bens agrários, constituindo-se em senhores de engenho. Portanto, a estrutura da produção colonial, criava um mercado de cativos e de alimentos, possibilitando a acumulação de capital pelos comerciantes de grosso trato residentes na praça mercantil do Rio de Janeiro. Para os autores, o Rio de Janeiro em fins do período colonial se tratava de uma economia assentada em um “mosaico de formas de produção não-capitalista” inseridas no “mercado colonial e atlântico de natureza não-capitalista”.²⁵⁰

Dessa forma, para Fragoso e Florentino, o projeto colonizador tinha motivações extra econômicas: a reiteração de uma sociedade altamente hierarquizada, isto é, uma sociedade de *Antigo Regime*. A partir desta conclusão, os trabalhos seguintes tenderam a desenvolver os elementos de uma sociedade de *Antigo Regime* nos trópicos.

Contudo, a produção de alimentos, para ambos os autores, continuava a ser caracterizadas como voltadas para o abastecimento interno e, principalmente para o abastecimento da *plantation*. Em *Homens de Grossa Aventura*, Fragoso, já afirmara, com base no Relatório do Marques de Lavradio – que não apresenta dados sobre a produção de alimentos no interior dos engenhos – que “ás áreas exportadoras eram caudatárias de

²⁴⁹ FLORENTINO; FRAGOSO, 2001, p.52-53

²⁵⁰ Ibid. p. 55.

regiões não-exportadoras” na medida em que as áreas exportadoras produziram menos alimentos do que as áreas não-exportadoras.²⁵¹ Na obra em conjunto com Manolo, apontam que “o conteúdo do próprio mercado colonial” seria “constituído pelos processos de reprodução de diversas cadeias produtivas, os quais teria por eixo a reiteração da agroexportação fundada no trabalho escravo”.²⁵² Logo, podemos perceber para os autores, o caráter da economia de alimentos: suporte a produção açucareira. No final das contas, é a monocultura da cana de açúcar o principal elemento da economia colonial. O que muda, em relação aos demais autores do *sentido da colonização* é que o sentido não é mais econômico, mas sim político: a reiteração de uma sociedade de *Antigo Regime*.

Antônio Carlos Jucá, demonstra que na primeira metade do século XVIII os comerciantes de grosso trato do Rio de Janeiro não investiram suas fortunas na compra de engenhos de açúcar e sim em unidades produtoras de alimentos. Segundo Jucá, “ao investirem nessa produção, os negociantes cariocas tinham seus olhos voltados para a forte demanda então existente.” Isto é, investiam na produção de alimentos por ser, nesse momento, lucrativo. Por que então os negociantes de grosso trato decidiram mudar seus negócios em finais do século XVIII? De acordo com Dauril Auden entre 1775 e 1806 as exportações de açúcar do Rio de Janeiro para Portugal aumentou mais de quatro vezes em volume e seis vezes em valor.²⁵³ Segundo Renato Leite Marcondes e Lélío Luiz de Oliveira, analisando as importações de açúcar pelo Porto, os preços do açúcar tenderam a um aumento contínuo no último quartel do século XVIII: “o valor total estimado para essa mercadoria chegou a 532 contos de reis em 1788 e a 716 contos em 1789. Esse último era mais do que o dobro em relação a 1776.” No mesmo período a uma modificação na

²⁵¹ FRAGOSO, João. op. cit. p.101.

²⁵² FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. op. cit. p.158.

²⁵³ ALDEN, Dauril, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley: University of California Press, 1968. p. 356. (nota de pé de página número 8).

distribuição da oferta do açúcar brasileiro, enquanto em 1776 o açúcar da Bahia predomina, em 1778 é a vez do açúcar originário do porto do Rio de Janeiro liderar as importações do Porto, correspondendo a cerca da metade das importações do produto.

²⁵⁴Em finais do século XVIII o preço do açúcar se elevaria ainda mais por conta da Revolução do Haiti. Portanto, os investimentos em engenhos de açúcar pelos comerciantes de grosso trato se deram as possibilidades de lucros obtidos da elevação dos seus preços no mercado.

Não desprezando a importância da mentalidade “de Antigo Regime”²⁵⁵ daqueles que vieram para o Brasil, podemos perceber que a racionalidade da elite mercantil estaria muito mais de acordo com a lógica de auferir lucros do que de um ideal “aristocratizante”. Além disso, como apontou Stuart Schartz, para a elite mercantil “investir em terras e escravos representava a aquisição de uma relativa segurança e a limitação de seus riscos, ao mesmo tempo em que lhes fornecia status e imagem, uma série de vantagens que lhes deviam ser perceptíveis”²⁵⁶.

Por outro lado, anos mais tarde Fragoso relativizou a ida dos negociantes de grosso trato para a agroexportação. Segundo o autor “diversas famílias de grandes empresários setecentistas continuaram à frente de seus negócios mercantis ao longo do século XIX. Outras ainda combinaram o comércio de longa distância com atividades agrícolas”.²⁵⁷

²⁵⁴ MARCONDES, Renato Leite e OLIVEIRA, Lélío Luiz, “Renascimento açucareiro: importações de açúcar brasileiro pelo Porto, 1762-1801” In: *Ler História*, v. 81, 2022. p.120.

²⁵⁵ Aqui valho-me das críticas apontadas por Laura de Mello e Souza quanto os problemas de utilizar a categoria Antigo Regime para se referir ao reino de Portugal na Era Moderna e, principalmente para o Brasil. Assim como de Stuart Schwartz que aponta que a ideia de antigo regime para a realidade colonial brasileira parece ser uma “ideia fora do lugar” na medida em que no Brasil não existe um passado aristocrático para o qual o capital mercantil poderia consolidar ou reproduzir. SCHWARTZ, S. B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 8, n.13, 1999. p.133.

²⁵⁶ Idem. p. 132.

²⁵⁷ FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1810-1888)*, 1º Ed., Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 22.

Nosso intuito nessa parte do capítulo foi destacar o tema da economia de alimentos na historiografia sobre a economia colonial. Ora vista como uma produção voltada para subsistência, isto é, auto consumo, ora para o abastecimento interno seja para as *plantations* ou para a cidade do Rio de Janeiro. Apesar de continua e cada vez mais volumosa exportação de gêneros agrícolas para Portugal aliado ao que apontamos no primeiro capítulo, a maioria destes autores negligenciaram o papel desta produção para o exterior, seja para Portugal ou para o comércio de africanos escravizados. É necessário aprofundar os estudos sobre o quanto desta produção de alimentos nas diversas regiões brasileiras foram destinadas para o abastecimento interno e para a exportação. Diante das nossas fontes disponíveis não conseguiremos dar conta desta temática, porém, devido as evidências já assinaladas e as que abordaremos a seguir, sobre a produção agrícola da Vila de Santo Antônio de Sá e suas freguesias e o uso extensivo da mão de obra escrava na maioria dos fogos escravistas como veremos no próximo capítulo, é possível inicialmente argumentar que a produção agrícola da capitania do Rio de Janeiro era altamente mercantilizada e possivelmente voltada para os diversos mercados do interior como para o exterior, superando a dualidade entre a economia de abastecimento *versus* agro-exportação. É o que veremos a seguir.

3.2. Características econômicas da Vila de Santo Antônio de Sá na segunda metade do século XVIII

Nesta parte iremos analisar a produção agrícola das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá na segunda metade do século XVIII. Tal economia, como demonstraremos a seguir, apresentava uma diversificação de produção de gêneros agrícolas que vai se intensificar no último quartel do século XVIII devido as políticas pombalinas de fomento agrícola.

A produção açucareira foi uma das principais atividades econômica do Recôncavo da Guanabara, principalmente no vale Macacu-Caceribu. Segundo Lia Osório Machado, o Recôncavo da Guanabara foi um dos locais:

aptos ao plantio da cana de açúcar. Apesar da presença dos brejos, alguns trechos da planície e as encostas mais baixas dos morros nos terrenos de relevo suave, por onde serpenteavam pequenos rios, revelaram-se propícios à plantação da cana de açúcar devido à presença de solos férteis de aluvião. As florestas foram sendo devastadas e o mato queimado para dar lugar às plantações²⁵⁸.

No relatório do Marques de Lavradio estão dispostos dados sobre a produção de açúcar/aguardente, população e produção de alimentos das Vilas. A tabela 1 foi criada a partir dos dados do Relatório do Marquês do Lavradio. A Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby foi incluída, pois embora essa região passe a compor a Vila Nova de São José Del Rei em 1773, assim como a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim que foi anexada a Vila de Magé em 1789.

Os 42 engenhos de açúcar localizados nas freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá eram responsáveis, em 1789, pela produção de 737 caixas de açúcar e 434 pipas de aguardente (ver tabela 1). Do total produzido pelos engenhos capitania – 4.904 caixas de açúcar e 5.815 pipas de aguardente -, a produção da vila correspondia a 15% (737 caixas) do total de caixas de açúcar e 7,5% (434 pipas) do total de pipas de aguardente.

Como podemos observar da tabela 29 a freguesia de São João Batista de Itaboraí era responsável por mais da metade da produção de toda a Vila, correspondendo a 55,4%, abaixo dela estava a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, com apenas 15,6%. As demais freguesias contribuíam com 28,9% do total da produção de açúcar. De acordo com Gilciano Menezes da Costa as freguesias “com os maiores índices de

²⁵⁸ OSÓRIO, Lia. Diagnóstico socioeconômico da Bacia do Caceribu. Gente do Caceribu, sua geografia, sua história. RJ. 2004. p.4. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/trabtec/caceribu.htm>>. Acessado em 20/05/2011.

produtividade de açúcar e aguardente também possuíam os maiores números de engenho, tendo só em Itaboraí 20 dos 42 de toda Vila.”²⁵⁹

Tabela 29 – Produção de açúcar e aguardente nas freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, 1778

Freguesias	Engenhos	Açúcar (caixas)	Aguardente (pipas)
São João Batista de Itaborahy	20	409	232
Nossa Senhora do Desterro de Itamby	5	115	90
Santo Antônio de Sá	8	89	59
Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim	3	52	7
Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito	5	46	31
Santíssima Trindade	1	26	15
Total	42	737	434

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778.

Para o ano de 1797 não dispomos dados para a totalidade das freguesias que compunham a Vila de Santo Antônio de Sá, mas apenas para o distrito de Santo Antônio de Sá, isto é, as freguesias de Santo Antônio, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora do Desterro de Itamby e Santíssima Trindade. Para compararmos a evolução da produção de açúcar e de aguardente entre estes dois anos iremos nos restringir ao distrito da Vila. Como a produção de açúcar em 1778 está em caixas e a de 1797 em arrobas, tivemos que realizar a conversão das caixas para arrobas. Segundo Vinicius Maia Cardoso cada caixa de açúcar possui 35 arrobas.²⁶⁰ Como podemos ver na tabela 30, em 1778 o distrito de Santo Antônio de Sá, com seus 17 engenhos produziam 9.870 arrobas de açúcar e 252 pipas de aguardente, em 1797, os 26 engenhos chegaram a produzir 23.823 arrobas de açúcar e 582 pipas de aguardente, representando um aumento de 59% na produção de açúcar e 57% na produção de aguardente, demonstrando

²⁵⁹ COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do Rio Macacú (1833-1875)*. Niterói, 2013. f.197. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 66.

²⁶⁰ CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: Família, fortuna e escravidão no Vale do Macacú séculos XVIII e XIX*. Niterói, 2009. f.275. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. 2009. Ver nota 117 da página 69.

portanto o crescimento não só das unidades produtivas destinadas a produção de açúcar como da própria produção.

Tabela 30 – Crescimento da produção de açúcar na Vila de Santo Antônio de Sá (1778-1797)

Produto	1778	1797	Crescimento
Açúcar	9.870	23.823	59%
Aguardente	252	582	57%

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778; *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Importante destacar que esta produção é somente daquelas oriundas dos engenhos de açúcar. Como não só de engenhos vive a economia colonial, percebemos pelo mapa de 1797, que ao menos 152 fogos (14,1%) dos 1077 produziam açúcar, sendo 27 fogos eram engenhos de açúcar, 33 fábricas de farinha e 86 de lavradores (tabela 3). Sem dúvida a maior produção foi oriunda dos engenhos de açúcar correspondendo a 83,5% do total produzido pelos fogos do distrito de Santo Antônio de Sá (gráfico 1).

A Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá auferia rendimentos através da taxaço da aguardente e dos vinhos do Reino desde pelo menos 1710 - privilégio que fora concedido apenas para a dita câmara.²⁶¹

Era por conta desta mesma tributação denominada de *Selo*, que correspondia a 62% do total de receitas da Vila em 1800 e 44,3% do total da receita em 1801 (ver tabela 31), a Vila de Santo Antônio de Sá era a que possuía uma das maiores receitas da capitania do Rio de Janeiro, em 1800 foi contabilizado 1:424\$950, correspondendo a 8,73% da

²⁶¹ Desde pelo menos 1699 a Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá solicitava a Coroa Portuguesa para lançarem tributos sobre a aguardente (CARTA do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II] sobre a carta dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, solicitando licença para poderem lançar tributo sobre a aguardente nessa vila, e a criação de novos ofícios. AHU_ACL_CU_017, Cx.6, D.662.), e que foi autorizado somente em 1710 pelo espaço de dez anos e depois permanecendo pelo menos até início do século XIX. Cf. SOUZA, Jose Antonio Soares de. "A receita e despesa da comarca do rio de Janeiro, em 1800 e 1801". In: RIHGB. Vol. 238. Janeiro-março 1958. Rio de Janeiro, DIP, 1958.p.353.

receita da capitania do Rio de Janeiro, e em 1801, 1:360\$000 (6,1% do total da receita da capitania), somente sendo ultrapassada pela Vila de Resende (3:435\$361 em 1800 e 3:412\$962 em 1801, correspondendo respectivamente 21% e 15,6% do total da receita) e a cidade do Rio de Janeiro (com 9:439\$619 em 1800 e 15:119\$17 em 1801, com participação de 57,9% e 69% respectivamente).²⁶²

Tabela 31 - Receita da Vila de Santo Antônio de Sá, em 1800 e 1801

Receita	1800		1801	
	n.	%	n.	%
Foros	2\$800	0,2%	2\$800	0,2%
Rendas de casa	19\$200	1,3%	19\$200	1,4%
Aferições	60\$000	4,2%	64\$000	4,7%
Cabeças	-	0,0%	4\$000	0,3%
Rendas do Ver	450\$000	31,6%	606\$000	44,6%
Selos	883\$333	62,0%	602\$000	44,3%
Condenações	9\$617	0,7%	62\$000	4,6%
Total	1.424\$950	100,0%	1.360.000	100,0%

Fonte: SOUZA, Jose Antonio Soares de. "A receita e despesa da comarca do rio de Janeiro, em 1800 e 1801". In: RIHGB. Vol. 238. Janeiro-março 1958. Rio de Janeiro, DIP, 1958.p.353.

O relatório constante no mapa de 1797 afirma que os lavradores de cana experimentavam constantes prejuízos. Não só por causa das enchentes, nas terras mais baixas, que impedia o cultivo ou estragavam o canavial, mas também porque a umidade favorecia o aparecimento de pragas, como as baratas, que destruíam os pés ainda novos. De acordo com Lamego, o ambiente “que circunda a vila é péssimo, devido aos intermínos alagadiços do rio Macacu”.²⁶³

Sobre os engenhos ainda cabe salientar que estes não só produziam açúcar como também gêneros alimentícios desvinculando, portanto, a ideia de especialização da produção, isto é, que enquanto os engenhos produziam açúcar para agro-exportação, as unidades produtivas voltadas a produção de gêneros alimentícios estariam a serviço da

²⁶² ALVEAL, Carmem Margarida Oliveira, op. cit. p.134.

²⁶³ LAMEGO, Alberto. O Homem e a Guanabara. P.197.

primeira, servindo de abastecedora para os engenhos de açúcar. Dos 27 engenhos, apenas um não produzia nenhum gênero agrícola, os demais produziam ao menos algum destes alimentos, sendo a maioria (24), produtora também de farinha. Aliado a isso, é importante compreender que, como vimos no último capítulo, os fogos antes de mais nada eram unidades produtivas, podendo um chefe do fogo aparecer mais de uma vez, além de familiares, podendo contar, portanto, da produção dessas unidades para abastecer esses engenhos. Tal padrão também foi observado por Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein que ao analisarem a produção dos engenhos de açúcar paulista perceberam uma pujante produção de alimentos e que em “nenhuma localidade de São Paulo encontramos as dominantes unidades monocultoras supostamente típicas das zonas açucareiras do Rio de Janeiro”.²⁶⁴ Contudo, diferente do caso paulista, a produção de alimentos no interior dos engenhos fora bem menor do que encontrada nos engenhos das Vilas de Itu e Capavari, representando apenas 5,1% de toda a produção de alimentos do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (ver tabela 32).

Tabela 32 – Gêneros agrícolas produzidos nas diversas unidades produtivas do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

Unidades produtivas	açúcar	Aguardente	Farinha	gom a	Feijão	Arroz	milho
Engenho de açúcar	26	26	24	1	16	8	16
Fábricas de Farinha	33	0	237	7	76	108	82
Lavradores	86	1	482	3	111	150	119
Oleiros	0	0	3	0	1	2	1
Fábricas de Arroz	0	0	0	0	0	2	0
Ofício	0	0	3	0	1	0	1
Serralheiros	0	0	10	0	6	4	2
Taverneiros	7	0	18	0	5	7	7
Total	152	27	777	11	216	281	228
Fogos/produção	14,1%	2,5%	72,1%	1,0%	20,1%	26,1%	21,2%

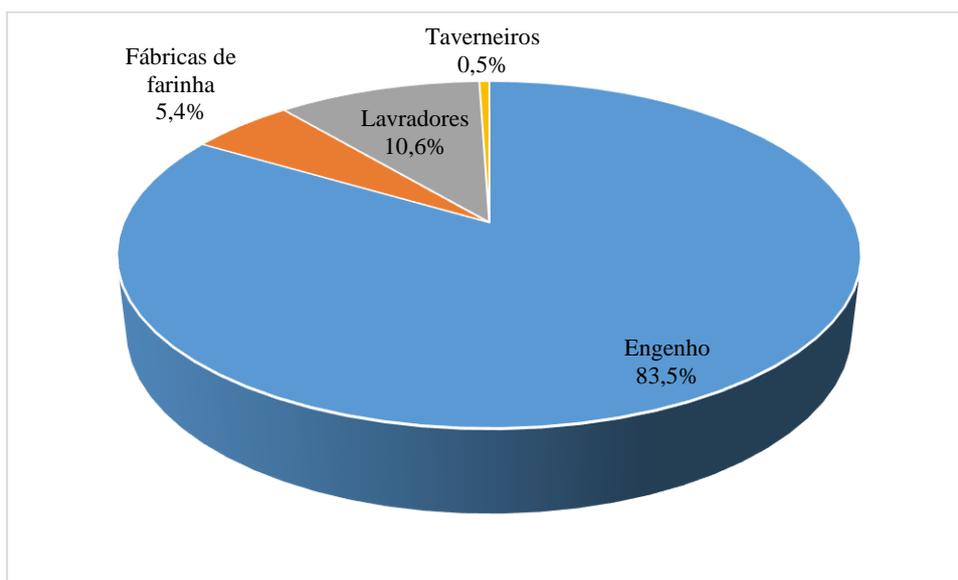
Fonte: Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797.

²⁶⁴ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 67.

Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Ainda sob a tabela 3, depreende-se que o açúcar está longe de ser o principal produto produzido no distrito de Santo Antônio de Sá, tal aspecto é característico de toda a Capitania do Rio de Janeiro onde os engenhos de açúcar são uma pequena parcela das unidades de produção de gêneros agrícolas. Na relação do Marques do Lavradio conta-se 11.040 fogos, sendo 330 engenhos de açúcar, isto é, apenas 3% do total dos domicílios. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva a farinha de mandioca era o principal gênero alimentício produzido na capitania do Rio de Janeiro, correspondendo a 63% da produção de alimentos.²⁶⁵

Gráfico 5 - Produção de Açúcar nos fogos do distrito de Santo Antônio de Sá, 1797



Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778; *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Segundo Silva, as maiores freguesias produtoras de gêneros alimentícios eram Cabo Frio, Campos, Santíssima Trindade, Itaboraí e Jacutinga “com amplo predomínio do cultivo da mandioca e o fabrico da farinha”.²⁶⁶ Segundo este autor, as 22 freguesias

²⁶⁵ Silva, Francisco Carlos Teixeira. op. cit. p. 166.

²⁶⁶ Idem. p. 166.

estabelecidas no Recôncavo, cuja produção estaria voltada para o abastecimento do Rio de Janeiro, respondiam com “75% de toda a produção de farinha da capitania; 86% de todo o arroz; 81% do milho e 60,6% da produção de feijão.”²⁶⁷

Flávio Gomes também ressalta a importância da produção de gêneros alimentícios das freguesias do Recôncavo para o mercado interno, e salienta que apenas 20% dos cativos estavam empregados no cultivo e fabricação do açúcar, sendo a maioria voltada para a produção de alimentos, e o restante para a extração de lenha e fabricação de tijolos.²⁶⁸

A Vila de Santo Antônio de Sá, contribuía com 31,8% de toda a produção de farinha de mandioca da capitania do Rio de Janeiro, seguida de 25,8% de todo o milho, 29,7% de todo o arroz e 29,3% de todo o feijão produzido. Tais dados demonstram a importância da Vila de Santo Antônio de Sá como uma grande produtora de gêneros alimentícios, correspondendo a quase 1/3 de toda a produção da capitania.

Tabela 33 - Produção de gêneros alimentícios da Vila de Santo Antônio de Sá (1778)

Freguesias	Farinha	Milho	Arroz	Feijão	Produção
Santíssima Trindade	28000	1700	3500	2200	35400
São João Batista de Itaboraí	23295	11275	2869	8040	45479
Santo Antônio de Sá	10000	500	3000	400	13900
N. S. Ajuda de Guapimirim	9000	200	2500	200	11900
Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito	6600	2300	100	1400	10400
Nossa Senhora do Desterro de Itamby	1500	80	600	100	2280
Total	78395	16055	12569	12340	119359

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778; *Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José

²⁶⁷ Idem. p. 167.

²⁶⁸ GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XVIII”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: cia. das Letras, 1996. p.265.

Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

A tabela 33 foi construída com base nos dados do Marques de Lavradio que nos fornece informações sobre a produção agrícola da capitania do Rio de Janeiro, e especial a da Vila de Santo Antônio de Sá. Utilizamos o mesmo ordenamento que fez Gilciano Menezes em sua dissertação de mestrado, da esquerda para a direita estariam os gêneros agrícolas que possuiriam maiores níveis de produtividade e de cima pra baixo as freguesias da Vila com as maiores produções de farinha.²⁶⁹ A farinha fora o principal genero alimentício produzido na vila representando 65,7% do total da produção de alimentos da Vila de Santo Antônio de Sá (ver tabela 34).

Segundo Menezes essa preponderância da farinha entre os demais gêneros agrícolas “não é exclusividade da Vila analisada, pois boa parte do relatório, com algumas exceções, mostra esse tipo de produção como superior à de outros gêneros alimentícios”²⁷⁰. Pelo extensivo uso da mão de obra escrava na produção de alimentos, tal dado demonstra que essa produção de farinha não se destinava somente para o autoconsumo, sendo destinada para diversos mercados, tanto internos quanto atlânticos.²⁷¹

Apesar disso, o relatório inicial do mapa de 1797 aponta para as dificuldades que os lavradores possuíam no plantio da mandioca devido a qualidade da terra, o clima e as pragas. Segundo o autor:

tem os Lavradores prejuízo neste gênero, pq há annos q apodresse muita por cauza da Extação não ser temperada, ou pela qualidade da terra, q sendo ariente com os muitos Soes se recozinha, e sendo humida quando há Chuvas, com abundancia apodressem; e aquelle prejuízo q experimentão os Lavradores da Cana com a Barata, experimentão estes com outro Inseto chamado Lagarta, que dando as destroe de forma q ficão sem rama alguma, e morrem e se destroem

²⁶⁹ COSTA, Gilciano Menezes. op. cit. p.70.

²⁷⁰ Idem. p.70.

²⁷¹ Importante lembrar que desde o século XVII se exportava farinha para o comércio de escravos em Angola. Ver capítulo 1.

com a mesma circunstancia da da Cana, ficando a sua raiz em muito pouco rendimento; esta se entra a Colher de anno e de anno e meio conforme a sustância, e qualidade da terra.²⁷²

Tabela 34 – Porcentagem da produção de gêneros alimentícios de cada uma das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá (1778)

Freguesias	Farinha	Milho	Arroz	Feijão	Total
Santíssima Trindade	35,7	10,6	27,8	17,8	29,7
São João Batista de Itaborahy	29,7	70,2	22,8	65,2	38,1
Santo Antônio de Sá	12,8	3,1	23,9	3,2	11,6
N. S. Ajuda de Guapimirim	11,5	1,2	19,9	1,6	10,0
Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito	8,4	14,3	0,8	11,3	8,7
Nossa Senhora do Desterro de Itamby	1,9	0,5	4,8	0,8	1,9
Total	65,7	13,5	10,5	10,3	100,0

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio.

Dentre as freguesias que se sobressairam na produção de alimentos se destaca a freguesia da Santíssima Trindade, produzindo 28.000 alqueires de farinha era responsável por 35,7% do total da produção deste gênero agrícola da Vila de Santo Antônio de Sá. São João Batista de Itaborahy era a segunda maior freguesia produtora de farinha, representando 29,7% da produção farinheira da Vila. Interessante observar que apesar do grande número de engenhos, esta freguesia era a maior produtora de gêneros alimentícios da Vila, sendo responsável por 38,1% do total da produção da Vila, e a maior produtora de milho e feijão, sendo responsável por 70,2% e 65,1%, isto é, mais da metade da produção de toda Vila em ambos os produtos. Contudo, para o arroz é a freguesia da Santissima Trindade se sobressai, produzindo 27,8% do total de arroz produzido na Vila, seguida da freguesia de Santo Antônio de Sá (23,9%) e São João Batista de Itaborahy (22,8%).

De acordo com Silva, o maior gênero agrícola que mereceu atenção por parte da Coroa Portuguesa foi o arroz, correspondendo a política de fomento agrícola

²⁷² *Discripção...*op. cit. f. 25.

desenvolvida na capitania do Rio de Janeiro pelo Marques de Lavradio. Tal política, desenvolvida a partir da segunda metade do século XVIII, se baseava de um lado em “isenções fiscais patrocinadas pela Coroa, por dez anos, desde 1760 e renovadas em seguida; por outro lado a garantia de compra, com preços pré-estabelecidos, com o patrocínio do governador associado a mercadores de Lisboa”²⁷³. Ainda, de acordo com o autor, ao final do século XVIII “o volume da produção de arroz, mantinha-se como um dos principais gêneros agrícolas da pauta de exportações do Rio de Janeiro.”²⁷⁴ Importante perceber que, a despeito do seu enfoque no mercado interno, Silva percebe que ao menos parcela dessa produção agrícola servia para a exportação e não somente para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

Para compreendermos a evolução da produção destes gêneros agrícolas mais uma vez teremos que reduzir o corte das freguesias analisadas, comparando apenas as freguesias do distrito da Vila entre os anos de 1778 e 1797. A tabela 35 demonstra que todos os gêneros alimentícios cresceram no período, em especial o milho e o arroz, com um crescimento de 43%. Abaixo do arroz estava a farinha com 26% e o feijão com 22% de crescimento.

Tabela 35 – Evolução da produção de alimentos do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1778-1797

Produto	1778	1797	Crescimento
Farinha	48.500	65.934	26%
Feijão	2.900	3.737	22%
Milho	2.480	4.335	43%
Arroz	9.600	16.941	43%

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778; *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

²⁷³ Silva, Francisco Carlos Teixeira da. op. cit. p. 168.

²⁷⁴ Idem. p. 169.

Não só houve um aumento da produção de alimentos como uma mudança na ordem de importância destes gêneros agrícolas, mantendo-se a preponderância da farinha da mandioca que representava em 1778, 76,4% do total da produção alimentícia, para 72,5%. Apesar do crescimento da importância do milho, que representava 3,9% do total da produção de alimentos em 1778 e chega 4,8% em 1797, é o arroz que tem a sua grandeza aumentada no período, passando de 15,1% do total da produção de alimentos em 1778 para 18,5% em 1797 (ver tabela 36).

Tabela 36 – Proporção dos gêneros alimentícios entre os anos de 1778 e 1797 (Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá)

Gênero	1778		1797	
	n.	%	n.	%
Farinha	48.500	76,4%	65.934	72,5%
Feijão	2.900	4,6%	3.737	4,1%
Milho	2.480	3,9%	4.335	4,8%
Arroz	9.600	15,1%	16.941	18,6%
Total	63.480	100,0%	90.947	100,0%

Fonte: Relatório do Marquês do Lavradio – 1778; *Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Podemos perceber que, comparando-se o conjunto da produção alimentos, tais como de farinha, milho, arroz e feijão (90.947 alqueires) com a produção de açúcar (28.515 alqueires), que a região se caracterizava como grande produtora de gêneros agrícola. Produção esta, disseminada em muitas propriedades e com utilização de mão de obra escrava ou nenhum escravo.

A tabela 37 demonstra a preponderância dos domicílios destinados a produção de alimentos no distrito de Santo Antônio de Sá. Coube as fábricas de farinha e aos lavradores a produção de 90,9% da produção de gêneros alimentícios do distrito. As fábricas de farinhas produziram 52.016 alqueires de alimentos enquanto os lavradores produziram 30.766. Tal disparidade proveniente principalmente do número de

escravizados presentes nestas unidades produtivas que, como vimos no último capítulo, detinham parcela significativa de escravizados, algumas inclusive chegando perto do número de escravizados possuídos pelos engenhos de açúcar. Com exceção do milho, as fábricas de farinha lideravam na produção de alimentos, seguido dos lavradores.

Tabela 37 – Produção agrícola nas diversas atividades produtivas dos fogos do Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

Atividade Produtiva	Farinha	goma	feijão	arroz	milho	Total	%
Engenho	3673	1	451	196	292	4613	5,1%
Fábricas de farinha	38627	82	1549	10017	1741	52016	57,1%
Lavradores	21723	34	1450	5633	1926	30766	33,8%
Oleiros	270	0	60	110	40	480	0,5%
Fábricas Arroz	0	0	0	200	0	200	0,2%
Oficiais de Ofício	236	0	8	0	12	256	0,3%
Serralheiros	501	0	51	220	52	824	0,9%
Taverneiros	904	0	168	565	272	1909	2,1%
Total	65934	117	3737	16941	4335	91064	100,0%

Fonte: *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Coube as fábricas de farinha a maior participação da produção de gêneros alimentícios do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá. Na tabela 38, sobressai a produção da goma entre os domicílios destinados ao fabrico da farinha de mandioca com o percentual de 70,1% da produção total. Goma, segundo Silva é “o derivado mais fino da farinha de mandioca, fina e alva, uma variável da tapioca.”²⁷⁵ As fábricas de farinha também tinham predominância na produção de arroz, correspondendo a 59,1% do total produzido pelo distrito da Vila, além da própria farinha de mandioca com 58,6%. O milho por outro lado coube principalmente aos lavradores, correspondendo a sua produção a 44,4% do total produzido.

²⁷⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. op. cit. p.172.

Tabela 38 – Percentual da produção agrícola nas diversas atividades produtivas dos fogos do Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

Unidade produtiva	Farinha	Goma	feijão	arroz	milho
Engenho	5,6%	0,9%	12,1%	1,2%	6,7%
Fábricas de farinha	58,6%	70,1%	41,5%	59,1%	40,2%
Lavradores	32,9%	29,1%	38,8%	33,3%	44,4%
Oleiros	0,4%	0,0%	1,6%	0,6%	0,9%
Fáb. Arroz	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%	0,0%
Ofício	0,4%	0,0%	0,2%	0,0%	0,3%
Serralheiros	0,8%	0,0%	1,4%	1,3%	1,2%
Taverneiros	1,4%	0,0%	4,5%	3,3%	6,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

A tabela 39 podemos perceber o peso dos lavradores na produção de alimentos com ou sem escravos. Ao todo eram 125 lavradores sem escravos e eles foram responsáveis pela produção de 14,3% do total alqueires de alimentos do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá. O peso maior foi dos lavradores escravistas detentores de 1 a 4 escravos, tal faixa era composta por 216 lavradores, que produziram um total de 44,6% de alqueires de gêneros alimentícios. Como podemos perceber, foi a farinha de mandioca o produto largamente cultivado entre os lavradores, não somente entre aqueles sem cativos como também aqueles que produziam com o uso da mão de obra escrava.

Tabela 39 – Produção de gêneros alimentícios, entre os lavradores, por faixa de tamanho de posses de escravos (distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797)

FTP	Gêneros alimentícios				Total	
	Farinha	Feijão	Milho	Arroz	n.	%
Sem escravos	3110	281	410	268	4069	14,3%
1 a 4	8932	612	2124	1015	12683	44,6%

5 a 9	5097	906	1328	335	7666	27,0%
10 a 19	2003	55	731	101	2890	10,2%
20 a 49	755	12	300	49	1116	3,9%
Total	19897	1866	4893	1768	28424	100,0%

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Em um manuscrito denominado *Correspondência e documentos relativos às novas Minas de Macacu*,²⁷⁶ do final do século XVIII (1786-1790), referente a existência de ouro nos sertões da Vila de Santo Antônio de Sá (no atual município de Cantagalo), é apresentado uma listagem de lavradores que forneceram farinha de mandioca para abastecer as tropas de milícias.²⁷⁷ Ao todo foram adquiridos 899 alqueires de farinha de mandioca comprados dos 196 lavradores das freguesias da Vila de Santo Antonio de Sá pelo preço global de 423\$120 réis. Tal fato aponta para uma produção farinha de caráter mercantil e, portanto, comercializável. Desse modo, percebemos que as freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá atendiam às necessidades não só de subsistência, como também de abastecimento e atendimento das demandas alimentares da administração colonial.

Segundo Schwartz, para a Bahia a produção de farinha estaria nas mãos de lavradores com acesso a roças de pequena escala e com uso do trabalho escravo. Estes pequenos agricultores destinavam parte de sua produção para o mercado. Ainda segundo o autor, em fins do período colonial, a escravidão em fins do período colonial, passa a penetrar em setores que antes não se utilizavam da mão de obra escrava, presumivelmente tais roceiros estariam reagindo as demandas do mercado, expandindo suas produções através do aumento do contingente escravo.²⁷⁸

²⁷⁶ *Correspondência e documentos relativos às novas Minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente Manuel Pinto da Cunha e Souza – 1786 a 1790. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Catálogo 09,3,017-021.*

²⁷⁷ Essas tropas foram utilizadas para controlar a entrada de pessoas e coibir o contrabando de ouro nas rotas de acesso às minas.

²⁷⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.pp.169-170.

Se foi possível perceber similaridades – e discrepâncias - da atividade farinheira macacuana com o caso baiano, passar-se-á à caracterização que Schwartz faz a respeito dessa produção como uma alternativa dos pobres. Característica que se reforça se associada a outro caso: o de Paranaguá, uma localidade no Sul do Brasil.

José Augusto Leandro analisou a produção da farinha em Paranaguá (região litorânea e portuária da província do Paraná). Segundo o autor, a farinha era largamente produzida na região, principalmente entre os menos favorecidos, cujas pequenas roças pequenas (de posse ou arrendadas) produziam farinha de mandioca. Para Leandro esta produção estaria mais voltada para autoconsumo pois nem sempre se produzia em quantidades suficientes para venda.²⁷⁹ Segundo o autor a principal característica da economia agrária de Paranaguá

era a vinculação das suas propriedades agrícolas ao cultivo da mandioca e sua transformação em farinha. Quase todas as propriedades inventariadas possuíam utensílios relacionados ao mundo da farinha, aquilo que o jesuíta José Rodrigues de Melo chamou, no final do século XVIII, de "bens que o uso reclama."²⁸⁰

Segundo Leandro haveria formas alternativas para a produção de farinha por parte dos lavradores que não possuíam os instrumentos necessários para o seu fabrico, apesar de não ter encontrado, nas fontes por ele analisada, nenhuma menção. Por outro lado, Peckolt, em seu trabalho sobre a cultura da mandioca, apresenta três processos de beneficiamento e produção de farinha: a farinha d'água ou farinha gorda, farinha d'água de mistura e farinha seca.²⁸¹

²⁷⁹ LEANDRO, José Augusto. *Gentes do Grande Mar Redondo – riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. p. 265-267.

²⁸⁰ Idem, p. 268.

²⁸¹ Peckolt, Theodoro *História das plantas alimentares e de gozo do Brasil* Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. 5 v. (1871-78), v. 1, pp. 138-140.

No primeiro processo a mandioca é amolecida em água e exposta ao sol, em seguida é espremida à mão e coada em peneira grossa. No segundo processo, eram utilizados o forno de cobre e a roda de ralar: arranca-se

"a mandioca, tira-se lhe a casca, rala-se, e a massa assim obtida é misturada com água, depois é espremida com as mãos sobre uma peneira fina. A massa que fica sobre a peneira é misturada com aquela que se tira da mandioca amolecida pelo primeiro processo, de modo a formar uma só massa, que é espremida em um saco, depois do que vai ao forno".²⁸²

No terceiro processo, era utilizado os utensílios comuns no preparo da chamada "farinha seca":

"a raiz da mandioca, recentemente arrancada, é raspada, lavada e ralada por um ralador movido à mão ou por água. Depois de raladas são postas em sacos, e submetidas neste estado, durante muitas horas, à ação de uma prensa.

Depois de se ter bem espremido o suco, passa-se a massa em uma peneira fina. Aquece-se um tacho grande e chato, e nele seca-se a mandioca ralada e peneirada, sem perda de tempo cozida e torrada, mechem-na em todos os sentidos com uma colher de pão.²⁸³

Como podemos ver, mesmo quem não possuía os utensílios próprios para o fabrico da farinha, poderia utilizar-se outros métodos, possibilitando formas baratas de produção. Como ressaltou Vinícius Maia Cardoso, “os indígenas, de onde o colonizador português aprenderia primeiramente a comer e depois a produzir farinha, provavelmente desconheciam roda, tacho e ‘forno’ para sua produção farinheira”.²⁸⁴

José Augusto Leandro afirma que sob a produção da farinha de mandioca estabeleceu-se relações sociais que poderiam ser definidas como integradoras de uma “Cultura da mandioca”, já que, “com ou sem propriedade de cativos, possuindo ou não

²⁸² Idem. p. 139.

²⁸³ Idem. p. 139.

²⁸⁴ CARDOSO, Vinícius Maia. op. cit. p. 83.

agregados, o fato é que as famílias que viviam no ambiente rural da comarca de Paranaguá organizavam o seu cotidiano em torno da mandioca.”²⁸⁵

Segundo Diogo de Carvalho Cabral os instrumentos utilizados no fabrico da farinha de mandioca, principalmente a roda do moinho e a prensa, “eram geralmente fabricados com madeiras locais”²⁸⁶:

O jacarandá dava excelentes “dentaduras de moenda”, mas era, provavelmente, muito valioso para ser empregado nisso; o pau ferro, a mussutaíba e a prapituíba, com menor valor de mercado, eram melhores alternativas. O ipê, o óleo de copaíba, o óleo jataí, o aracuí, a canela mirim, a sapucaia, a sipipira, a amendoeira, todas árvores ocorrentes no vale do rio Macacu, prestavam-se a essas “obras de engenho”²⁸⁷.

Conclui-se que, respeitadas as peculiaridades regionais, a produção de farinha representava atividade econômica para sustento das famílias e potencialidade comercial, sendo alimento basilar na Colônia, independente da distância existente entre as áreas analisadas: Salvador, no Nordeste; Paranaguá, no Sul e as Vila de Santo Antônio de Sá, demonstrando o caráter generalizado da mandioca no mundo colonial como um produto local.

Podemos perceber, portanto, que a farinha de mandioca era uma produção disseminada em quase todas as unidades agrícolas da Vila de Santo Antonio de Sá, servindo para subsistência e para os diversos mercados coloniais no século XVIII. Concentrada, em boa medida, nas mãos de pequenos lavradores, a farinha de mandioca constituía-se gênero essencial na alimentação da população.

²⁸⁵ Idem. p.276.

²⁸⁶ CABRAL, Diogo de Carvalho. *O 'bosque de madeiras' e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil Colonial. (Séculos XVIII e XIX)*. (Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012), p. 97.

²⁸⁷ Idem. p.98.

Não sabemos ao certo o quanto desta produção era para autoconsumo ou para o mercado. A presença de lavradores sem nenhuma produção (168), indique que se trata da produção que se exporta. Também não temos informações sobre quais mercados tal produção era voltada. Porém tendo em vista que parcelas cada vez maiores de alimentos eram exportadas do porto do Rio de Janeiro com destino a Portugal aliado ao uso de tais mercadorias no comércio de escravos, cabe ao menos uma precaução dos historiadores antes de concluírem que essas produções sejam voltadas apenas para o mercado interno. O grande número de portos e embarcações que veremos a seguir nos dá indícios que essa produção ao menos se destinava para o porto do Rio de Janeiro. Vendida para comerciantes essas mercadorias poderiam ter destinos variados, conforme os circuitos mercantis que cada comerciante desenvolveu na sua trajetória mercante.

Apesar de estudos apontarem sobre a importância de alguns produtos para o tráfico de escravos como a jeribita (cachaça) e a farinha de mandioca, ainda são poucos os estudos que desenvolveram os traços deste mercado.²⁸⁸

Consideramos que a expressiva produção da mandioca na Vila, durante a segunda metade do século XVIII, tenha se desenvolvido em parte, devido a este comércio com a

²⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, ver especialmente o capítulo 7; FERREIRA, Roquinaldo. "Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII)." In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA Maria de Fátima Silva, (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 341-378, 2001; DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII*. 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; SOARES, Mariza de Carvalho. "O vinho e a farinha, "zonas de sombra" na economia atlântica no século XVII." In: Fernando de Sousa. (Org.). *A Companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil a Inglaterra e a Rússia*. Porto: CEPESE - Afrontamento, 2008, p. 215-232.; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)*. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa. Fundação Biblioteca Nacional. 2010; BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2011a; Nielson Rosa Bezerra. "Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra". In: Mariza Soares e Nielson Bezerra (orgs). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011b, p. 195-216;

África. Há alguns estudos que apontam para a importância da farinha já no século XVIII no tráfico de cativos. Conforme argumenta Nielson Rosa Bezerra, o comércio com a farinha de mandioca

ganhou maior proporção durante os séculos XVIII e XIX, considerando que a farinha de mandioca tornou-se uma das mercadorias que tinha lugar no valioso mercado atlântico, cuja função entre outras, era a sua comercialização nos complexas atividades econômicas protagonizadas pelo tráfico africano de escravos.²⁸⁹

Isso explicaria em parte o porquê que no “final do século XVIII e início do século XIX, a produção e o comércio de farinha de mandioca eram as principais atividades praticadas no Recôncavo da Guanabara.”²⁹⁰ Se em

algumas propriedades isso se dava apenas para o consumo, mas em outras fazendas, havia grandes casas de farinha onde essa mercadoria era produzida com vista para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e para o comércio nos mercados atlânticos.²⁹¹

Na montagem desse grande quebra-cabeça que era a economia da Capitania do Rio de Janeiro no final do século XVIII, percebemos uma complexidade de relações econômicas que não podem ser resumidas no binômio agro-exportação *versus* abastecimento interno. Tais produção agrícolas poderiam ter destinos a mercados diversos, inclusive para os mercados atlânticos. Tal como no caso paulista, percebemos que no Recôncavo da Guanabara, e mais especificamente na Vila de Santo Antônio de Sá a produção de gêneros alimentícios continuou sendo ao longo de todo o século XVIII, a despeito do rush canavieiro no último quartel deste século, o alicerce da agricultura da Vila, se expandindo paralelamente a cultura de açúcar. O aumento da população e principalmente, da população escrava na região foram para diferentes lides agrícolas.

²⁸⁹ BEZERRA, Nielson Rosa, op. cit. 2010. p.7.

²⁹⁰Ibid. p.9.

²⁹¹Ibid. p.10.

Demonstrando que os cativos se tornaram um fator de produção importante para a economia local voltada para o mercado.

Apesar do mapa de 1797 não apresentar a quantidade de café produzido nos domicílios das freguesias do distrito de Santo Antônio de Sá, no relatório que vai junto ao mapa, o autor aponta a presença de uma incipiente produção cafeeira na região, empregada pelos mais pobres por sua facilidade de plantio:

e suposto q em algumas partes tenham tido a curiosidade de fazerem a plantação do Café, contudo neste genero não se empregão como para estabelecimento; a exceção de algum Lavrador mais pobre, q por lhe faltarem as precisas foras, q são de possuírem Escravos, tem algum pequeno estabelecimento neste gênero por lhe ser mais fácil a Colheita, e não terem a precisão de prepararem a terra para esta plantação, q com muita suavidade se faz; por que hú só homem a planta, hú só a colhe e beneficia o q não acontece nas outras.²⁹²

A partir destes dados podemos inferir que o café, em fins do século XVIII, era plantado por apenas poucos lavradores, de forma esporádica, sua produção ainda dava seus primeiros passos no Recôncavo da Guanabara.

Baltazar da Silva Lisboa²⁹³ informa que em 1790 a Vila contava com 126 fábricas de anil, com 530 escravos de serviço, que fizeram 540 arrobas do produto, além do trabalho nas 12 olarias,

da mais excellente argila de diversas variedades, que sendo preparadas como convinha á indústria e riqueza Nacional fornecerião a mais rica porcelana em vez dos rudes trabalhos da louça mal cozida que fabricam, occupando utilmente muitos braços, e produzindo variados objetos do Comercio de honesto trafico."²⁹⁴

O mapa de 1797 por outro lado apresenta uma lista de 10 olarias, não estando muito longe do encontrado por Lisboa. Destas dez, seis delas pertenciam a senhores de engenho: Marcos da Costa Falcão, Antonio de Oliveira Braga, os capitães Manoel Velho

²⁹² Descrição..., 1797, op. cit.

²⁹³ LISBOA, Baltazar da Silva. **Anais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967 [1834-5].

²⁹⁴ LISBOA, 1967, op. cit. 74

da Silva, Brás Carneiro Leão, João de Souza Lobo e Dona Angélica Rita Gago da Câmara. Nessas olarias estavam estabelecidos 70 escravos, um número bem menor que aquele descrito por Lisboa.²⁹⁵

Não só o número de olarias destoa de uma fonte para outra, como também a produção e anil. O anil foi ao lado do arroz, um dos produtos que recebeu incentivo por parte da Coroa na época de Pombal. O mapa de 1797 apresenta com certo desânimo a experiência da produção de anil na região:

O Anil dá em algumas das partes deste Districto; porém mal e segundo as experiências q. se tem feito não faz conta por q. o seu rendimento he muito diminuto, q.lhe serve mais de prejuízo, do q. de conveniência; e por isso não usão della.²⁹⁶

Fábio Pesavento em sua pesquisa sobre o Anil no Rio de Janeiro apresenta uma listagem das fábricas existentes na capitania do Rio de Janeiro. Para a Vila de Santo Antônio de Sá, Pesavento afirma que, entre São José de El Rey (antiga São Barnabé) e Tapacorá, existiam 29 fabricantes e 31 lavradores de anil, num total de 31 produtores.²⁹⁷

Segundo Baltazar da Silva Lisboa, em 1790 a Vila de Santo Antônio de Sá, possuiria 126 fábricas de anil, o que abarcaria então 44,68% do total das fábricas calculadas por Pesavento.²⁹⁸ Este último autor apresenta o total de 240 fábricas de anil fora da Vila de Santo Antônio de Sá, ou seja, 85,10% do total.²⁹⁹

²⁹⁵ Descrição, 1797, op. cit.

²⁹⁶ PESAVENTO, Fábio. O azul fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2005, p.56.

²⁹⁷ Jeronimo Vieira de Abreu. Mapa assinado por Jeronimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na Capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31/05/1784. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937. In: PESAVENTO, 2005, Op. Cit.p.54.

²⁹⁸ Id., 2005, p.56

²⁹⁹ Ibid., p.56

O distrito de Santo Antônio de Sá tinha também sua importância econômica na extração de madeiras. A produção de madeira em Macacu parece-nos remontar ao século XVII, já que em 1607 o franciscano Frei Francisco da Cruz, juntamente com mais quatro irmãos, veio para o Rio de Janeiro para a construção do Convento de Santo Antônio, e para isto andaram “pelos distritos de Macacu e Cassarebu a pedir de esmola madeiras para o novo Convento”.³⁰⁰

De acordo com a *Discripção...*, de 1797 as madeiras constituíam

hum dos negócios em q. muitos se empregão com o qual se faz mais vantajosa a sua negociação pela utilidade q. da atracção d’ellas q. he grande e geral, não só as fazendo conduzir p^a a Cidade, como vendendo nos seos Portos aos Negociantes, ou atravessadores, assim chamados, com o qual gênero se aumenta e se faz mais opulento o Comercio deste Districto.³⁰¹

De acordo com o relatório do ouvidor José Albano Fragoso, de 1805, as freguesias que mais contribuíam com a produção de madeiras eram a de Santo Antônio de Sá e da Santíssima Trindade. Ele argumenta que “Tem a cultura na freguesia da Vila e Trindade nestes doze anos pelo corte de Madeiras para a Marinha Real sendo os moradores escravos, gado, e condução em tempo penoso, e com despesas de trinta as vezes do valor.”³⁰²

Com a transferência da capital do vice-reinado para o Rio de Janeiro, em 1763, teve início o estabelecimento do Arsenal da Marinha na cidade do Rio de Janeiro e a coroa solicitou ao vice-rei Conde da Cunha que fosse construída uma embarcação de grande porte segundo o projeto enviado pela corte. Para a construção da nau *São Sebastião*, foi encomendada a madeira “às pessoas que assistem no termo de Macacu, e costumam fazer

³⁰⁰ ROWER, Basílio. *Páginas de história Franciscana no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1957. p. 161.

³⁰¹ *Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

³⁰² AHU_ACL_CU_017, Cx.225, D. 15424.

negócio em madeiras, segundo o Conde da Cunha” - ocasião está em que a Coroa toma conhecimento do descoberto das Minas dos Sertões de Macacu.³⁰³

Segundo Diogo de Carvalho Cabral na Vila de Santo Antônio de Sá a produção de madeiras era escoada através “de pequenos portos fluviais, onde as madeiras eram vendidas a pequenos mercadores ou como eram conhecidos na época, atravessadores.” Além destes, os próprios donos dos portos “faziam frequentemente o papel de negociantes, comprando a madeira dos cortadores locais e vendendo-as na cidade”³⁰⁴.

Posteriormente foi instituído um controle por parte da coroa, a partir do arsenal da marinha, do corte das madeiras destinadas a construção naval. Na Vila de Santo Antônio de Sá, foram estabelecidas duas feitorias, um no engenho de Antônio de Oliveira Braga (corte naval de Papocaya), na freguesia de Santo Antônio de Sá, e outro no engenho do Capitão João Coutinho Pereira (corte naval da Posse), na freguesia de São João Batista de Itaborahy.³⁰⁵ Os indivíduos empregados nestes cortes provavelmente sejam os 55 domicílios relacionados no mapa de 1797 sob a denominação de “serralheiros”. Cabral aventa a possibilidade de que estes agentes fossem indígenas devido as deserções por conta das reclamações dos baixos salários pagos e as denúncias da época, de que os índios da aldeia de São Barnabé roubavam madeira em terras alheias.³⁰⁶ Vinícius Maia Cardoso apresenta outro indício com base em um documento do Arquivo Histórico Ultramarino sobre o transporte de madeira no qual se pede que “se paguem as despesas que se fizerem com os índios e negros no manejo do trabalho”.³⁰⁷

³⁰³ AHU_ACL_CU_017, Cx.70, D. 6467.

³⁰⁴ CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e árvores no ecúmeno colonial. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Rio de Janeiro, 2007. f.327. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007. pp. 247-248.

³⁰⁵ Ibid. p. 158.

³⁰⁶ Ibid. pp. 164-166.

³⁰⁷ CARDOSO, Vinícius Maia. Op. cit. pp. 109-110. Cf. AHU_ACL_CU_017, Cx. 162, D. 12145.

No mapa populacional de 1797 não existe nenhuma referência étnica ou designação de origem ou cor dos serralheiros. Procurando atestar a ascendência indígena entre os ditos serralheiros buscamos nos registros paroquiais encontrar informações referentes aos indivíduos constantes no mapa populacional de 1797. Nos registros de batismos de livres encontramos alguns destes serralheiros designados como “pardos forros” o que pode significar que tais indivíduos sejam indígenas ou tenham ascendência indígena, como veremos no último capítulo.

Ainda de acordo com Cabral, com base no mapa populacional de 1797, o corte de madeira era produzido em 9,3% (100) dos domicílios arrolados, sendo 2 nos engenhos de açúcar, 43 nas fabricas de farinha e 55 nos domicílios chefiados por lavradores. Apesar de serem maioria, não foram os lavradores os responsáveis pela maior produção da madeira, e sim os donos de fábrica de farinha que, segundo o autor, produziam em média 17,9 dúzias de peças de madeiras, enquanto os lavradores 12,8 e o senhores de engenho 4 dúzias de madeiras. Provavelmente isto se deve, segundo o autor, a influência da posse de terras, na medida em que 70% de todas as fábricas de farinha que se dedicavam ao corte da madeira possuíam terras próprias enquanto apenas 45,5% dos lavradores que produziam peças de madeira possuíam suas próprias terras além disso, apenas 1 dono de fábrica de farinha não possuía escravos enquanto dos 55 lavradores, 9 não tinham acesso a nenhum cativo.³⁰⁸

3.3. As vias de comunicação

A sede desta Vila ficava localizada no cruzamento dos principais rios da região: o Macacu e o Caceribú. Por isso as vezes, a freguesia homônima ora era registrada como Santo Antônio do Caceribú, ora Santo Antônio de Macacu. Não foi aleatório a escolha do

³⁰⁸ CABRAL, Diogo de Carvalho. op. cit. pp. 265-279.

local de constituição da vila: além de ser uma das freguesias mais antigas do Rio, Santo Antônio de Sá, era um ponto estratégico de penetração no interior da capitania do Rio de Janeiro, facilitada pela extensa rede fluvial que desembocavam na baía da Guanabara. Além disso, como afirma Diogo Cabral,

o rio Macacu foi um importantíssimo eixo de comunicação, por ser um dos caminhos de acesso ao norte do atual estado do Rio de Janeiro (Cantagalo, Nova Friburgo), ao sul de Minas e à região dos Lagos. Pelo rio Macacu e seus afluentes, como o Caceribu, circulavam mercadorias e pessoas, transportadas por pequenas e grandes canoas, em viagens que duravam dias.³⁰⁹

Atesta também para sua importância o historiador Francisco Varnhagem que afirmou que o maior dos rios que desaguam na Baía de Guanabara é o Rio Macacu, e argumenta que se a baía fosse de fato um rio deveria ter sido nomeada de Macacu.³¹⁰

Na data da criação da vila de Santo Antônio de Sá, em 1697, o próprio rio se tornaria referência para o estabelecimento do *termo*³¹¹:

Villa de Santo Antonio de Saa a qual tera por termo desde a boca da barra do Rio chamado Macacu todo o seu comprimento athe a dita Villa e tambem he termo da dita Villa e lhe pertensem toda a pavoasão morada calal ou terra que esta pellos lados do Rio, tendo o seu adito sahida e serventia pello Mesmo Rio por vallas ou riachos ou qualquer caminho de terra de que os moradores costumem usar e com melhor comodo com declarasão que este dito termo dos lados do Rio nunca excedera a distansia de seis legoas da dita Villa salvo aquella terra lugar morada ou pavoasão que ficar por sima da mesma Villa contra a cidade de maneira que seja mais certo caminhar p^a a Villa do que caminhar p^a a cidade em razão de lhe ficar a dita Villa primeyro.³¹²

Desse modo, a extensão da Vila abrangeria, *grosso modo*, a bacia hidrográfica dos Rios Macacu-Caceribú. De acordo com Diogo Cabral, *bacia hidrográfica* ou *bacia de*

³⁰⁹ CABRAL, Diogo de Carvalho. *Homens e árvores no ecúmeno colonial. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Rio de Janeiro, 2007. f.327. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.p.130.

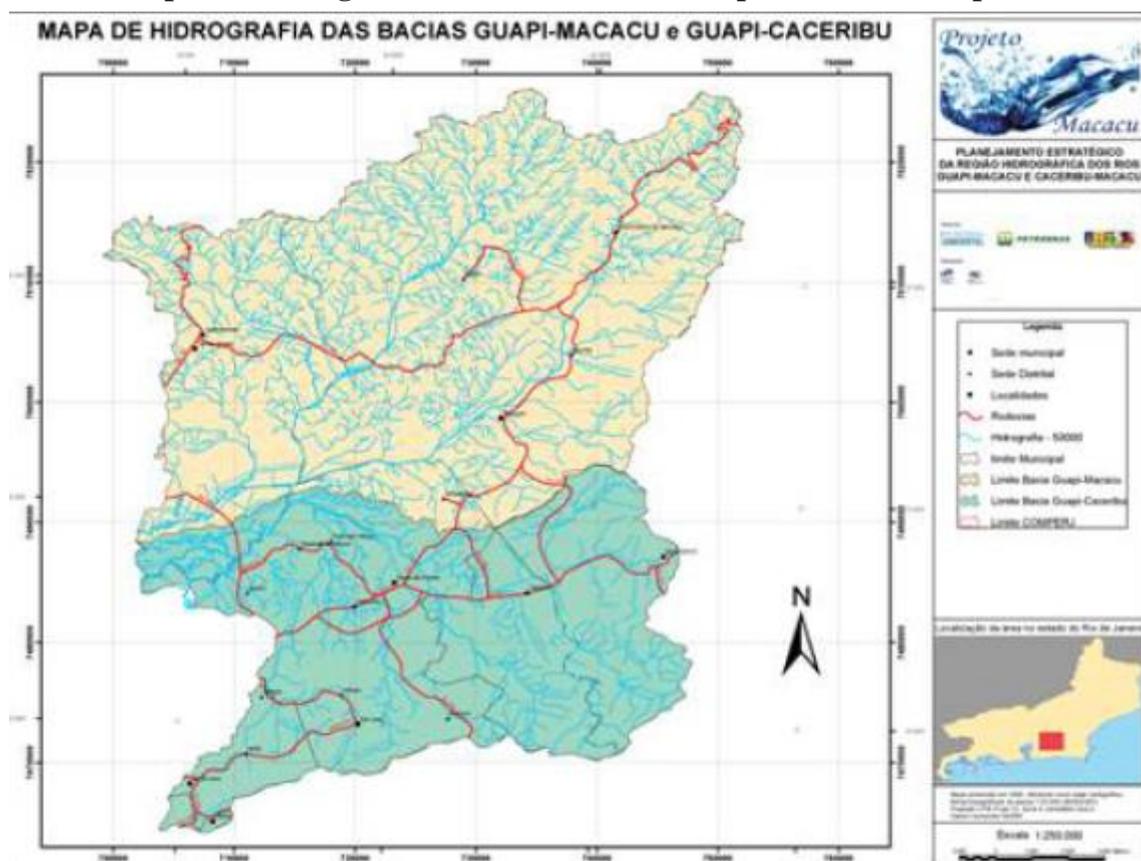
³¹⁰ VARNHAGEM, Francisco. Vol. 1. P.131

³¹¹ De acordo com Cláudia Damasceno Fonseca vila significaria o “núcleo urbano principal, onde se reúne a câmara” e o termo era “o território de jurisdição dos oficiais camarário, que inclui geralmente várias outras localidades”. Cf. FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.29.

³¹² Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78. Vol. 12 – p. 132v -134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil. Agradeço a Vinicius Maia Cardoso por ter gentilmente me cedido este documento.

drenagem seria um “sistema hierárquico de canais responsável pela captação de toda a água que se dirige a um único rio.”³¹³ Nesse sentido, houve “um substancia grau de coincidência entre os traçados das bacias hidrográficas e àqueles das unidades de gestão territorial”.³¹⁴

Mapa 6 – Hidrografia das bacias dos rio Guapi-Macacu e Guapi-Caceribu



Fonte: Projeto Macacu³¹⁵

Apesar de utilizarmos principalmente a delimitação territorial militar, isto é, um dos distritos milicianos em que estava dividido a capitania do Rio de Janeiro como recorte espacial - como apontamos na introdução, corresponderia as freguesias de Santíssima Trindade, Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora

³¹³ CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit. 2007. p.141. Através do anexo 1 nos é permitido visualizar toda a bacia hidrográfica do Macacu.

³¹⁴ CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit. 2007. p. 133-4.

³¹⁵ UFF/FEC. Universidade Federal Fluminense/Fundação Euclides da Cunha. Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu. Disponível em: <http://www.projedomacacu.uff.br/>. Acesso em 11 de janeiro de 2024.

do Desterro de Itambi e o antigo aldeamento de São Barnabé - , é fundamental perceber que tal espaço englobava a bacia hidrográfica do Macacu³¹⁶. Nesse sentido, o estudo sobre a demografia da escravidão e dos laços sociais estabelecidos pelos escravizados, libertos, forros e livres, tem como palco a bacia do Rio Macacu, enquanto “unidade de organização sócio-econômico-ambiental, na medida que representa a cristalização do funcionamento amalgamado de uma formação social historicamente contextualizada”.

A extensa rede fluvial permitia o trânsito de pessoas e mercadorias na região. Segundo o redator do Mapa populacional de 1797, havia dezesseis rios que perpassam o território do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá e todos estes eram navegáveis e, dos 48 riachos, apenas 5 permitiam embarcações. Os principais rios eram o Macacu e o Caceribu.

A nascente do rio Macacu localiza-se na Serra dos Órgãos, no trecho da Serra da Boa Vista, e correndo no sentido nordeste-sudoeste, recebe as águas do Rio Batatal antes de se encontrar com o rio Guapiaçu, através do canal denominado Rio dos Morros. Mais adiante afluem os rios Caceribú e o Aldeia, antes do Macacu desaguar na Baía de Guanabara conforme podemos observar no mapa 1. No mapa de 1797 o autor cita o rio Porto das Caixas, na verdade, como podemos perceber no mapa de Manuel Vieira Leão, o Porto das Caixas estava situado nas margens do rio Aldeia. De acordo com Cabral, tal configuração foi modificada com a construção do Canal Imunana, a partir dos anos de 1940, construído pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), desviando-se o curso do rio Macacu e unindo-o ao rio Guapimirim e o rio Caceribú, que

³¹⁶ Para o estudo que elenca a bacia hidrográfica do Macacu como recorte espacial ver Cabral, Diogo, op. cit. 2007.

era afluente do Macacu ganhou, a partir das obras do DNOS, desembocadura independente.³¹⁷

O rio Guapiaçu também surgia da Serra dos Órgãos e recebia águas de diversos rios, no mapa de Vieira Leão consta o rio Piracinanga, Hurindi e Rabelo. Balthasar da Silva Lisboa cita, o Orindyassú, Orindymerim, Riacho do Rabelo, Etinga Grande, Etinga Pequena e Taperyti. Os mesmos rios citados também no mapa de 1797.

Além destes existiam os Rios Magemirim, Sernambetiba e Guapimirim, na porção leste da Vila, próximo da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. E, por último, o rio Guaxindiba, situado mais abaixo da foz do rio Macacu, servindo de limite para o antigo Aldeamento de São Barnabé.

Conforme o mapa de 1797,

Pelas margens destes Rios navegáveis há bastantes Portos com comodidade para todas as embarcações de que usão estes povos, para condução da Carga da sua negociação, aos quais são Barcas, Lanchas grandes, a semelhança das da Pesca, Barcos grandes e pequenos e Canoas também grandes e pequenas, e não se faz menção da denominação destes Portos p.r q.e nem todos a tem, e ser grande o número.³¹⁸

Anos antes, em 1779, Marques do Lavradio expunha a importância dos rios para o transporte da produção enumerando o número de portos de cada uma das freguesias que compunham o distrito. Na freguesia de Santo Antônio de Sá, havia 12 portos,

Conduzem nestes portos todos 17 barcos, e 1 barca, the altura da V.^a pode chegar barcas, e dahi p.^a Sima alguás Legoas chegão barcos a carregar madeira, e destes três portos para sima, tanto no R.^o Goapyasú, como no R.^o chamado Macacu ha vários portos, e uzão os Lavradiores de canoas p.^a conduzirem os mantimentos p.^a a Cid.e, e indo as madeira athe o porto da Villa.³¹⁹

³¹⁷ CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit., 2007. p.145

³¹⁸ *Discripção do que contém [...]*, op. cit., capítulo 2.

³¹⁹ Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB (76), Pt. 1*, p. 293.

Em Itamby, havia 4 portos, entre os rios Macacu e Aldeia, com um total de 5 barcos. A freguesia da Santíssima Trindade utilizava dos mesmos portos da freguesia sede da vila. Em Guapimirim, diz Pizarro havia 7 portos, “além de outros portos, q’ se seguem p.^a cima por donde só navegação canoas.”.³²⁰ Ao todo foi contabilizado no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 70 barcos de Carvão, 400 barcos de lenha, 150 barcos de madeira de falqueijo, 24 portos, 35 barcos de conduzir mantimentos e uma barca.³²¹

De acordo com Ailton Fernandes da Rosa Junior é possível dividir o Vale do Rio Macacu em duas regiões geograficamente distintas: uma de baixada, bastante alagadiça e de clima quente (o que corresponderia hoje aos municípios de Itaboraí, Rio Bonito e parte de Guapimirim) e por outra região, mais elevada e de relevo serrano (correspondendo ao município de Cachoeiras de Macacu e outra parte do Guapimirim)³²².

Diogo Cabral argumenta que os tipos de relevo encontrados no território do distrito da Vila podem ser classificados em quatro “compartimentos”:

as escarpas pouco dissecadas do complexo montanhoso da Serra do Mar, posicionadas paralelamente ao litoral e funcionando como divisores de água ao norte; os esporões rebaixados (também chamados contrafortes) deste conjunto, que se prolonga da serra perpendicularmente, em direção aos oceanos; as colinas isoladas ou agrupadas em pequenos aglomerados (mar-de-morros); e os fundos planos ou quase planos das depressões entre essas colinas, áreas que se alagavam quando da chegada das fortes chuvas que caíam sobre a Serra do Mar, de outubro a março, formando um extenso e marcante ambiente de várzea.³²³

Tais enchentes foram comentadas pelo redator do mapa de 1797, que afirmou serem de grande prejuízo para a lavoura, principalmente a canavieira, para a locomoção

³²⁰ Ibid, p.291.

³²¹ Ibid. p.293.

³²² ROSA JUNIOR, Ailton Fernandes, op. cit. p.28.

³²³ CABRAL, Diogo de Carvalho. “Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – Evidências empíricas para a região do Vale do Macacu”, *Ambiente & Sociedade*, vol. VII, n.º2, jul./dez., 2004. p.131.

da população e para os comerciantes de madeira que viam suas mercadorias serem levadas pelas correntezas do rio quando as mesmas se encontravam nos portos.

As mesmas enchentes ainda alagavam diversas estradas da região. De acordo com o mapa de 1797 as estradas,

principalmente as Reallengas, nem sempre se conservão prontas, e limpas; porque em quanto os Povos não cuidão na Reedificação dellas, quando se arruinão, se encontrão em varias partes dificuldades para a passage; que são águas encharcadas, Estivas arruinadas de alguns Córregos, que as atravessão, e as de alguns Brejos por onde indispensavelmente passão as sobreditas Estradas em varias partes, por não haverem lugares para se disviarem por causa da ellevação de alguns Montes, que se encontrão, Grotas, e Dispinhadeiros, por onde hé na verdade difficil a sua formação; e de tal sorte, que tem havido occasioens de se experimentar prejuisos na perda de alguns Animaes; [...]³²⁴

Sobre a vegetação da região Diogo Cabral afirma que “A Mata Atlântica *stricto sensu* começava a surgir à medida que o nível de alagabilidade ia diminuindo.”³²⁵ Enquanto que, em “todo o baixo e uma parte do médio curso do rio Macacu eram cobertos por manguezais – assim como nos demais rios da bacia”.³²⁶

³²⁴ *Discripção do que contém [...]*, op. cit., capítulo 3.

³²⁵ CABRAL, Diogo de Carvalho, op. cit., 2007. p.150.

³²⁶ *Ibid.* p.168.

Capítulo 4 - A Freguesia de São João Batista de Itaborahy (c.1680 – c. 1795)

A freguesia de São João Batista de Itaborahy ou Itaboraí, surgiu do desmembramento do território da freguesia de Santo Antônio de Sá. Data do ano de 1679 a independência da primeira desta última. A visita paroquial de 1687 é o primeiro documento que possuímos que tem referência a esta freguesia. Verificamos a partir do cruzamento de outras fontes que os dados referentes a esta freguesia se encontram trocados com a freguesia de São João de Meriti, pois a referência ao padroeiro da capela curada de S. João Batista desta última freguesia é o Domingos Vaz, que de acordo com auto de ereção da freguesia que consta das Memórias do Monsenhor Pizarro, é o padroeiro.

Segundo Maurício de Abreu, a região banhada pelos rios Macacu/Caceribu – região está na qual foram criadas as freguesias de Santo Antonio de Sá, São João Batista de Itaborahy, Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Desterro de Itamby e Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito – ao final do século XVII possuía 13 engenhos³²⁷. Destes, podemos verificar que 9 se encontram no território da freguesia de São João Batista de Itaborahy, o mesmo número de engenho que aponta o Marques de Lavradio que teriam sido criados no século XVII em sua relação de 1779³²⁸. Nesta relação, o Marques de Lavradio apresenta 20 engenhos na freguesia de São João Batista de Itaborahy, sendo apenas 2 constituídos na primeira metade do século XVIII e os outros 9 na segunda metade do século XVIII.

Tais informações atestam para as dificuldades do setor açucareiro nesta freguesia e para o Recôncavo da Guanabara, a despeito da produção de alimentos aparentemente

³²⁷ ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010, vol.2, p. 143.

³²⁸ “Relatório do Marquês do Lavradio”, IN: RIHGB, tomo IV:409-486, 1842, pp.409-410.

não sofrer nesta conjuntura como vimos no capítulo 1. Como aponta João Fragoso, na virada do século XVII para o XVIII haveria dificuldades para a economia exportadora, sendo que na década de 1690, 20% dos engenhos da capitania foram vendidos. O impacto da descoberta das Minas para o desenvolvimento da economia açucareira no Rio é atestada pela correspondência dos governadores que apontavam “a frequente fuga de gentes e cabedais do Rio para Minas, fenômeno que resultava no despovoamento da cidade, na redução da produção de alimentos e na falência de engenhos de açúcar.”³²⁹

Em dos testamentos que analisamos encontramos referências desta “fuga de gentes e cabedais”. Bartolomeu Cordeiro Piabaças ou Rabaças, nascido em na freguesia de São João Batista de Itaborahy por volta de 1642 e falecido na mesma freguesia em 12 de dezembro de 1737 afirma que dois de seus filhos foram para as “Minas”: Antonio Cordeiro e Felix, cada um levando 50\$000 réis. ³³⁰

Alguns testamentos lançam luz sobre os negócios que senhores de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy tinham com pessoas das “Minas”. Joana Gomes de Mendonça em seu testamento “Declarou ter nas Minas em mão de José Ribeiro de Marins, que assistia em casa do Coronel Francisco do Amaral, 200 oitavas de ouro”³³¹. Ambrósio Dias cobra em seu testamento 100 oitavas de ouro em pó que lhe devia João Machado de Souza morador nas Minas, assim como Sebastião Guerra, também morador nas Minas, devedor de 20 oitavas em pó³³². Não só livres foram para as Minas,

³²⁹ FRAGOSO, João. *Á espera das frotas*. Tese para Professor Titular, 2005. p. 135. AHU, RJ, Av., cx. 6, doc. 35, ano de 1695. Carta do governador da capitania, Sebastião Castro e Caldas e de oficiais da Câmara sobre o tráfico de escravos de angola. AN, Correspondência dos governadores, cód. 77, vol. 12, carta de 1703, p. 69; cód. 77, vol. 14, carta de 1705, p. 471; ROCHA PITTA, S. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976, p. 64.

³³⁰ Testamento de Bartolomeu Cordeiro Piabaças. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1735-1739). f. 132.

³³¹ Testamento de Joana Gomes de Mendonça. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Santo Antônio de Sá (1723-1739). f.14.

³³² Testamento de Ambrósio Dias. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1723-1739). fls.17-18.

atesta o testamento de Margarida Martins que seu marido foi para as Minas cobrar do seu ex-escravo, Gabriel Gomes, 13\$000 réis.³³³

Estes dados demonstram os intensos contatos entre o Rio de Janeiro e a Região das Minas gerais, mas também os impactos negativos que as autoridades locais denunciavam que o descobrimento das Minas para a capitania: saída de gentes e de capitais.

Neste capítulo nosso objetivo é observar os desdobramentos demográficos numa das freguesias do Recôncavo do Rio de Janeiro nesta conjuntura pós descoberta e ocupação das Minas Gerais. Isto é, diante das dificuldades dos senhores de engenhos em manter suas propriedades e escravos, qual seria o perfil dessas escravarias? Teria havido o crescimento natural dessas escravarias com a presença cada vez maior de escravizados nascidos na colônia frente aos oriundos do comércio de escravizados de origem africana? Essas transformações de “naturalidade” dos escravizados teriam repercussões na forma como estes mesmos se socializavam na sociedade colonial – tanto na “escolha” pelo matrimônio como nas formas de apadrinhamento das crianças cativas?

Os livros paroquiais da freguesia de São João de Itaboraí concentram-se sobretudo para a primeira metade do século XVIII e encontram-se fragmentados e alguns deles constam de apenas algumas folhas. Não contamos, portanto, com uma longa série de registros paroquiais no que se refere aos escravos, contudo, apesar de algumas lacunas acreditamos ser possível estabelecer algumas análises de média duração.

O primeiro livro que dispomos é o de casamentos de escravos que se encontra em conjunto com o de casamentos de livres, iniciando aquele a partir da folha 63, onde consta o termo de abertura, sendo a primeiro registro que dispomos iniciando na folha 75 e

³³³ Testamento de Margarida Martins. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1723-1739). f.115.

terminando na folha 107, encontrando-se, portanto, quase completo. O primeiro registro inicia em 27 de janeiro de 1683 e o último em 4 de setembro de 1729, totalizando 33 folhas (frente e verso) com registros paroquiais de casamento de escravos abrangendo 47 anos. Ao todo foram realizados 285 casamentos em que ambos os conjuges eram escravos, consubstanciando uma média de 6,2 casamentos por ano, um número que é bem abaixo se comparado as outras freguesias do recôncavo do Rio de Janeiro.

Dos 285 casamentos identificamos 260 proprietários de escravos, o que dá em média 1,1 casal para cada proprietário. Dos 260 proprietários 47 levaram mais de um casal para receber os santos sacramentos do matrimônio, sendo 18 proprietários que levaram 2 casais de escravos, 12 proprietários que levaram 3 casais, 2 proprietários levaram 4 casais, 9 levaram 5 casais, 1 levou 6 casais, 2 levaram 7 casais, 2 levaram 8 casais e apenas um levou 18 casais para receberem o matrimônio. Pouco sabemos, a partir destes dados, sobre a distribuição de posse de escravos e as possibilidades matrimoniais referente a cada faixa de posse de escravos.

O grande senhor casamenteiro era Domingos Vaz Pereira, que além de ter levado 36 escravos para receberem o matrimônio foi o doador do terreno para a construção da Igreja Matriz de São João Batista de Itaborahy segundo informações do monsenhor Pizarro em suas Memórias Históricas. Segundo João Fragoso Domingos Vaz Pereira era senhor de engenho na freguesia em 1676.

O segundo livro de casamento de escravos que dispomos resta só fragmentos. O livro inicia na folha um em novembro de 1740, seguindo até o verso da folha 7 em 22 de novembro de 1743, totalizando 38 casais, sendo a maior parte entre os anos de 1741, 1742 e 1743. Uma média, portanto, de 12 casais por ano, o dobro do encontrado no livro

anterior. O segundo fragmento consta das folhas 43 até a 51, no período de 1769 até 1771, sendo realizado a anotação de 47 casamentos.

Os primeiros assentos de batismos de escravos que dispomos são os fragmentos dos anos de 1727 a 1729, que consideramos ser o livro 1 de batizados de escravos, que se encontra no site dos mórmons, o familysearch.org. Abre-se uma lacuna para os anos seguintes, retornando os registros para o último mês do ano de 1734 até 4 de junho de 1739 (livro 2), sem haver nenhuma lacuna. O terceiro livro inicia com assentos datado também em 4 de junho de 1739 até 27 de março de 1751, havendo uma lacuna entre meados do ano de 1749 a meados do ano de 1750, totalizando 14 folhas faltantes que observamos através da numeração das páginas. O quarto livro, último livro para o século XVIII que dispomos inicia na folha 51, com o primeiro assento datado de 21 de outubro de 1756, entre os anos de 1762 e 1763 há uma nova lacuna de 14 folhas. O livro finaliza em 30 de dezembro de 1764. Todos os livros 2, 3 e 4 foram encontrados no site Slave Societies. Ao todo foram transcritos 1.972 registros de batismos.

O sacramento do batismo foi bastante difundido na América Portuguesa. Após a realização do santo Sacramento, o padre registrava o assento de batismo no livro, anotando a data do batismo, o nome da criança batizada, se era fruto de uma união sacramentada pela igreja, dito isto, alguns eram anotados como filhos legítimos e outros como filhos naturais, caso os pais não fossem casados. Além disso era anotado a condição social, a cor e ou a origem, assim como os nomes e sobrenomes dos pais e dos padrinhos.

O primeiro no qual só temos um fragmento que inicia em 13 de outubro de 1727 e vai até 20 de novembro de 1729, iniciando na folha 97 até o verso da folha 108, totalizando 22 laudas nas quais constam 142 batismos. 11 batismos são de adultos escravizados na África, sendo a maior parte descritos como gentio da guiné (8 batismos),

contudo, destes 8, quatro seguem a seguinte formulação sobre a designação dos mesmos “gentio da guiné, de nação mina”, indicando que o termo “gentio da guiné” era um atributo mais genérico, podendo se referir “vindo do continente africano”, como inclusive alguns historiadores salientam.³³⁴ Os demais (3), são declaradamente minas. Ao todo dos batismos de escravizados adultos temos 7 minas e 4 apenas denominados gentio da guiné.

Dos 131 batismos 3 não consta o nome dos proprietários por serem presumivelmente livres, dois batismos de crianças em que tanto o pai quanto a mãe estão presentes e portanto considerada fruto de união legítima perante a igreja católica (isto é, casados), e uma criança dita natural, isto é, onde só consta o nome da mãe da criança por não ser fruto de uma relação legítima, filha de uma índia da aldeia de Cabo Frio. Portanto, ao todo foram realizados 128 batismos de crianças escravizadas onde ao menos um dos pais estavam presentes.

O livro que dispomos subsequente também se encontra incompleto, nele consta tanto os batismos de livres quanto de escravizados, sendo a primeira parte destinada ao batismos de livres, da folha 8 até o verso da folha 68, iniciando em 14 de outubro de 1729 até 8 de novembro de 1739, a parte destinada ao batismos de escravizados inicia na folha 147 até o verso da folha 183, abrangendo o período de 27 de dezembro de 1734 a 4 de junho de 1739, o qual foram realizados 337 batismos. Existe ainda um fragmento do ano de 1739 que consta batismos de escravizados que se refere a continuação dos mesmos registros começando no mesmo dia da última folha do segundo livro, porém possui uma rubrica no início da página diferente das rubricas e a mesma que consta no terceiro livro,

³³⁴ Ver: SOARES, Mariza de Carvalho. “Descobrimo a Guiné no Brasil Colonial”. In: RIHGB, Rio de Janeiro, 161 (407) 71-94, abr./jun. 2000. p. 77; e OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de, “Quem eram os “negros da guiné”? A origem dos africanos na Bahia.” In: *Afro-Ásia*, 19/20 (1997). p. 37.

portanto consideramos que ela faria parte do terceiro livro de escravizados do qual iremos analisar.

Dos 337 batismos, 7 são de crianças presumivelmente livres, sendo que em quatro foram anotadas a condição forra da mãe. Nestes quatro registros não consta o nome do pai, enquanto os outros três, apesar de não constar a condição jurídica da mãe apresenta o nome dos pais, restando-nos, portanto, 330 batismos de escravizados. Destes 330, 8 batismos se referem a adultos, sendo 4 identificados com uma designação colonial, e outros 4 sem designação nenhuma. Dos 4 com designação 3 são ditos minas e um como do gentio da guiné.

O quarto livro encontra-se com as folhas desordenadas, e algumas soltas, que no site onde estão disponibilizadas acabaram sendo alocadas na pasta de freguesias não identificadas. Graças ao trabalho de verificar os nomes dos párocos que assinaram os registros e a rubrica no alto da página, conseguimos identificar a freguesia e o livro o qual pertencia as folhas. Na última folha consta o termo de abertura estabelecendo a função do mesmo livro: “Tem este livro, que há de servir p.a nelle se fazerem os assentos dos bautizados dos negros da freg.a de S. João de Itaborahi Cento e trinta e oito folhas, as quaus vão todas rubricadas com a minha Rúbrica.” A identificação de serventia do livro nos indica que não era comum os livros destinados aos registros de escravizados serem denominados livro “dos negros”, demonstrando, a priori, que o termo negro seria sinônimo de escravo. Contudo, aos analisar os registros contidos em tal livro observamos a presença de pais, mães e crianças que não eram escravizados, tal como Bernardo, batizado em 4 de janeiro de 1740, exposto na casa de Maria Fernandes parda forra, assim como Maria filha de Jacinto Cardoso, preto forro e Marcelina Ferreira também forra, e a Joana, filha de Ignés índia. Ao todo foram contabilizados 6 registros no qual os indivíduos não se enquadrariam na condição de escravos. Negro, portanto, poderia se referir a toda

população não branca da freguesia de São João Batista de Itaborahy: pretos, pardos, índios, mulatos, cabras, entre outros. Essas ocorrências, como vimos acima, não se restringe a apenas este livro, demonstrando que, apesar de pequena, é constante em todo o período levantado pelos livros paroquiais, presumivelmente de escravos, já que contamos apenas de um com o termo de abertura da freguesia de São João Batista de Itaboraí.

Este livro inicia com o primeiro registro do dia 4 de junho de 1739 até 27 de março de 1751. As folhas iniciais a numeração está apagada, somente discernível na décima folha com o número 6, chegando sem nenhuma lacuna até o verso da folha 116, com o último registro datando de 31 de agosto de 1749, abrindo-se uma lacuna de 21 folhas até a folha de número 137 e finalizando o livro no verso da folha 138, iniciando em 10 de fevereiro de 1751 até 27 de março do mesmo ano.

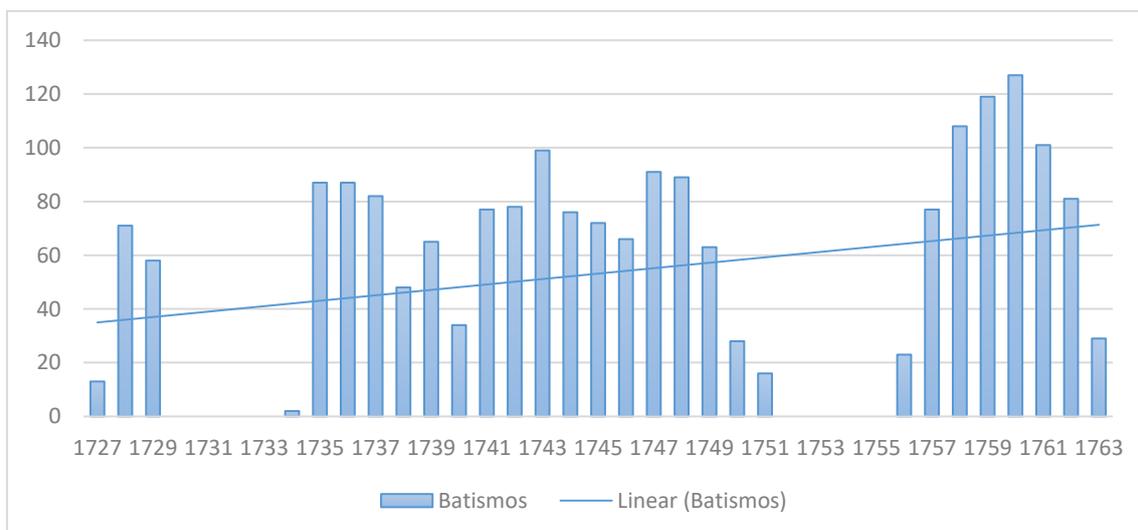
O quinto e último livro de registro de batismos de escravos também está incompleto, faltando as folhas 1 a 50, iniciando na folha 51 em 21 de outubro de 1756 até a folha 140, contando o último registro em 30 de dezembro de 1763, totalizando 665 registros de batismos. Dos 665, 17 são de batismos de adultos, 2 de crianças expostas, uma criança de pais forros.

As lacunas explícitas na documentação podem nos trazer questionamentos quanto a possibilidade de quantificação e análise dos dados, porém não só destes problemas pode ser imputada a documentação paroquial. Além disso, há de saber o nível de cobertura dos livros de batismos, isto é, todas as crianças recém-nascidas eram batizadas na mesma freguesia que nascesse? Dado que uma paróquia era mais próxima que outra em determinado ponto em que o indivíduo esteja, é possível que os senhores procurassem não a freguesia na qual está situado sua morada e sim a vizinha. Além disso, alguns

senhores possuíam suas próprias capelas para realização dos ritos católicos, o que coloca em questão se todos estes batismos depois foram transcritos para o livro da igreja matriz.

Consideramos que apesar destas lacunas e questionamentos é possível traçar a evolução da demografia da população escrava na freguesia de São João de Itaborahy na primeira metade do século XVI. Ao todo foram realizados 1.969 registros de batismos, destes 19 estão ilegíveis (1%). Dos 1.953 batizados, 1.900 (97,3%) são de crianças e 53 são de adultos (2,7%). É possível perceber que ao longo do período compreendido por estes livros de batismos há uma tendência de aumento constante no número de batismos realizados, como podemos perceber pela linha tendencial no gráfico 1.

Gráfico 6 - Batismos de escravizados na freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)



Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)

Conforme vimos no capítulo 1, a população da freguesia de S. João Batista de Itaborahy em 1685 era de 3.176 habitantes (constante apenas os maiores de 7 anos), distribuídos em 483 fogos (domicílios), uma média de 6,6 pessoas por fogo. Em 1774, a população total chegou a 4.774, representando um crescimento de 33,5%, distribuídos em 692 fogos, numa média de 6,9 pessoas por fogo. A população escrava era de 2.943

pessoas, representando mais da metade da população local (61,6% da população desta freguesia era escrava). Quanto ao sexo destes escravizados, 47,1% eram homens e 52,9% eram mulheres, representando uma razão de sexo de 89 (89 mulheres para cada cem homens). Uma baixa de razão de sexo dos escravizados, costuma ser explicada pela importância da reprodução natural dos cativos e certo grau de afastamento da região com o comércio de escravos. 335

Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein em seu estudo sobre a Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo entre 1750 e 1850, afirmam que a alta razão de sexo de 200 homens para cada 100 mulheres é em média a que é encontrada entre todos os escravizados que chegavam da África enquanto uma razão de sexo de 100 homens para cada 100 mulheres seria representativo da população cativa nascida na Colônia, chegando a hipótese de que numa razão de sexo de 150 homens para cada 100 mulheres, 60% dos escravos seriam africanos e 40% nascidos no Brasil. Realizando os mesmos cálculos poderíamos supor que a população africana representava 48,6% de todos os escravizados da freguesia de São João Batista de Itaborahy enquanto os nascidos na colônia 51,4%.³³⁶

Com relação as designações coloniais, é perceptível o quanto os párocos se atentavam mais a esse quesito nos livros de casamento de escravos do que nos livros de batismos. Como podemos observar nos gráficos 2 e 3, a maioria dos registros de casamento de escravos contava com a designação colonial dos escravos nos registros de

³³⁵ Cf. SLENES, Robert W. op. cit., 1999; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011; GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, pp. 297-314, 1987. GUTIÉRREZ, Horacio. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, 1988, p. 161-188.

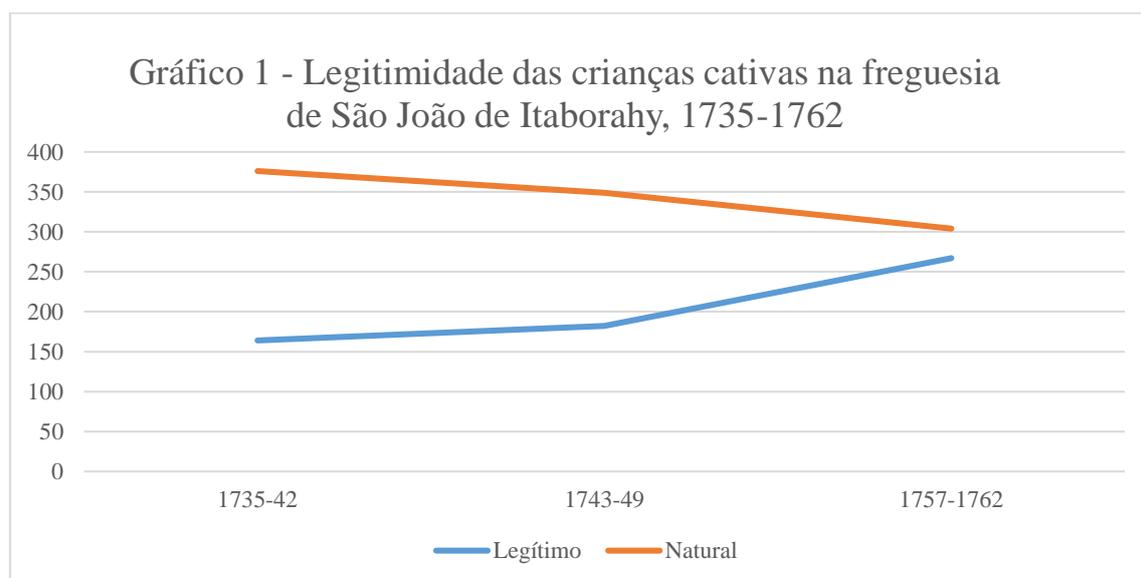
³³⁶ LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005. pp. 45-46.

matrimônio, tanto no período entre 1689 a 1729, quanto entre 1740-1771. No primeiro período 77% dos noivos e noivas escravizados registrados no livro de casamentos possuem a designação colonial anotadas (gráfico 2) e no segundo esse percentual chega a 92% (gráfico 3).

3.1 Legitimidade e compadrio na freguesia de São João Batista de Itaborahy

Procurando analisar as mudanças no tempo sobre os modos como os cativos se relacionavam frente ao matrimônio e ao apadrinhamento de crianças cativas realizamos um exercício de dividir os registros de batismos em três partes: sendo o primeiro entre 1735 a 1742, o segundo de 1743 a 1749 e o terceiro de 1756 a 1763. Buscamos através desta divisão, tentar compreender tais tendências na década de 1730, 1740 e 1750 apesar não dispormos de dados completos sobre cada década e os batismos avançarem um pouco sobre cada período. A quantidade registrada de batismos em cada um destes períodos não apresenta grandes discrepâncias, ficando em torno de 541 a 572 batismos.

Gráfico 7 - Legitimidade das crianças cativas na freguesia de São João de Itaborahy, 1735-1762



Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)

No gráfico 2 podemos perceber que o número de crianças cativas fruto de uniões consideradas legítimas (isto é, filho de pais casados) aumentou progressivamente no período de 1735 a 1762, indo de 164 para 267, enquanto o número de crianças ditas naturais (filho de pais que não receberam os santos óleos do matrimônio) foi diminuindo paulatinamente, de 376 entre 1735-1742, para 349 entre 1743-1749 e 304 no período entre 1757-1762. Tais dados demonstram que cada vez mais os escravizados (ou os seus senhores) da freguesia de São João Batista de Itaboraahy procuraram legitimar frente à igreja católica suas uniões consensuais. Uma das possíveis causas que apontamos no decorrer dos nossos estudos sobre as freguesias da Capitania do Rio de Janeiro, é que os africanos “tendiam” a casar-se mais que os cativos nascidos na colônia, portanto o afluxo de africanos via comércio de escravos poderia ter se intensificado ao longo do período. Coloco entre aspas tendiam porque a decisão final de quem ia casar ou não era do senhor e por outro lado a tendência da maioria dos escravizados a buscarem o matrimônio eram africanos nos parece uma política senhorial de reger a vida sexual dos africanos seguindo as normas da Igreja Católica. Além disso havia o limitador de possíveis cônjuges nas propriedades escravistas: raros em os casos em que escravizados de propriedades diferentes casavam, na ampla maioria dos casos eram escravizados da mesma propriedade, o que fazia com que nas pequenas escravarias se encontrasse pequeno número de escravos casados enquanto nas maiores um número muito maior.

3.2. Origem dos escravizados da freguesia de São João Batista de Itaboraahy

Os dados sobre a origem dos pais dos batizando nos registros paroquiais de batismos da freguesia de São João Batista são desanimadores: das 1.904 mães, apenas 11,5% do total de mães possuem identificação quanto a cor e a origem. Quanto a cor 140, 88 mães eram ditas parda, e 52 pretas. Quanto a origem, 39 nascidas na colônia (2 cabras, 3 índias e 34 crioulas) e na África 36 (22 do gentio da guiné, 7 de benguela, 4 minas, 1

de nação baça, 1 rebola e 1 ganguela). Dos 716 pais apenas 16,1% possuem atribuições identitárias de cor e de origem: de cor 81, sendo 24 pardos e 57 pretos; de origem, os nacionais 6 (3 cabras e 3 crioulos), nascidos na África 28 (16 gentios da guiné, 4 do congo, 3 de angola, 2 minas, 1 benguela e 1 ganguela). Devido ao alto grau de omissão quanto a cor e a origem dos pais das crianças cativas ficou praticamente impossível compreender a composição demográfica das escravarias quanto a origem. Por outro lado, é perceptível que a atribuição colonial quanto a cor foi privilegiada na escrita destes registros pelos padres, 66,2% daqueles que possuíam algum tipo de atribuição colonial tiveram sua cor anotada, enquanto o restante era identificadores de origem.

Tabela 40 –Atribuição Colonial dos pais das crianças escravizadas batizadas na Freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)

Atribuição Colonial	Homem	Mulher	Total	%
Cabra	3	6	9	2,7%
Crioulo	2	34	36	10,8%
Pardo	24	88	112	33,6%
Preto	57	52	109	32,7%
Índio	0	3	3	0,9%
Gentio da Guiné	16	22	38	11,4%
Angola	3	0	3	0,9%
Benguela	1	7	8	2,4%
Congo	4	0	4	1,2%
Ganguela	1	1	2	0,6%
Rebolo	0	1	1	0,3%
Cabo Verde	1	0	1	0,3%
Mina	2	4	6	1,8%
Baça	0	1	1	0,3%
Total	114	219	333	100%

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)

Os registros de casamento são mais completos com relação a origem dos noivos escravos. Dos 285 casamentos realizados entre os anos de 1684 e 1729, 89,5% (255) de

todos os registros possuem identificação de cor e de origem, sendo as noivas 239 do gentio da guiné, 1 conga, 12 pardas, 2 pretas e 1 mulata. Entre os noivos 182 possuem alguma atribuição colonial, sendo 168 do gentio da guiné, 4 índios, 1 mulato, 8 pardos e 1 preto (ver tabela 41). Percebemos a presença esmagadora africana entre os noivos, dos 437, 408 são oriundos do comércio escravizados com a África. Isto é, 93,3% dos noivos escravizados com alguma identificação de cor ou origem são africanos.

Tabela 41 – Atribuição Colonial das noivas e dos noivos escravizados da Freguesia de São João Batista de Itaborahy (1684-1729)

Atribuição Colonial	Homem	Mulher	Total	%
Pardo	8	12	20	4,6%
Preto	1	2	3	0,7%
Mulato	1	1	2	0,5%
Índio	4	0	4	0,9%
Guiné	168	239	407	93,1%
Congo	0	1	1	0,2%
Total	182	255	437	100%

Fonte: Livro de registros de casamentos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1684-1729)

Como podemos observar na tabela 41, a partir da transcrição do fragmento do livro de casamentos de escravos para o período de 1740 a 1771, os registros de casamentos apresentam a mesma preponderância dos africanos que contraem o matrimônio, dos 85 registros, do total de 94,1% contém informações sobre a cor e a origem dos escravizados. Do total de 170 nubentes, 80 mulheres e 75 homens possuem alguma identificação de cor e/ou origem como podemos ver na tabela 3. Ao todo 74,8% dos escravizados são oriundos da África e 25,2% nascidos na colônia. Comparando com os dados de 1684 a 1729 há um aumento da participação dos escravizados nascidos na colônia que contraíram o matrimônio.

Tânia Maria Gomes Nery Kjevver analisando os matrimônios de escravos na freguesia de São Salvador de Campos dos Goitacazes, demonstra que entre os anos de

1733 e 1757 98,8% dos noivos e 96,6% das noivas eram africanos.³³⁷ Sheila de Castro Faria demonstrou que na paróquia de São Gonçalo de Campos dos Goitacazes, entre 1736 e 1739, dos 79 casamentos 84% dos cônjuges eram naturais da África.³³⁸

Tabela 42 – Atribuição Colonial das noivas e dos noivos escravizados da Freguesia de São João Batista de Itaboraahy (1740-1771)

Atribuição Colonial	Homem	Mulher	Total	%
Cabra	1	0	1	0,6%
Crioulo	5	11	16	10,3%
Pardo	6	2	8	5,2%
Preto	5	8	13	8,4%
Mulato	0	1	1	0,6%
Angola	4	3	7	4,5%
Benguela	0	7	7	4,5%
Congo	2	0	2	1,3%
Ganguela	6	2	8	5,2%
Guiné	43	44	87	56,1%
Mina	2	1	3	1,9%
Quissamã	0	1	1	0,6%
Moçambique	1	0	1	0,6%
Total	75	80	155	100%

Fonte: Livro de registros de casamentos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaboraahy (1740-1771)

Infelizmente, como já afirmamos, nem todos os escravizados recebiam os santos óleos do matrimônio. Os dados expostos acima representam uma parcela do contingente escravo da freguesia de São João Batista de Itaboraahy ao longo do final do século XVII até meados do século XVIII. O resultado que encontramos é muito mais esclarecedora sobre as tendências do matrimônio, demonstrando que os escravos africanos tendiam a ser mais agraciados com o casamento católico que os nascidos na colônia. Provavelmente como cristãos, tais senhores viam no matrimônio dos seus escravos de origem africana uma oportunidade para demonstrarem a sua fé. Por outro lado, os nascidos na colônia ou

³³⁷ KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery. Família e escravidão no Brasil Colonial – Campos, século XVIII. Niterói, 1995. f.210. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995. p. 45.

³³⁸ FARIA, Sheila de Castro. op. cit., 1998. pp. 335-336.

não tinham a mesma sorte ou pela própria dificuldades de os mesmos encontrarem potenciais cônjuges na mesma escravaria, desse modo incorriam na ilegitimidade.

Ainda para tentar chegar mais próximo da composição das escravarias da freguesia de São João Batista de Itaborahy realizamos a transcrição e sistematização dos testamentos dos senhores sepultados entre 1735 e 1756. Ao todo foram transcritos 50 testamentos, sendo 39 com a presença de escravos com um total de 330 escravizados. Dos 330 escravizados 181 (54,8%) contém informações sobre a origem, sendo 18,8% (62) de origem africana 36,1% (119) nascida na colônia. Considerando apenas os escravizados cuja origem pode ser identificada a proporção de africanos e crioulos é, respectivamente, 34,3% e 65,7%. Desse modo, é possível que grande parte do contingente escravo desta freguesia é de origem colonial, fruto da reprodução natural dos escravizados.

Tabela 43 – Origem dos escravos nos testamentos da Freguesia de São João Batista de Itaborahy (1735-1756)

Atribuição Colonial	Homem	Mulher	Total	%
Crioulos	67	52	119	36,1%
Africanos	38	24	62	18,8%
Origem desconhecida	66	51	117	35,5%
Sem informação de sexo e origem	-	-	32	9,7%
Total	171	127	330	

Fonte: Livro de registro de óbitos de livres da freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1735-1756.

Além destes testamentos encontramos para o mesmo período 92 testamentos de livres para a freguesia de Santo Antônio de Sá, que como vimos no capítulo 1 tinha em meados do século XVIII características semelhantes com relação a economia voltada principalmente para os gêneros alimentícios, tal como a farinha, o milho e o feijão. Dada as características em comum consideramos válido dispor da análise destes testamentos quanto a população africana e crioula presentes nas escravarias destes testadores. Como podemos ver na tabela 43, o número de escravos sem identificação de sexo e origem e aqueles de origem desconhecida abarcam boa parte dos escravizados na região: 40,6%

dos escravos não possuíam origem definida e 29,5% não há qualquer identificação de origem e de sexo. Contudo, assim como nos testamentos da freguesia de São João Batista de Itaborahy, a maior parte dos escravos com identificação de origem são crioulos (20,1% contra 9,8% de africanos).

Apesar de não termos conseguido saber ao certo a “naturalidade” dos escravizados da freguesia de São João Batista de Itaborahy descobrimos que os escravos nascidos no âmbito da sociedade colonial correspondiam um contingente importante da população escrava desta freguesia.

Tabela 44 – Origem dos escravos nos testamentos da Freguesia de Santo Antônio de Sá (1714-1759)

Atribuição Colonial	Homem	Mulher	Total	%
Crioulos	70	49	119	20,1%
Africanos	35	23	58	9,8%
Origem desconhecida	116	125	241	40,6%
Sem informação de sexo e origem	-	-	175	29,5%
Total	221	197	593	100%

Fonte: Livro de registro de óbitos de livres da freguesia de Santo Antônio de Sá, 1714-1759.

Distribuindo as escravarias, presentes nos testamentos da freguesia de São João Batista de Itaborahy, em relação as origens dos escravizados pelas diferentes faixas de tamanho de posses podemos observar, a despeito do número de escravizados de origem desconhecida, o grande percentual de escravos crioulos. Apenas na faixa de 20 a 49 cativos é que o número de africanos supera o de crioulos (38% africanos contra 18,6% de crioulos), contudo, é nesta faixa que encontramos o maior percentual de escravos sem origem conhecida. Na faixa com menor percentual de escravos de origem desconhecida (10 a 19 cativos), os africanos representam apenas 18,2% do total de escravizados nesta faixa, contra 55,6% de crioulos.

Carlos Engemann, Marcelo de Assis e Manolo Florentino em um artigo sobre a mortalidade escrava na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Itamby, freguesia está

também pertencente a Vila de Santo Antônio de Sá, apontam que no período de 1717 a 1736 houve 100 enterramentos de escravizados, sendo 96% crioulos e 0,4% de africanos, no segundo período, de 1737-1742, ocorreram 84 sepultamentos sendo 65% de crioulos e 45% de africanos. Em ambos os períodos percebemos a presença majoritária de crioulos, contudo, ao findar da primeira metade do século XVIII há um crescimento da população africana representada pelo número de óbitos demonstrando que aquela freguesia estava cada vez mais vinculada ao comércio atlântico de escravizados.³³⁹ Como veremos ainda neste capítulo, o mesmo poderia ter ocorrido na freguesia de São João Batista de Itaboraahy ao longo da primeira metade do século XVIII.

Tabela 45 – Africanos e crioulos distribuídos nas Faixas de tamanho de posses de escravos (1735-1756)

FTP	Africanos		Crioulos		Desconhecidos		Totais
	n.	%	n.	%	n.	%	
1 a 4	6	25,0%	10	41,7%	8	33,3%	24
5 a 9	11	16,2%	30	44,1%	27	39,7%	68
10 a 19	18	18,2%	55	55,6%	26	26,3%	99
20 a 49	49	38,0%	24	18,6%	56	43,4%	129
TOTAL	84	26,3%	119	37,2%	117	36,6%	320

Fonte: Livro de registro de óbitos de livres da freguesia de São João Batista de Itaboraahy, 1735-1756.

Retomando a questão da legitimidade das crianças cativas, consideramos oportuno reafirmar a importância da origem das mães escravas para observar as mudanças nas tendências legitimidade/naturais. De acordo com Mariza Soares, entre 1718 e 1760, nas freguesias da Sé, Candelária, São José e Santa Rita, das 6.609 crianças batizadas, 253 (3,8%) eram fruto de uniões legítimas, todas as mães nesse quesito eram africanas. As africanas nesse período representavam 44,7% das mães que levaram seus rebentos para

³³⁹ Calculamos tais percentuais a partir do anexo 1 da página 28. Cf. ENGEMANN, Carlos; ASSIS, Marcelo de; FLORENTINO, Manolo. “Das possibilidades de uma fonte múltipla: sociabilidade e mortalidade escrava nos registros de óbitos da Freguesia de Itambi” In: *Dimensões: Revista de História*. Dossiê Escravidão, Racismo e Exclusão Social. N. 10. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo / Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2002.

serem batizados (2.952 mães africanas do total de 6.609).³⁴⁰ Apesar de serem freguesias urbanas, lugares em que os filhos naturais eram majoritários, não deixa de ser um indício de que a legitimidade das crianças cativas era um elemento presente entre as mães africanas.

Marcelo Inácio de Oliveira Alves analisando os batismos da freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara demonstra que no período de 1720 a 1760 era baixíssima a legitimidade das crianças cativas, chegando a apenas 12,9%, sendo as africanas correspondendo a 19% do total das mães. Apesar do grande número de mães sem identificação da “cor” ou de origem (56%), é possível que estas mesmas sem informação sejam provavelmente mulheres nascidas no Brasil.³⁴¹

Ana Paula Cabral Tostes, ao analisar os registros de batismos de crianças escravas na freguesia rural de Campo Grande na primeira metade do século XVIII encontrou os seguintes dados: nas décadas de 1710 e 1720, dos 248 batismos, 122 as mães tinham designações de cor, isto é 49,2% e na década de 1750, dos 365 batismos, eram atribuídas designações de cor para 46 mães (12,6%). Não sabemos o contingente africano na medida em que o seu estudo privilegiava as populações de cor. Contudo é interessante como isto afetou as tendências de legitimidade na freguesia. A maior presença de “mães de cor” correspondeu a um baixo percentual de legitimidade: 33,5% dos batismos eram fruto de uniões legítimas. Na década de 1750, momento de diminuição das “mães de cor”, a legitimidade chegou a 52%.³⁴²

³⁴⁰ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro— Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 113.

³⁴¹ ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira. *Senhores de escravos na Banda D'Além: estratégias de construção do poder senhorial (Freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014. pp. 86-87.

³⁴² Anexos 3 e 4.

Na freguesia de Santa Rita de Jacutinga, localizada no Recôncavo da Guanabara, entre 1686 e 1721, do total de 696 batismo, destes 676 as mães estiveram presentes no ato do batismo e 49,2% (343) eram fruto de uniões legítimas, somando-se os batismos em que só o pai estava presente - provavelmente devido a morte da esposa – chega-se a 49,5% (345)³⁴³. Ao todo foram computadas 494 mães, sendo 259 casadas, ou seja 52,4% do total das mães eram casadas. De acordo com Denise Demétrio, de um grupo de 612 escravas que batizaram seus filhos no período, 222 eram africanas e 26 índias. As africanas representavam 30,7% do total das mães, isto é, 205 africanas. Destas, 39,2% eram casadas, representando 80 crianças com a presença do pai e da mãe.³⁴⁴ Nos registros de casamento para o mesmo período, dos 84 casamentos, 28 se deram entre escravos do gentio da guiné, 17 casamentos misto de gentio da guiné com crioulos e 25 entre crioulos e por fim, 14 entre escravos e forros de origens e cores diversas.³⁴⁵ Mais uma vez encontramos, portanto, um percentual alto de mulheres africanas casadas, consubstanciando em uma porcentagem de 53,5% (47) do total de casamentos.

A preferência das africanas na realização do matrimônio não é algo exclusivo do Recôncavo e da área açucareira de Campos, nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro verificamos altos índices de casamento entre os africanos. De acordo com Mariza Soares, entre 1718 e 1760, nas freguesias da Sé, Candelária, São José e Santa Rita, das 6.609 crianças batizadas, 253 (3,8%) eram fruto de uniões legítimas, todas as mães nesse quesito eram africanas. As africanas nesse período representavam 44,7% das mães que levaram

³⁴³ DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2008. pp.116-117.

³⁴⁴ Ibid. p. 80.

³⁴⁵ Ibid. p. 104.

seus rebentos para serem batizados (2.952 mães africanas do total de 6.609).³⁴⁶ No período entre 1718 e 1726 dos 62 filhos legítimos, 49 tem mães do gentio da guiné.³⁴⁷

É possível presumir a partir dos dados acima que quanto maior a presença de mães africanas maior eram as tendências de as crianças cativas serem fruto de uniões legítimas e quanto menor a presença africana, possivelmente, maior o número de filhos naturais. Se nos atentarmos, mais uma vez, que a economia açucareira do Rio de Janeiro estava passando por dificuldades e o comércio de escravos inevitavelmente estava sendo direcionado para as Minas Gerais, é possível que parcela importante das escravarias rurais da capitania do Rio de Janeiro seja composta por escravizados nascidos na colônia.

Um outro fator importante era o tamanho das escravarias. De acordo com os estudos sobre a “família escrava”, quanto maior fosse a posse de escravos, maiores as possibilidades dos escravos encontrarem um cônjuge nas mesmas escravarias, enquanto nas menores posses devido ao número restrito de cativos, poucos seriam os cativos a realizarem o matrimônio dentro destas pequenas posses.³⁴⁸ A explicação sobre tal fenômeno foi formulada perante os baixos índices de nupcialidade entre escravos de diferentes propriedades, nesse sentido, para casar os escravos deveriam necessariamente buscar na mesma propriedade seu/sua cônjuge. Deste modo, o senhor interferiria sob quem teria direito ao santo Sacramento e quem não teria.

³⁴⁶ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro— Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 113.

³⁴⁷ *Ibid.* p. 106.

³⁴⁸ SLENES, Robert. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX.” In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987.; Robert Slenes e Stuart Schwartz, “A Família escrava em Lorena (1801)”, *Estudos Econômicos*, 17(2), 1987; Alida C. Metcalf, “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba”, *Estudos Econômicos*, Número 17 (2), São Paulo, IPE/USP, 1987.; LUNA, Francisco Vidal. Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829, In: NADALIN, Sérgio et alii. (org). *História e População: Estudos sobre a América Latina*, São Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, , 1990; MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP-Annablume, 1999.

Por outro lado, Roberto Guedes demonstrou que em Porto Feliz (SP), entre 1798 e 1850, as grandes propriedades não foram responsáveis por uma queda do número de solteiros. Dito de outro modo, era de se esperar que nas pequenas posses de escravos houvesse um número maior de escravos solteiros na medida que eram nelas que se encontravam as menores porcentagens de escravos casados.³⁴⁹ Contudo, tal constatação se deve ao fato de que, como demonstra a historiografia, nas grandes escravarias também se acharem altas as razões de sexo.³⁵⁰

Marcelo Inácio de Oliveira Alves analisando os batismos para a Freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara demonstra que no período de 1720 a 1760 era baixíssima a legitimidade das crianças cativas, chegando a apenas 12,9%, sendo as africanas correspondendo a 19% do total das mães.

Um dado importante é que em meados do século XVII a legitimidade das crianças cativas em São Gonçalo fora muito maior. Sheila de Castro Faria ao analisar os 996 registros de batismos da paróquia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara percebeu que 48,3% (481) das crianças cativas eram fruto de uniões legítimas. Outro dado interessante é que nesse período uma grande proporção de filhos de uniões não legítimas tiveram seus pais nomeados, isto é 37,5% (373) de todas as crianças. Enquanto nas uniões legítimas os pais eram em sua grande parte da mesma escravaria 91,9% (442), nas uniões não legítimas, os pais de escravarias diferentes correspondiam 35,6% (133) do total de filhos de pais nomeados, nas uniões não legítimas cujos pais eram livres ou forros tais crianças correspondiam a 39,7% (148) do total de crianças cujos pais foram nomeados. Ao todo apenas 142 (14,3%) das crianças cativas tiveram apenas suas mães nomeadas.

³⁴⁹ GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008. p.152.

³⁵⁰ Conferir os trabalhos citados na nota 22.

Tais dados indicam que em grande parte o impedimento na realização do matrimônio advinha dos senhores em não realizarem o casamento de escravos de donos diferentes ou de com livre e forros. ³⁵¹

Ao que tudo indica a segunda metade do século XVII teve os escravos tiveram maiores oportunidades de legitimarem suas relações conjugais do que na primeira metade do século XVIII. Retornando a freguesia de Santa Rita de Jacutinga entre 1686 e 1721, do total de 696 batismo, destes 676 as mães estiveram presentes no ato do batismo e 49,2% (343) eram fruto de uniões legítimas, somando-se os batismos em que só o pai estava presente - provavelmente devido a morte da esposa – chega-se a 49,5% (345)³⁵². Ao todo foram computadas 494 mães, sendo 259 casadas, ou seja 52,4% do total das mães eram casadas.

Entre 1704 e 1741 foram batizadas 517 crianças cativas em Campo Grande, destas 199 eram legítimas, isto é, 38,4% do total de crianças batizadas. Ao todo foram 393 mães, sendo 100 as mães que tiveram seus maridos mencionados nos registros de batismo. ³⁵³ Em um outro artigo Fragoso ao trabalhar com os dados de Campo Grande entre 1711 e 1720 encontrou 136 registros de batismos de crianças cativas, sendo 110 com pais nomeados. ³⁵⁴ Percebemos assim que no início do século XVIII a presença dos pais era muito mais frequente do que nas décadas posteriores.

³⁵¹ FARIA, Sheila de Castro. op. cit. pp.318-320.

³⁵² DEMÉTRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal Fluminense, 2008. pp.116-117.

³⁵³ FRAGOSO, João. “Elites das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S (coords.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a. pp. 253-293.

³⁵⁴ FRAGOSO, João. “Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII)”. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014b. p. 57.

Em Jacarepaguá, Fragoso demonstra que do total de 322 crianças batizadas entre 1700 e 1709, 47,5% eram fruto de uniões legítimas. Destas 153 crianças legítimas, 126 (76%) eram filhas de mães denominadas negras e 25 (20%) como pardas ou com apelido. Provavelmente as ditas negras eram na verdade africanas.³⁵⁵ Entre 1752 a 1759 a legitimidade das crianças cativas de Jacarepaguá caiu para 39,2%.³⁵⁶

3.3. Estrutura da Posse de Cativos na freguesia de São João Batista de Itaborahy

Portanto cabe agora indagar, como estava dividida a posse de escravos na freguesia de São João Batista de Itaborahy na primeira metade do século XVIII e como ela se modifica ao longo do tempo?

Na ausência de listas nominativas, que trazem informações detalhadas do contingente escravo em cada propriedade, tivemos que arriscar deduzir as escravarias desta freguesia pelo número de mães que cada senhor levou no momento do batismo. Com base no número de mães presentes nos batismos, nos três períodos selecionados anteriormente - isto é, 1735 a 1742, 1743 a 1749 e 1757 a 1762 -, criamos um gráfico com a distribuição dos proprietários e escravos (com base no número de mães), por faixa de tamanho de posses.

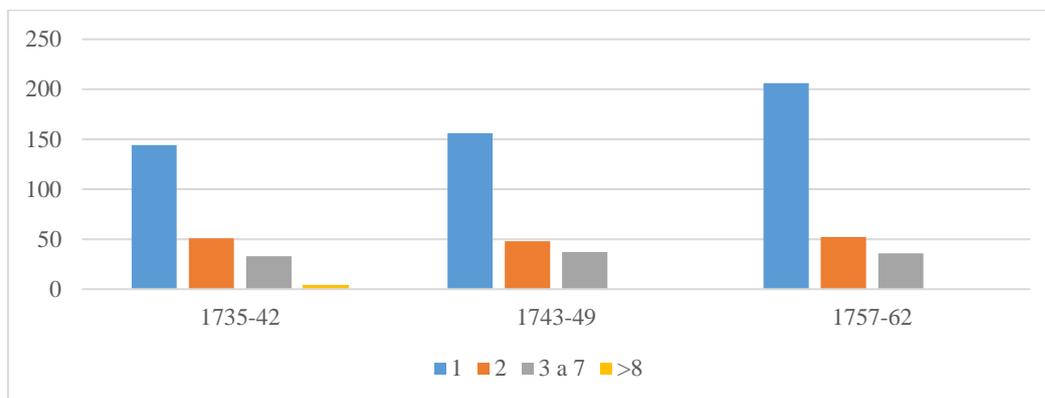
Nesse sentido, os proprietários de escravos foram reunidos nos seguintes intervalos: os que levaram 1 mãe, os que levaram 2 mães, os que levaram 3 a 7 mães e finalmente os que levaram 8 ou mais mães. Consideramos proceder desta forma pelo motivo de que o número de crianças batizadas não nos parece ser um critério mais seguro

³⁵⁵ FRAGOSO, João. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.) *Na Trama das Redes – Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010. p.276.

³⁵⁶ FRAGOSO, João. op. cit. 2005.pp. 195-196.

para avaliação das dimensões das escravarias na medida que muitas crianças não chegavam a idade adulta.³⁵⁷

Gráfico 8 - Número de proprietários escravos por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães)



Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaboraí (1727-1763)

Conforme podemos observar no gráfico 8 é patente o desaparecimento dos grandes senhores, possuidores de 8 ou mais mães nos períodos de 1743-49 e 1757-62. Como veremos nos outros capítulos, nos quais pudemos comparar o estudo das posses de escravos com base no número de mães com aqueles dispostos nas *listas nominativas*, aqueles que detinham mais de 8 mães eram, *grosso modo*, senhores de engenhos, apesar de nem todo senhor de escravo possuir mais de 8 mães nos registros paroquiais analisados.

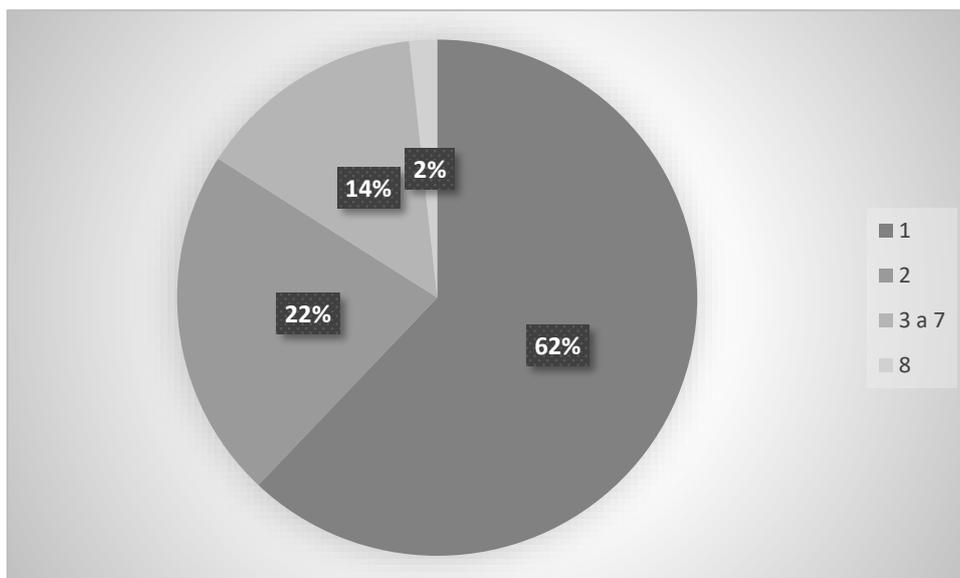
³⁵⁷ Inventários também serviram de fonte para Manolo Florentino e José Roberto Góes em artigo acerca da infância escrava no Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, a partir da análise dos inventários de senhores escravistas apontaram que no período entre o falecimento dos proprietários e a conclusão da partilha entre os herdeiros, um terço dos cativos falecidos tinham menos de dez anos, e, dentre esses, dois terços morriam antes de completar um ano de idade, e 80% até os cinco anos. In: FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Morfologias da criança escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 207-227. Sobre a mortalidade entre os escravizados ver entre outros: ASSIS, Marcelo Ferreira. A Influência do tráfico de africanos sobre a taxa de mortalidade escrava: os registros de óbito de Saquarema. RJ, 1774-1819. In: BOTELHO, et al. *História Quantitativa e serial, um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH/MG, 2001 pp. 91-114; FARIA, Sheila de Castro. Família e morte entre escravos. In: *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1998, Caxambu. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu : ABEP, 1998 pp. 1273-1298.

Dessa forma é possível inferir que neste período os senhores de engenho estavam com dificuldades em manter as suas propriedades como argumentamos acima.

Por outro lado, percebemos o incremento na menor faixa de posses, de forma um tanto tímida no período de 1743 a 1749 (de 144 proprietários para 156) aumentando de forma considerável no período subsequente, de 1757 a 1762 (206 proprietários). Aventamos a hipótese de que nas décadas de 1740 e 1750 ocorreu um aumento na difusão da propriedade escrava com uma redução na concentração desta propriedade. Considerando que no período assinalado os senhores de engenho estavam com dificuldades em manter os seus negócios, enquanto o setor de produção de alimentos se desenvolvia fruto da necessidade de atender os mercados mineiros de gêneros alimentícios seja pelo aumento do comércio de escravos e da necessidade de uma moeda de troca pelos escravos, como a mandioca e a cachaça como vimos no capítulo 1.

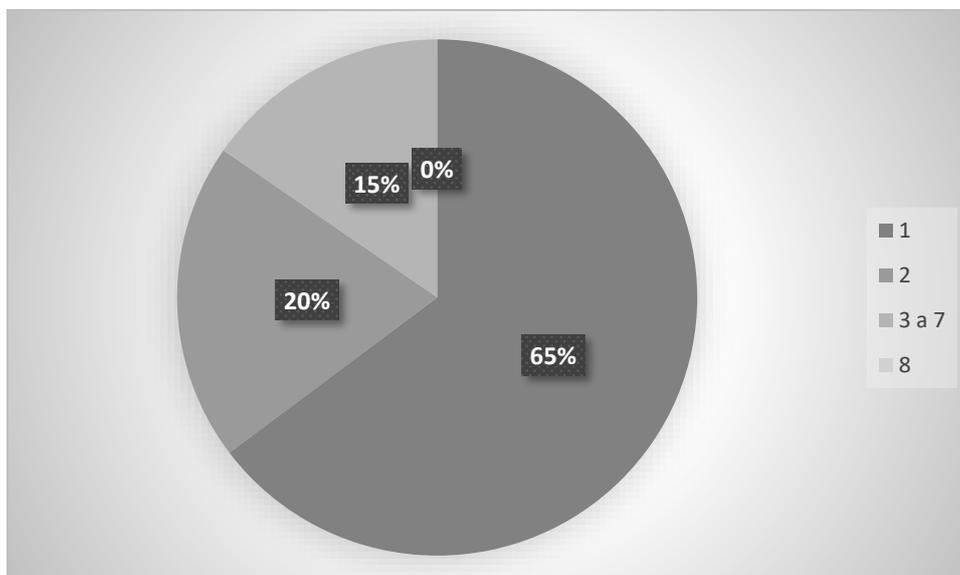
Os gráficos 3, 4 e 5 traduzem melhor, em termos percentuais a proporção de proprietários de escravos em cada uma das faixas de tamanho de posses nos três períodos em análise. A faixa de mais de 8 mães que corresponde a 9% dos proprietários no primeiro período desaparece nos anos subsequentes. Os possuidores de uma mãe crescem de 62% entre 1735-42 para 65% entre 1743-49, chegando a 70% entre 1757-62.

Gráfico 9 - Proporção proprietários por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1735-42



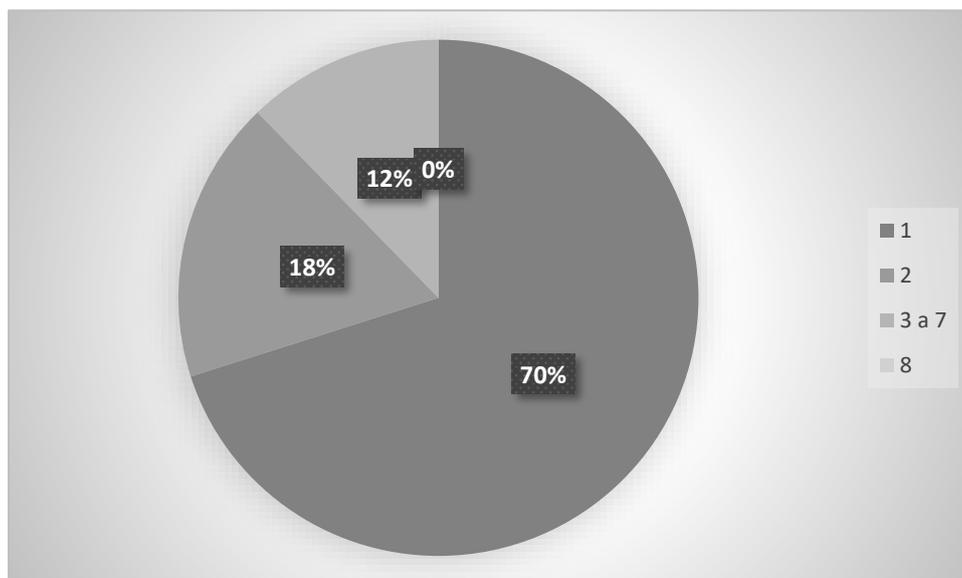
Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaboraahy (1727-1763)

Gráfico 10 - Proporção proprietários por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1743-49



Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaboraahy (1727-1763)

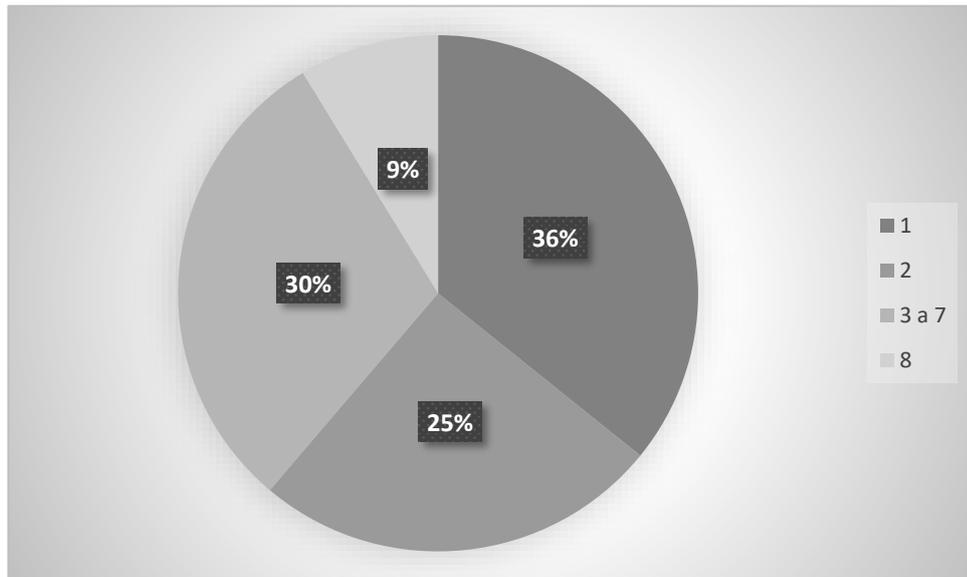
Gráfico 11 - Proporção proprietários por faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1757-62



Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaboraí (1727-1763)

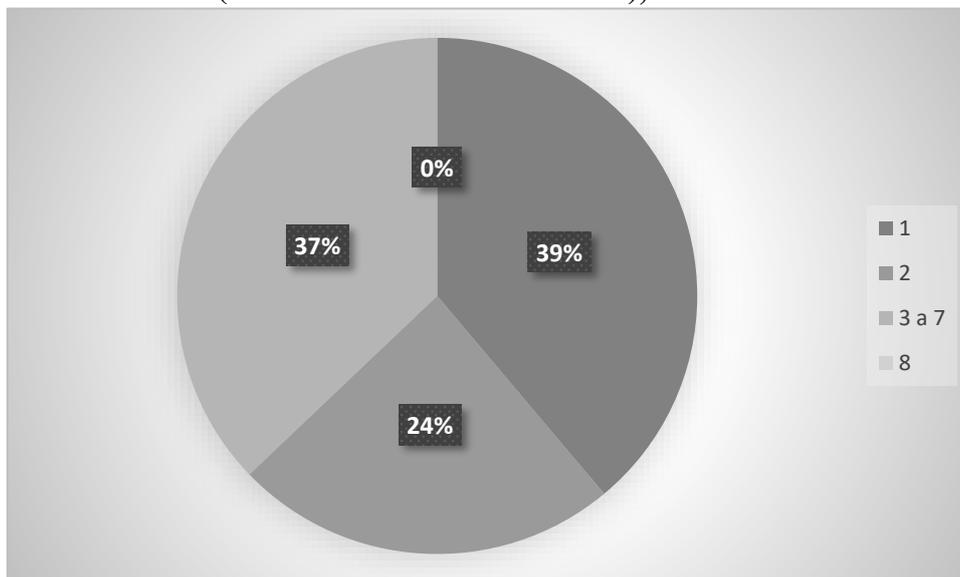
As melhores condições entre os escravistas dedicados a produção de alimentos se traduz no aumento do número de escravos absorvidos em cada uma dessas faixas de tamanho de posses como podemos perceber nos gráficos 6, 7 e 8. Na primeira faixa correspondia 36% das mães entre 1735-42, crescendo para 39% entre 1743-49 e chegando a 47% do total de mães escravas nessa faixa de tamanho de posses. A faixa correspondente a 3 a 7 mães sofre um acréscimo no período de 1743-49 fruto do desaparecimento da faixa de mais de 8 mães, de 30% para 37%, porém, no último período, de 1757 a 1759 sofre um decréscimo, caído para 30% do total de mães nessa faixa de posses.

Gráfico 12 - Quantidade de escravos em cada faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1735-42



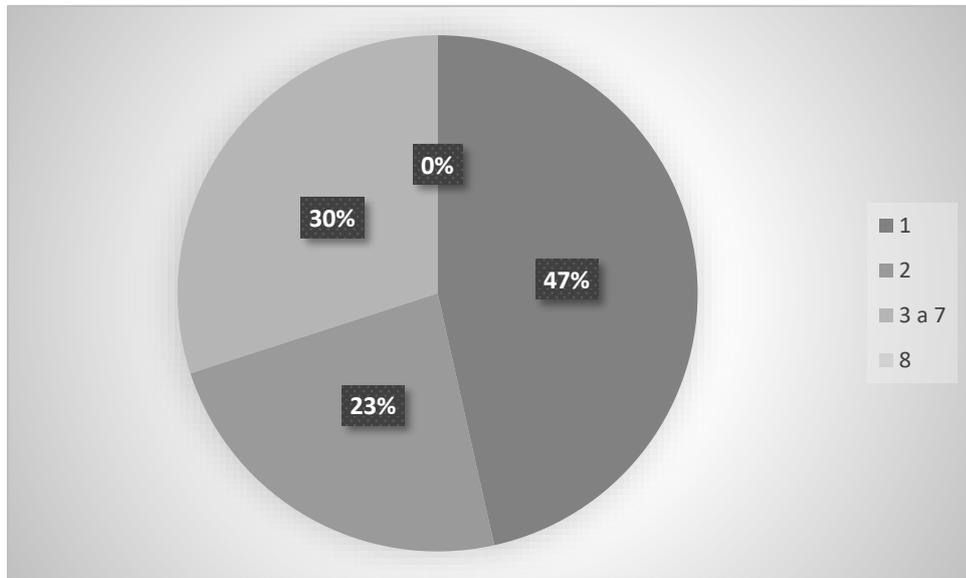
Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)

Gráfico 13 - Quantidade de escravos em cada faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1743-49



Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)

Gráfico 14 - Quantidade de escravos em cada faixa de tamanho de posses (com base no número de mães), 1757-62



Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763)

A historiografia aponta nas faixas de posses menores menor é a proporção de escravos casados ou viúvos, devido ao *pool* de possíveis cônjuges ser menor que nas grandes posses. Portanto, o aumento da tendência de crianças legítimas deveria diminuir ao invés de aumentar já que o percentual de casados nas menores posses é menor que nas maiores, contudo, como vimos no gráfico 4, a tendência é de o número de crianças legítimas aumentar ao longo do período em análise. Teria o peso das maiores faixas de posses se sobressaído nos registros paroquiais de batismos da freguesia de São João Batista de Itaborahy durante o tempo?

Nas tabelas 45, 46 e 47 percebemos a tendência de nas maiores faixas de posses encontrarmos maior proporção de mulheres casadas do que nas menores. Em todos os períodos analisados a faixa de posses de uma mãe teve maior proporção de mulheres “solteiras” do que casadas. Entre 1735 e 1742 as mães solteiras perfaziam na primeira faixa de tamanho de posses 75% enquanto na faixa de 8 mães 51,43%. No período seguinte, representado pela tabela 7, 67,95% das mães eram solteiras na faixa de tamanho

de posses de uma mãe e 51,43% na faixa de 3 a 7 mães (como vimos, nesse período as os proprietários na faixa de 8 ou mais mães desaparecem. Entre 1757 e 1762 (tabela 8), 62,62% das mães na primeira faixa de tamanho de posses eram solteiras e 39,1% na faixa de 3 a 7 mães.

Além disso, é perceptível que ao longo dos períodos analisados há um aumento no número de casais presentes nos registros de batismos da freguesia de São João Batista de Itaborahy, de 122 no primeiro período para 212 no último período. Em termos proporcionais, temos entre 1735-1742, 30,35% de escravos legalmente casados, entre 1743 a 1749 essa proporção sobe para 35,16% e entre 1757-1762 chega a 47,86%. Esse aumento é verificado em todas as faixas de tamanho de posses, como podemos perceber nas tabelas 45, 46 e 47.

Tabela 45 – Número de casais e mães solteiras por faixa de tamanho de posses a partir dos registros paroquiais de batismo de escravos (1735-1742)

FTP	Casais		Mães solitárias		Total
	n.	%	n.	%	
1	36	25,00%	108	75,00%	144
2	33	32,35%	69	67,65%	102
3 a 7	36	29,75%	85	70,25%	121
8	17	48,57%	18	51,43%	35
Total	122	30,35%	280	69,65%	402

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).

Tabela 46 - Número de casais e mães solteiras por faixa de tamanho de posses a partir dos registros paroquiais de batismo de escravos (1743-1749)

FTP	Casais		Mães solitárias		Total
	n.	%	n.	%	
1	50	32,05%	106	67,95%	156
2	30	31,25%	66	68,75%	96
3 a 7	61	40,94%	88	59,06%	149
8	0	0,00%	0	0,00%	0
Total	141	35,16%	260	64,84%	401

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).

Tabela 47 - Número de casais e mães solteiras por faixa de tamanho de posses a partir dos registros paroquiais de batismo de escravos (1757-1762)

FTP	Casais		Mães solitárias		Total
	n.	%	n.	%	
1	77	37,38%	129	62,62%	206
2	54	51,92%	50	48,08%	104
3 a 7	81	60,90%	52	39,10%	133
8	0	0,00%	0	0,00%	0
Total	212	47,86%	231	52,14%	443

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).

Presumivelmente a expansão dos pequenos proprietários de escravos teve como consequência o aumento da proporção de escravizados casados perante a igreja. Porém este movimento ocorre entre todas as faixas de posse de escravos. Retomando a hipótese que os escravizados oriundos do comércio transatlântico tenderiam, como vontade de seus senhores, a sacramentar as relações conjugais, é possível que este aumento de casais seja impacto do aumento da importação de escravizados africanos nas unidades produtivas da freguesia de São João Batista de Itaborahy.

Considerando ainda o peso das maiores escravarias nos registros de batismos de escravos verificamos que não ocorre o aumento significativo do número de filhos nas faixas de 3 a 7 mães o que poderia fazer subir a varável legitimidade das crianças cativas (tabela 48). Apesar de proporcionalmente a faixa de uma mãe terem menos filhos que as demais faixas – a proporção de filhos na faixa de uma mãe é sempre menor que o número de mães. -, as faixas de mães de 2 e de 3 a 7 não se alteram significativamente, nem em número de mães nem de filhos. Na faixa de 2 mães, a proporção de mães varia de 25,37% no primeiro período para 23,5% no último período em análise, já a proporção de filhos vai de 15,68% para 20%. Na faixa de 3 a 7 mães, do mesmo modo não há grandes discrepâncias com relação a proporção de crianças, sendo sua proporção no primeiro período de 46,30% e 44,53% nos últimos anos. Dessa forma, o número de filhos entre as

maiores faixas de posse de escravos nos batismos crianças cativas ao longo do período em análise não se altera significativamente para explicar o aumento da legitimidade das crianças cativas. Dito de outra forma, o aumento da legitimidade das crianças cativas não foi impacto do aumento das maiores posses de escravos durante a primeira metade do século XVIII na freguesia de São João Batista de Itaboraahy.

Sem dúvida alguma, apesar das mães na faixa de posses de escravos de uma mãe terem menos filhos que as outras faixas, fruto da própria instabilidade da família negra nesta faixa – tendem a não receberem os santos óleos do matrimônio –, é nesta faixa que cresce o número de mães e de filhos ao longo de todo o período. Em termos proporcionais as crianças na faixa de tamanho de posses de uma mãe vão de 23,96% no período de 1735-1742 para 35,47% entre 1757-1762 (tabela 48). Portanto, o aumento da legitimidade das crianças cativas é um movimento perceptível em todos os tamanhos de posses de escravos não sofrendo impacto de uma maior ou menor quantidade de filhos que uma faixa de posses de escravos poderia ter em relação as outras.

Tabela 48 – Proporção de registros de mães e seus respectivos filhos por faixa de tamanho de posses de escravos entre os anos de 1735-1742, 1743-1749 e 1757-1762

	1735-1742		1743-1749		1757-62	
FTP	Mães	Filhos	Mães	Filhos	Mães	Filhos
1	35,82%	23,96%	38,90%	33,46%	46,50%	35,47%
2	25,37%	15,68%	23,94%	20,84%	23,50%	20,00%
3 a 7	30,10%	46,30%	37,16%	45,70%	30,00%	44,53%
8	8,71%	14,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaboraahy (1727-1763).

Como afirma Antônio Carlos Jucá, o Recôncavo da Guanabara se transforma com a descoberta das Minas em um cinturão abastecedor de alimentos no mesmo momento em que se verifica uma “crise” no setor açucareiro. A expansão da economia de alimentos se dava num momento de alta demanda por estes produtos, sendo os custos de sua

produção baixos, o que “possibilitava a participação nessa produção das camadas mais pobres da sociedade escravista”³⁵⁸. Apesar de durante este período o preço dos cativos aumentar 130% os da farinha eleva-se praticamente a 200%, tornando os escravos relativamente mais baratos para a agricultura de abastecimento.³⁵⁹

Ainda sobre o aumento da legitimidade das crianças cativas e respectivamente aumento do número de casais escravos cabe explicar porque os percentuais aumentam ao longo de 1735 a 1762. Se, como verificamos, isso não tem relação com o aumento das grandes escravarias, na medida em que elas diminuem, chegando a desaparecer na faixa de 8 ou mais mães, qual seria outro fator explicativo já que “em escravarias pequenas, o acesso ao matrimônio era muito mais difícil do que nas unidades maiores.”³⁶⁰? Não creio que fatores de ordem subjetiva como maior propensão dos senhores em sacramentar as relações consensuais de seus escravizados, ou uma maior presença da Igreja no local. Acima apontamos que a presença africana é um dos fatores que impactam positivamente na presença de casais já que em todos os casos que arrolamos eram os africanos que mais eram agraciados pelo rito católico do matrimônio. Iraci Del Nero Costa, Robert Slenes e Stuart Schwartz ao analisar a “família escrava” em Lorena, em 1801, encontram esta mesma tendência e afirmam que

a maior incidência de casamento entre as africanas fosse uma forma de encontrar, no meio adverso para o qual haviam sido deslocadas, o refúgio no seio do qual se procurava preservar elementos culturais trazidos do outro continente; este refúgio poderia significar, também, um mínimo de segurança num mundo praticamente desconhecido e possivelmente hostil.³⁶¹

³⁵⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. Op. Cit. p.131.

³⁵⁹ Ibid. p. 123.

³⁶⁰ BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Legitimidade e comportamentos conjugais. São João del Rei, século XVIII e primeira metade do XIX. X *Seminário de Economia Mineira*, 1998. p.23.

³⁶¹ COSTA, I Del Nero da, SLENES, R. W; SCHWARTZ, S. B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, p.286.

Como vimos no primeiro capítulo, a segunda metade do século XVIII representa um momento de melhoria na economia da capitania do Rio de Janeiro como um todo, mas, especialmente para economia canavieira e com o expressivo aumento da população nas freguesias. Nos capítulos seguintes veremos que este aumento tem impactos na demografia escrava, com o aumento da concentração da propriedade escrava, com a presença do elemento africano cada vez mais patente e o aumento significativo da legitimidade das crianças cativas.

Na primeira metade do século XVIII a realidade era outra, porém, apesar de não termos dados suficientes para demonstrar que a legitimidade durante este período tem relação a presença africana na demografia das populações escravizadas, acreditamos que o aumento da legitimidade entre as menores faixas de tamanho de posse de escravos seja resultado da importação de escravizados via comércio transatlântico. O casamento cristão, muito mais que um mecanismo de controle social dos escravizados pelos seus senhores, na medida em que os escravos poderiam manter relações conjugais fora do casamento, produziria um impacto positivo para os seus senhores – em suas consciências, e para fora, na comunidade local -, tendo em vista que estavam inserindo os seus escravos aos dogmas cristãos.

Para além do casamento, como se comportavam os escravizados nas relações de compadrio consagradas no momento do batismo de suas crias? Tenderiam a escolher padrinhos livres ou escravos? As mães solteiras tenderiam a escolher padrinhos livres enquanto as casadas escolhiam padrinhos escravos. Segundo Maria Cristina de Vasconcellos, as mães solteiras frequentemente escolhiam indivíduos fora do universo escravo e, quando a escolhiam dentro deste universo, eles eram de propriedades

diferentes. Tais processos no seu ponto de vista, tinham um ponto em comum: a decisão de abrir os vínculos para além das propriedades em que habitavam.³⁶²

Segundo o dicionário da língua Brasileira, publicado no século XIX, compadre era o padrinho da criança que, referindo-se aos pais é padrinho do pai e da mãe, "devia-se ter boas relações com alguém"³⁶³. Tal definição demonstra que o compadrio era uma relação, distinta dos laços consanguíneos, de escolha feita no ato do batismo das crianças pelos pais e/ou responsáveis na escolha do padrinho e madrinha de seus filhos. Neste sentido afirmam Renato Pinto Venâncio, Maria José Ferro de Sousa e Maria Teresa Gonçalves Pereira, o batismo significava, fazer laços com uma nova família espiritual que se relacionava diretamente ao plano carnal³⁶⁴. O compadrio era por um lado construído e produzido dentro da Igreja Católica, porém levado para fora daquela instituição formal e transcendendo os limites das relações espirituais e eclesiásticas, sendo praticado no meio social.

Segundo Venâncio, o compadrio “atendia as inquietações teológicas, no sentido de sacralizar as relações sociais para além da família consanguínea”, portanto servia tanto para criar “laços de parentesco espiritual regidos pela doutrina cristã” como para “incorporar ou ordenar interesses laicos de natureza diversa”.³⁶⁵ O laço de compadrio servia para selar uma amizade “um tipo de relação teologicamente sacralizada, sujeita a várias formas de controle e condenação”.³⁶⁶

³⁶²VASCONCELLOS, Marcia Cristina. “Pais, filhos e padrinhos no sul fluminense, século XIX”. *Afro-Ásia*, 49, 2014. P.148.

³⁶³ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. 1832, p. 254

³⁶⁴ VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 273-294, 2006.

³⁶⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.p.246.

³⁶⁶ Ibid. p.247.

Segundo Donald Ramos, os pais espirituais estabelecidos no momento do batismo tinham outra responsabilidade que os pais biológicos detinham - isto é a assistência material e afetiva -, que era a educação espiritual do batizando. Desta forma “esta segunda família também tinha uma função social, dada não pela Igreja, mas pela comunidade e pela tradição”.³⁶⁷

Para os escravos as relações de compadrio permitiram a reconstrução de laços comunitários esvaçados pelo comércio transatlântico e poderiam ter servido para regular as relações de potencial conflito dentro das senzalas como fora. Nesse sentido, os laços de compadrio sacramentados no ato do batismo ampliavam a família negra, para além dos laços consanguíneos, na medida que “os laços não prendem apenas padrinho e afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada, cujo grupo, em seu conjunto, ganha uma promoção excepcional”.³⁶⁸

Jonis Freire avança ao afirmar que as famílias escravas extrapolavam os

“núcleos primários”, ou seja, da intergeracional e ampliada, baseada no parentesco consanguíneo e no ritual, já que ela se estendia muito além dos limites de qualquer unidade domiciliar ou consanguínea. Podia atravessar os limites legais da condição de escravo, por meio das relações oriundas entre cativos e pessoas livres e libertas.³⁶⁹

Herbert Gutman ao analisar as relações sociais entre os escravizados do sul dos Estados Unidos compreendeu que elas foram um mecanismo de recriação de estruturas de parentesco. Segundo o autor, os escravizados trouxeram do continente africano a noção de parentesco, definido por ele como “parentesco fictício”. Consideramos o termo parentesco espiritual o termo mais apropriado para compreender os laços que se

³⁶⁷ RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, 2004. p.51.

³⁶⁸ MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX*. 1. São Paulo: Editora Vozes, 2017.p. 131.

³⁶⁹ FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais– século XIX. *Afro-Ásia*. 16 (2012), p. 10-11.

estabeleceram entre as famílias negras na diáspora africana, na medida em que tais relações não eram, sem dúvida alguma, “fictício”.³⁷⁰

Seguindo o mesmo raciocínio de Gutman, Robert Slenes, baseado no estudo do antropólogo Igor Kopytoff, demonstrou a importância do parentesco entre os africanos escravizados na medida que “as “raízes” africanas não eram concebidas como localizadas num lugar [...], mas num grupo de parentesco, nos ancestrais, numa posição genealógica” pois “os africanos levam seus ancestrais consigo quando mudam de lugar, não importando onde esses estejam enterrados”³⁷¹

Em algumas situações os laços de compadrio poderiam servir para camuflar relações ilegítimas, como nos casos em que o pai servia como padrinho na impossibilidade de o mesmo constar como pai legítimo. Diferentes sentimentos e motivos e poderiam estar imbuídos nas relações de compadrio, na aceitação de ser amigo do outro, mas os batismos também poderiam ter sido usados estrategicamente pelos escravizados. Entendemos aqui como estratégia a escolha ou aceitação de uma pessoa e não de outra para ser compadre/comadre referindo-se à racionalidade utilizada para alcançar um ou mais objetivos previamente definidos, que podem ser de curto, médio ou de longo prazo. O compadrio estabelecido no momento do batismo é aqui entendido como elemento importante numa sociedade escravista.

Através dos registros de batismos buscamos inferir os significados que homens e mulheres escravizados, tanto aqueles oriundos do comércio transatlântico de escravos assim como daqueles que nascidos na colônia cujo sistema social aprenderam desde a

³⁷⁰ GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom (1750-1925)*. New York: Pantheon Books, 1976.

³⁷¹ Slenes, *Na senzala uma flor*, p. 155.

tenra idade a lidar com seus códigos, atribuíram ao sacramento católico, bem como as estratégias que os mesmos buscaram se utilizar para melhor viver sob o regime escravista.

A partir dos laços de compadrio podemos também entender as formas de sociabilidade que os escravizados estabeleceram com pessoas de diferentes segmentos sociais, que partiam de outros sistemas valorativos e referenciais culturais, tais como forros, livres e libertos.

A maioria dos escravos tiveram seus filhos recebendo os santos óleos do batismo, o que assegurava, numa sociedade cristã, a sua incorporação ao reino dos céus e à sociedade colonial. Perante ao mundo cristão deixar de ser pagão traria consigo recompensas celestiais e terrenas, como o uso estratégico do sacramento para finalidades destinadas a aproximar ou fortalecer as relações entre indivíduos pertencentes ao mesmo ou diferentes grupos sociais.

Em 1816, o viajante inglês Henry Koster publicou relatórios viagens que ele havia feito alguns anos antes pelo norte do Brasil - hoje equivalente ao Nordeste - fala sobre os costumes, lugares e cultura dos locais que passou. De acordo com o escritor as cerimônias de batismo eram essenciais para que os escravizados e recém-chegados serem aceitos e capazes de se adaptar naquela sociedade.³⁷²

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* no Título XVIII disciplinava quantos e quem deveriam ser os padrinhos do batismo e o parentesco espiritual estabelecidos pelas crianças e seus pais, dessa forma não deveria haver mais de um padrinho e uma madrinha no batismo, a menos que sejam aceitos dois padrinhos ou duas madrinhas e quem deve indica-los era o pai, a mãe ou o responsável pela criança. Os párocos da freguesia não poderiam ser padrinhos de outros se não aqueles que os

³⁷² KOSTER, Henry. Viagem ao Nordeste do Brasil. 1942.

responsáveis escolhessem, além disso o padrinho não deveria ser menor de catorze anos e a madrinha de doze. Era vedado ao pai ou mãe que não recebeu os santos óleos do batismo participar do ato batismo, assim como infiéis, hereges, excomungados, proibidos, surdos ou tolos e aqueles que não conhecem os princípios da santa fé; nem irmão, freira, Conego Regente ou qualquer outro religioso professo que reconhecesse a religião cristã (excluindo a religião de organizações militares). Também era proibido que os pais consanguíneos fossem padrinhos.³⁷³ Como bem ressaltou Moacyr Maia, a proibição dos pais serem padrinhos indica que “o compadrio tinha uma função social importante: buscar a ampliação das relações sociais, dos círculos relacionais.”³⁷⁴

Concordamos com Manolo Florentino e José Roberto Góes quando afirmam que a família escrava, e porque não, também os laços de compadrio, tinham um sentido político. Buscava-se através destas relações “aumentar o raio social das alianças políticas e, assim, de solidariedade e proteção para o que se contava inclusive com ex-escravos, escravos pertencentes a outros senhores e, em casos eventuais, com alguns proprietários”.

375

Mas a família negra não se reduzia aos projetos e estratégias da família nuclear e ampliada. De acordo com Robert Slenes, ela

expressava um mundo mais amplo que os escravos criaram a partir de suas “esperanças e recordações”, ou melhor, ela era apenas *uma* das instancias culturais importantes que contribuíram, nas regiões de plantation do Sudeste, para a formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos.³⁷⁶

³⁷³ VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. 1853 [1720], p. 26.

³⁷⁴ MAIA, Moacyr Rodrigo de Castro. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). *Topoi*. v. 11, n. 20, jan.-jun., 2010.p. 40.

³⁷⁵ Manolo Florentino & José Roberto Góes, *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, p. 90.

³⁷⁶ SLENES, Robert. *op.cit.*, 1999. p.49.

Portanto, as relações de compadrio entre os escravizados, forros e livres podem ter sido um mecanismo de formação de uma rede de solidariedade a partir da recriação de laços de parentesco, constituindo uma ampla comunidade negra. Neste sentido, concluem Kjerfve e Brugger, afirmando que os laços de compadrio “funcionavam como possibilidade de substituição ou ampliação da família escrava e, num sentido mais amplo, de formação de uma comunidade negra no Novo Mundo”.³⁷⁷

Dos 1.973 de batismos realizados entre 1727 a 1763, 32 não tiveram padrinhos e apenas 14 os nomes dos padrinhos estavam ilegíveis, isto é, impossíveis de serem identificados. O número de ausência entre as madrinhas foi um pouco maior, 174 registros de batismos não estiveram presentes as madrinhas. Das 1.799 madrinhas 18 não foi possível identificar o nome. Ao todo, foram 3.710 padrinhos e madrinhas que aparecem nos registros paroquiais de batismo da freguesia de São João Batista de Itaboraí, sendo apenas 32 ilegíveis.

Como podemos observar na tabela 49 dos 1928 padrinhos, 30 (1,6%) não pudemos identificar a condição social. É possível que se trata da população escravizada na medida em que tais pessoas não possuíam sobrenome. De 1.737, 640 (33,2%) eram escravos, 1158 (60,1%) eram livres, 95 (4,9%) forros e 6 (0,3%) libertos. Entre as madrinhas, 45 registros (2,5%) foi impossível descobrir a condição sociais das mesmas, porém tal como presumivelmente consideramos para os padrinhos, é possível que as mesmas sejam mulheres escravizadas. Destas 1784 madrinhas, 762 são escravas (42,7%), 823 livres (46,1%), 135 forras (7,6%), 11 libertas (0,6%), e 8 (0,4%) tiveram a presença de Nossa Senhora no lugar de madrinha.

³⁷⁷ KJERFVE & BRUGGER, op. cit., 1991.

Tabela 49 – Condição social dos padrinhos e madrinhas dos batismos de escravos na freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1727-1763

Condição Social	Padrinhos		Madrinhas		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Livre	1158	60,1%	823	46,1%	1981	53,4%
Escravo	640	33,2%	762	42,7%	1402	37,8%
Forro	94	4,9%	135	7,6%	229	6,2%
Liberto	6	0,3%	11	0,6%	17	0,5%
Santa	0	0,0%	8	0,4%	8	0,2%
Não consta	30	1,6%	45	2,5%	75	2,0%
Total	1928		1784	100,0%	3712	100,0%

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).

Sobre a presença de Santos servindo como padrinho/madrinha Donald Ramos argumenta que isto era uma forma de introduzir o sagrado dentro da família: “a função de Nossa Senhora e a Santa Ana era justamente de servir de intermediária entre a o requerente e Deus ou Cristo”³⁷⁸. Como verificamos acima, atestamos unicamente a presença de santas servindo de madrinhas, não havendo ocorrência de santos como padrinhos. Essa ausência de santos como padrinhos para Renato Pinto Venâncio corresponderia a uma “singular desvalorização da mulher” pois o compadrio era utilizado como um meio de acesso aos bens materiais e simbólicos.³⁷⁹ Contudo, a pouca expressividade das Santas como madrinhas (0,4% do total de madrinhas) demonstra que era preferível ter uma madrinha física do que espiritual, valorizando, portanto, o papel da mulher como madrinha.

Retornando a tabela 49, podemos perceber, portanto que, a maior parte dos padrinhos/madrinhas eram livres, constituindo o percentual de 53,4% do total enquanto 37,8% do total de padrinhos/madrinhas eram escravos.

³⁷⁸ RAMOS, Donald. op. cit. p. 66.

³⁷⁹ VENÂNCIO, Renato Pinto. A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro, 1795-1811. In: COSTA, Iraci Del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986. pp. 95-102.

Tais dados são semelhantes à de outras paróquias do Recôncavo do Rio de Janeiro. Na freguesia de São Gonçalo, no período entre 1720 a 1760, os padrinhos escravos representavam 34,4% (559) do total de 1.625 padrinhos.³⁸⁰ O percentual de padrinhos escravos e livres na freguesia de São Gonçalo se mostra semelhante à das freguesias de Jacarepaguá, Irajá e Campo Grande. Na década de 1750, 38% dos padrinhos eram escravos em Jacarepaguá, 39,7% em Irajá e 32,2% em Campo Grande.³⁸¹ Na mesma década em São Gonçalo os padrinhos escravos representavam 33,7% dos padrinhos.³⁸²

De acordo com Alida Metcalf as relações de compadrio poderiam ser horizontais ou verticais, de acordo com o objetivo dos pais dos filhos levados a pia batismal. Desse modo, o

compadrio escravo, seria uma estratégia encaminhada pelos cativos consistia, aparentemente, em uma opção entre a vinculação horizontal de seus filhos a outros escravos, ou a vertical a indivíduos da classe senhorial. Cada estratégia comportava sua própria lógica: ao escolherem pessoas livres, e possivelmente senhores, para ser padrinhos de seus filhos os pais esperavam providenciar para estes acessos a indivíduos de maior poder na comunidade. Ao escolherem padrinhos escravos, por outro lado, uniam seus filhos à comunidade escrava. Estes vínculos serviam para reforçar os laços que os escravos tinham entre si.³⁸³

Desse modo, apesar de, como infere Roberto Guedes de quando a escolha recaia por padrinhos livres, isso deve ser explicado pelas intenções que os escravos, isto é, buscavam proteção com agentes em status elevados, mas é preciso relativizar em quais dimensões o compadrio agiria como auxílio ou mantenedor do estado senhorial dos livres, isto é, do status quo.³⁸⁴

³⁸⁰ OLIVEIRA, Marcelo Inácio Alves de. op. cit. p.93.

³⁸¹ FRAGOSO, João. op. cit. 2005, p. 199.

³⁸² OLIVEIRA, Marcelo Inácio Alves de. op. cit. p. 91.

³⁸³ METCALF, Alida C. A Família Escrava no Brasil Colonial: Um Estudo de Caso em São Paulo. *História e População - Estudos sobre a América Latina*. São Paulo, 1990 p.209.

³⁸⁴ GUEDES, R. Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José no Rio de Janeiro. Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado, 2000, p. 181.

Conforme afirma Cacilda Machado, o compadrio com uma pessoa de status social mais alto deveria constituir uma aliança decorrente da "necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos".³⁸⁵

Quando a criança era apadrinhada

por parentes do senhor poder-se-ia acrescentar que, da perspectiva do pai ou da mãe da criança, seria estratégico ter como aliado alguém que, embora não pertencesse à casa do senhor, era seu parente, portanto suficientemente próximo para poder interferir em caso de conflitos.³⁸⁶

No geral, os laços de compadrio entre os escravos foram considerados como um vínculo horizontal e com livres como vertical. Um para o reforço das solidariedades entre os escravos da comunidade escrava e outro com vistas a obtenção de vantagens, como a possibilidade de alcançarem a alforria. Esse laço “significava privilégios e deveres de ambas as partes, os quais eram reconhecidos através da obediência, fidelidade e reverência do afilhado, em contrapartida às múltiplas responsabilidades dos padrinhos”.³⁸⁷ Contudo, considero tal tipologia dos laços de compadrio obscurece uma complexidade de relações sociais tanto para “cima” – e que na maioria das vezes não tanto para cima assim – como para os “iguais”. Nesse sentido, Robert Slenes demonstrou que no caso do compadrio entre escravos, muitas das vezes escolhiam-se padrinhos com ofício especializado ou doméstico, demonstrando assim haver uma hierarquia no interior da própria senzala³⁸⁸. Além disso, poderia haver preferências “étnicas” na escolha dos

³⁸⁵ MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, p. 143.

³⁸⁶ *Ibid.* p. 73.

³⁸⁷ VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. *Op. cit.*, 2006, p.276.

SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2

padrinhos escravos assim como ocorria no casamento escravo, como demonstrou Moacir Rodrigo de Castro Maia.³⁸⁹

Nos laços de compadrio com livres do mesmo modo existe um caleidoscópio de relações sociais nem sempre perceptíveis nas fontes paroquiais. Além disso, considerar que todo padrinho livre representava vantagens para os escravizados é por um lado, não considerar a diversidade do ser livre, e por outro, que tais laços eram movidos apenas pelo interesse. Muitos padrinhos livres poderiam estar entrelaçados em relações de dependência de algum senhor de engenho e em condições de vida tão precária quanto a dos escravos de tal modo que pouco poderiam auxiliar os escravos em seus projetos de vida. Por outro lado, se ter padrinho livre angariasse alguma vantagem seria de esperar que todos os escravos procurassem padrinhos fora das senzalas. Acredito que muito mais que a procura de possíveis vantagens era a convivência que proporcionava essa proximidade com o mundo dos livres. Além do mais, muitos desses livres, como bem apontou Slenes, na verdade eram egressos do cativeiro que poderiam ter convivido a anos com os pais das crianças batizadas³⁹⁰.

Reconfigurando as tendências do compadrio, elas representam antes de mais nada proximidades. Tais proximidades se constroem no decorrer da vivência dos escravos na sociedade colonial. Nesse sentido, argumenta Slenes, sobre o compadrio com livres: “a estratégia de aproximação com o mundo dos livres, por via da construção de laços de dependência e parentesco, demandava muito tempo”.³⁹¹ Considerando o fator tempo como uma variável importante para a compreensão dos laços de compadrio – aliado ao

³⁸⁹ Cf. MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “As redes de parentesco em uma sociedade escravista em formação: o compadrio na primeira metade do século XVIII (Minas Gerais). In: MOLLO, Helena Miranda e SILVEIRA, Marco Antônio. *Termo de Mariana: história e documentação*. Vol. 3. Ouro Preto (MG): UFOP, 2010.

³⁹⁰ SLENES, Robert. op. cit. 1997. p. 270.

³⁹¹ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. RJ: Nova Fronteira, 1999. p. 62.

tamanho da propriedade escravista e da origem dos escravos – é possível que no estreitamento de vínculos entre os livres os escravos nascidos no Brasil tivessem preponderância. Criados muitos das vezes na casa grande, “as crias de casa” – como os senhores costumavam chamar as crianças escravas – se apropriaram dos códigos culturais da sociedade colonial tornando os contatos com o “mundo dos livres” cada vez mais frequente e íntimo devido à proximidade sociocultural. As variações no tempo e em diferentes localidades nas tendências do compadrio escravo podem ser consequência destas proximidades ora majoritariamente com o mundo dos livres ora preferencialmente com o mundo dos escravos. Nossa hipótese é que as sociabilidades escravas percebidas através dos casamentos entre os escravos tendem a se refletirem na escolha dos padrinhos e madrinhas, assim como a ausência dos pais nos batismos das crianças escravas podem ser reflexos de uma outra sociabilidade.

Nesse sentido, uma *africanização* demográfica, no significado dado por Nicolas Parés, representaria uma tendência dos escravizados a receberem o sacramento do matrimônio, enquanto política senhorial de sacramentar as relações consensuais de seus escravizados, desse modo, acreditamos que o aumento da legitimidade das crianças cativas seja reflexo dessa *africanização*. Seguindo esse mesmo raciocínio, que padrões demográficos possam se refletir em algumas tendências de sociabilidade, nossa hipótese é que, tal como há um aumento da legitimidade das crianças levadas a igreja para receber o batismo, haveria um aumento na tendência dos escravizados escolherem padrinhos escravos, pois devido, para muitos, o curto período vivência na sociedade colonial, a preferência de escolha de padrinhos também escravos também se imporá. Deste modo acreditamos que o aumento da tendência da legitimidade das crianças cativas representaria também um aumento dos padrinhos escravos, que uma *africanização*

demográfica implicaria no estabelecimento de uma sociabilidade cada vez mais fechada neste grupo social.

Com relação ao batismo de adultos ao longo do período estudado encontramos 53 batizados, sendo que destes, 3 não pudemos ter certeza de ser adulto na medida em que os párocos não registram este dado, porém, como não consta os nomes dos pais consideramos que a lacuna relacionada a faixa de idade tenha sido um esquecimento dos padres da freguesia. Com relação ao sexo dos escravizados foram 25 homens e 28 mulheres. Destes batismos 43,4% (23) consta a origem destes escravizados prevalecendo a “nação mina”, “Costa da Mina”, ou “Gentio da Guiné da nação Mina” representando 69,6% (16), do total de batismos de adultos com origem anotada, seguida da classificação genérica “gentio da guiné” com 21,7% (5), e por fim 1 Costa Verde e 1 Benguela. Dos 53 batizando 94,3% (50) tiveram padrinhos e 90,6% (48) madrinhas.

Tabela 50 – Condição social dos padrinhos e madrinhas dos batismos de adultos escravos na freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1727-1763

Condição Social	Padrinhos		Madrinhas		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Escravo	30	56,6%	35	66,0%	65	61,3%
Livre	16	30,2%	8	15,1%	24	22,6%
Forro	2	3,8%	3	5,7%	5	4,7%
N/C*	2	3,8%	2	3,8%	4	3,8%
S/P**	3	5,7%	5	9,4%	8	7,5%
Total	53	100%	53	100%	106	100,0%

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).

*N/C = Não Consta

** S/P = Sem padrinho

A maior parte dos padrinhos e das madrinhas eram escravos, representando 61,3% do total, considerando aqueles nos quais não consta a condição social e que possivelmente eram escravizados – só constam um único nome – chegamos ao percentual de 65,1%, demonstrando que os escravizados adultos preferiram tecer relações com outros

companheiros de cativo. Stuart Schwartz, ao analisar os laços de compadrio nos batismos de adultos em 1835, em Iguape na Bahia, observa a tendência de os padrinhos serem outros escravizados e conclui que “na integração à Igreja e ao mundo secular dessa sociedade, outros escravos assumiam ou recebiam um papel importante na integração dos africanos recém-chegados”³⁹².

Batismos coletivos, isto é, em que num único registro é realizado o batismo de mais de uma pessoa foi mais frequente entre os batismos de adultos. Dos 53 batismos de adultos, 6 envolviam mais de um indivíduo, destes, apenas um repetiu-se os mesmos padrinhos e madrinhas. O batismo coletivo de adultos escravizados de Francisco Vieira Bezerra contou com 4 batizados que receberam os santos óleos no dia 23 de agosto de 1744. Com exceção de Marcos, que contou com os padrinhos Salvador, pardo forro casado e Tereza escrava do dito senhor, todos os demais contou com o casal Ventura e Tereza.³⁹³

Roberto Guedes Ferreira, em sua dissertação de mestrado, analisou as relações de compadrio entre os cativos das freguesias urbanas do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Ao constatar a forte presença de cerimônias coletivas nos batismos de adultos (46,8%) observou que geralmente havia a presença de um único padrinho, concluindo que tais batismos eram somente formais e que tais padrinhos poderiam ter “ser escolhidos pelos senhores. Desse modo, batismos de adultos satisfaziam mais aos interesses senhoriais.”³⁹⁴

³⁹² SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru, SP, EDUSC, 2001, p. 289.

³⁹³ ACMRJ. *Livro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy*. Livro 3. f.57.

³⁹⁴ FERREIRA, Roberto Guedes. *Na pia batismal: família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*, (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2000), p. 218.

Tal aspecto demonstra que a maioria dos escravos que não receberam a cerimônia do batismo nos portos de embarque receberam-no logo no desembarque. Por isso a existência de tantos batismos de adultos e coletivos nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro. Por outro lado, nas regiões mais distantes do portos de desembarque, os batismos de adultos provavelmente teriam outro significado na medida em que a maior parte dos registros de batismos eram individuais, ou seja, de um único indivíduo, e a maioria dos padrinhos e madrinhas eram pessoas diferentes.

O pequeno peso de batismos de adultos frente ao total de batismos nos leva a crer que os escravizados oriundos do comércio transatlântico que não foram batizados nos portos de embarque na África foram batizados no porto de desembarque, isto é, nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro. Essa mesma hipótese é apontada por José Flávio dos Santos, quando analisa o grande número de escravos africanos sendo batizados no estudo já apontado acima de Mariza Soares.³⁹⁵

Separando os batismos nos três períodos que analisamos acima, podemos perceber algumas mudanças no que se refere ao compadrio escravo (tabela 50). Neste momento iremos trabalhar apenas com a presença de padrinhos e madrinhas livres, escravos e forros (incluídos aqui os libertos). À primeira vista podemos perceber que, diferente do que acabamos de dizer, ocorre um aumento de padrinhos e madrinhas livres no decorrer do período em análise. Entre 1735 e 1742, os livres respondiam 52,6% do total, entre 1743 e 1749, eles continuam representando o mesmo percentual e no último período, entre 1757 a 1762 os livres respondem a 57,5% do total de padrinhos e madrinhas com condição social registradas. Separando os resultados entre padrinhos e madrinhas se verifica o

³⁹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos.” In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.88.

mesmo processo: no primeiro período os livres representam 59,4% entre os padrinhos e 45,2% entre as madrinhas; no segundo período, 58,9% entre os padrinhos e 45,9% entre as madrinhas; e no último período os livres representam 62,9% e as madrinhas 51,7%. Apesar do primeiro período o número de madrinhas escravas ser maior do que a de madrinhas livres, o que percebemos ao longo dos três períodos é uma redução do percentual de madrinhas escravas, condizente com o aumento de padrinhos livres. Desse modo, o aumento do número de pequenas posses de escravos analisado no período não representou o aumento dos laços entre os escravizados via compadrio. Apesar da tendência do aumento de legitimidade das crianças cativas isso não representou uma tendência do aumento do compadrio entre os escravizados.

Apesar de tudo, tais dados são condizentes aos estudos que relacionam a estrutura de posse de escravo as preferências por padrinhos de uma ou outra condição social (livre e escravo). Por exemplo, Ana Rios em seu estudo sobre a localidade da Paraíba do Sul, descobriu que nas maiores escravarias maiores os padrinhos eram majoritariamente escravos enquanto nas demais faixa de tamanho de posses de escravos predominavam os livres ³⁹⁶. José Roberto Góes explicitou que, nos casos das maiores escravarias, o compadrio funcionava como uma forma de inserir os africanos recém-chegados e de proporcionar modos de socialização para formar uma comunidade escrava³⁹⁷.

³⁹⁶ RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872- 1920*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1990.

³⁹⁷ GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Vitória (ES): SEJC/SEE, 1993. Contudo, para Slenes, essa inserção não estava ausente de um aspecto hierárquico que existia no compadrio entre cativos, no qual os escravos com mão de obra especializada ou doméstica apadrinhavam mais que os de lavoura. Ver: SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Tabela 50 – Condição social dos padrinhos e madrinhas dos batismos de escravos na freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1735-42, 1743-49 e 1757-1762

1735-1742						
Condição Social	Padrinhos		Madrinhas		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Livres	307	59,4%	211	45,2%	518	52,6%
Escravos	188	36,4%	223	47,8%	411	41,8%
Forros	22	4,3%	33	7,1%	55	5,6%
Total	517	100,0%	467	100,0%	984	100,0%
1743-1749						
Livres	308	58,9%	222	45,9%	530	52,6%
Escravos	181	34,6%	216	44,6%	397	39,4%
Forros	34	6,5%	46	9,5%	80	7,9%
Total	523	100,0%	484	100,0%	1007	100,0%
1757-1762						
Livres	343	62,9%	261	51,7%	604	57,5%
Escravos	170	31,2%	204	40,4%	374	35,6%
Forros	32	5,9%	40	7,9%	72	6,9%
Total	545	100,0%	505	100,0%	1050	100,0%

Fonte: Livros 1, 2, 3 e 4 de registro de batismos de escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1763).

Renato Venâncio com base nas pesquisas sobre compadrio escravo traz uma síntese sobre as tendências do compadrio relacionadas aos tipos da economia escravista, de modo que em regiões periféricas ao dito sistema, elas recebiam poucos africanos e sua produção seria voltada à subsistência e mercado interno, a maioria dos compadres de cativos era de pessoas livres. Por outro lado, áreas em expansão econômica e com grande entrada de escravos africanos teriam intenso compadrio entre escravos.³⁹⁸

A realidade histórica e complexa da freguesia de São João Batista de Itaborahy, inserida no Recôncavo do Rio de Janeiro da primeira metade do século XVIII demonstra uma complexidade incapaz de ser inserida nestas duas formulações. Primeiro porque se a economia propriamente dita de exportação (a canaveira) anda em crise (como discutimos no primeiro e neste capítulo), a situação não é a mesma para a economia de

³⁹⁸ VENÂNCIO, Renato Pinto. Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804. In: *JORNADA SETECENTISTA*, 5., 2003, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: [s.n.], 2003, p. 601.

produção de alimentos, que serviria a priori, para o mercado interno e abastecimento (a priori, pois como vimos no capítulo 1 uma parte desta produção servia como moeda de troca para o comércio transatlântico de escravos) e que vivia em expansão naquele momento. Nesse sentido, enquanto a economia açucareira não vivia os seus melhores momentos, tendo dificuldades em manter e expandir a sua mão de obra via comércio, a produção de alimentos se expandia com o aumento da procura de alimentos que a descoberta das minas provocou. Por outro lado, essa economia produtora de alimentos não necessitava de tantos braços como aquela outra. Mesmo que a expansão dos pequenos escravistas tenha representado num impacto demográfico africano nas escravarias da freguesia de São João Batista de Itaborahy ela não permitiu que estas mesmas propriedades se expandissem e chegassem ao mesmo patamar das fazendas de açúcar.

A *africanização* demográfica impactou no aumento das tendências de matrimônio entre os escravos como vimos ao longo deste capítulo, contudo, como boa parte destes escravizados estavam indo para pequenas propriedades, o diminuto número de escravizados destas escravarias não fortaleceu os laços entre os escravos, pelo menos no que concerne ao compadrio. Desse modo, a *africanização* demográfica experimentando nas pequenas escravarias em um processo que se inicia em meados da primeira metade do século XVIII, resultou numa *crioulização* nas relações sociais entre os escravizados que buscaram cada vez mais padrinhos de outra condição social que não a dos mesmos.

399

A despeito dos senhores de engenhos vimos que os mesmos tiveram suas escravarias reduzidas, se enquanto no primeiro momento tiveram escravarias com mais de 50 cativos (referente a faixa de mais de 8 mães), nos períodos subsequentes esse

³⁹⁹ Nunca é demais lembrar que a sociabilidade escrava não se resume aos laços de compadrio, elas são apenas reflexos de uma das estratégias estabelecidas no cativeiro para melhor sobreviver na diáspora.

tamanho de faixa de posses desaparece, demonstrando justamente as dificuldades deste setor. Provavelmente tais escravarias viviam um processo de *crioulização* no sentido demográfico.

Capítulo 5 –A família negra em movimento: Santo Antônio de Sá (c. 1760 – c.1809)⁴⁰⁰

A historiografia sobre a família escrava hoje tem um grande lastro de publicações no Brasil quer se tratando do Brasil Colonial quanto no período Imperial, indo para além das regiões tradicionais, frequentemente associadas a agro exportação e marcada pelas grandes *plantations* (Nordeste e principalmente no Sudeste), como para regiões voltadas para abastecimento interno e subsistência. Além disso tem se atentado para as diferenças entre localidades rurais e urbanas.⁴⁰¹

Apesar dos diferentes recortes espaço-temporal, a maior parte das pesquisas que se debruçam sobre a família escrava se detém em determinados recortes temporais devido, principalmente, a limitação temporal abrangida pelas próprias fontes utilizadas. Os trabalhos de Robert Slenes, Sheila de Castro Faria e Silvia Maria Jardim Brügger colocam questões importantes de “longa duração” que merecem estudos mais profundos⁴⁰². Nesse sentido, Slenes em diálogo com Faria, questiona o porquê que São Paulo teria uma proporção de escravos casados maior que no Rio de Janeiro no século XX, explicando que tal fato estaria ligado a particularidades da História de São Paulo, que por ser uma região pouco povoada em finais do século XVIII, os governadores da capitania instituíram políticas que em certa medida, favoreceria o casamento.⁴⁰³ Tal questão ainda pode ser

⁴⁰⁰ O título deste capítulo é uma homenagem ao livro de Faria FÁRIA, Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴⁰¹ Para uma recente revisão da produção historiográfica sobre a família escrava ver: MOTTA, José Flávio. “Família escrava no Brasil: uma incursão pela historiografia brasileira do século XXI”. In: *17 Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019: anais / Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (Organização)* – Belo Horizonte, MG: ABEP, 2020. Sobre os primeiros estudos no Brasil sobre a família escrava conferir: SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *Paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴⁰² SLENES, Robert W. *op.cit.*, 1999; FÁRIA, Sheila de Castro. *op.cit.*, 1998 e BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007.

⁴⁰³ SLENES, Robert W. *op. cit.* 1999, pp. 96-101.

pensada para uma mesma localidade e região, porque em determinados momentos um grande número de escravos tem suas relações conjugais sacramentadas pela Igreja e em outros momentos não? Seriam os senhores mais propensos a casarem os escravos em determinados períodos ou os escravos que teriam mais interesse ou menos interesse pelo ritual católico? Por outro lado, Brugger ao analisar o apadrinhamento das crianças cativas em São João Del Rey entre os séculos XVIII e XIX observa o aumento de padrinhos escravos a partir de 1840, aventando a hipótese para o aumento da população africana frente a população crioula, apontando para a importância das origens dos escravizados, e em decorrência disso, dos valores culturais dos mesmos, para as tendências de apadrinhamento.

Nosso estudo seguindo, por certo, essa mesma seara buscará compreender esses processos, isto é, quais são e porque ocorrem mudanças ao longo do tempo das tendências de sociabilidade escrava tanto no que se refere à realização do casamento religioso por parte dos escravizados como para os laços de compadrio estabelecidos no ato de batismo das crianças escravizadas, a partir de múltiplos fatores.

Com relação a tendência do matrimônio entre os escravos poderíamos aventar a possibilidade que a menor ou maior taxa de incidência de casamento entre os escravos seria uma variável impossível de ser estabelecida no nível macro, pois seria resultado dos interesses subjetivos dos senhores dos escravos. Contudo, as pesquisas sobre o casamento escravo apontam que o tamanho da escravaria no qual estavam inseridos os escravizados era uma variável importante, demonstrando que quanto maior era a escravaria maior o percentual de escravos alguma vez casados, em oposição as pequenas posses de escravos que teriam menores chances de consagrarem as relações conjugais através do ritual católico⁴⁰⁴, sem que isso significasse uma propriedade escravista completamente

⁴⁰⁴ SLENES, Robert. *op.cit.*. p.76.

constituída de famílias negras legalmente sancionadas pela Igreja Católica. Partindo deste consenso, consideramos como hipótese que as variações nas taxas de legitimidade⁴⁰⁵ ao longo do tempo possam ser resultados das mudanças na estrutura de posse de escravos.

Nas relações de compadrio entre os escravizados vale o mesmo raciocínio com relação ao casamento escravo, isto é, que o tamanho da escravaria influenciaria a escolha dos padrinhos dos filhos dos escravizados, sendo quanto maior a escravaria, maiores eram as chances dos escravizados escolherem padrinhos também escravos e nas escravarias menores padrinhos livres.⁴⁰⁶

Partindo destes dois relativos consensos na historiografia da família escrava, percebemos que o tamanho da posse de escravos era uma variável importante para analisar o desenvolvimento das famílias negras numa dada região e suas relações de compadrio.

Temos como hipótese que as transformações vividas na freguesia de Santo Antônio de Sá ao longo da segunda metade do século XVIII, consoante seu desenvolvimento econômico e demográfico, modificaram a estrutura de posse de escravos e conseqüentemente as tendências de casamento e compadrio entre os escravizados da região.

3.1 – Mudanças na estrutura de posse

Na dissertação de mestrado apontei, com base nos dados sobre a posse de escravos entre os senhores de engenho, que o contingente escravo nos engenhos teria aumentado conjuntamente com o incremento dos engenhos na região, algo comum não só para todo

⁴⁰⁵ A taxa de legitimidade é o percentual de crianças escravizadas fruto de uniões sacramentadas pela Igreja Católica com relação ao percentual de crianças escravizadas fruto de relações ilegítimas, e que, portanto, são consideradas filhos naturais.

⁴⁰⁶ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011. p.2.

o recôncavo da Guanabara, mas como para toda a capitania. Além disso, verificamos com base no Mapa Populacional do Discripto da Vila de Santo Antônio de Sá⁴⁰⁷, produzido no ano de 1797, que entre os pequenos senhores de escravos (1 a 4 escravos) havia a predominância de homens adultos, o que nos sugere que muitos destes senhores estariam obtendo pela primeira vez a posse de escravo⁴⁰⁸. Portanto, é possível afirmar que por volta da década de 1790 tenha ocorrido a expansão da mão de obra escrava na Vila, fruto tanto da demanda de escravizados para a lida agrícola como da oferta através do comércio de escravos.

Apesar de termos encontrado alguns censos produzidos na segunda metade do século XVIII apenas o *Mapa* apresenta discriminada a distribuição dos cativos entre os chefes de domicílio, tornando difícil perceber as mudanças, num determinado período, na distribuição da posse de escravos. Contudo, talvez seja possível vislumbrar esse processo a partir da análise dos livros paroquiais de batismo de cativos. Nesse sentido, tendo como base o nome do senhor iremos contar apenas o número de mães escravas que levaram seus filhos para serem batizados na freguesia de Santo Antônio de Sá, acreditando ser a melhor variável para inferir a faixa de tamanho de posses de escravos para a região em estudo, ao invés das crianças que muitas vezes faleciam antes de chegar a vida adulta. Utilizamos o mesmo método que foi utilizado por José Roberto Góes agrupando os senhores e suas escravarias em faixas de posse de escravos.⁴⁰⁹ Contudo, ao invés de realizar a quantificação para todo o período coberto pelo livro preferimos agrupa-los em

⁴⁰⁷ *Discripção do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

⁴⁰⁸ FREITAS, Dermeval Marins de. *Famílias escravas na freguesia de Santo Antônio de Sá – RJ (c.1750-1808)*. Niterói, 2018. 189f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. p. 105.

⁴⁰⁹ GÓES, José Roberto. *O cativo Imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Niterói, 1990. f.. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

décadas para tentarmos vislumbrar as possíveis mudanças na distribuição de posse de escravos.

Tomando, portanto, um período de dez anos agrupamos os senhores pelo número de mães presentes nos batismos de seus filhos, assim distribuídos: aqueles que só aparecem com uma mãe no registro de batismos, o que aparecem com 2 mães, outros com 3 a 7 mães e aqueles que levaram 8 ou mais mães escravizadas

Apesar de termos encontrados diversos senhores do *Mapa* nos registros paroquiais o grande número de homônimos dificultou o processo de extração dos senhores da freguesia de Santo Antônio de Sá, na medida em que o *Mapa* não discrimina estes senhores, sem falar que diversos senhores tiveram seus nomes repetidos como chefes de domicílios como o Capitão Brás Carneiro Leão que teria três propriedades agrícolas, duas diretamente dedicadas ao fabrico do açúcar e uma para diversos produtos agrícolas em especial a farinha de mandioca. Porém há outros que por só ser discriminados por um nome composto como tantos José Antônio, Ana Maria, Antônio José, João Antônio, o que pode indicar serem as mesmas pessoas.

O livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá cobre todo o período de 1763 a 1809. Nesse período foram realizados 2.599 batismos, tanto na Igreja Matriz como nas capelas filiais de Nossa Senhora da Glória, São José da Boa Morte e da Nossa Senhora do Monte do Carmo. Ao todo foram batizadas 2.553 crianças e 46 adultos.

No primeiro período que vai de 1763 a 1770 foram realizados apenas 3 batismos de adultos. Entre 1771 a 1780, foram realizados 6 batismos de adultos na freguesia de Santo Antônio de Sá e na década seguinte 1781 a 1785 foram registrados apenas 20 batismos. Entre 1791 a 1800 este número sofre uma queda, ainda que continuamente

alta, isto é, foram registrados 17 batismos de adultos africanos e, na primeira década do século XX não houve nenhum batismo de adultos.

Em outras freguesias rurais do Rio de Janeiro, foram apresentados percentuais semelhantes, os adultos não chegam aos 10% do total de batismos: na freguesia de São Gonçalo, Marcelo Inácio de Oliveira Alves verificou que entre 1722 a 1794, apenas 90 dos 1.868 batismos eram de adultos, isto é, 4,8% de todos os batismos; na freguesia do Engenho Velho, entre 1642 a 1759, 1,17% (11 de 939 batismos); em Irajá, de 1750 a 1759, 8,2% e em Jacarepaguá para o mesmo período, 4,0% dos 337 batismos.⁴¹⁰ Enquanto nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro estes percentuais foram bem maiores: em conjunto as freguesias da Sé, Candelária, São José e Santa Rita, entre 1718 a 1760, 28,7% dos 9.269 registros de batismos eram de adultos.⁴¹¹

Tudo isso corrobora com a hipótese de que muitos dos escravos africanos que não foram batizados nos portos de embarque na África foram batizados no porto de desembarque, isto é, nas paróquias urbanas do Rio de Janeiro.⁴¹²

De acordo com Carlos de Almeida Prado Bacellar o batismo de adultos feito tanto nos portos de embarque como nos portos de desembarque, nos levam a questionar a qualidade desse batismo, pois

⁴¹⁰ ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira. “Ser Senhor de Escravos no Recôncavo do Rio de Janeiro: estratégias de legitimação do poder senhorial na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, século XVIII” In: CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl-Heinz (orgs.) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. A escravidão moderna no Atlântico sul português*. Belém: Editora Açaí, volume 16, 2014. Pp.141-158; AMANTINO, Marcia Sueli. *A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII*. Dissertação de Mestrado.FCSH: Departamento de História. 2016 p.75. FRAGOSO, João. *Á Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600-c.1750)*. Conferência apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.2005. pp.194-195.

⁴¹¹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor – identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000. p..24.

⁴¹² Cf. Nota 425.

uma vez que se exigia, desse futuro católico, a comprovação, através da resposta a diversas questões feitas por um vigário, do domínio das principais questões da fé. O que exigiria, supomos, algum domínio da língua portuguesa, e, portanto, algum tempo de imersão junto a seus captadores – o que dificilmente seria o caso. Não seria absurdo deduzir que esse batismo fosse promovido da maneira possível, e não da maneira ideal. Além disso, um ponto central do batismo restava mal-arranjado: o apadrinhamento. Fosse o ato realizado na África ou no porto de chegada, os padrinhos então escolhidos necessariamente ficariam para trás, uma vez que o cativo recém-chegado fosse vendido e encaminhado para seu novo senhor – no caso, na vila de Itu.⁴¹³

No total de 46 batismos de adultos africanos, 27 eram homens e 20 mulheres.

Desse modo, considerando apenas os adultos, havia um relativo equilíbrio entre os sexos.

A tabela 1 compõem-se dos dados retirados do mapa populacional do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá produzido em 1797, e que compreende, portanto, as quatro freguesias do distrito: a de Santo Antônio de Sá, a da Santíssima Trindade, a da Nossa Senhora do Desterro de Trindade e de Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim. Nela dispomos os chefes de domicílios e suas escravarias em faixas de tamanho de posse.

Tabela 51 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

FTP	Proprietários		Escravos	
	n.	%	n.	%
1 a 9	578	73,6%	2.092	30,7%
10 a 19	135	17,2%	1.744	25,6%
20 a 49	56	7,1%	1.689	24,8%
mais de 50	16	2,0%	1.286	18,9%
Total	785	100,0%	6.811	100,0%

Fonte: *Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende* [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Comparando o mapa de 1797 com os registros paroquiais de apenas a freguesia de Santo Antônio de Sá, podemos perceber semelhanças significativas nos percentuais dos proprietários e dos escravos em diferentes faixas de posse de escravos (ver tabela 52).

⁴¹³ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Adultos ou crianças: uma análise preliminar das estratégias de reprodução da escravaria indígena e africana em uma vila colonial paulista, Itu, 1704-1850”. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília/UNB, ANPUH, 2017. p.8.

Nesse sentido, percebemos a ampla dispersão da propriedade escrava em diferentes faixas de posse, sendo os pequenos proprietários (1 a 9 cativos) a maior parte dos proprietários de escravos (nos registros paroquiais correspondendo a 67% e no mapa de 1797, 73,6%).⁴¹⁴ E uma concentração entre os grandes escravistas, que apesar de serem minoritários possuíam, respectivamente 10,8% e 18,9%. Aliado a isso, quando verificamos os nomes destes senhores nos registros paroquiais de batismo no mapa de 1797 conseguimos comprovar a equivalência das faixas de posse de escravos. Dessa forma, todos os proprietários que detinham mais de 8 mãos cativos nos registros paroquiais correspondem aos que tinham mais de 50 no mapa. Grandes proprietários foram mais fáceis de encontrar em ambos as fontes corroborando com a possibilidade de comparação.⁴¹⁵

Tabela 52 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, Distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1791-1800)

	Prop.	%	Escravos	%
1	138	67,0%	138	38,1%
2	40	19,4%	80	22,1%
3 a 7	25	12,1%	105	29,0%
> 8	3	1,5%	39	10,8%
Total	206	100,0%	362	100,0%

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá*. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

O Capitão Brás Carneiro Leão figura entre os grandes proprietários no distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, possuindo uma escravaria de 63 escravos de acordo com o Mapa de 1797, e a viúva Dona Maria da Conceição Cruz contava com 85. A terceira grande propriedade era dos Religiosos do Carmo, com 16 registros de batismos no período, sendo 12 de mãos diferentes e, no mapa de 1797, contava com 70 escravizados.

⁴¹⁴ Os mapas populacionais das freguesias da capitania do Rio de Janeiro, em final do século XVIII, fornecem dados que demonstram que nas maiorias das freguesias os pequenos proprietários eram majoritários.

⁴¹⁵ No capítulo 1 tivemos a oportunidade de discutir a importância tanto dos grandes como dos pequenos proprietários de escravos na economia colonial e suas relações com outras partes do império ultramarino português.

Contudo, alguns grandes senhores do mapa de 1797, no momento em que comparamos com os registros paroquiais, foram enquadrados numa faixa de posse menor, isto é, tiveram menos de 8 mães presentes nos registros de batismos.

Tabela 53 – Comparação entre a distribuição de proprietários por número de escravos levados ao batismo (1791-1800) e a distribuição da posse de escravos do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá (1797)

FTP	Proprietários		Escravos	
1 a 9 (1)	67,0%	73,6%	38,1%	30,7%
10 a 19 (2)	19,4%	17,2%	22,1%	25,6%
20 a 49 (3 a 7)	12,1%	7,1%	29,0%	24,8%
mais de 50 (+8)	1,5%	2,0%	10,8%	18,9%

Fonte: Tabelas 1 e 2.

Dona Francisca Josefa de Miranda, viúva do Capitão Antônio José Coelho (falecido provavelmente no final da década de 1780) no mapa populacional do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá em 1797 contava com 66 escravos e destes 18 eram mulheres maiores de 15 anos. Nos registros paroquiais identificamos 8 batismos de filhos de suas escravas, sendo 5 de mães diferentes. Desde que Antônio José Coelho construiu seu engenho na freguesia de Santo Antônio de Sá, em 1772 de acordo com Monsenhor Pizarro, o mesmo aparecia regularmente na pia batismal da Igreja Matriz de Santo Antônio de Sá ou na capela filial de Nossa Senhora da Glória com os filhos de seus escravos. Com a passagem da propriedade para as mãos da sua esposa, houve uma lacuna entre os anos de 1795 e 1800 – provavelmente, estejamos diante de subregistros de batismos, o que pode significar que alguns escravos morreram antes mesmo do batismo ou foram batizadas em outro lugar. O mesmo acontece, por outras razões, com a escravaria do Capitão Ignácio Nascentes Pinto, que veio a falecer em meados da década de 1790. A partir de 1796 os seus escravos passam a ser registrados como propriedade “dos herdeiros do Capitão Ignácio Nascentes Pinto”, até que sua esposa, a viúva Tereza Ignácia Nascentes, assume o posto de proprietária. Portanto, de três grandes proprietários, teríamos na verdade cinco.

O que acima foi exposto demonstra os desafios do emprego da metodologia de contar as mães para chegarmos próximo ao tamanho real das escravarias. Apesar disso, consideramos que os percentuais a que chegamos com os registros de batismos quando comparados com os dados disponíveis no mapa de 1797, demonstram que não há uma grande margem de erro nos ajustamentos que foram feitos no agrupamento dos senhores e seus escravos.

Tabela 54– Tamanho da posse de escravo por atividade produtiva do chefe de domicílio, distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, 1797

Atividade Produtiva					
	1 a 9	10 a 19	20 a 49	acima de 50	Total
Engenho de açúcar	2	1	11	13	27
Engenho de Farinha	114	76	32	3	225
Olaria	1	3	1	0	5
Lavradores	318	51	12	0	471
Oficiais de Ofício	12	0	0	0	12
Serralheiros	6	0	0	0	6
Taverneiros	35	4	0	0	39
Total	578	135	56	16	785

Fonte: Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro], 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

Quando analisamos as atividades produtivas pelas quais estavam distribuídos os chefes de domicílio no mapa populacional do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de 1797 encontramos novas equivalências entre as duas fontes. Na tabela 4 distribuímos a posse de escravos do mapa por atividade produtiva do chefe do domicílio. Entre aqueles que possuíam mais de 50 cativos, 81,3% eram senhores de engenho de açúcar. Enquanto nos registros paroquiais todos os que detinham mais de 8 cativos eram senhores de engenho de açúcar. Na faixa de 20 a 49 cativos a preponderância se dá entre aqueles que possuíam engenho de farinha, representando 57,1 nessa faixa de posse enquanto aqueles que detinham de 3 a 7 cativos nos registros paroquiais (23), 69,6% (16) também eram donos de fábricas de farinha. Os lavradores eram majoritários na faixa de

1 a 9 cativos, isso em parte explica a nossa dificuldade em encontra-los na faixa de (1) uma mãe nos batismos de crianças cativas.

Considerando, portanto, a possibilidade da distribuição da posse de cativos a partir dos registros paroquiais estarem próximas da real distribuição de posse daquele período, partimos da mesma metodologia para verificar como se encontrava a posse de escravos nas décadas anteriores, permitindo perceber se houve ou não transformações.

Tabela 55 – Número de Filhos por faixa de Tamanho de Posses de escravos (a partir do número de mães), freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1800)

FFTP ⁴¹⁶	1760		1770		1780		1790		1800	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
1	152	27,2%	197	31,5	173	28,6%	169	33,5%	108	41,7%
2	129	23,1%	108	17,3	109	18,0%	106	21,0%	63	24,3%
3 a 7	226	40,4%	228	36,5	210	34,8%	153	30,4%	36	13,9%
>8	52	9,3%	92	14,7	112	18,5%	76	15,1%	52	20,1%
	559	100,0%	625	100,0	604	100,0%	504	100,0%	259	100%

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Na tabela 56, podemos perceber a participação das mães e dos filhos por faixa de tamanho de posses, em todas as décadas a proporção de filhos na faixa de apenas uma mãe é menor que o número de mães, isto é, no conjunto, as escravarias de apenas uma mãe tendem a ter menos filhos que outras faixas. Nesse sentido, na década de 1760 o percentual de mães na faixa de posse de 1 mãe, é de 30,6% e os filhos destas correspondem a 27,6% do total de crianças batizadas no período. Na década seguinte, as mães nessa faixa correspondem a 32,5% e os filhos 32,9%, na década de 1780, as escravarias com apenas uma mãe 36,8% e os filhos 30,1%, e na década de 1790, as mães na faixa de tamanho de posses de 1 mãe, corresponde a 37,8% e os filhos 33,5%. Enquanto isso, na faixa acima de 8 mães a tendência de crescimento dessa faixa é acompanhada do aumento da frequência dessas escravarias no batismo. Nesse sentido, na

⁴¹⁶ FFTP: Filho por Faixa de Tamanho de Posses.

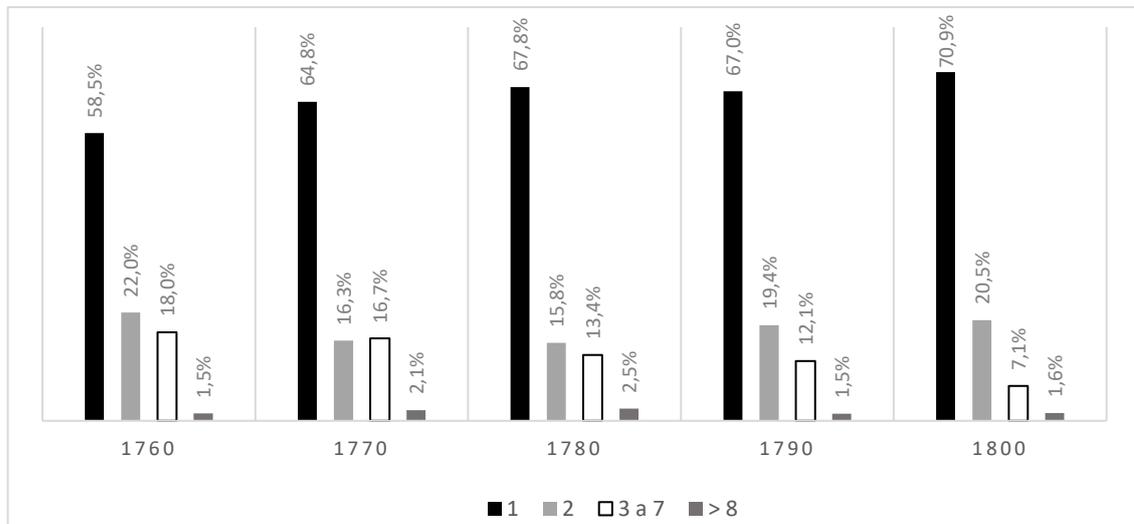
década de 1760, a faixa de mais de 8 mães, as mães representavam 8,1% e os filhos 9,5%, na década de 1780, as mães 15,7% e os filhos 19,6% do total de filhos para o período, e na década de 1790, as mães 13,3% e os filhos 15,1%. Apesar da redução da participação das mães na faixa de 3 a 7 no decorrer das décadas de 1760 a 1790, percebemos que essa faixa mantém a tendência de maior participação dos filhos em comparação as mães. As mães nessa faixa de tamanho de posses representavam 38,2% do total de mães e os filhos 39,2%, já na década de 1790 elas passam a ser 26,8% e os filhos 30,4%. Por último, a tabela 10 deixa claro a diminuição da participação da faixa de 3 a 7 mães, cujo participação era de 38,2% na década de 1760 caindo para 26,8% na década de 1790, uma diminuição de 11,4%, enquanto a diferença entre o percentual de filhos entre estas décadas cai 9,1%.

Tabela 56 – Proporção de mães e filhos por faixa de Tamanho de Posses de escravos (a partir do número de mães), freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1800)

	1760		1770		1780		1790		1800	
FTP	M	C	M	C	M	C	M	C	M	C
1	30,6	27,2	35,2	31,5	36,5	28,6	38,1	33,5	44,8	41,7
2	23,0	23,1	17,8	17,3	17,1	18,0	22,1	21,0	25,9	24,3
3 a 7	38,2	40,4	35,6	36,5	30,4	34,8	29,0	30,4	15,9	13,9
>8	8,1	9,3	11,4	14,7	14,9	18,5	10,8	15,1	13,4	20,1
Total	100	100	100	100	100	100%	100	100	100	100

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Gráfico 15 – Evolução dos percentuais de proprietários de escravos por faixa de posse de escravos (a partir do número de mães) no decorrer das décadas de 1760 à 1800

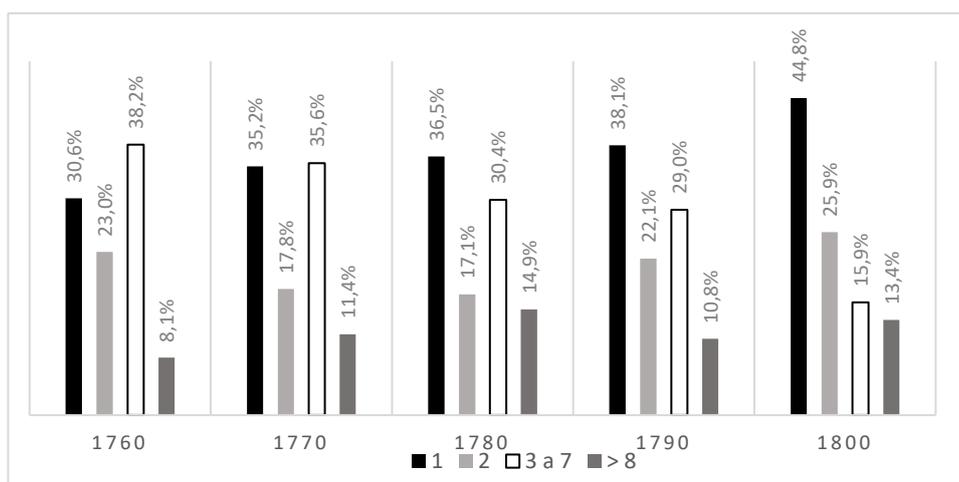


Fonte: Tabelas 5, 6, 7, 8 e 9 em anexo.

A partir da análise do gráfico 1, produzido a partir das tabelas 5, 6, 7, 8 e 9 em anexo, podemos perceber a expansão dos pequenos proprietários (donos de apenas uma mãe) e dos grandes proprietários (mais de 8 mães). Os primeiros na década de 1760 representavam 58,5% de todos os proprietários de escravos, na década de 1770 representavam 64,8%, na década seguinte 67,8% na década de 1790 ocorre uma pequena redução em sua participação, caindo para 67% e no início da década de 1800 chegam a 70,9%, já os grandes proprietários foram de 1,5% na década de 1760, chegando a 2,5% do total de proprietários na década de 1780, caindo um pouco sua participação na década de 1790, com 1,5% chegando na virada do século para 1,6%. Como apontei acima, devido a subregistros e falecimentos na década de 1790 alguns destes grandes proprietários acabaram sendo alocados em faixa de posses menores. Desse modo, provavelmente a proporção de grandes proprietários deveria ter se mantido. Por fim, os dados obtidos, a partir dos registros paroquiais, nos parece apontar que consoante o aumento do volume do tráfico de escravos para o Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XVIII (ver capítulo 1) ocorreu um incremento dos pequenos proprietários. Desse modo, é possível supor que a maior ofertar de mão de obra cativas através do comércio de escravos

permitiu que muitos daqueles que não detinham escravo nenhum pudessem ter acesso a pelo menos um escravo. Aliado a isso é perceptível a concentração de mão de obra escrava entre os grandes senhores, fruto da expansão da economia canavieira na região e no recôncavo como um todo a partir da segunda metade do século XVIII.

Gráfico 16 – Evolução dos percentuais de escravos por faixa de tamanho de posses de escravos (a partir do número de mães), freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809.



Fonte: Tabela 1, 2, 3, 4 e 5 nos apêndices.

O gráfico 16 demonstra que a expansão dos percentuais de proprietários de escravos entre aqueles que detinham pequenas escravarias (1 a 9 cativos) e grandes escravarias (mais de 50 cativos), foi acompanhando pelo incremento de suas escravarias, isto é, na medida em que aumenta a participação dos pequenos proprietários, as suas escravarias também veem sua participação aumentada, de 30,6% na década de 1760 para 44,8% na virada do século XVIII. O mesmo ocorrendo nas grandes faixas de posse de escravos que de 8,1% na década de 1760, chega a 14,9% nos anos de 1780, caindo na década seguinte.

3.2 – Casamento e legitimidade das crianças cativas

Diversos estudos têm demonstrado que o casamento escravo sancionado pela Igreja católica variou conforme o tamanho das escravarias. De acordo com estes estudo,

quanto maior fosse a posse de escravizados, maiores as possibilidades dos escravizados encontrarem um cônjuge nas mesmas escravarias, enquanto nas menores posses devido ao número restrito de cativos, poucos seriam os cativos a realizarem o matrimônio dentro destas pequenas posses.⁴¹⁷ A explicação sobre tal fenômeno foi formulada perante os baixos índices de nupcialidade entre os escravizados de diferentes propriedades. Nesse sentido, para casar, os escravizados deveriam necessariamente buscar na mesma propriedade seu/sua cônjuge. Deste modo, o senhor interferiria sob quem teria direito ao santo Sacramento e quem não teria.

Por outro lado, Roberto Guedes demonstrou que em Porto Feliz (SP), entre 1798 e 1850, as grandes propriedades não foram responsáveis por uma queda do número de solteiros. Dito de outro modo, era de se esperar que nas pequenas posses de escravizados houvesse um número maior de escravizados solteiros na medida que eram nelas que se encontravam as menores porcentagens de escravizados casados.⁴¹⁸ Contudo, tal constatação se deve ao fato de que, como demonstra a historiografia, nas grandes escravarias também se acharem uma elevada taxa de masculinidade.⁴¹⁹

Fica patente que, com o desenvolvimento da economia do Rio de Janeiro no final do século XVIII e sua demanda por mais escravizados oriundos do tráfico negreiro, o número de nascimentos de crianças escravas, casamento e das taxas de legitimidade tenderam a crescer nesse período. É fundamental, portanto estabelecer conexões entre o

⁴¹⁷ SLENES, Robert. "Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX." In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987.; Robert Slenes e Stuart Schwartz, "A Família escrava em Lorena (1801)", *Estudos Econômicos*, 17(2), 1987; Alida C. Metcalf, "Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba", *Estudos Econômicos*, Número 17 (2), São Paulo, IPE/USP, 1987.; LUNA, Francisco Vidal. *Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829*, In: NADALIN, Sérgio et alii. (org). *História e População: Estudos sobre a América Latina*, São Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, , 1990; MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos, Vontades Livres; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP-Annablume, 1999.

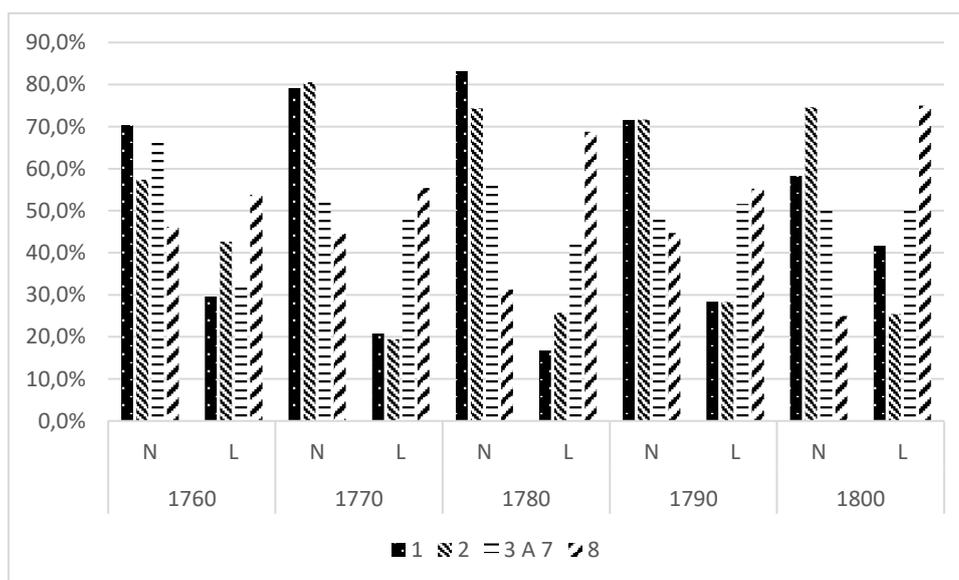
⁴¹⁸ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008. p.152.

⁴¹⁹ Conferir os trabalhos citados na nota 3.

tráfico e as tendências de sociabilidade escrava. Assim como no caso dos casamentos o compadrio escravo demonstra tendências ao longo do período por nós estudado.

Depois de analisar as variações na estrutura de posse de escravos no decorrer da segunda metade do século XVIII na freguesia de Santo Antônio de Sá cabe analisar de que modo ela afetou a sociabilidade dos escravizados, em especial os laços estabelecidos através do matrimônio dos escravizados analisados a partir da legitimidade das crianças cativas e dos laços estabelecidos no momento do batismo das crianças cativas. O gráfico 3 mostra a variação das taxas de legitimidade por tamanho de posse de escravos entre as décadas de 1760 e 1800. Percebemos durante todo o período que as pequenas posses (de até uma mãe), tendem a ter altas taxas de ilegitimidade. Constatamos que entre as décadas de 1760 até 1780 houve um aumento de 70% até 83,2% na taxa de ilegitimidade, caindo de 71,6% para 58,3%, no período entre 1790 e 1780. Nas grandes posses se dava o inverso: o aumento gradativo das taxas de legitimidade de 53,8%, na década de 1760, para 75% por volta de 1800.

Gráfico 17 – Variação das Taxas de Legitimidade por tamanho de posse de escravos, décadas de 1760 a 1800, freguesia de Santo Antônio de Sá



N: naturais
L: legítimos.

Fonte: Tabela 1, 2, 3, 4 e 5 nos apêndices.

A tabela 57 demonstra que ao mesmo tempo que ocorre ao incremento da mão de obra escrava na freguesia de Santo Antônio de Sá, ocorre um aumento do número de batismos de crianças cativas, aliado a um aumento do número de casamentos realizados na paróquia e conseqüentemente aumento da taxa de legitimidade das crianças cativas. Considerando o gráfico 17 a tabela 57 podemos concluir que no decorrer do período em análise há um aumento do número da taxa de legitimidade por conta dos grandes proprietários de escravos que veem sua representação aumentada nos batismos.

Tabela 57 - Média de batismos e casamentos de escravos por década e percentual de legitimidade na freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809

Décadas	Média de batizados por ano	Média de casamentos por ano	Média da taxa de legitimidade por ano
1763-1770	75,3	11,3	37,2%
1771-1780	46,8	13,2	35,3%
1781-1790	56,7	18,3	33,8%
1791-1800	64,9	26,2	37,4%
1801-1809	49,3	25,5	41,1%

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809)*, *Livro de Casamentos de Escravos (1756-1809)* da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Comparando as taxas de legitimidade da freguesia de Santo Antônio de Sá, com outras regiões do Rio de Janeiro, percebemos um percentual abaixo daquele encontrado, por exemplo, por Sheila de Castro Faria, nas freguesias de São Salvador e São Gonçalo do Campos dos Goytacazes. Em São Salvador, entre 1753 a 1800, 46,6% das crianças levadas à pia batismal eram fruto de uniões legítimas, já em São Gonçalo, em 1771 a 1786, 45,9%. Assim como em Santo Antônio de Sá houve um crescimento no percentual de crianças de pais legítimos ao longo das décadas da segunda metade do século XVIII, variando de 37% a 51% do total de batismos.⁴²⁰

Consideramos tais percentuais altos em comparação às outras regiões do Brasil, contudo é importante considerar a existência de grandes escravarias, responsáveis por

⁴²⁰ FARIA, Sheila de Castro Faria, op. cit. p. 325.

taxas igualmente grandes de legitimidade. Tânia Maria Gomes Nery Kjerfve por exemplo, ao lidar com os mesmos registros de batismos da freguesia de São Gonçalo de Campos dos Goytacazes utilizados por Sheila Faria, percebe que, excetuando três grandes engenhos, que detinham 53% de toda escravaria da freguesia, o índice de legitimidade cai para 35,9%. Próximo, portanto, da freguesia de Santo Antônio de Sá (38,6%).⁴²¹

Ainda assim resta-nos o caso da freguesia de São Salvador de Campos dos Goytacazes, também analisado pela Tânia Kjerfve, possuíam percentual igualmente alto de legitimidade. É possível que seja alta a participação das escravarias dos engenhos na composição deste percentual, já que, os engenhos em São Salvador correspondem a 27,9%, ou seja, 124 dos 445 domicílios escravistas, representando, portanto, um número realmente considerável dentro do total de domicílios.⁴²²

3.3 – Evolução das formas de apadrinhamento

A tabela 58 apresenta os dados referentes à condição jurídica dos padrinhos das crianças cativas batizadas entre as décadas de 1760 a 1800. É perceptível a tendência do aumento percentual de padrinhos escravizados ao longo do período, de 35,2% na década de 1760 para 45,7% na década de 1800, assim como de padrinhos forros, que representando 6,8% do total de padrinhos entre 1763 e 1700, chega a 11,8% entre 1801 e 1809. Enquanto isso, os livres caem de 58%, na década de 1760, para 42,5% por volta da década de 1800. Tais dados apontam que o incremento da população escrava na freguesia de Santo Antônio de Sá tem como resultado uma maior sociabilidade escrava entre os próprios escravizados e com os forros, ou melhor, que os escravizados tenderam ao longo da segunda metade do século XVIII a preferirem outros escravizados e os egressos do

⁴²¹ KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery. *Família e escravidão no Brasil Colonial – Campos, século XVIII.*, Dissertação de Mestrado, UFF, Niterói, 1995. p.148.

⁴²² KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery, op. cit.. p.146.

cativeiro como padrinhos que os livres. Isto se relaciona com o fato de que recém-chegados na sociedade colonial tais escravizados teriam maior capacidade de se relacionarem com outros cativos, devido compartilharem de valores culturais em comum. Isso se coaduna com o processo de *bantolização* das escravarias do Recôncavo da Guanabara que será mais evidente no próximo capítulo. Logo, compartilhando de aspectos culturais em comum, em especial a língua, tais escravizados conseguiram se comunicar e nas agruras do cativeiro, na lida cotidiana nas lavouras, estabeleceram laços de sociabilidade com outros *malungos*.

Tabela 58 – Condição jurídica dos padrinhos das crianças batizadas entre as décadas de 1760 a 1800, freguesia de Santo Antônio de Sá

Décadas	Escravos		Forros		Livres		Total
	n.	%	n.	%	N	%	
1760	186	35,2%	36	6,8%	306	58,0%	528
1770	212	46,0%	43	9,3%	206	44,7%	461
1780	189	36,5%	33	6,4%	296	57,1%	518
1790	202	44,8%	46	10,2%	203	45,0%	451
1800	128	45,7%	33	11,8%	119	42,5%	280

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Entre as madrinhas se verifica o mesmo processo, que é o aumento de escravas servindo como madrinhas no decorrer do período (de 59,3% em 1760 para 38,5% na década de 1790) como podemos observar na tabela 7. Apesar de algumas décadas haver o crescimento de livres, como nas décadas de 1780 e 1800 a tendência ao longo do período é de crescimento do percentual de escravas como madrinhas.

Tabela 59 – Condição jurídica das madrinhas das crianças batizadas entre as décadas de 1760 a 1800, freguesia de Santo Antônio de Sá

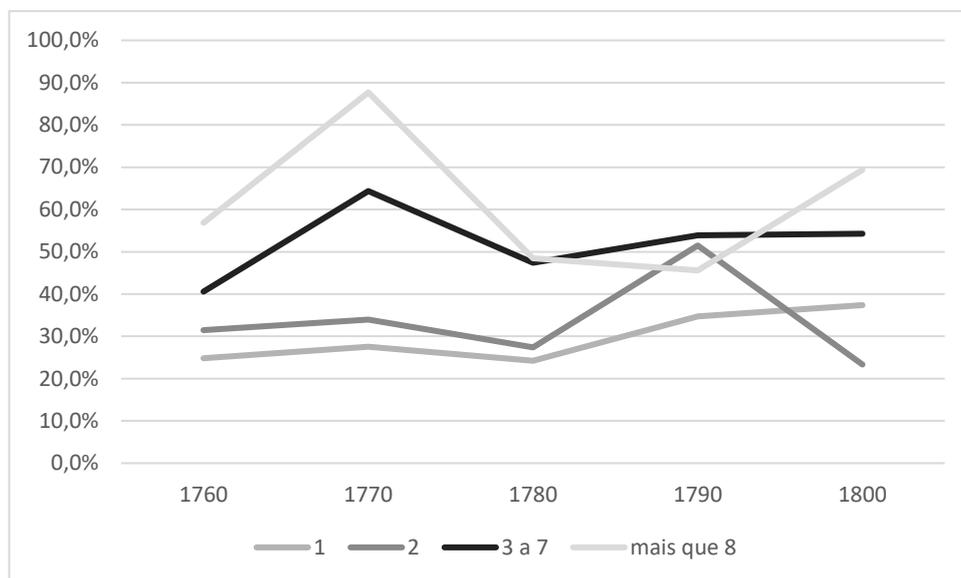
Décadas	Escravas		Forras		Livres		Total
	n.	%	n.	%	n	%	
1760	97	27,0%	49	13,6%	213	59,3%	359
1770	152	43,7%	54	15,5%	142	40,8%	348
1780	194	49,9%	24	6,2%	171	44,0%	389
1790	181	53,6%	27	8,0%	130	38,5%	338
1800	68	45,3%	15	10,0%	67	44,7%	150

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Um outro dado a ser salientado é que os percentuais de padrinhos escravizados acompanham a evolução das taxas de legitimidade, inclusive quando ela cai, na década de 1780 o percentual de padrinhos escravizados também cai. Consequente, na década de 1770 a taxa de legitimidade era de 35,3%, na década de 1780 chega a 33,8%, já os padrinhos escravos na década de 1770 era de 46%, na década seguida chega a 36,5%. É possível concluir, portanto, que quanto maior o número de crianças fruto de uniões legítimas, isto é, de casais, maior a preferência dos mesmos por padrinhos também escravizados e forros.

É possível que esse aumento de padrinhos escravizados seja reflexo do aumento da população escrava nessas regiões, principalmente nas maiores escravarias. Provavelmente, fruto do tráfico de escravizados que cresceram no final do século XVIII, como apontamos no primeiro capítulo.

Gráfico 18 – Proporção de padrinhos escravos em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)



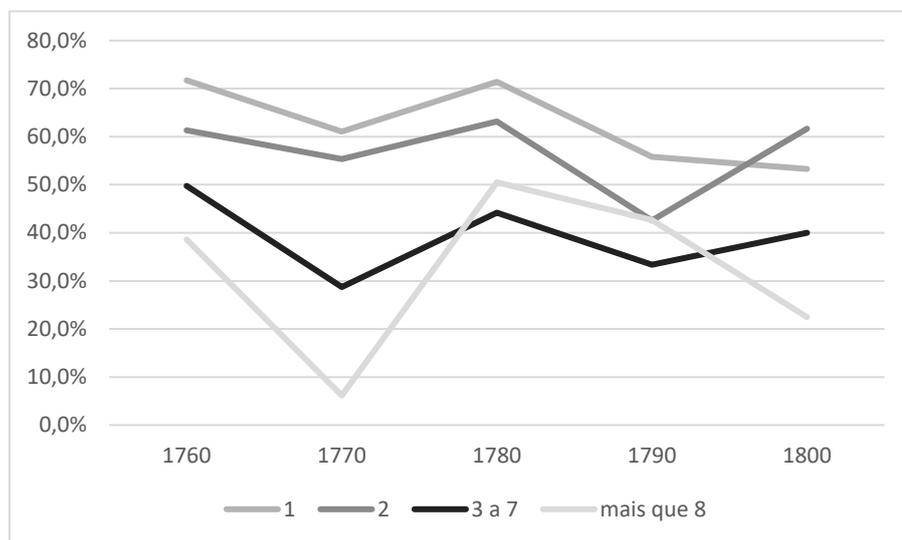
Fonte: Tabelas 11, 12, 13, 14 e 15 em apêndice.

Quando analisamos a variação da condição jurídica dos padrinhos por faixa de tamanho de posse de escravos (gráficos 18 e 19) verificamos que quanto maior a posse maior é a presença dos padrinhos escravizados, enquanto nas menores posses se verifica o inverso, menor presença de padrinhos cativos e maior presença de padrinhos livres apesar da variação dos percentuais ao longo das décadas. Contudo é perceptível na faixa de tamanho de posses de apenas 1 mãe há um aumento progressivo da presença de cativos como padrinhos. Na década de 1760 os padrinhos escravizados correspondiam a 24,7%, na seguinte 27,6%, chegando a 37,4% na década de 1800. Comparando com o gráfico 2, podemos inferir que conforme aumenta a proporção de cativos na faixa relativa de 1 a 9 cativos aumenta-se o compadrio entre os escravizados.

Apesar da tendência de aumento de padrinhos conforme o aumento da faixa de tamanho de posses podemos perceber que em alguns períodos as faixas intermediárias (de 2 mães e de 3 a 7 mães) tem uma maior proporção de padrinhos escravizados que a maior faixa relativa de tamanho de posse (mais de 50 cativos) como podemos perceber

no período de 1790. Tal fenômeno pode significar que outras variáveis possam influenciar nas tendências de apadrinhamento.

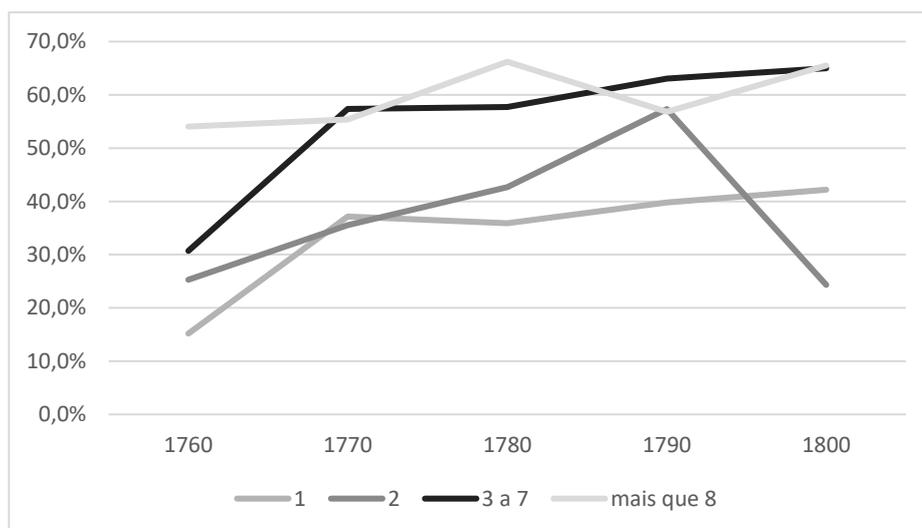
Gráfico 19 – Proporção de padrinhos livres em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)



Tabelas 11, 12, 13, 14 e 15 em apêndice.

O percentual de madrinhas escravas independente das faixas, foi na maioria das vezes maior que o percentual de padrinhos escravos demonstrando que, independentemente do tamanho das faixas de posses os escravizados tenderiam a escolher mais madrinhas da mesma condição social do que entre os padrinhos (gráfico 20). Como podemos observar na tabela 6 há, com exceção da faixa de 2 mães, um crescimento contínuo de madrinhas escravas nas diferentes faixas de tamanho de posses. Por outro lado, na faixa de 3 a 7 mães e mais de 8 mães se destacam das outras faixas com relação ao percentual de madrinhas escravas sempre acima dos 50%.

Gráfico 20 – Proporção de madrinhas escravas em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)



Fonte: Tabelas 11, 12, 13, 14 e 15 em apêndice.

No gráfico 21 temos a proporção de madrinhas livres nas diferentes faixas de tamanho de posses, nela é possível ver a inversão no que se trata aos percentuais de madrinhas livres comparado aos percentuais de madrinhas escravas quando comparamos as faixas de tamanho de posse referente a 1 e 2 mães com relação as faixas de 3 a 7 mães e mais de 8 mães. Percebemos também a tendência nas diferentes faixas de tamanho de posse ao longo do período em análise a diminuição de madrinhas livres, isto significa que cada vez mais os pais escravos procuraram menos madrinhas livres se aproximando cada vez mais com os demais companheiros das senzalas.

Tais dados indicam, apesar das diferenças de percentuais de padrinhos e madrinhas escravas, os pais das crianças escravizadas buscavam cada vez mais outros escravizados para estabelecerem laços de compadrio em detrimento dos livres. Isso pode indicar que cada vez mais escravizados de origem africana estavam vindo para a freguesia de Santo Antônio de Sá e como recém-chegados procuraram estabelecer laços entre aqueles que ajudaram a viver os primeiros anos de vida na colônia. Se nossa hipótese estiver correta isso significa que com o desenvolvimento da economia do Recôncavo da Guanabara a partir da segunda metade do século XVIII os produtores da Vila de Santo

Antônio de Sá procuraram cada vez mais o comércio atlântico de escravos para a reprodução de suas escravarias.

Gráfico 21 – Proporção de madrinhas livres em diferentes faixas de tamanho de posse de escravos na freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)



Fonte: Tabelas 11, 12, 13, 14 e 15 em apêndice.

Nas freguesias rurais do Rio de Janeiro encontramos percentuais semelhantes. Sheila de Castro Faria, encontrou para as freguesias campistas de São Salvador (1753 a 1788) e São Gonçalo (1770 a 1786), 56,2% e 55,8% respectivamente, dos padrinhos compostos por escravizados⁴²³. Do mesmo modo, Kjerfve e Brugger, ao se debruçarem sobre a Região de Campos, especificamente na freguesia de São Salvador, entre 1754 e 1766, perceberam que 45,8% dos padrinhos eram de condição escrava, e somando-se os cativos com os indivíduos de condição forra, tal percentual chega a 49,1%⁴²⁴. Ao que tudo indica, o aumento da participação dos escravizados no compadrio pode ter relação com o aumento da população cativa na região. Em Campos, os censos demonstram um grande

⁴²³ FARIA, Sheila de Castro Faria, op. cit. p.321.

⁴²⁴ BRUGGER, Silvia Maria Jardim e KJERFVE, T.M.N. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, 1991, n.20. p.230.

crescimento da população na segunda metade do século XVIII, conjuntamente com o *rush* canavieiro, o que vai transformá-la na principal região agro exportadora da capitania.⁴²⁵

Na freguesia de São Gonçalo, no Recôncavo da Guanabara, entre 1743 e 1768, Elisângela Melo, verificou uma menor participação de escravizados como padrinhos, representando 34% do total de padrinhos, enquanto os livres respondiam com 61%.⁴²⁶ Marcelo Alves, também estudando o compadrio escravo na freguesia de São Gonçalo, porém lidando com um recorte temporal maior (1722 a 1794), encontrou resultados semelhantes: 61,9% do total de 1.635 padrinhos eram livres e apenas 34,2% eram escravizados.⁴²⁷ Tais percentuais são semelhantes a outras freguesias da capitania do Rio de Janeiro.

João Fragoso, para Jacarepaguá (1752-1759), Irajá (1750-1759) e Campo Grande (1750-1759) encontrou, respectivamente, 38%, 39,7% e 32,2% de padrinhos escravizados.⁴²⁸ Podemos perceber nestes percentuais um certo equilíbrio provocado provavelmente pelas características demográficas da região.

Em finais do século XVIII, a proporção de padrinhos escravos teria se elevado em Irajá. Do total de 477 mães escravas, 49,5% escolheram padrinhos também escravos.⁴²⁹ Apesar desse incremento de padrinhos escravos, pouco teria se alterado a distribuição da propriedade escrava, caso acreditemos que os registros de batismos permitam vislumbrar a posse de escravos. De acordo com Fragoso, do total de “senhores com até três registros

⁴²⁵SOARES, Marcio de Souza, op. cit. p. 76.

⁴²⁶MELO, Elizangela. *Os Santos óleos: relações sociais e alforria na pia batismal: Freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, meados do século XVIII*. São Gonçalo, 2011. f.97. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.p. 63.

⁴²⁷ALVES, Marcelo, op. cit. p.91

⁴²⁸FRAGOSO, João, op. cit. 2005. p. 199.

⁴²⁹FRAGOSO, João. “Efigênia, angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial.”. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010,p.89.

somavam 307 proprietários, ou 88% do total, e detinham 56,7%, dos batizados da época”.⁴³⁰

Também, em Jacarepaguá, ocorreu um aumento do número de padrinhos escravos, no final do século XVIII, em a *Paz das Senzalas*, Manolo Florentino e José Roberto Góes, afirmam que, no período de 1795 a 1805, dois terços dos padrinhos das crianças cativas eram escravizados.⁴³¹

É possível que esse aumento de padrinhos escravos seja reflexo do aumento da população escrava nessas regiões, principalmente nas maiores escravarias. Provavelmente, fruto do tráfico de escravos que crescera no final do século XVIII, como apontamos no primeiro capítulo.

Alguns historiadores têm constatado a importância do tamanho da escravaria na escolha por padrinhos pelos escravizados. De acordo com Silvia Brugger, tomando por base a afirmação de Ana Lugão Rios, de que os padrinhos escravos predominavam nas escravarias maiores e os livres nas menores, ela argumenta que tal resultado seria indício de que “legitimidade e presença de padrinhos cativos eram variáveis que acompanhavam a dimensão das escravarias. Daí serem mais frequentes os padrinhos escravos entre os filhos legítimos, pois ambos estariam mais presentes nas freguesias”.⁴³²

José Roberto Góes, do mesmo modo, argumenta que “nos maiores plantéis são mais altos os índices de compadrio endogâmico, são também mais altas as taxas de

⁴³⁰ FRAGOSO, João. O capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.. p.191.

⁴³¹ FLORENTINO, M.; GÓES, J. R.. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997 p. 92.

⁴³² BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, realizado em Caxambu, MG, Setembro de 2004. p.10; e Rios, A. M. L. (2000). “The politics of kinship.” *The History of the Family*, 5(3), pp. 287–298.

crianças legítimas – e o inverso acontecia nos menores plantéis”.⁴³³ Robert Slenes, referente a questão do casamento, afirmou que em unidades escravistas menores

barreira contra casamentos religiosos entre escravos de proprietários diferentes, combinada com o pequeno *pool* de potenciais cônjuges dentro do mesmo fogo/posse para pessoas de ambos os sexos, fazia com que as proporções de homens e mulheres adultos alguma vez casados ficassem relativamente baixas e não muito diferentes entre si.⁴³⁴

Brugger insere outra variável importante no debate, ao perceber o aumento de padrinhos escravos na década de 1840 em São João Del Rey argumenta que isso se deve ao fato de que, nos anos que antecederam o fim do tráfico, ocorreu uma expressiva entrada de africanos no Brasil. E que isto representaria o fortalecimento da “comunidade africana” entre os escravos.⁴³⁵

De acordo com Alida Metcalf as relações de compadrio poderiam ser horizontais ou verticais, de acordo com o objetivo dos pais dos filhos levados a pia batismal. Desse modo, o compadrio seria uma estratégia encaminhada pelos cativos que consistia, entre uma opção entre a vinculação horizontal de seus filhos a outros escravos, ou a vertical a indivíduos da classe senhorial. Cada estratégia comportava sua própria lógica: ao escolherem pessoas livres, e possivelmente senhores, para ser padrinhos de seus filhos os pais esperavam providenciar para estes acessos a indivíduos de maior poder na comunidade. Ao escolherem padrinhos escravos, por outro lado, uniam seus filhos à comunidade escrava. Estes vínculos serviam para reforçar os laços que os escravos tinham entre si.⁴³⁶

⁴³³ Góes, José Roberto. *Op. Cit.* p.123.

⁴³⁴ SLENES, Robert W. *op. cit.* 2011. p. 84.

⁴³⁵ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. “Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850.” In: *XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004*, Caxambu. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf, p. 6.

⁴³⁶ METCALF, Alida C. A Família Escrava no Brasil Colonial: Um Estudo de Caso em São Paulo. *História e População - Estudos sobre a América Latina*. São Paulo, 1990 p.209.

No geral, os laços de compadrio entre os escravos foram considerados como um vínculo horizontal e com livres como vertical. Um para o reforço das solidariedades entre os escravos da comunidade escrava e outro com vistas a obtenção de vantagens, como a possibilidade de alcançarem a alforria. Contudo, tal tipologia dos laços de compadrio obscurece uma complexidade de relações sociais tanto para “cima” – e que na maioria das vezes não tanto para cima assim – como para os “iguais”. Nesse sentido, Robert Slenes demonstrou que no caso do compadrio entre escravos, muitas das vezes escolhia-se padrinhos com ofício especializado ou doméstico, demonstrando assim haver uma hierarquia no interior da própria senzala⁴³⁷. Além disso, poderia haver preferências “étnicas” na escolha dos padrinhos escravos assim como ocorria no casamento escravo, como demonstrou Moacir Rodrigo de Castro Maia.⁴³⁸

Nos laços de compadrio com livres do mesmo modo existe um caleidoscópio de relações sociais nem sempre perceptíveis nas fontes paroquiais. Além disso, considerar que todo padrinho livre representava vantagens para os escravizados é, por um lado, não considerar a diversidade do ser livre, e por outro, que tais laços eram movidos apenas pelo interesse. Muitos padrinhos livres poderiam estar entrelaçados em relações de dependência de algum senhor de engenho e em condições de vida tão precária quanto a dos escravos de tal modo que pouco poderiam auxiliar os escravos em seus projetos de vida. Se ter padrinho livre angariasse alguma vantagem seria de esperar que todos os escravos procurassem padrinhos fora das senzalas. Acredito que muito mais que a procura de possíveis vantagens era a convivência que proporcionava essa proximidade

SLENES, Robert W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2

⁴³⁸ Cf. MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “As redes de parentesco em uma sociedade escravista em formação: o compadrio na primeira metade do século XVIII (Minas Gerais)”. In: MOLLO, Helena Miranda e SILVEIRA, Marco Antônio. *Termo de Mariana: história e documentação*. Vol. 3. Ouro Preto (MG): UFOP, 2010.

com o mundo dos livres. Tal convivência que extrapolava o mundo das senzalas tem relação direta com o tempo em que estes escravos conviviam na sociedade colonial, nesse sentido, a noção de experiência do historiador inglês Edward Palmer Thompson se torna importante. Para Thompson, experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”⁴³⁹. Em outro momento o autor retoma este conceito com a noção de sujeito histórico:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.⁴⁴⁰

São, portanto, as experiências múltiplas e particulares que os escravizados, africanos e seus descendentes na sociedade colonial, irão desenvolver as suas estratégias a partir das quais irão se posicionar para a ação. Robert Slenes, ao tratar das relações entre senhores e escravos no Oeste Paulista traz algumas contribuições concernente as aproximações das mulheres escravas com o mundo dos livres. Em um dos casos, ele apresenta as relações existentes entre senhor de escravos Lúcio Gurgel Mascarenhas e suas escravas. No testamento de Isidoro Gurgel Mascarenhas descobrimos que uma das escravas de Lúcio, Ana, era mãe de Isidoro que a liberta no mesmo documento. Os outros filhos de Lúcio também eram fruto das relações sexuais entre ele e suas escravas. Além de Ana, Rufina e Maria foram mães dos seus filhos e apenas uma delas provavelmente, teve a sua alforria em tempo de vida de Lúcio: a Rufina. Enquanto mantinha as mães de seus filhos no cativeiro o mesmo Lúcio estipulou que depois da sua morte sete dos 23

⁴³⁹ THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p.15.

⁴⁴⁰ *Ibid.* p. 182.

escravos deveriam ser libertados.⁴⁴¹ Em outro momento, Slenes, relata a história da escrava Marcelina que seu próprio senhor, Antônio, libertara e fugira de sua esposa, Dona Maria José.⁴⁴²

Pudemos ver na primeira parte desta seção que na freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara ocorreu uma diminuição dos matrimônios realizados entre os escravos do século XVII para o século XVIII, representado pelo grande número de crianças cativas naturais sendo batizadas na primeira metade do século XVIII. Com reação ao apadrinhamento das crianças escravas no século XVII os escravos representavam 74,5% (1.438) dos 1.931 padrinhos presentes nas cerimônias de batismo, enquanto os livres e libertos⁴⁴³ constituíam 25,5% (493) do total de padrinhos.⁴⁴⁴ No período entre 1720 a 1760, os padrinhos escravos representavam 34,4% (559), os livres 61,7% (1003) e os forros 3,9% (63) do total de 1.625 padrinhos.⁴⁴⁵ Desse modo, percebemos que ocorreu uma diminuição do apadrinhamento cativo e um consequente aumento de padrinhos livres. Além disso, a diminuição da legitimidade das crianças cativas ao longo do período em análise, representou uma ligeira queda de padrinhos escravos, demonstrando a importância de pensar o casamento escravo e os laços de compadrio em conjunto, representando padrões de sociabilidades escravas diferenciadas.

O percentual de padrinhos escravos e livres na freguesia de São Gonçalo se mostra semelhante ao de outras freguesias do Recôncavo. Na década de 1750, 38% dos padrinhos eram escravos em Jacarepaguá, 39,7% em Irajá e 32,2% em Campo Grande.⁴⁴⁶ Na mesma década em São Gonçalo os padrinhos escravos representavam 33,7% dos

⁴⁴¹ SLENES, Robert W. op. cit. 1997. pp.234-252.

⁴⁴² Ibid. p. 252-255.

⁴⁴³ Sheila de Castro Faria não faz a distinção entre livres e libertos na análise do apadrinhamento das crianças cativas de São Gonçalo.

⁴⁴⁴ FÁRIA, Sheila de Castro. op. cit., p. 320.

⁴⁴⁵ OLIVEIRA, Marcelo Inácio Alves de. op. cit. p.93.

⁴⁴⁶ FRAGOSO, João. op. cit. 2005, p. 199.

padrinhos.⁴⁴⁷ O quadro passa a mudar em finais do século XVIII. A proporção de padrinhos escravos teria se elevado em Irajá. Do total de 477 mães escravas, 49,5% escolheram padrinhos também escravos.⁴⁴⁸

Também, em Jacarepaguá, ocorreu um aumento do número de padrinhos escravos, no final do século XVIII. Manolo Florentino e José Roberto Góes, em *a Paz das Senzalas*, afirmam que, no período de 1795 a 1805, dois terços dos padrinhos das crianças cativas eram escravos.⁴⁴⁹

Considerando a freguesia de Jacarepaguá, os dados também corroboram para essa hipótese: em fins do século XVIII e início do XIX mais uma vez ocorre um aumento dos padrinhos cativos, chegando a dois terços do total de padrinhos.⁴⁵⁰

Em Santo Antônio de Jacutinga, Em fins do século XVIII, entre 1790 a 1807, os escravos aumentaram sua participação chegando a 54,7% do total de padrinhos; os livres somavam 36,4%, e os forros 8,9%.⁴⁵¹ Na freguesia de Nova Iguaçu, no mesmo período, entre 1796 e 1813, os padrinhos escravos representavam 46,3% do total de padrinhos.⁴⁵²

Em São Salvador dos Campos dos Goytacazes 56,2% do total de padrinhos eram escravos no período de 1753 e 1788, e na freguesia de São Gonçalo dos Campos dos Goytacazes, entre 1770 a 1786, 55,8% dos padrinhos também eram escravos.⁴⁵³ Desse modo, apesar das lacunas, é possível perceber que em boa parte das freguesias da Capitania do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, houve aumento do compadrio entre os escravos, com relação ao período anterior. Além disso, comparando

⁴⁴⁷ OLIVEIRA, Marcelo Inácio Alves de. op. cit. p. 91.

⁴⁴⁸ FRAGOSO, João. op. cit., 2010, p. 89.

⁴⁴⁹ FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. op. cit., 1997, p. 92.

⁴⁵⁰ Cf. FRAGOSO, João. op. cit. 2005, p. 199; FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. op. cit., 1997, p. 92., FRAGOSO, João. op. cit. 2010, p. 279.

⁴⁵¹ SOARES, Moisés Peixoto. op. cit. 2019. p.305.

⁴⁵² Ibid. p. 304.

⁴⁵³ FÁRIA, Sheila. op. cit., p. 320.

os dados sobre a legitimidade das crianças cativas, é perceptível que tal variável foi um fator importante para o apadrinhamento feito pelos escravos. Portanto, é fundamental realizar uma análise conjunta da sociabilidade escrava, demonstrando que variações demográficas podem gerar mudanças de comportamentos sociais dos escravizados. Mudanças comportamentais que podem estar atreladas aos processos de *crioulização* e *africanização* tal como foi proposto por Nicolau Parés.⁴⁵⁴ Contudo, se os o matrimônio entre os escravos os predisponha a escolher padrinhos escravos, devemos analisar quantos escravos serviram como padrinhos dos filhos dos casais e quanto das mulheres solteiras.

O esforço até aqui empreendido foi perceber as mudanças ocorridas na sociabilidade escrava em diversas freguesias da capitania do Rio de Janeiro de modo a perceber algumas tendências ao longo de meados do século XVII e todo o século XVIII. A escolha por analisar diversas freguesias teve o intuito de tentar construir um panorama das tendências de apadrinhamento das crianças cativas na capitania do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII.

3.4. A família escrava entre a autonomia e o controle senhorial

O grau de autonomia escrava também foi levado em conta pelos historiadores com relação a escolha dos padrinhos, contudo, ainda estamos longe de alcançar um consenso.⁴⁵⁵ Para alguns, os escravos detinham autonomia para escolher os padrinhos de

⁴⁵⁴ Segundo Parés, crioulização “conota a ideia de hibridização e síntese cultural, quando não de assimilação às práticas e valores dominantes já estabelecidos. Ela se expressa pela adoção de novas formas de pensar e atuar, novas formas de falar e significar, novas instituições e novas identidades coletivas mais genéricas e abrangentes”. Apesar dos múltiplos sentidos existentes com relação a palavra crioulo e crioulização, utilizaremos nesta tese, o conceito prioritariamente numa perspectiva demográfica, nesse sentido o processo de crioulização representaria o momento em que a população escrava seria predominantemente crioula, isto é, nascida na colônia. A africanização, de acordo com Parés, seria um processo “Identificável pela persistência de línguas, valores, práticas e hábitos africanos, pela reprodução de modelos organizacionais e pelo estabelecimento de relações sociais marcadas por identidades étnicas africanas”. Cf. em PARÉS, Luís Nicolau. “O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800).” *Afro-Ásia*, n. 33, 2005. p.97.

⁴⁵⁵ Para um debate em torno dessa questão ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011.

seus filhos e, nesse sentido, a escolha poderia visar tanto a construção de laços horizontais, isto é, com a comunidade escrava, como verticais, com o mundo dos livres, forros ou libertos, vislumbrando possíveis vantagens através desse tipo de compadrio.⁴⁵⁶

Outros autores afirmam existir uma intervenção senhorial nas escolhas dos padrinhos das crianças cativas.⁴⁵⁷ Cacilda Machado, por exemplo, argumenta que “É preciso admitir ao menos algum grau de controle dos senhores sobre a socialização de seus cativos.”⁴⁵⁸ E Luís Farinnati do mesmo modo afirma que, a “presença senhorial certamente se fazia sentir, mesmo nos casos de escolhas mais autônomas, aparecendo como um limitante”.⁴⁵⁹ Para Martha Daisson Hameister o próprio compadrio representaria uma forma de evitar revoltas escravas ao estabelecer laços entre cativos e parentela dos senhores de escravos.⁴⁶⁰ João Fragoso, por seu turno, argumenta que o compadrio engendraria políticas “dirigidas a formação de uma *casa*, costurada pelas relações vividas por senhores integrantes de uma mesma família, sendo isto seguida de perto por seus clientes e, aparentemente, ainda respectivos escravos”.⁴⁶¹

Considero que a ingerência senhorial na escolha de padrinhos deve ter ocorrido principalmente entre os escravos mais próximos da casa senhorial, isto é, os escravos domésticos e os escravos com ofícios especializados. Devido a essa proximidade é

⁴⁵⁶ Conferir, entre outros: SLENES, Robert W. op. cit. 1997; GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., 1988.

⁴⁵⁷ FARINATTI, Luís A. E. (2011), *Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845)*. XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH.2011; MACHADO, Cacilda (2008), *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Apicuri.2006; HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-63)*. Nova Iguaçu, 2006. f.474.Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2006; FRAGOSO, João. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750).” In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

⁴⁵⁸ MACHADO, Cacilda, op. cit. p.192.

⁴⁵⁹ FARINATTI, Luís A.E., op. cit. p. 15.

⁴⁶⁰ HAMEISTER, Martha Daisson, op. cit. p. 248.

⁴⁶¹ FRAGOSO, João, op. cit. 2007. p.108.

provável que os senhores investissem nessa escolha como uma forma de estender suas redes clientelares.

3.5. – Legitimidade e apadrinhamento: uma relação possível

A primeira historiadora a verificar a correlação entre legitimidade e apadrinhamento das crianças cativas foi Alida C. Metcalf. Segundo ela, na paróquia de Santana de Parnaíba, nos anos de 1770, 1798 e 1820, “os padrinhos escravos eram duas vezes mais propensos apadrinhar filhos legítimos que filhos naturais. Padrinhos livres, por seu turno, patrocinavam crianças naturais em maior número que as crianças legítimas”⁴⁶².

Para o Rio de Janeiro, Sheila de Castro Faria demonstra as mesmas tendências. Na freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara em meados do século XVII, 85,6% do total de padrinhos de crianças legítimas era escrava. Entre os filhos frutos de relações ilegítimas, isto é, não receberam o santo Sacramento do matrimônio, mas que o pároco anotou o nome dos pais nomeados 55,7% dos padrinhos também eram escravos, contudo, entre as 142 crianças de mulheres cujos pais não foram anotados 46,6% dos padrinhos eram livres ou libertos.⁴⁶³

Na freguesia de São Salvador de Campos dos Goitacazes, entre os anos de 1753 e 1788, dos 1.174 batismos de crianças cativas fruto de união sancionada pela igreja católica, ou seja, filhos legítimos, 63,3% (743) tiveram padrinhos escravos.⁴⁶⁴

⁴⁶² METCALF, Alida C. op. cit., 1990. p. 210.

⁴⁶³ FARIA, Sheila. op. cit., p. 320.

⁴⁶⁴ FARIA, Sheila de Castro. op. cit., p. 321.

João Fragoso demonstra também que nas freguesias de Jacarepaguá, Campo Grande e Irajá na década de 1750 os escravos casados foram os grandes responsáveis por escolherem padrinhos também escravos. Como podemos observar na tabela 7 em Jacarepaguá 47,9% dos 142 padrinhos presentes nos batismos de filhos legítimos foram escravos e 52,1% eram livres, por seu turno, entre os batismos filho de mães solteiras 30,9% dos padrinhos eram escravos e os livres 69,1%. Em Irajá do total de 279 padrinhos de filhos legítimos 51,6% também eram cativos, enquanto os livres 69,4% e entre as mães solteiras 27,8% dos padrinhos eram escravos e os livres 81,6%. Por fim, em Campo Grande, do total de 193 padrinhos de filhos de casais 43,5% eram escravos e os livres 56,5%, para as crias fruto de relações ilegítimas 18,4% dos padrinhos eram escravos e 81,6% eram livres⁴⁶⁵. Percebemos, portanto, que apesar dos casais também escolherem padrinhos livres e forros, a grande maioria tendia a escolher outros companheiros das senzalas como compadres.

Tabela 59 – Laços de compadrio de acordo com o status conjugal das mães escravas, nas freguesias de Jacarepaguá (1752-1759), Irajá (1750-1759) e Campo Grande (1750-1759)

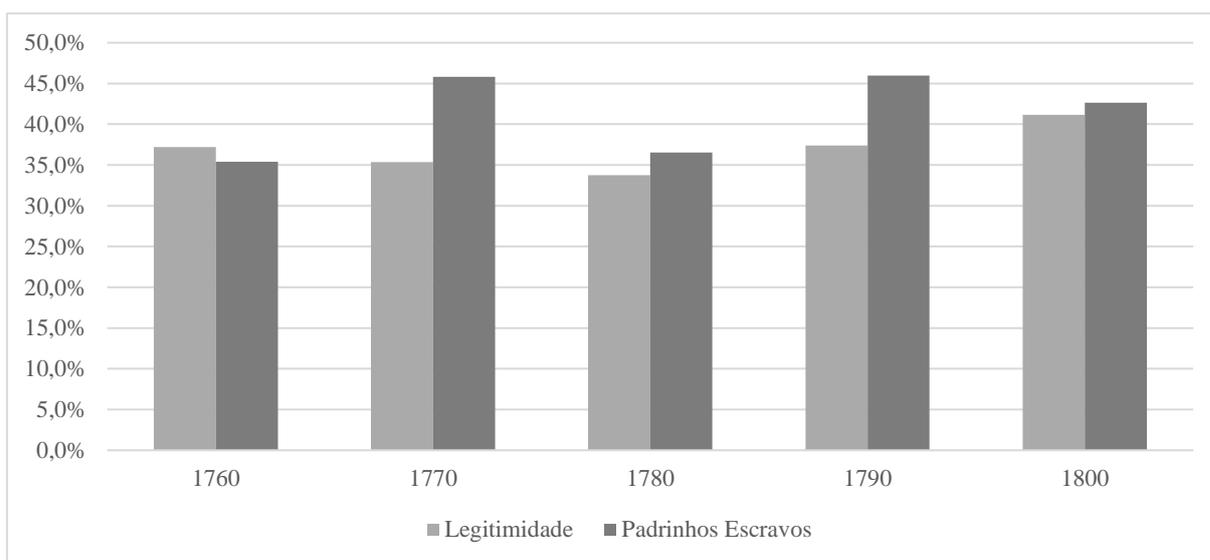
Freguesias		Filhos			Pad. Escravo		Pad. Livre		Total
		n.	n.	%	n.	%	n.		
Jacarepaguá	Casadas	142	68	47,9%	74	52,1%	142		
	Solteiras	220	68	30,9%	152	69,1%	220		
	Total	362	136	37,6%	226	62,4%	362		
Irajá	Casadas	279	144	51,6%	135	48,4%	279		
	Solteiras	283	79	27,9%	204	72,1%	283		
	Total	562	223	39,7%	339	60,3%	562		
Campo Grande	Casadas	193	84	43,5%	109	56,5%	193		
	Solteiras	158	29	18,4%	129	81,6%	158		
	Total	351	113	32,2%	238	67,8%	351		

Fonte: Adaptado das tabelas 3.11, 3.12, 3.13 em FRAGOSO (2009, p. 201-202).

⁴⁶⁵ FRAGOSO, João. op. cit., 2009, pp. 201-202.

Na freguesia de Santo Antônio de Sá percebemos a mesma tendência, de modo que, podemos inferir do gráfico 6 uma relação positiva entre legitimidade e compadrio. Em praticamente todas as décadas analisada podemos perceber que quanto maior fosse a legitimidade das crianças cativas batizadas maior era a tendência da escolha de padrinhos escravos.

Gráfico 20 – Legitimidade e padrinhos escravos por década, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809



Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

3.6 – Uma outra variável

Se por um lado podemos correlacionar o matrimônio com a escolha dos padrinhos das crianças batizadas, isto é, que os casais que tiveram suas uniões consensuais legitimadas pela igreja católica tenderiam a escolher padrinhos também escravos, enquanto aqueles que não tinham suas relações consensuais não legitimadas tenderiam a escolher padrinhos livres, agora será necessário avançar no entendimento de quais eram as origens étnicas dos escravizados responsáveis pelas tendências dessas variáveis. A melhor forma de verificar qual grupo de origem estava mais disposto em contrair o matrimônio seria contabilizando o número total de africanos e crioulos adultos. Nesse

sentido, tendo o número total de africanos e crioulos em um determinado momento e localidade seria possível avaliar o peso que cada um tinha na freguesia e verificar se de fato os africanos ou os crioulos tenderiam majoritariamente a contrair o matrimônio. Na ausência de listas nominativas que apresentem a origem dos escravos, consideramos que os registros de batismos de escravos possam servir para estabelecer um percentual aproximado de escravos crioulos e africanos adultos.

Porém nem sempre as fontes mostram o que os historiadores procuram. Dos 2.553 batismos de inocentes, apenas 532 (20,1%) dos batismos revela a origem das mães das crianças cativas. Não obstante o reduzido número de casos em termos percentuais, a quantidade expressiva de casos em que as mães tiveram suas origens anotadas permite-nos inferir algumas tendências. Observando a tabela abaixo, percebemos que as mães africanas, tanto as casadas como as “solteiras” tendiam a escolher majoritariamente padrinhos também escravos (72,7% dos padrinhos eram escravos entre as casadas e 50,4% entre as “solteiras”), enquanto as crioulas tinham preferências por padrinhos livres (57,6% dos padrinhos eram livres entre as casadas e 68,9% entre as solteiras).

Tabela 60 – Escolha das mães escravas – conforme naturalidade, estado civil e status social – de seus compadres – conforme status social e jurídico, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809

Mães	Filhos			Pad. Escravo		Pad. Forro		Pad. Livre	
	n.	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Africanas Casadas	92	64	72,7%	8	9,1%	16	18,2%		
Africanas solteiras	122	58	50,4%	13	11,3%	44	38,3%		
Crioulas Casadas	71	22	33,3%	6	9,1%	38	57,6%		
Crioulas Solteiras	247	46	20,7%	23	10,4%	153	68,9%		

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Apesar das variações nas taxas de nupcialidade referentes à região, ao período e ao tipo de economia os estudos apontam para certas preferências dos escravos quanto a celebração do matrimônio. Por exemplo, Sheila de Castro Faria, analisando a origem da

população escrava a partir dos registros paroquiais de casamento em Campos dos Goitacazes na freguesia de São Salvador, entre os anos de 1734 e 1802, demonstrou que a maioria deles era de origem africana, 81%.⁴⁶⁶

Dividindo os matrimônios de escravos na freguesia de São Salvador de Campos dos Goitacazes, Tânia Maria Gomes Nery Kjerfver demonstra a mesma tendência verificada por Faria. Entre os anos de 1733 e 1757 ela demonstra que 98,8% dos noivos e 96,6% das noivas eram africanos. Entre 1760 e 1790 os africanos eram 84,5% dos noivos e 80,7% das noivas e na década final do século XVIII, eram 85,7% dos homens e 82% das mulheres.⁴⁶⁷

Juliana Barreto Faria, pesquisando os 344 registros de casamento da freguesia do Sacramento, no Rio de Janeiro, no período de 1830 a 1860, encontrou entre os homens 290 africanos, 36 crioulos, um pardo e um outro que a autora apenas anotou como “brasileiro”; e entre as noivas, 258 africanas, 64 crioulas e duas pardas.⁴⁶⁸

Nesse sentido, ainda de acordo com Sheila de Castro Faria, em São Salvador no ano de 1798, das 342 crianças cativas que foram batizadas 49% eram filhas legítimas, sendo 60% de casais cujas mulheres eram africanas e 19% crioulas.⁴⁶⁹ Logo podemos perceber a importância das africanas nas taxas de legitimidade das crianças cativas. Silvia Maria Jardim Brugger e Tânia Maria Gomes Nery Kjerfv analisando um número maior de batismos para a mesma freguesia de São Salvador, para os anos de 1786 e 1792 verificou que das 893 crianças cativas batizadas 47% eram fruto de uniões legítimas,

⁴⁶⁶ FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 335.

⁴⁶⁷ KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery. *Família e escravidão no Brasil Colonial – Campos, século XVIII*. Niterói, 1995. f.210. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995. p. 45.

⁴⁶⁸ FÁRIAS, Juliana Barreto. *Mercadoras Minas: Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese de doutorado. USP: São Paulo, 2012, 292f, p. 192.

⁴⁶⁹ FÁRIA, Sheila de Castro. op. cit. 1998. p. 337.

sendo que destas 76,9% eram filhas de africanas.⁴⁷⁰ Antes de chegarmos a qualquer conclusão é importante analisar os dados para outras freguesias da Capitania do Rio de Janeiro.

Na freguesia de Irajá entre 1782 e 1795 a partir dos dados apresentados por João Fragoso, verificamos que das 466 crianças, 37,1% eram fruto de uniões legítimas, destas 73,4% eram filhos de africanas. As mães africanas correspondiam a 54,3% das mães presentes nos registros de batismo e suas crias 53,9% das crianças batizadas. Os africanos por outro lado representavam 80% do total de pais.⁴⁷¹ Percebemos, portanto, a importância das mães africanas nas taxas de legitimidade. Quanto maior o número de mulheres africanas maior eram as taxas de legitimidade das crianças cativas.

De acordo com Moisés Peixoto Soares, na freguesia de Santa Rita de Jacutinga, entre 1790 e 1807, dos 1.334 batismos de crianças cativas 50,2% são frutos de uniões sancionadas pela Igreja Católica.⁴⁷² Apesar do significativo percentual de mulheres sem identificação de origem ou qualidade (23%), 47% das mães casadas eram provenientes do tráfico de escravos na África.⁴⁷³ Com base nos mesmos registros paroquiais Nielson Rosa Bezerra afirma que das 1.013 mães declaradas nos batismos de crianças cativas as mães africanas eram 425 e as crioulas 588.⁴⁷⁴ Tal dado, que não deve ser excepcionalidade da freguesia de Santa Rita de Jacutinga, aponta para a possibilidade de freguesias rurais

⁴⁷⁰ BRUGGER, Silvia Maria Jardim e KJERFVE, T.M.N. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, 1991. p. 230.

⁴⁷¹ FRAGOSO, João. “O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro, século XVIII.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs.). *Exercícios de Micro História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p.197-198.

⁴⁷² SOARES, Moisés Peixoto. “*Como se fossem brancos*”: comportamento social e moral religiosa de forros e descendentes de escravos (Iguaçu e Jacutinga, Rio de Janeiro, c.1790- c.1850). 2019. f.385. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p.255.

⁴⁷³ Ibid. p.285.

⁴⁷⁴ BEZERRA, Nielson Rosa. *Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1804)*, Niterói, 2010. f. 215. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010a. p. 95.

de ocupação antiga haveria uma expressiva população nascida no Brasil, como consequência da reprodução natural da população escravizada.

Moisés Peixoto analisando os dados para a freguesia de Iguçu encontra também um número expressivo de mães crioulas. Entre 1796 e 1816, dos 1.716 batismos de escravos, 1.175 eram nascidas no Brasil e apenas 42 eram africanas, isto é, 3,6% do total de mulheres que levaram suas crias para serem batizadas.⁴⁷⁵ Contudo, o que ele considera como mães nascidas no Brasil muitas são as que não possuem nem a origem, nem a cor declarada. Para sanar a possível lacuna ele trabalhou com 29 testamentos com 125 cativos arrolados, destes 31 (24,8%) eram de origem africana. Sobre a legitimidade das crianças cativas 39,9% (472) eram fruto de uniões legítimas e 60,1% (711) eram filhos naturais.

476

Tanto em Santa Rita de Jacutinga como em Irajá em finais do século XVIII havia um relativo equilíbrio de mães escravas crioulas e africanas o que demonstra a importância da reprodução natural no Recôncavo da Guanabara. A preferência das africanas na realização do matrimônio não é algo exclusivo do Recôncavo e da área açucareira de Campos, nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro verificamos altos índices de casamento entre os africanos. De acordo com Mariza Soares, entre 1718 e 1760, nas freguesias da Sé, Candelária, São José e Santa Rita, das 6.609 crianças batizadas, 253 (3,8%) eram fruto de uniões legítimas, todas as mães nesse quesito eram africanas. As africanas nesse período representavam 44,7% das mães que levaram seus rebentos para

⁴⁷⁵ SOARES, Moisés Peixoto. op. cit. 2019. pp. 65-66.

⁴⁷⁶ Ibid. p.68.

serem batizados (2.952 mães africanas do total de 6.609).⁴⁷⁷ No período entre 1718 e 1726 dos 62 filhos legítimos, 49 tem mães do gentio da guiné.⁴⁷⁸

De acordo com Flávio dos Santos Gomes, em Campo Grande entre 1745 e 1797 foram realizados 635 casamentos, sendo 96,5% (615) dos matrimônios ambos os cônjuges eram escravos. Provenientes da África eram 533, sendo 268 mulheres e 265 homens. Os crioulos correspondiam a 417 pessoas.⁴⁷⁹ Podemos perceber, portanto, mesmo tendo um alto número de crioulos realizando o matrimônio, a maioria dos cônjuges eram do continente africano.

Por trás desta análise dos dados apresenta-se, portanto, um certo paradoxo: porque justamente os africanos avessos *a priori* ao catolicismo são os “privilegiados” na realização do santo Sacramento? Teria sido uma prática senhorial visando o disciplinamento das relações sexuais entre os seus escravos recém-chegados?

De acordo com João Fragoso, as mulheres africanas “provavelmente tinham mais pressa de reconstituírem seus laços de sociabilidade via parentesco”.⁴⁸⁰ Por outro lado, Sheila argumenta que os

crioulos casavam menos porque lhes era mais difícil encontrar parceiros: seus companheiros de cativeiro casavam-se entre si, os demais, parentes próximos, estavam interditados. Quando encontravam parceiros, de outros donos, estava impossibilitado por imposição senhorial. Respondiam, então, com a ilegitimidade.⁴⁸¹

Acredito que a grande proporção de escravizados africanos casados se deve a maior propensão destes escolherem cônjuges na mesma unidade produtiva. Os dados para

⁴⁷⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro — Século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 113.

⁴⁷⁸ Ibid. p. 106.

⁴⁷⁹ GOMES, Flávio dos Santos Gomes. “Africans and Slave Marriages in Eighteenth-century Rio de Janeiro”. In: *The Americas*, 67, 2010. pp 153-184.

⁴⁸⁰ FRAGOSO, João. op. cit. 2009. p. 198.

⁴⁸¹ FARIA, Sheila de Castro. op. cit. 1998. p. 336.

São Gonçalo do século XVII tornam explícito que as uniões não sacramentadas pela igreja católica se davam em grande medida devido os cônjuges serem de senhores diferentes ou com livres e forros/libertos. Além de conseguirem encontrar um parceiro na própria escravaria elas conseguiam encontra-los na maioria das vezes dentro do seu próprio grupo étnico. As nascidas no Brasil, devido sua maior vivência na sociedade colonial teriam um *pool* maior de possíveis cônjuges, porém devido aos impedimentos senhoriais de contraírem o matrimônio com um escravo de uma propriedade diferente não tinha suas relações legitimadas. Portanto, as tendências de matrimônio conforme a origem dos escravizados não significa que as africanas tinham pressa no casamento e as crioulas não, mas sim que entre as primeiras o casamento estava mais acessível porque tinham mais opções de encontrarem parceiros dentro da própria escravaria.⁴⁸² Mas outros fatores podem estar por trás disso, novamente o caso de São Gonçalo é esclarecedor ao mostrar um percentual de mulheres que não nomearam os pais, possivelmente, segundo Faria, por serem filhos bastardos dos senhores ou filhos do senhor. Indicativo disso é a presença de parentes dos senhores apadrinhando os filhos das cativas, muitos deles inclusive com títulos militares e as chamadas “Donas”.

Enfim, os escravizados escolhiam seus cônjuges, mas quem decidia quem poderia casar formalmente na igreja eram os senhores. Correndo-se o risco de ser redundante, é importante frisar que as taxas de ilegitimidade eram fruto muito mais de uma decisão senhorial do que a dos escravizados. Contudo, considerando que os africanos eram, em grande medida, os agraciados a receberem os santos sacramentos do matrimônio, não estaria implícita aí uma política de disciplinamento das relações conjugais como um modo de acultura-los aos preceitos da doutrina católica? Estamos falando de uma sociedade

⁴⁸² Discordo portanto da afirmação de João Fragoso de que as africanas tinham “mais pressa de reconstruírem seus laços de sociabilidade via parentesco”, ou melhor via o casamento sancionado pela Igreja Católica. FRAGOSO, João. op. cit. 2009. p.198.

escravista e católica no qual os proprietários de escravos, imbuídos da fé cristã, poderiam acreditar que ao sacramentarem as relações consensuais dos seus escravizados estariam realizando uma boa ação enquanto membros da cristandade. Discordo, portanto, da ideia de que o casamento, e em decorrência disso, a família escrava, fosse uma política senhorial com o objetivo de instaurar uma paz nas senzalas.⁴⁸³ Por outro lado, compreender que os senhores estimulavam os seus escravos a casarem com o fim de controlá-los, tornando-os “em reféns, tanto dos seus proprietários quanto de seus próprios anseios e projetos de vida familiar”.⁴⁸⁴ Tais autores incorrem no erro de pensar o casamento como condição *sine qua non* para o estabelecimento de relações familiares. Casados ou não, os registros paroquiais demonstram, os escravos estabeleciam laços familiares. Não haveria, portanto, a necessidade de casar os escravos para torná-los “reféns”. Concordamos com Sandra Lauderdale Graham ao afirmar que não há dados que demonstrem que tal política senhorial fosse uma política coletiva de todos os senhores de escravos e que o casamento dos escravos era visto por seus senhores como um modo normal de ordenar a sociedade.⁴⁸⁵ Além disso, de acordo com Isabel Cristina Ferreira dos Reis, na maioria das sociedades africanas havia a tradição da poligamia desse modo, como uma tentativa de controlar as relações sexuais dos escravizados os senhores com base nos valores morais de uma sociedade católica, na defesa da família nuclear e monogâmica, tenderiam a sacramentar as relações conjugais dos escravos africanos logo quando fosse possível.⁴⁸⁶

⁴⁸³ FLORENTINO, M. e GÓES, J.R. *A Paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

⁴⁸⁴ SLENES, Robert. *op. cit.* p. 60.

⁴⁸⁵ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: História de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p.56-57.

⁴⁸⁶ REIS, Isabel Cristina dos. *op. cit.* p. 113.

Sendo, portanto, as africanas as mais propensas a casarem, seriam as crioulas as escravas mais “propensas” a ilegitimidade? Retomando os dados sobre legitimidade das crianças cativas para a freguesia de São Salvador, no ano de 1798, as filhas de escravas crioulas correspondiam a 79 das 342 crianças, sendo 60% destas filhas de mães solteiras crioulas.⁴⁸⁷ Em Irajá de fins do século XVIII, das 400 mães escravas presentes nos registros de batismos 258 eram solteiras, e dentro deste grupo 145 eram nascidas no Brasil.⁴⁸⁸ Percebemos que apesar do grande número de africanas solteiras, eram as crioulas as mais propensas a ilegitimidade.

Sobre as escolhas de apadrinhamento a partir da origem das mães escravas Roberto Guedes, o maior percentual de padrinhos livres entre as crioulas indicaria “a maior proximidade que crioulas tiveram ao universo de livres forros”⁴⁸⁹. Fragoso argumenta, do mesmo modo, que as crioulas e as pardas tinham mais chances de estabelecer aliados entre os livres.⁴⁹⁰

Acredito que tais escolhas tenham relação com o tempo de convívio dos cativos na sociedade colonial conforme pontuou Robert Slenes “a estratégia de aproximação ao mundo dos livres, por via da construção de laços de parentesco e dependência, demandava muito tempo”⁴⁹¹. Os crioulos, nascidos na América Portuguesa, conheciam melhor o funcionamento daquela sociedade que os africanos, e estejam mais preocupados com a mobilidade social que estes últimos. Ou seja, a escolha dos padrinhos estava relacionada

⁴⁸⁷ FARIA, Sheila de Castro. op. cit. 1998. 337.

⁴⁸⁸ FRAGOSO, João. op. cit. 2009. p.198.

⁴⁸⁹ GUEDES, Roberto. Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). Niterói, 2000. f. 231. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p.232.

⁴⁹⁰ FRAGOSO, João. “O capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.198.

⁴⁹¹ SLENES, Robert. *Op. Cit.* p. 62.

as estratégias desenvolvidas pelos cativos de acordo com seu tempo de convívio na sociedade colonial.

Os africanos, recém-chegados na colônia, estavam mais preocupados em estabelecer contatos com seus companheiros de infortúnio, de modo a melhor sobreviver ao cativeiro, que os crioulos, mais preocupados em estabelecer alianças com pessoas de status superior, vislumbrando melhores condições de vida para si e para os seus filhos. De todo modo, isso dependia do tamanho das escravarias, ou seja, os africanos tenderiam a estabelecer laços entre si principalmente nas grandes escravarias.

Reconfigurando as tendências do compadrio, elas representam antes de mais nada proximidades. Tais proximidades se constroem no decorrer da vivência dos escravos na sociedade colonial. Considerando o fator tempo como uma variável importante para a compreensão dos laços de compadrio – aliado ao tamanho da propriedade escravista e da origem dos escravos – é possível que no estreitamento de vínculos entre os livres os escravos nascidos no Brasil tivessem preponderância. Criados muitas das vezes na casa grande, “as crias de casa” – como os senhores costumavam chamar as crianças escravas – elas se apropriaram dos códigos culturais da sociedade colonial tornando os contatos com o “mundo dos livres” cada vez mais frequente e íntimo devido à proximidade sociocultural. As variações no tempo e em diferentes localidades nas tendências do compadrio escravo podem ser consequência destas proximidades ora majoritariamente com o mundo dos livres ora preferencialmente com o mundo dos escravos. As sociabilidades escravas percebidas através dos casamentos entre os escravos tendem a se refletirem na escolha dos padrinhos e madrinhas, assim como a ausência dos pais nos batismos das crianças escravas podem ser reflexos de uma outra sociabilidade ou melhor, uma proximidade sociocultural.

3.7 – Origens étnicas dos africanos escravizados

Para além das origens quais eram as identidades étnicas dos africanos escravizados na freguesia de Santo Antônio de Sá? Um dos grandes problemas no uso da documentação paroquial é que em muitos livros se omite a origem étnica, como vimos acima, ou quando ela é anotada, surge uma identidade mais genérica como “gentio da guiné”. Mariza Soares estudando os matrimônios dos escravizados na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XVIII aponta que com o avançar para a segunda metade do século XVIII há uma diminuição desses escravos assim qualificados, passando progressivamente a serem indicados pelas nações, tais como “angola”, “mina” e “benguela”. Nessas mesmas freguesias urbanas, entre 1751 e 1760, 68,9% das mães africanas eram de nação angola e 31,1% Minas.⁴⁹²

Em Campos o mesmo processo teria ocorrido, no período de 1733 a 1757, na freguesia de São Salvador 98,8% dos noivos africanos 99,1% das noivas africanas eram do gentio da guiné, no período seguinte, de 1760 a 1790 57,1% dos noivos eram de nação angola e 38,3% do gentio da guiné, enquanto entre as noivas africanas eram, respectivamente 57,4% e 38,4%. Na década final do século XVIII os angolas se tornam majoritários, correspondendo a 94% do total dos noivos africanos e 94,6% das noivas africanas.⁴⁹³

Flávio dos Santos Gomes trabalhando com uma amostra de 1.167 registros de batismo de escravos adultos e de crianças de mães africanas de diversas freguesias do Recôncavo do Rio de Janeiro no século XVIII - de Campo Grande, Guaratiba, Ilha do Governador, Inhaúma, Irajá, e Jacarepaguá - apresenta as seguintes tendências sobre os padrões demográficos africanos: 52,5% dos batismos de adultos eram do gentio da guiné, 40,4% eram de nação Mina e 3,7 de Angola. Entre as mães 64,1% foram anotadas sendo

⁴⁹² SOARES, Mariza de Carvalho. op. cit. p. 106.

⁴⁹³ Kjerfv, op. cit. p. 47.

do gentio da guiné, 22,1% de nação angola, 5,8% de nação Benguela e apenas 5,3% de nação mina⁴⁹⁴. Permanece, portanto, a grande presença dos escravizados africanos denominados “gentio da guiné”.

Trabalhando com base em 105 inventários de diversas freguesias da capitania do Rio de Janeiro entre os anos de 1744 a 1794, Gomes identificou 760 africanos escravizados, de um total de 1.629 escravos, sendo os de nação Angolas e Benguelas majoritários representando 29% e 26% respectivamente do total de escravizados. Também foram expressivos os africanos ocidentais - Cabundá, Cassange, Ganguela e Quissama - totalizando 14,2% do total de africanos.⁴⁹⁵

James K. Sweet utilizando os registros de batismos de escravos da freguesia urbana de São José, entre 1751 e 1758, identificou 154 casais no qual um dos cônjuges eram africanos do total de 142 africanos. Estes africanos eram em sua maior parte de nação angola representando 65,5% do total de africanos, em segundo lugar vinha os de nação guiné com 17,6% do total.⁴⁹⁶ Em outra freguesia da cidade do Rio de Janeiro, a de Nossa Senhora da Candelária, entre 1751 a 1761, Sweet encontrou 222 cônjuges africanos, sendo majoritários os gentios da guiné, mina e angola com representando respectivamente 53,6%, 29,3% e 6,8% do total de africanos que casaram na dita paróquia.⁴⁹⁷ No mesmo período e freguesia Soares encontrou na mesma ordem, as seguintes porcentagens das etnias acima: 7,69%, 52,31% e 40% com base em 65 batismos de escravos.⁴⁹⁸ Na freguesia rural de Guaratiba, entre 1763 e 1770 encontrou 22 registros

⁴⁹⁴ GOMES, Flávio dos Santos. op. cit. p.160.

⁴⁹⁵ *Ibid.* p. 163.

⁴⁹⁶ SWEET, James K. *Recreating Africa. Culture, Kinship, and Religion in the African-Portuguese World, 1441-1770* (Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2003), pp. 48.

⁴⁹⁷ *Ibid.* p. 45.

⁴⁹⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. op. cit. p. 105.

de casamentos envolvendo africanos, sendo 41 africanos e, em sua maior parte do gentio da guiné (56,1%) e em segundo lugar dos angolas (19,5%).⁴⁹⁹

Gomes, com base nos registros de casamentos de escravos da Freguesia de Campo Grande, entre 1745 e 1797 encontrou ainda a presença significativa de escravos do gentio da guiné, representando 45,2% do total de 533 cônjuges africanos e em segundo e terceiro lugar os angolas e benguelas com, respectivamente 31,7% e 10,4% do total de africanos.⁵⁰⁰

Michele Helena Peixoto da Silva ao trabalhar com os registros de óbitos de escravos na freguesia de Irajá entre 1730 a 1808, encontrou 1.577 (60,5%) africanos, deste 28,5% eram de nação angola, 20,1% do gentio da guiné e 17,6% de nação benguela.⁵⁰¹ Na paróquia de Jacarepaguá entre 1791 e 1800, Gomes analisando 204 óbitos de africanos escravizados observa o quase desaparecimento de africanos denominados gentio da Guiné (apenas 1), e os africanos denominados angola com ampla participação, representando 86,6% do total de escravizados africanos.⁵⁰²

Na freguesia de Santo Antônio de Sá a partir dos registros de batismos de escravos identificamos apenas 532 (20,1%) 2.553 batismos de inocentes consta a origem das mães das crianças cativas, como vimos anteriormente, destas, 214 eram de origem africana. Como podemos observar na tabela 21 a maior parte das africanas foi designada como do gentio da guiné representando 45,8% das mães africanas e, em segundo lugar as de nação angola, representando 39,3% do total de mães oriundas do continente africano. Ainda

⁴⁹⁹ *Ibid.* p.46.

⁵⁰⁰ GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 89.

⁵⁰¹ SILVA, Michele Helena Peixoto. *Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos escravos (1730-1808)*. Dissertação de Mestrado: UNIRIO, 2017. p. 104.

⁵⁰² GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p. 92.

com base na tabela 21 podemos perceber que há uma concentração na designação das etnias africanas no período de 1781 a 1809. Além disso, importante salientar que ao longo de todo o período coberto pelo livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá há a presença de escravos denominados apenas como “gentio”, abrindo a possibilidade destes mesmos escravizados serem de origem indígena.⁵⁰³

Tabela 61 – Etnias das mães africanas presentes nos registros de batismos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809)

Período	1763-1780		1781-1809	
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Angola	6	31,6%	78	40,0%
Benguela	1	5,3%	8	4,1%
Calango	0	0,0%	1	0,5%
Cassange	0	0,0%	2	1,0%
Congo	0	0,0%	1	0,5%
Golla	0	0,0%	5	2,6%
Gentio	10	52,6%	2	1,0%
Guiné	1	5,3%	97	49,7%
Mina	0	0,0%	1	0,5%
Rebolo	1	5,3%	0	0,0%
Total	19	100,0%	195	100,0%

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá*. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

O livro de registro de casamento de escravos apresenta um número significativamente maior que o livro de batismos de escravos. O livro de casamentos de escravos abrange o período de 1754 a 1809, contabilizando 866 matrimônios. De longe foram as mulheres que melhor tiveram suas origens anotadas: enquanto os homens

⁵⁰³ No capítulo seguinte veremos a participação de índios entre os escravizados da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, o que pode corroborar com a nossa hipótese.

tiveram suas origens anotadas em 66,1% (572) as mulheres chegam a 81,4% (704). Os noivos africanos representavam 64,7% e 35,3% eram crioulos, entre as noivas 71,6% eram africanas e 28,4% crioulas. Sobre as identidades étnicas dos cônjuges africanos os gentios da Guiné é o grupo predominante nos registros (87,8%), ultrapassando em muito os Angola (10,96%) e Mina (1,21%).

Tabela 62 – Etnias dos noivos africanos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1754-1809)

Etnia	<i>N</i>	%
Angola	31	7,8%
benguela	4	1,0%
Cabinda	1	0,3%
Cabo Verde	1	0,3%
caimondogo	1	0,3%
Mina	15	3,8%
Gentio	43	10,8%
gentio da guiné	299	75,1%
Gongo	1	0,3%
Rebolo	2	0,5%
Total	398	

Fonte: *Livro de Casamentos de Escravos (1754-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 63 – Etnias das noivas africanas, freguesia de Santo Antônio de Sá (1754-1809)

Etnia	n.	%
Angola	42	8,3%
Benguela	6	1,2%
Gentio	56	11,1%
gentio da guiné	391	77,7%

Mina	4	0,8%
Monjola	1	0,2%
Rebolo	3	0,6%
Total	503	

Fonte: *Livro de Casamentos de Escravos (1754-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Os números acima, embora não represente o número exato das etnias africanas na capitania do Rio de Janeiro demonstram a expressiva participação dos africanos da África Centro-Occidental, tais como os angolas e benguelas, e em menor número os africanos ocidentais. Além disso, é perceptível que a redução dos africanos ditos do gentio da guiné ocorre de forma diferenciadas nas freguesias rurais e urbanas da capitania do Rio de Janeiro.

As tabelas mostradas acima ainda sugerem uma tendência de inclusão acentuada de africanos -especialmente aqueles originários da África Central - na segunda metade do século XVIII na área da baía do Rio de Janeiro. Conforme apontou Gomes, nas primeiras décadas do século XVIII a maior parte dos africanos denominados “gentio da guiné” poderiam ter sido originários da África Ocidental (talvez de Alta Guiné) e grupos mais amplamente dispersos (de algumas áreas) originários da África Central. No entanto, a partir de 1740, os africanos da região Centro-Occidental finalmente prevaleceram.⁵⁰⁴ Isso vai ao encontro com os estudos de Gwendolyn Midlo Hall que afirma existir um fluxo de africanos de determinadas regiões para as Américas, isto é, haveria ondas migratórias de africanos de determinadas origens no decorrer da existência do comércio de escravos.⁵⁰⁵

Isso significa que, como vimos no primeiro capítulo, o crescimento econômico vivenciado na capitania do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII, tanto na produção de alimentos como na produção da cana-de-açúcar – com o aumento

⁵⁰⁴ Gomes, Flávio José. Op. cit. p. 164.

⁵⁰⁵ HALL, Gwendolyn Midlo. *Escravidão e etnias africanas nas Américas.* Restaurando os elos. Editora Vozes. 2017.

significativo dos engenhos de açúcar exemplarmente ocorrido na região de Campos dos Goytacazes, mas não somente nela -, foi sustentando em grande parte pelo afluxo da mão-de-obra escravizada de africanos centro-ocidentais. Nas novas áreas produtoras o impacto destes africanos é surpreendente como pudemos ver em Campos e como veremos no próximo capítulo, numa das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito.

Capítulo 6 - Africanos Centro-Ocidentais no Recôncavo da Guanabara: o caso da freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (c. 1768 – c. 1791)

A freguesia da Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito ficava a noroeste do Recôncavo da Guanabara e surgiu devido à pressão demográfica das áreas de colonização agrícola antiga. Inicialmente fora chamada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio do Ouro, indicando a proximidade da paróquia com o Rio do Ouro, um dos afluentes do Rio Bacaxá. A freguesia teve origem na capela criada pelo sargento-mor. Gregório Pereira Pinto destinada ao culto de Nossa Senhora da Madre de Deus em 1760. Posteriormente, o vigário desta paróquia, Marcelo Correa de Macedo, construiu outra capela, próxima do Rio Bonito, destinada ao orago de Nossa Senhora da Conceição.⁵⁰⁶ Marcelo Correa de Macedo parouquiou nesta igreja desde janeiro de 1778 até o final da sua vida, em 27 de novembro de 1807, portanto boa parte dos registros paroquiais analisados desta freguesia foram feitos por este padre.⁵⁰⁷

O acesso a freguesia se dava através do Rio Macacu, que se desembocava na Baía da Guanabara, a partir deste rio seguia rumo ao oeste até o Rio Caceribú se juntar ao mesmo até o Rio homônimo da freguesia, o Rio Bonito. Segundo informações do Monsenhor Pizarro ela fora criada por provisão do Reverendo Bispo Fr. Antônio do

⁵⁰⁶ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1795*. Visita número 29, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito. f.177.

⁵⁰⁷ Testamento do Reverendo Vigário Marcelo Correa de Macedo. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fs.30v-31.

Desterro em agosto de 1768⁵⁰⁸. Em setembro do mesmo ano inicia o livro de registro de batismo de escravos da mesma freguesia do qual dispomos.

Como vimos no segundo capítulo o primeiro censo populacional data de 1774, no qual consta que a dita freguesia possuía 170 fogos e 982 pessoas de sacramento⁵⁰⁹ - sem discriminar os livres e escravos, assim como os homens e as mulheres - o que representaria 5,8 pessoas por fogo, porém como não foram contabilizadas as crianças esse número deveria ser superior. O segundo censo, que consideramos ser posterior a este, apresenta o número de 1.293 pessoas sendo 629 livres e 664 escravos, uma proporção de livres e escravos semelhante a que vimos nas demais freguesias no recôncavo para o período, isto é, o percentual de escravos era sempre superior aos dos livres.⁵¹⁰ Um dado que demonstra que a localidade era uma área de fronteira agrícola é o alto percentual de homens entre os livres, diferente das outras freguesias ao redor, a razão de sexo era de 115,4 homens para 100 mulheres.⁵¹¹ Um outro aspecto também diz respeito a razão de sexo da população escrava que também destoava da maioria das demais freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, representando 134,6 homens para cada 100 mulheres.⁵¹²

Na relação do Marques de Lavradio produzida provavelmente em 1779, isto é, no final do seu governo na capitania do Rio de Janeiro, a freguesia de Rio Bonito consta de 114 fogos, um número, portanto menor daquele verificado em 1774. Nesta relação consta também que haveriam 5 engenhos de açúcar na região, a maioria constituída na década

⁵⁰⁸ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1795*. Visita número 29, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito.

⁵⁰⁹ Pessoas maiores de 7 anos. *Memórias do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793*.

⁵¹⁰ Ibid.

⁵¹¹ Nas demais freguesias a razão de sexo entre os livres fora em Guapimirim 80,1, em Santíssima Trindade 103,1, em Santo Antônio de Sá 92,8, em São João Batista de Itaboraí 84,0 e na freguesia do Desterro de Itamby 88,9.

⁵¹² Nas demais freguesias a razão de sexo entre os escravos fora em Guapimirim 127,2, em Santíssima Trindade 103,7, em Santo Antônio de Sá 121,5, em São João Batista de Itaboraí 88,9 e na freguesia do Desterro de Itamby 168,5.

de 1770, e apenas um em 1769.⁵¹³Tais dados demonstram que a elevação do povoado a freguesia se deve ao crescimento demográfico e econômico na região, mesmo que a área já tivesse sendo ocupada antes de sua elevação.

Entre setembro de 1768 até dezembro de 1779 contabilizamos 109 proprietários de escravos no livro de batismo de escravos da freguesia de Rio Bonito o que não destoa tanto dos números de fogos expostos acima de 1774 e de 1779, considerando que nem todo senhor de escravo é senhor de um fogo e que nem todo senhor de um fogo é escravista.

O próximo censo, de 1789, apresentou o incremento populacional na freguesia com relação aos censos anteriores. Consideramos na dissertação de mestrado que este é o mais completo por abranger todas as faixas etárias da população. A população total foi de 1.789 habitantes, sendo 841 livres e 948 escravos. A razão de sexos entre os livres tendeu a uma queda, talvez fruto da inclusão das crianças no censo, chegando a 82 homens para cada 100 mulheres. Entre os escravos há um considerável incremento de homens resultando numa razão de sexo de 301,7 homens para cada 100 mulheres. Tal número demonstra que o incremento da população escrava se fazia antes principalmente através do comércio de escravos. Há também o incremento dos fogos, que de 170 no ano de 1774 vai para 260 em 1789.⁵¹⁴

Nas visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro datado de 1795, consta que para este ano a população de sacramento era de 1.714 pessoas, sendo os livre 940 e os escravos 974. Mais uma vez se verifica, portanto, a predominância dos escravos com relação aos

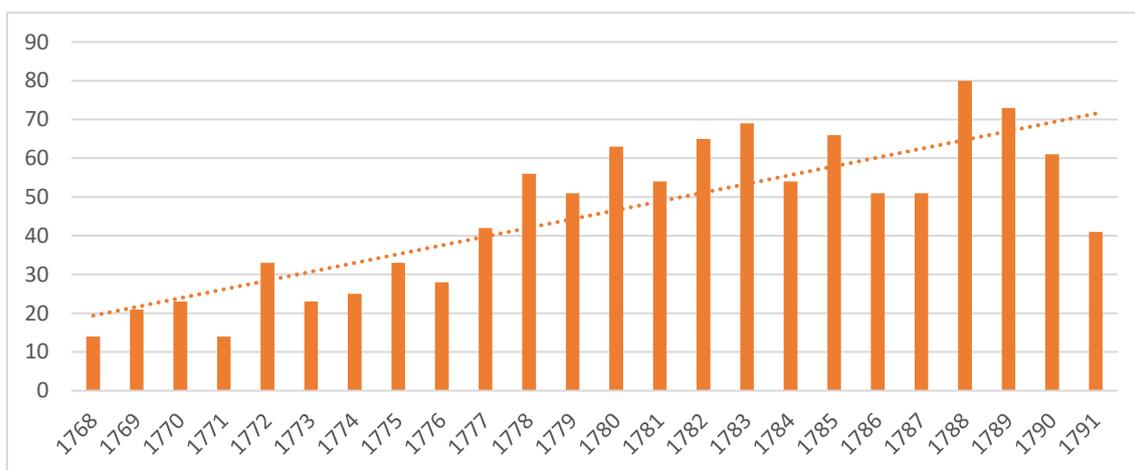
⁵¹³ Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB* (76), Pt. 1, p. 289-303.

⁵¹⁴ Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. **RIHGB**. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

livres. Além disso ocorre mais uma vez o incremento nos fogos, chegando a 301 fogos, ou seja, quase o dobro de duas décadas atrás.⁵¹⁵

O incremento da população escrava é visível quando observamos os números de batismos da população escrava para o período, tomando apenas o nascimento de crianças escravas (gráfico 1). Com base no gráfico decidimos dividir os batismos em três períodos, tornando mais visível as tendências pronunciadas. Até o ano de 1776 foram realizados 214 batismos de crianças cativas, com uma média de 26,9 crianças por ano. Enquanto de 1777 até 1785 essa média quase dobra, chegando a 58,3 batismos. O último período, que abrange somente 5 anos, temos uma média de 78,2 batismo por ano.

Gráfico 1 – Batismos de crianças escravas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)



Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro Paroquial de casamentos de escravo da freguesia de Santo Antônio de Sá (1756-1809)*

4.1 – Estrutura de posse de escravos

Sobre a disposição da mão de obra escrava nas diversas faixas de tamanho de posses de escravos não temos nenhum quadro estatístico como encontramos para o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá. Dos dez mapas populacionais produzidos para o

⁵¹⁵ ACMRJ. *Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro ao recôncavo do Rio de Janeiro – 1795*. Visita número 29, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito.

ano de 1797 só foram encontrados quatro: o do distrito da Vila de Santo Antônio de Sá, o de Cabo Frio, o de Guaratiba e o de Campos dos Goytacazes. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito pertencia ao Distrito de Maricá, juntamente com a freguesia de São João Batista de Itaboraí e da Nossa Senhora do Amparo de Maricá.

Para tentar preencher esta lacuna utilizamos o método de contabilização das mães escravas por proprietário a partir dos registros paroquiais de batismos de crianças escravas, metodologia está desenvolvida por Roberto Góes em sua dissertação de mestrado. A partir da contabilização das mães agrupamos as mães por proprietário de escravos e em seguida estabelecendo as faixas de posses de escravos a partir do número de mães que estes proprietários detinham. Nesse sentido, o senhor que levou apenas as crias de uma mãe para serem batizadas foi enquadrada na faixa de uma mãe, e assim adiante.

Tabela 64 – Distribuição da posse de escravos a partir dos registros de batismos de crianças escravas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

FTP	Proprietários		Escravos	
	n.	%	n.	%
1	119	55,1%	119	24,6%
2	38	17,6%	76	15,7%
3 A 7	53	24,5%	222	46,0%
>8	6	2,8%	66	13,7%
Total	216	100%	483	100%

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791*

Conforme vimos nos outros capítulos podemos perceber, através da tabela 2, que a distribuição de posses de escravos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito não difere das outras freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, há uma acentuada dispersão da propriedade escrava em diversas faixas de posses de escravos, sendo os pequenos proprietários a grande esmagadora maioria dos escravistas – os proprietários da faixa de 1 e 2 mães perfazem juntos 72,7% do total de proprietários de escravos. Apesar

de majoritários, estes mesmos escravistas possuem apenas 40,3% do total de escravos. Enquanto isso, aqueles que possuem de 3 a 7 mães e mais de 8 mães, representando 27,3% do total de escravistas, detinham 59,7% do total de escravos, sendo os que tinham mais de 8 mães (6 escravistas), detinham 13,7% do total de escravos presentes nos registros paroquiais.

Entre aqueles que tiveram mais de 8 mães presentes nos registros de batismos eram 6 escravistas: Antônio de Araújo Alvares, Francisco da Costa Albernaz, Francisco Marinho Machado, João Pedro Braga, Joaquim José da Fonseca e Manoel Lourenço de Araújo. Com exceção de Francisco da Costa Albernaz, todos eram senhores de engenho conforme informações do Marques de Lavradio e Monsenhor Pizarro. Em 1778, Antônio de Araújo Álvares detinha 20 escravos, Francisco Marinho Machado, 38 escravos, Joaquim José da Fonseca, 20 escravos.⁵¹⁶ Conforme vimos no capítulo 2, a maior parte daqueles engenhos estabelecidos na década de 1770 tiveram um aumento no tamanho de suas escravarias na década de 1790, passando para a faixa de mais de 50 cativos, que corresponderia, *grosso modo*, a faixa de mais de 8 mães. Desta forma, mesmo considerando as possíveis não equivalência entre o número de mães e as faixas de tamanho de posse das escravarias é possível supor que estes senhores de engenho tiveram gradualmente suas escravarias ampliadas ao longo do período abarcado pelos registros paroquiais.

Uma outra forma para avaliarmos a correspondência entre o número de mães e o tamanho da posse de cativos, na ausência das listas nominativas, são os testamentos. Para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito contamos com o livro registro de óbitos de livres entre 1804 e 1830. Apesar do período abarcado pelo livro extrapole o

⁵¹⁶ Estatística realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB* (76), Pt. 1, p. 303.

limite temporal de nossa pesquisa, parcela significativa das escravarias que os senhores de escravos detinham quando realizaram seus testamentos foram constituídas no século XVIII. Utilizamos como referência 21 testamentos transcritos no livro de óbitos até a segunda década do século XIX.

O maior escravista que encontramos nos testamentos foi Fernando Peixoto de Carvalho, falecido em 5 de agosto de 1807, senhor de engenho, no testamento afirmava que possuía 35 escravos.⁵¹⁷ Nos registros paroquiais de batismo de escravos ele levou 5 mães para batizarem seus filhos na igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito. Portanto, considerando que a faixa de 3 a 7 mães corresponderia a faixa de 20 a 49 cativos, podemos perceber que a equivalência entre o número de mães e a faixa de posses.

Na mesma faixa estaria Francisco Freire Ribeiro, que levou 7 mães com seus rebentos para receberem os santos óleos do batismo. Em seu testamento feito em 18 de dezembro de 1810, Ribeiro afirma ter 20 escravos, contudo, ao dispor do seu legado, apresenta mais dois escravos que deixa para os seus parentes. Não sabemos ao certo o que produzia em suas terras, no testamento é mencionado que possui dois sítios além de terras citas “nas matas”. Entre os objetos que possuía, Ribeiro afirma que tem “dois fornos de cobre com roda de mandioca”.⁵¹⁸ Provavelmente este senhor escravista era um lavrador que produzia farinha de mandioca.

Jacinto de Macedo Guimarães, falecido em 27 de abril de 1805 e com testamento de 1 de julho de 1804, apresentou em seu testamento 4 escravos, Manoel, Antônia crioula, Ana e Maximiano pardo. Nos registros paroquiais encontramos ele levando sua escrava

⁵¹⁷ Testamento de Fernando Peixoto de Carvalho. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fs.35-36v.

⁵¹⁸ Testamento de Francisco Freire Ribeiro. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). f.94.

Antônia crioula para batizar seu filho Maximiano em 9 de outubro de 1785. Pela ordem em que foi registrado os escravos no testamento, é possível que Ana também seja filha de Antônia, porém, nos registros paroquiais, a nenhuma outra referência de escravos de Guimarães. Contudo, a despeito dos registros paroquiais não representarem a totalidade das escravarias, podemos mais uma vez perceber a equivalência de uma mãe a faixa de tamanho de posses de 1 a 9 cativos. Sobre a atividade produtiva do Jacinto, no testamento ele também apresenta ferramentas para o fabrico da farinha de mandioca.⁵¹⁹

João Francisco de Siqueira, falecido em 9 de julho de 1804, “de idade de mais de cinquenta anos”, e com testamento datado de 29 de abril de 1793, afirmou ter 7 escravos, sendo 5 filhos da escravizada Ana de nação angola. Ana compareceu com o seu marido Joaquim levando a pia batismal 6 filhos, na feitura do testamento de Siqueira, ao menos estariam presentes 4 das crianças batizadas entre 20 de junho de 1776 e 14 de agosto de 1790. Sobre suas atividades econômicas, João afirma que possuía dois sítios em terras alheias, com “roças e canaviais e mais que se achar, como também roda, forno e mais [ilegível] de se fazer farinha”.⁵²⁰ Como podemos perceber, este escravista além de produzir farinha de mandioca também possuía lavoura de cana-de-açúcar, semelhante a outros escravistas da Vila de Santo Antônio de Sá e que pudemos analisar no capítulo 3.

O Vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito, Marcelo Correia de Macedo, que realizou a maior parte dos registros paroquiais de batismos de escravos faleceu em 27 de novembro de 1807, com “mais de setenta anos”, e testamento datado de 1 de maio de 1804, detinha 10 escravos, sendo 5 adultos e os outros 5 filhos destes. Nos registros paroquiais o padre aparece somente duas vezes levando seus

⁵¹⁹ Testamento de Jacinto de Macedo Guimarães. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fls.11v-12.

⁵²⁰ Testamento de João Francisco de Siqueira. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fls.13-15v.

escravos para serem batizados, o primeiro registro datado de 1 de dezembro de 1783, no qual Sebastião de angola e Maria benguela levam seu filho Felix para receber os santos óleos, e Juliana filha de José e Clara do gentio da guiné, em 1 de março de 1790. Neste caso, contabilizamos duas mães, equivalente a faixa de 10 a 19 cativos. No testamento do vigário não consta informações sobre a produção agrícola que desenvolvia nas suas terras.

521

Joana Ferreira de Lima, viúva de Francisco Alves Batalha, faleceu em 9 de março de 1808, de idade de “mais de sessenta anos”, com testamento datado de 22 de março de 1804, contabilizava 11 escravizados em suas mãos e mais 6 que em algum momento da sua vida relegou aos seus parentes.⁵²²Joana não aparece nos registros paroquiais de batismo levando seus escravos e sim seu marido Francisco Alves Batalha, que levou 13 crias para serem batizadas na igreja matriz desta freguesia entre os anos de 1775 e 1791. Ao todo contabilizamos 3 mães sendo Efigênia de nação benguela casada com Matias, Ana crioula e Eva parda. Neste caso, a escravaria de Batalha estaria na faixa de 3 a 7 mães, correspondendo a faixa de tamanho de posses de 20 a 49 escravos, um número muito maior que apresentado pela sua esposa em seu testamento, porém, não sabemos se Joana herdou todos os escravizados de seu marido. Dos quatro escravizados citados acima, apenas Eva não estaria presente no testamento. Das 13 crianças registradas no livro de batismos de escravos, 7 foram mencionadas no testamento de Joana. Ao todo, portanto, seriam 10 escravizados presentes nos livros de batismos sendo apenas 1 dos 11 mencionados no testamento não estaria no dito documento. Lima não declarou nenhum

⁵²¹ Testamento de Marcelo Correia de Macedo. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fls.30v-32.

⁵²² Testamento de Joana Ferreira de Lima. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fls.32-34.

outro bem que possuía não nos permitindo identificar quais atividades econômicas desenvolvia em suas terras.

Mariana Maria de Jesus, falecida aos 30 dias do mês de novembro de 1811, com testamento datado de 25 de agosto de 1801, exposta e batizada na freguesia de São João Batista de Itaboraí possuía 3 escravos: Antônia cabra e seus filhos Manoel e Vitorino. No livro de batismos de escravos esteve presente somente em um registro, no batizado de Manoel filho de Antônia “preta” em 12 de março de 1790. Sobre os seus bens dizia que possuía um sítio com “plantações”.⁵²³

Nem sempre é possível identificar o tamanho da escravaria a partir dos testamentos pois em algumas situações os testamenteiros não apresentavam todos os nomes dos seus escravos ou não forneciam o número total de escravizados que possuíam. No primeiro caso temos dois testamentos, em que um era o cônjuge de outro, isto é, são os testamentos de Francisco Pereira dos Santos e sua esposa Ana Maria de Jesus que apenas citam os escravos que seriam alforriados e aqueles que foram doados como dotes para os seus filhos⁵²⁴. Nos registros de batismos de escravos, encontramos 7 mães escravas de Francisco Pereira dos Santos levando seus rebentos para receberem o santo Sacramento de batismo. A faixa de 7 mães se enquadra na faixa de 20 a 49 cativos. Somando as 7 mães, sendo 6 casadas, teríamos ao menos 13 escravos. Entre os padrinhos/madrinhas encontramos três que em nenhum momento estiveram presentes como pais das crianças batizadas, o que elevaria para 16 o número de escravos que Francisco Pereira dos Santos possuiria, mesmo que metade das crianças batizadas (12 de

⁵²³ Testamento de Mariana Maria de Jesus. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fls.61-61v.

⁵²⁴ Testamento de Francisco Pereira dos Santos e de Ana Maria de Jesus. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fls.64-67.

25 batizando), não tivessem sobrevivido, teríamos ainda assim, um número de escravizados acima de 20 cativos.

Manoel Carvalho da Veiga levou 5 mães para batizarem seus filhos, sendo duas casadas, entre 1769 e 1790, estando, portanto, na faixa de 3 a 7 mães, equivalente à faixa de tamanho de posses de 20 a 49 mães. Este senhor escravista faleceu em 11 de agosto de 1814 com testamento datado de 19 de dezembro de 1812⁵²⁵. Também neste caso o testamenteiro não estabelece o total de seus escravos, e sim as disposições sobre alguns deles. Ao todo cita 10 escravos, 3 escravizadas na qual determina que sejam forras e libertas após o seu falecimento sem nenhuma outra condição, 2 escravas cujas liberdades estariam condicionadas ao pagamento de uma determinada quantia, 4 escravizados menores que teriam sido dados aos seus filhos, e 1 que foi passado carta de liberdade sem seu consentimento por um padrinho do mesmo.

4.2 – Identidades étnicas dos escravizados

Considerando a hipótese de que a população escrava da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito cresceu durante o período principalmente a incorporação de novos braços via comércio de escravos, é necessário analisar a composição desta escravaria de acordo com a origem e para isso dispomos apenas do livro paroquial de registro de batismos de escravos que talvez seja um dos poucos do qual consta a origem de quase a totalidade dos pais que levaram suas crias para serem batizadas. Porém, antes disso, se faz abrir um parêntese para discutir sobre os significados das identidades atribuídas e/ou auto-atribuídas aos escravizados.

O trabalho em transformar os termos utilizados para discriminar os escravos para fins de classificação e estudo quantitativo requer uma especial atenção. Num primeiro

⁵²⁵ Testamento de Manoel Carvalho da Veiga. ACMRJ. Livro de óbito de livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1804-1830). fls.90-92.

momento, seria oportuno classificar tais termos como uma *atribuição colonial*. Utilizamos o conceito de *atribuição colonial* para abarcar todas as palavras utilizadas para definir e/ou classificar os escravos. Nesse sentido, termos como “gentio da guiné”, “mina”, “angola”, “rebolo”, “crioulo”, “preto”, “cabra”, “pardo”, “mulato” utilizados pelos testadores para caracterizar os seus escravos são considerados como atribuições coloniais.⁵²⁶

A diversidade das atribuições coloniais para os escravizados nesse estudo não compreende um sistema de classificação tal como Mariza de Souza Soares define.⁵²⁷ Não consideramos que o léxico utilizado para caracterizar os escravos forma um sistema pois isto nos faria pensar em uma coerência e uma interdependências entre as palavras e mais, nos faria supor na existência de um universo simbólico unificado e compartilhado. O léxico apropriado por diversos sujeitos e utilizados em diversas fontes do período, assim como os diversos sentidos dados pelos historiadores demonstram muito mais incoerências e a polissemia destas palavras. Dito isso, por mais que pudessem ser utilizados para classificar as populações coloniais, e no caso restrito de nossa análise, aos escravos, isso não significa que eles fossem empregados sempre da mesma forma e com a mesma carga semântica.

Apesar de não configurarem um sistema, a classificação dos escravos conforme a origem é fundamental para que possamos compreender o perfil demográfico da população escrava. Para fins de quantificação classificaremos os cativos segundo dois

⁵²⁶ Utilizo dessa forma o termo *atribuição colonial* com um sentido diferente daquele usado por Maria Lemke Loiola que a definiu como um “conjunto de (des)qualificações – conferida aos africanos e seus descendentes – relacionados à cor, à *nação* e à condição, indicavam o lugar desses indivíduos no mundo colonial” In: LOIOLA, Maria Lemke. “Rotas do tráfico Atlântico entre Goiás e África: o caminho do sertão”. *História Regional*, Goiânia, v.15, n.2, jul./dez. 2010. p.286.

⁵²⁷ Para Soares, os registros paroquiais os escravos “são enquadrados num sistema que os reúne em dois grandes grupos: os nascidos no âmbito da sociedade colonial e os nascidos fora dele.” In: SOARES, Mariza de C. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 96.

grupos de origem, assim como definiu Soares, “os nascidos no âmbito da sociedade colonial e os nascidos fora dele”⁵²⁸. Para Soares, os nascidos na sociedade colonial são caracterizados “com base no critério da cor (pretos e pardos) e o segundo com base no critério de nação/procedência (guiné, angola, mina etc.)”⁵²⁹. Contudo, os testamentos, demonstram que ambos os critérios podem ser utilizados para ambos os grupos, como no caso dos escravos do Gonçalo Nunes Barreto, falecido em 1742, em cujo testamento afirma “Declaro que possuo sinco escravos do gentio da guiné três machos e duas femeas seus nomes são os seguintes Fran.co guanguela, M.el, Maria, Agostinho Mençagens Fran.ca crioula.”⁵³⁰ Poderíamos acusar que Barreto de ter realizado uma “confusão”, utilizando o critério de “nação/procedência” para indivíduos nascidos no âmbito da sociedade colonial. Contudo, analisando com certa cautela podemos supor que o termo “gentio da guiné” não foi usado como critério de nação/procedência, mas provavelmente de ascendência, isto é, que todos seriam descendentes de africanos. Nesse caso, ao invés de agruparmos os cinco escravos como nascidos foram da sociedade colonial, classificamos somente dois como sendo de origem africana, um “brasileiro” e outros dois como de origem desconhecida. No batismo de Sabina realizado no dia 6 de janeiro de 1791 na igreja Matriz da Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, o pai de Sabina, Cristóvão, foi identificado como de nação mina e do gentio da guiné, demonstrando a complexidade das identidades atribuídas e/ou auto atribuída aos escravizados.

Os critérios para classificar os escravos nascidos na sociedade colonial também devem passar por uma análise mais atenta. Os “critérios de cor” não são os únicos e inequívocos termos para determinar os escravos nascidos na colônia. Primeiramente tem

⁵²⁸ *Ibid.* p. 96.

⁵²⁹ *Ibid.* p.96.

⁵³⁰ Testamento de Gonçalo Nunes Barreto, 1742. *Livro de Óbitos de livres da freguesia de S. João de Itaborá (1743 – 1761)*. f.124.

que se definir o que se entende como “critério de cor”. Para Soares, os termos “preto”, “pardo”, “branco”, “crioulo”, “cabra” seriam empregados para definir a cor da pele dos escravos nascidos na colônia. De acordo com a autora

O conjunto dos nascidos no seio da sociedade colonial apresenta uma dupla gradação que vai do preto ao branco, passando pelo pardo, e do escravo ao livre, passando pelo forro. Os assentos de batismos mostram o quanto essa passagem é complicada. Além do clareamento da pele, leva-se em conta o livro onde o inocente é registrado.⁵³¹

Outros autores têm defendido a ideia de que o vocabulário da cor no período colonial estaria associado a relação do indivíduo com a escravidão. De acordo com Sheila de Castro Faria

A caracterização de um indivíduo como preto/pardo livre/liberto significava uma evidente proximidade com um recente passado ou antepassado escravo. O estigma social da escravidão estava presente para os próprios alforriados e para a geração seguinte.⁵³²

Avançando na análise da correlação da cor com a condição social, historiadores associados ao grupo *Antigo Regime nos Trópicos* têm considerado o vocabulário de cor não como reflexo do fenótipo, mas sim como uma forma de classificação social dentro das hierarquias sociais da sociedade colonial, neste sentido, empregando os termos utilizados nos documentos da época, a cor é vista enquanto *qualidade*.⁵³³ Outros, associados ao grupo de pesquisa *Escravidão e mestiçagens* ainda consideram que a cor pode ser vista tanto como uma *qualidade* quanto a cor da pele, para este último grupo se

⁵³¹ SOARES, Mariza de Souza. *Op. Cit.* p. 100, assim como Mariza outros autores utilizam tais léxicos como representação do fenótipo, Cf.: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. LARA, Sílvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas* Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. “Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº58, pp. 383-415. 2009; estes últimos autores ainda associam o “critério de cor” a ideia de etnicidade.

⁵³² FÁRIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e Família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 135. Hebe Castro também faz a conexão da cor relacionada a condição social: a “noção de cor [...] buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas”. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 109.

⁵³³ Cf.: GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: trabalho, família e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798 - c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008; SOARES, Márcio de Sousa. *A Remissão do Cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c.1750 – c.1830*.

torna importante pensar alguns critérios de cor como sinônimo de mestiçagens culturais e biológicas, como nos casos dos pardos, mulatos, cabras e, etc.⁵³⁴

Todos estes estudos apontam mais divergências do que convergências sobre os significados da cor no período colonial. Porém, os últimos estudos têm avançando no sentido da polissemia e os vários modos como o vocabulário de cor foi apropriado pelos sujeitos coloniais de modo a produzir também outros sentidos. Empregados de diversas formas, acredito que o léxico da cor ao invés de representar um sistema classificatório, representa as diversas formas como os indivíduos na colônia foram identificados, classificados e também hierarquizados, sem que isso representasse um sistema geral que ordenaria a forma como os sujeitos fossem classificados e hierarquizados.

Feito o balanço historiográfico em torno do léxico da cor e devido os diversos significados atribuídos e como nem sempre conseguimos compreender a carga semântica das palavras utilizadas pelos testadores, classificamos como os escravos nascidos no âmbito da sociedade colonial como “crioulos” englobando todos aqueles descritos como “crioulo”, “pardo”, “cabra” e “mulato” e, como “africanos”, todos aqueles que tinham referência a nação/grupo de procedência. Os casos em que os escravizados são designados como “preto” demonstra a ambivalência do termo como demonstraremos a seguir.

Encontramos 26 batismos cujo pai tinha a designação de “cor”: 16 denominados pretos, e 10 denominados pardos, seguindo os rastros desses sujeitos pelo nome foi possível identificar que no período coberto pelo livro de batismos de escravos da freguesia

⁵³⁴ PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo*. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo de trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015. AMANTINO, Márcia. “Jesuítas, negros e índios: as mestiçagens nas fazendas inicianas do Rio de Janeiro no século XVIII”. In: PAIVA, Eduardo. F.; IVO, Isnara. P.; MARTINS, Ilton, C. (orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito que a maioria deles nem sempre foi qualificado como tal: Cristóvão, casado com Maria, escravos do Reverendo Manoel Duarte da Silva, outro Cristóvão, casado com Clemencia, escravos de José Bernardo de Moraes, Antônio, casado com Maria escravos de Bento de Souza Couto, Caetano com Rita escravos de Antônio José Torres, Damião casado com Páscoa escravos de Domingos Antônio Gomes, Francisco casado com Luzia escravos de João Manoel da Rosa, Manoel casado com Joaquina escravos de João Martins Braga, Simão casado com Marcelina escravos de Joaquim José de Araújo e Gonçalo casado com Maria escravos de Roberto Caetano Ribeiro.

Cristóvão e Maria levaram 5 dos seus filhos para serem batizados na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, em duas vezes Cristóvão tem a “cor” designada como preto, e outras duas vezes é apresentado como “gentio da guiné”, Maria igualmente é apresentada como crioula 2 vezes e outras duas como de “cor” preta. Em apenas um batismo não é apresentado nem a “cor” nem a origem dos pais. Em todos os 4 registros em que é apresentado a “cor” e a origem, quem registra os batismos é o Vigário Marcelo Correa de Macedo.⁵³⁵

Cristóvão e Clemencia, escravos de José Bernardo de Moraes, levaram 3 de suas crias para serem batizados, nos dois primeiros batizados Cristóvão é designado como de nação angola, e no terceiro registro como “preto”. A maior variação se dá entre a esposa de Cristóvão, Clemencia, a qual primeiramente é designada como de nação angola, no

⁵³⁵ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 47, 81, 112, 157 e 213.

segundo filho como crioula, e no terceiro como “preta”. Em todos estes registros foi assinado pelo vigário Marcelo Correa de Macedo.⁵³⁶

Antônio e Maria escravos de Bento de Souza Couto, levaram 5 filhos para serem batizados, no primeiro registro não consta nenhuma designação colonial, no segundo registro ambos os pais são designados como do gentio da guiné, no terceiro ambos como de “cor” preta, e no quarto não há nenhuma menção a designação colonial de Antônio e no quinto ambos de nação angola.⁵³⁷

Caetano e Rita escravos de Antônio José Torres levaram 2 de suas crias para serem batizadas, no primeiro registro ambos são designados como do gentio da guiné, no segundo ambos como preto.⁵³⁸

Damião e Páscoa, escravos de Domingos Antônio Gomes, tiveram 5 filhos batizados na igreja matriz da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, no primeiro ambos são designados como pretos, nos registros seguintes Páscoa é definida como crioula, enquanto Damião nos dois seguintes é de nação Benguela e nos últimos dois como de nação angola.⁵³⁹

Francisco e Luzia, escravos de João Manoel da Rosa tiveram muitos filhos, ao todo levaram 7 dos seus rebentos para serem batizados na igreja. No primeiro registro não há qualquer menção a “cor” e a origem. No segundo registro, ambos são designados como sendo do “gentio da guiné”, no terceiro e quarto registro ambos como nação angola, no quinto ambos como pretos, no sexto novamente ambos como gentio da guiné, e no sétimo

⁵³⁶ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 123, 149 e 205.

⁵³⁷ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 52, 83, 101, 143 e 147.

⁵³⁸ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 207 e 243.

⁵³⁹ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 56, 88, 174, 221, 256.

também como pretos. Com exceção do primeiro registro todos foram escritos pelo padre Marcelo Correa de Macedo.⁵⁴⁰

Manoel e Joaquina levaram 3 dos seus rebentos para serem batizados, no primeiro Manoel é designado como de nação angola e Joaquina de nação mina, no segundo Manoel de nação benguela e Joaquina permanece como de nação mina, e no terceiro ambos são pretos.⁵⁴¹

Simão e Marcelina tiveram dois filhos, no primeiro Simão é designado como gentio da guiné e Marcelina cabra, no segundo ambos são mencionados como pretos.⁵⁴²

Felipe e Juliana escravos do Capitão Francisco Marinho Machado tiveram 5 filhos, no primeiro batismo Felipe e Juliana são designados como pretos, no segundo Felipe é de nação angola, enquanto Juliana crioula, no terceiro Felipe aparece como do gentio da guiné e Juliana se mantém crioula como também nos quarto e quinto registro, enquanto no quarto Felipe volta a se tornar de nação angola e no quinto como gentio da guiné.⁵⁴³

Gonçalo e Maria escravos de Roberto Caetano Ribeiro tiveram 4 filhos no primeiro ambos são designados como pretos, e nos seguintes Gonçalo como crioulo e Maria como angola.⁵⁴⁴

O exaustivo arrolamento dos casais de escravizados presentes no momento de batizar seus filhos demonstra a grande variação das designações coloniais entre os

⁵⁴⁰ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 55, 88, 122, 160, 203, 239 e 269.

⁵⁴¹ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 76, 149 e 185.

⁵⁴² AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 101 e 168.

⁵⁴³ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 113, 152, 189, 227 e 244.

⁵⁴⁴ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 76, 113, 152 e 191.

mesmos sujeitos, contudo, como pudemos ver, a grande maioria dos escravizados “pretos” eram africanos escravizados. Dos 16 casos de pais de “pretos”, apenas 3 não conseguimos identificar a origem, principalmente por causa dos mesmos aparecerem somente uma vez nos registros paroquiais.

Contudo, a variação das designações coloniais referentes a origem produz certos problemas na hora de quantificar. Diversos escravos têm suas origens modificadas, isto é, em um registro se apresenta como gentio da guiné e em outros como angola, e em outro momento como Benguela. De início consideramos que isto deve ter sido confusão do pároco na hora de registrar a origem dos pais das crianças cativas, porém, com base na bibliografia sobre este tema, é possível que a variação seja por outro motivo.

Um dos motivos seria, como apontou Luís Nicolau Parés, por conta de que as relações étnicas na sociedade escravista eram essencialmente de caráter “relacional”. Nesse sentido, Parés considera que o fenômeno da etnicidade africana no âmbito da escravidão se dava em diferentes níveis, cada um relacionado à situação que cada africano se encontrava num dado momento. As designações coloniais de origem ou procedência levavam em conta os portos de embarque que eram utilizadas quando os africanos se relacionavam com a sociedade colonial, ou seja, quando eram embarcados pelo tráfico, ou quando apareciam em registros paroquiais. Tais denominações étnicas mais amplas, Parés classifica como “metaétnicas”⁵⁴⁵. Para Parés,

as denominações metaétnicas (externas), impostas a grupos relativamente heterogêneos, podem, com o tempo, transformar-se em denominações étnicas (internas) quando apropriadas por esses grupos e utilizadas como forma de auto-identificação. O conceito de denominação metaétnica é útil apenas para descrever o processo pelo qual novas identidades coletivas são geradas a partir da inclusão, sob uma denominação de caráter abrangente, de identidades inicialmente discretas e diferenciadas. Utilizando essa terminologia, poderíamos dizer que os traficantes e senhores do Brasil colonial foram responsáveis pela elaboração de uma série de denominações metaétnicas [...] enquanto outras,

⁵⁴⁵ Luis Nicolau Parés, *A formação do candomblé, história e ritual da nação Jeje na Bahia*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

como o caso nagô, já operativas no contexto africano, foram apropriadas e gradualmente modificadas no Brasil.⁵⁴⁶

Portanto, a variação da origem ou procedência dos pais poderia estar relacionada aos envolvidos no apadrinhamento das crianças cativas. Nesse sentido, dependendo dos padrinhos, os pais poderiam utilizar outras denominações de origem, isto é, outras designações “metaétnicas”.⁵⁴⁷

Tabela 65 – Origem dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Origem	Homens		Mulheres		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Africanos	158	76,7%	384	66,3%	542	69,0%
Coloniais	48	23,3%	195	33,7%	243	31,0%
Total	206	100,0%	579	100,0%	785	100,0%

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro Paroquial de casamentos de escravo da freguesia de Santo Antônio de Sá (1756-1809)*

A tabela 66 ao especificar as identidades atribuídas e autoatribuídas pelos pais e mães na pia batismal de seus filhos demonstram que a despeito da grande participação de uma identidade mais genérica que é a do Gentio da Guiné, a presença dos africanos da África Centro-Occidental é significativa representando 35,1% do total de escravizados.

Diversos estudos apontam que, em fins do século XVIII e início do XIX, grande parte da população escrava na capitania do Rio de Janeiro era formada sobretudo por africanos centro-ocidentais. Mary Karash em *Vida dos escravos no Rio de Janeiro* aponta que 96,2% dos africanos destinados para o Rio de Janeiro entre 1795 e 1811 eram centro-ocidentais.⁵⁴⁸ Partindo dos dados fornecidos pelos registros paroquiais a presença dos gentios da guiné diminui por conta justamente da presença dos africanos centro-ocidentais, Mariza Soares aponta que no decorrer do século XVIII, nos livros paroquiais

⁵⁴⁶ Ibidem. p. 26.

⁵⁴⁷ Sobre o debate em torno do tema da “nação” africana no âmbito da sociedade colonial brasileira ver: SILVEIRA, Renato. “Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos. *Afro-Ásia*. n. 38, 2008. pp.245-301.

⁵⁴⁸ KARASH, . p. 50

da cidade do Rio de Janeiro os gentios da guiné aos poucos vão desaparecendo dos registros paroquiais dando lugar as nações.⁵⁴⁹ Nesse sentido Kjerfv demonstra em seu estudo sobre a família escrava em São Salvador de Campos dos Goytacazes que entre 1733 e 1757, 98,8% dos noivos africanos eram do gentio da guiné, e entre 1760 e 1790 38,3% e na década de 1790, apenas 2,7%, por outro lado crescem os denominados angolas, que no primeiro período perfazia 0,9%, no século 57,1% e no último período 94%.⁵⁵⁰

Como foi dito anteriormente, as identidades dos escravizados poderiam variar de acordo com a situação, de uma identidade mais específica para a geral. Nesse sentido, muitos dos denominados gentios da guiné foram posteriormente denominados de angola, e outras vezes benguela. Em alguns registros as identidades dos pais foram descritas como “nação angola do gentio da guiné”, demonstrando que o termo gentio da guiné englobava a identidade angola, ou que ser gentio da guiné poderia ser sinônimo de escravizados vindos da África. Contudo, a despeito do termo ser utilizado muitas das vezes dessa forma, é necessário ter cuidado ao afirmar que o gentio da guiné é uma identidade genérica. De acordo com Mariza Soares “não é possível ao historiador usar a expressão Costa de Guiné, ou seu correspondente Gentio da Guiné, tão comum no Brasil até o século XVIII, sem antes realizar um rigoroso estudo de sua abrangência ao longo do tempo”⁵⁵¹. Apesar disso, a autora ao analisar a diminuição dos africanos ditos gentio da guiné, e o progressivo aumento dos angolas argumenta que boa parte dos gentios da guiné seriam africanos centro-ocidentais.⁵⁵² Sem desconsiderar essa possibilidade, acredito que essa mudança que se verifica em boa parte dos registros paroquiais da Capitania do Rio de

⁵⁴⁹ SOARES, Mariza. P. 107.

⁵⁵⁰ Kjerfv.p. 47

⁵⁵¹ SOARES,, Mariza de Carvalho. Devotos da Cor. p.60.

⁵⁵² Ibid. 106-108.

Janeiro se deve não a uma mudança coordenada dos párocos em esmiuçar melhor as identidades africanas e sim devido a uma mudança do próprio tráfico de escravos para a região. Isto é, mesmo que se possa argumentar que o gentio da guiné é de difícil delimitação é possível que os mesmos tenham vindo de outras regiões que não a África Centro-Occidental. Nesse sentido partimos da compreensão historicizada do comércio de escravizados, tentando perceber as ondas do desembarque de escravos, tal como Gwendolyn Midlo Hall em seu estudo sobre as etnias africanas nas Américas.⁵⁵³

Na tabela 67 podemos perceber a presença expressiva dos gentios da guiné representando 23% de todos os escravizados, por outro lado os africanos centro-ocidentais correspondem a 35,2% do total de escravizados, demonstrando ser majoritários na escravaria da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito em fins do século XVIII. Ao todo os africanos correspondem a 59,6% do total de escravizados já os nacionais (incluindo os indígenas e possivelmente os seus descendentes) totalizam 27,1% e 13,3% dos escravizados sem origem ou identidade étnica. Excluindo aqueles sem identificação os africanos correspondiam 68,7% contra 31,3% dos escravizados nacionais. Destes 68,7% africanos escravizados, os africanos centro-ocidentais representavam 40,3%, boa parte destes vindos de Angola (26,5%) e Benguela (13,3%). Poucos africanos eram os oriundos do Congo e de Luanda, com participação 0,4% e 0,1% respectivamente.

⁵⁵³ HALL, Gwendolyn Midlo. *Escravidão e etnias africanas nas Américas: Restaurando os elos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Tabela 66 – Identidades dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Origem	Mulheres		Homens		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Gentio da Guiné	147	23,1%	62	22,7%	209	23,0%
Mina	9	1,4%	4	1,5%	13	1,4%
Africanos Ocidentais	156	24,5%	66	24,2%	222	24,4%
Angola	145	22,8%	66	24,2%	211	23,2%
Benguela	80	12,6%	25	9,2%	105	11,6%
Congo	2	0,3%	1	0,4%	3	0,3%
Luanda	1	0,2%	-	0,0%	1	0,1%
Africanos Centro-Ocidentais	228	35,9%	91	33,8%	320	35,2%
Crioulo	143	22,5%	35	12,8%	178	19,6%
Pardo	30	4,7%	7	2,6%	37	4,1%
Preto	8	1,3%	2	0,7%	10	1,1%
Cabra	14	2,2%	4	1,5%	18	2,0%
Índio	-	0,0%	4	1,5%	4	0,4%
Coloniais	195	30,7%	52	19,5%	247	27,2%
S/I	58	9,1%	63	23,1%	121	13,3%
Total	636	100,0%	273	100,0%	909	100,0%

Fonte: ACRMJ. *Livro de Registro Paroquial de casamentos de escravo da freguesia de Nossa Senhora do Rio Bonito (1756-1809)*

Do livro de batismo de crianças cativas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito conseguimos identificar 274 casais onde foi possível perceber as preferências dos escravos na escolha dos conjuges. Entre os três gentios majoritários (gentio da guiné, angola e benguela) é explícita a preferência pela endogamia, das 81 mulheres do gentio da guiné, 53 escolheram homens do gentio da guiné, entre as 68 africanas de nação angola, 50 escolheram consortes também angola, e 28 mulheres benguelas, 17 também escolheram homens benguelas. Entre as nascidas no Brasil a tendência foi oposta, como no caso das crioulas que escolheram pessoas com outras identidades, com predominância para os homens de angola, o que pode significar que

muitas destas crioulas tenham tido pais angolas. Dito isto, é possível que a escolha de cônjuges angolas esteja fortemente vinculada com a ancestralidade.

Em seguida analisaremos a frequência da legitimidade da criança escrava a partir da origem da mãe e do tamanho da escravaria. E por fim a análise do compadrio a partir da legitimidade da criança escrava, da origem da mãe e do tamanho da escravaria demonstrando os ganhos que uma análise centrada no conceito de proximidade sociocultural pode trazer quando se analise os vínculos sociais que são estabelecidos pelos escravizados tanto no matrimônio como na escolha dos padrinhos.

A uma larga historiografia que se debruça sobre o casamento escravo demonstrando não apenas ser uma instituição bastante presente em diferentes regiões da colônia portuguesa e posteriormente Império do Brasil, como também as tendências endogâmicas nas escolhas dos cônjuges. Por outro lado, pouco se atentaram a estas preferências no quesito do apadrinhamento das crianças cativas, se haveria uma preferência em estabelecer relações matrimoniais entre pessoas do mesmo grupo étnico é de se esperar o mesmo na questão do compadrio.

Tabela 67 – Alianças matrimoniais entre os escravizados da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Home m	Mulher											Tot al	
	Orige m	Gui né	Ango la	Bengu ela	Mi na	Con go	Luan da	Criou lo	Par do	Pre to	cab ra		S/ I
Guiné	53	0	0	0	0	0	0	7	0	0	1	1	62
Angola	0	50	1	1	0	0	13	1	0	0	0	0	66
Benguela	0	0	17	1	0	0	7	0	0	0	0	0	25
Mina	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	4
Congo	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Crioulo	3	13	6	0	1	0	11	0	0	0	1	0	35
Pardo	0	2	0	0	0	0	3	2	0	0	0	0	7
Preto	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Cabra	0	1	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	4
S/I	24	2	2	1	1	0	3	1	2	0	2	2	63
Índio	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4
Luanda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Total	81	68	28	4	2	0	49	6	4	3	2	2	274
												9	

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro Paroquial de casamentos de escravo da freguesia de Nossa Senhora do Rio Bonito (1756-1809)*

Antes de analisar o compadrio iremos nos deter sobre a legitimidade das crianças cativas. Do total de 1131 batismos, 1104 foram de inocentes e 27 de adultos. Grande parte das crianças levadas ao batismo eram fruto de uniões legítimas, representando 48,1% (531) do total das crianças batizadas. Tal percentual se assemelha a de outras freguesias da capitania do Rio de Janeiro no mesmo período. Em São Salvador de Campos de Goytacazes, entre 1753 a 1800, 46,6% das crianças levadas a pia batismal eram fruto de uniões legítimas, já em São Gonçalo, também em Campos, em 1771 a 1786, 45,9%. Enquanto isso, na freguesia de Santo Antônio de Sá, entre 1763 a 1809 as crianças legítimas representavam 38,2% do total de crianças batizadas. Tais percentuais de legitimidade diferem de outras freguesias da primeira metade do século XVIII como vimos no capítulo 2, demonstrando que a expansão da mão-de-obra escrava via tráfico possibilitava que mais escravizados, principalmente os africanos, pudessem consagrar na Igreja Católica seus relacionamentos através do matrimônio.

Dos 1.104 inocentes conseguimos identificar a identidade étnica das mães para 1.001 crianças, isto é para 90,7% delas. Tal percentual demonstra que os párocos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito estavam atentos em anotar as identidades étnicas das mães escravizadas. Destes 666 eram de filhos de africanas (66,5%) e 335 filhos de “brasileiras”, isto é, nascidas na Colônia Portuguesa (33,5%). Ficaram de fora deste total 26 mães ditas apenas como pretas – que como afirmamos poderia ser tanto de origem africana como nascida na colônia – e 78 mães sem nenhuma identificação.

Analisar a questão da legitimidade das crianças cativas a partir das identidades étnicas das mães é uma tarefa árdua, senão impossível. Se por um lado conseguimos descobrir pelos nomes dos pais identificar o mesmo casal quando estes mudam de identidade (de gentio da Guiné para nação Angola, por exemplo), fica muito difícil

identificar quando a repetição do nome da mãe com o mesmo proprietário corresponde a uma única mãe. Desse modo a tabela 4 foi desenvolvida apenas para termos uma ideia do quantitativo de crianças legítimas e naturais a partir do estado civil das mães e da origem das mesmas, não constituindo um quadro fiel da realidade da freguesia.

Como foi colocado nos capítulos precedentes, boa parte das mães casadas eram africanas nas freguesias rurais da capitania do Rio de Janeiro, o que demonstra que o casamento religioso estava mais disponível para elas do que para as nascidas no Brasil. Argumentamos que essa maior disponibilidade não estava condicionada a pressa das africanas em estabelecerem laços conjugais, na medida que o casamento não era condição *sine qua non* para as relações conjugais tendo em vista o grande número de mães “solteiras”. Nesse sentido, consideramos que as mães africanas casavam mais porque: 1. Era desejo dos seus senhores que seus escravos casassem entre si evitando problemas futuros; 2. As africanas, recém-chegadas na colônia, teriam um *pool* de possíveis cônjuges mais restritos (restrito pela própria escravaria que fazia parte) que as nascidas na colônia que devido o próprio tempo de convívio naquela sociedade, teriam um *pool* mais alargado de possíveis cônjuges para fora da própria escravaria. O diminuto caso de escravos casados de propriedades diferentes demonstra que os senhores não estavam dispostos a casar seus escravos com escravos de propriedades diferentes, quiçá com livres.

Se considerarmos de alguma validade a tabela 4 podemos argumentar que tais tendências estão de acordo com os dados da . Isto é, a maior parte dos filhos de africanas são legítimos (54,65%) e o inverso acontecia com as brasileiras com 66,6% das crias fruto de uniões não legítimas.

Tabela 68 – Crianças cativas batizadas conforme estado civil e origem das mães cativas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Filhos de	Legítimos		Naturais		Total
	n.	%	n.	%	
Africanas	364	54,65%	302	45,3%	666
Brasileiras	112	33,43%	223	66,6%	335
Total	476	47,55%	525	52,4%	1001

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro Paroquial de casamentos de escravo da freguesia de Nossa Senhora do Rio Bonito (1756-1809)*

Um dos aspectos pouco estudados no que se refere a legitimidade das crianças cativas e apadrinhamentos das mesmas é que há uma relação positiva entre a proporção de crianças legítimas e padrinhos escravos. Na freguesia de São Salvador de Campos dos Goytacazes entre 1753 e 1800, 46,4% das crianças cativas eram fruto de uniões legítimas e 56,2% os padrinhos eram escravos. Já na Freguesia de São Gonçalo de Campos dos Goytacazes, entre 1771 e 1786, 45,9% eram batismos de filhos legítimos e 55,8% escolheram padrinhos também escravos. Na freguesia de Irajá, entre 1785 e 1790, das 456 crianças levadas para o batismo, 173 eram fruto de uniões legítimas (37,9%) e os padrinhos escravos perfaziam 51,6% (248 padrinhos escravos do total de 481). Na freguesia de Santo Antônio de Sá, entre 1771 e 1809, 38,6% das crianças eram filhos legítimos e 43,9% dos padrinhos eram escravos. Na freguesia de Piedade de Iguaçu, entre 1796 e 1813, dos 1.183 batismos, 472 eram filhos legítimos (39,9%) e os padrinhos escravos representavam 46,3% do total de padrinhos. Na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga entre 1790 e 1807, dos 1.334 batismos, 670 eram filhos de uniões legítimas (50,2%), e 54,7% dos os padrinhos eram escravos.

Foram identificadas ao todo 483 mães e 254 pais. Destes pudemos identificar a origem de 785 escravizados como podemos ver na tabela 1. A metodologia que foi empregada é considerar a primeira identificação do pai e da mãe para considerar a origem

do escravizado. A participação dos africanos é majoritária entre a população escravizada, sendo mais acentuada entre as mulheres que dos homens. Ao todo, entre os pais e mães presentes na pia batismal os africanos representaram 69% enquanto os nascidos no Brasil, conformam 31% do total. Dessa forma, veremos a grande participação de africanos no conjunto dos escravizados apesar da presença significativa de nascidos na colônia.

Tabela 69 – Origem dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Origem	Homens		Mulheres		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
África	158	76,7%	384	66,3%	542	69,0%
Colônia Portuguesa	48	23,3%	195	33,7%	243	31,0%
Total	206	100,0%	579	100,0%	785	100,0%

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791*

4.3 – Conexões atlânticas: a África Centro-Occidental e a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito

Diversos estudos apontam que, em fins do século XVIII e início do XIX, grande parte da população escrava na capitania do Rio de Janeiro era formada sobretudo por africanos centro-ocidentais. Mary C. Karash em *Vida dos escravos no Rio de Janeiro* aponta que 96,2% dos africanos destinados para o Rio de Janeiro entre 1795 e 1811 eram centro-ocidentais.⁵⁵⁴ Manolo Garcia Florentino demonstra que no mesmo período 92,7% do total dos navios negreiros provenientes da África vieram da região da África Centro-Occidental, com destaque para os portos de Luanda e Benguela (correspondendo a 47,4% e 48,8% do total dos navios provenientes da África Central Atlântica)⁵⁵⁵.

⁵⁵⁴ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 50.

⁵⁵⁵ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: UNESP, 2015. p.246.

Joseph Miller aponta sobre a presença dominante dos negociantes do Rio de Janeiro em Luanda e Benguela no século XVIII, transportando cerca de 20 mil cativos desta região e, dessa forma consolidando “os centro-africanos como o grupo dominante entre os escravizados na cidade do Rio de Janeiro e suas cercanias”.⁵⁵⁶ Ainda segundo Miller, os negociantes do Rio de Janeiro já estavam estabelecidos no porto de Benguela desde o começo da década de 1710, transportando cerca de 2.000 africanos escravizados por ano por volta de 1730, chegando ao pico entre os anos de 1784 e 1795, transportando 8.000 a 9.000 africanos e diminuindo o ritmo até o final da década de 1820.⁵⁵⁷

Partindo dos dados fornecidos pelos registros paroquiais a presença dos gentios da guiné diminui por conta justamente da presença dos africanos centro-ocidentais, Mariza Soares aponta que no decorrer do século XVIII, nos livros paroquiais da cidade do Rio de Janeiro os gentios da guiné aos poucos vão desaparecendo dos registros paroquiais dando lugar as nações.⁵⁵⁸ Nesse sentido Kjerfv demonstra em seu estudo sobre a família escrava em São Salvador de Campos dos Goytacazes que entre 1733 e 1757, 98,8% dos noivos africanos eram do gentio da guiné, e entre 1760 e 1790 38,3% e na década de 1790, apenas 2,7%, por outro lado crescem os denominados angolas, que no primeiro período perfazia 0,9%, no século 57,1% e no último período 94%.⁵⁵⁹

Na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, entre 1790 a 1809, os escravizados oriundos da África centro-ocidental chegam a mais de 95% da população africana presente nos registros paroquiais de batismo da freguesia.⁵⁶⁰

⁵⁵⁶ MILLER, Joseph C. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: Heywood, Linda M. (Org.). *Diáspora negra no Brasil* São Paulo: Contexto. p.29-80. 2008.

⁵⁵⁷ MILLER, Joseph C. “A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII”. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sobra (Orgs.) *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1999. p. 63.

⁵⁵⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. op. cit. p. 107.

⁵⁵⁹ Kjerfv.op. cit. p. 47

⁵⁶⁰ Mosaicos da escravidão. P. 95.

Para compreender a dinâmica tráfico de escravos e seu impacto demográfico a partir dos registros paroquiais ao longo do período assinalado resolvemos dividir os registros de batismos em dois períodos, um de 1768 a 1778 e o segundo de 1779 a 1791.

Tabela 70 - Identidades dos pais e mães escravizadas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito de 1768 a 1778 e 1779 a 1791

	Homens	1768- 1778	1779- 1791	Mulheres	1768- 1778	1779- 1791
AFRICANOS	Guiné	44	106	Guiné	162	143
	Angola	1	111	Angola	4	232
	Benguela	0	38	Benguela	0	109
	Mina	2	4	Mina	1	12
	Congo	0	1	Congo	2	0
				Luanda	2	1
	Total	47	260	Total	171	497
CRIoulos	Crioulo	22	54	Crioulo	67	199
	Preto	1	15	Preto	1	25
	Pardo	2	8	Pardo	11	34
	Cabra	2	11	Cabra	5	18
	Mulato	0	0	Mulato	1	0
		Total	27	88	Total	85

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791*

A tabela 70 demonstra que quase a totalidade dos africanos escravizados no período de 1768 a 1778 eram denominados “gentio da guiné” enquanto no período seguinte, apesar de sua ainda expressiva presença, os gentios da guiné perderiam espaço para os angolas que se tornaram majoritários entre as identidades africanas. Situação similar ocorre entre as mulheres africanas, passando as angolas sendo majoritárias entre 1779 a 1791. Tais dados corroboram com a hipótese de que os africanos centro-ocidentais, na segunda metade do século XVIII se tornaram majoritários na capitania do Rio de Janeiro.

Essa presença marcante dos africanos centro-ocidentais nas freguesias do recôncavo do Rio de Janeiro demonstra o dinamismo da economia do Rio de Janeiro, uma

economia sobretudo atlântica, cuja produção agrícola diversificada, também chegava do outro lado do oceano, como no caso da jeribita e da farinha.⁵⁶¹

De acordo com Nielson Rosa Bezerra,

o recôncavo se estabeleceu na dinâmica atlântica através do abastecimento de farinha para a cidade carioca e os mercados de Angola, não é difícil constatar que a composição de seus escravos africanos era majoritariamente procedente dos portos da África Centro-Occidental.⁵⁶²

Em uma pesquisa em torno de 45 inventários de senhores de escravos que viviam em sete freguesias do recôncavo do Rio de Janeiro, Bezerra identificou que 41,6% dos escravizados eram da região centro-ocidental da África.⁵⁶³ Dessa forma, como vimos no último capítulo e neste, a presença dos africanos centro-ocidentais era marcante na capitania do Rio de Janeiro em finais do século XVIII demonstrando que, conforme Gwendolyn Midlo Hall argumenta, que se

olharmos para a composição étnica em transformação dos escravos exportados de várias costas africanas ao longo do tempo, o que sabemos sobre os padrões do comércio de transbordo dos africanos dentro das Américas, e a distribuição de africanos recém-chegados depois de sua venda final, podemos ver mais evidências da aglomeração de etnias e falantes de línguas mutuamente inteligíveis tanto nas viagens do tráfico atlântico de escravos quando depois que eles chegavam a seus destinos finais. Podemos discernir a aglomeração de africanos das mesmas regiões e etnias em distritos locais e propriedades.⁵⁶⁴

Além disso, Miller afirma que a maioria dos centro-africanos que foi levada para as Américas, entre 1780 e 1830, era de sociedades próximas à costa atlântica - numa proporção de dois escravos da zona atlântica para um escravo vindo da fronteira escravista

⁵⁶¹ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI-XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. SOARES, Mariza de Carvalho. O vinho e a farinha, zonas de sombra na economia atlântica no século XVII. In: SOUZA, Fernando de (coord.). *A companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Lisboa: CEPESE: Afrontamento, 2008, p. 215-232. BEZERRA, Nielson Rosa. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara, 1780-1840*. Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2010.

⁵⁶² BEZERRA, Nielson Rosa. *A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012. p. 36.

⁵⁶³ BEZERRA, Nielson Rosa. op. cit. p.85.

⁵⁶⁴ HALL, Gwendolyn Midlo. op. cit. p. 115.

-, e, portanto, há muito tempo integradas no sistema escravista do Atlântico⁵⁶⁵. Ainda segundo Mariana Cândido, as “origens étnicas da população escravizada, quando se chegou a conhece-las, indicam que os escravos que passavam por Benguela também provinham de zonas relativamente vizinhas”.⁵⁶⁶ Do mesmo modo, Daniel Domingues da Silva demonstra que no auge do tráfico transatlântico, 1780 a 1850, que muitos dos indivíduos que foram escravizados provinham de regiões próximas aos portos de embarque da região de Angola.⁵⁶⁷

Miller aponta ainda que o tráfico de escravizados da região centro-ocidental da África para o Brasil poderia ter “dado aos cativos de Benguela uma vantagem em estabelecer o ritmo da cultura escrava devido as suas origens compartilhadas dentro e em torno dos planaltos centro-africanos”⁵⁶⁸ e dessa maneira “apropriaram-se das designações genéricas e geográficas que os europeus lhes davam, como base para as comunidades que criaram sob a escravidão”.⁵⁶⁹

Conforme aponta Robert W. Slenes as implicações do trabalho de Miller são duas. Primeiro, que a “proporção de africanos no Sudeste do Brasil que se socializaram entre os culturalmente relacionados bancongos, umbundos e ovinbundos eram consideravelmente maior do que se suspeitava” e, segundo que

muitos desses povos provavelmente possuíam as habilidades para serem mediadores culturais junto aos centro-africanos de outros lugares porque teriam a tendência de ser a primeira geração bicultural, ou, mais

⁵⁶⁵ Miller, Joseph C. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 1988. p. 382.

⁵⁶⁶ CÂNDIDO, Mariana Pinho. *Fronteiras da escravidão: escravatura, comércio e identidade em Benguela, 1780-1850*. Benguela: UKB/Ondjiiri Editores, 2018. p.166.

⁵⁶⁷ SILVA, Daniel Domingues da. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. New York: Cambridge University Press, 2017. cap.3.

⁵⁶⁸ MILLER, Joseph C. “África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850”. In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2019. p.63.

⁵⁶⁹ *Ibid.* p.67.

exatamente, membros permanentemente “marginais” de suas sociedades natais.⁵⁷⁰

Ainda nesse sentido, Craemer, Vansina e Fox argumentaram que em grande parte da África Centro-Occidental, a cultura é “menos heterogênea e menos particularizada do que geralmente se supõe”. Cada povo “compartilha parte de sua complexidade cultural, especialmente os aspectos fundamentais de sua religião com muitos outros”⁵⁷¹. Portanto, a confluência cada vez maior de africanos centro-ocidentais nas freguesias do Recôncavo da Guanabara a partir da segunda metade do século XVIII teria possibilitado a formação de comunidades de escravizados sob identidades metaétnicas tais como as nações Angola e Benguela. As *esperanças e recordações* dos africanos na diáspora, conforme apontou brilhantemente Robert Slenes, foram importantes para a “formação de uma identidade nas senzalas, conscientemente antagônica à dos senhores e compartilhada por uma grande parte dos cativos”.⁵⁷² Essa identidade teria como consequência a formação de uma “proto-nação” bantu no Brasil “**especialmente** nas áreas rurais do Rio de Janeiro e de São Paulo, na primeira metade do século XIX”.⁵⁷³

Slenes ao analisar o relato de John Luccock, na viagem que realizou pela baía de Guanabara em 1816, identificou o uso de uma linguagem comum entre os tripulantes escravos da embarcação que não seguia os padrões da língua portuguesa. De acordo com o viajante inglês, ao embarcar numa lancha que o levaria para o fundo da Guanabara, ele encontrou o crânio de um peixe Tucuxi que, em seguida, colocou na lancha. Não demorou

⁵⁷⁰ SLENES, Robert. “A grande greve do crânio do Tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro”. In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2019. p.198-200.

⁵⁷¹ CRAEMER, Willy de, VANSINA, Jan e FOX, René. “Religious movements in Central Africa: a theoretical study”, *Comparative Studies in Society and History*, 18:4 (October, 1976). p.45. Apud. SLENES, Robert. “A grande greve do crânio do Tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro”. In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2019. pp. 119-217.

⁵⁷² SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011. p. 59.

⁵⁷³ SLENES, Robert W. “Malungu, ngoma vem!”: África Coberta e Descoberta do Brasil. *Dossiê Quinhentos Anos de América*, n. 12, dez./ 1991-fev./1992. p. 8. Grifo nosso.

muito tempo para que os remadores começassem a reclamar dos perigos que representava aquele crânio de peixe na embarcação, que para Luccock, incapaz de compreender a linguagem dos escravizados, eles teriam identificado como a de um ser humano. Slenes afirma que os escravizados identificaram tal crânio como uma representação do “grande espírito das águas”, entidade comum nas culturas de origem bantu.⁵⁷⁴

O episódio da “Grande greve do crânio do Tucuxi” coloca algumas questões que não são perceptíveis na documentação produzida pelas autoridades coloniais tais como as estatísticas populacionais assim como os inventários e os livros de registro paroquial. Ao que tudo indica a população escravizada das freguesias rurais do recôncavo e da capitania do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XVIII era predominantemente de origem bantu. Neste sentido, é possível indicar a existência de uma herança cultural comum entre os escravizados africanos que “poderia ter sido articulada como uma base para a unidade entre povos de diversas origens e assim, em última análise, como uma plataforma de resistência”⁵⁷⁵.

4.4 – Enlaces matrimoniais, família e compadrio

A partir da documentação eclesiástica é possível encontrar os escravizados de origem bantus estabelecendo laços entre si nos espaços de sociabilidade a que tinham acesso, como nos apadrinhamentos das crianças registradas nos livros de batismos de escravos assim como nos momentos em que os casais tinham a oportunidade para contrair núpcias.

Há uma larga historiografia que se debruça sobre o casamento escravo demonstrando não apenas ser uma instituição bastante presente em diferentes regiões da

⁵⁷⁴ SLENES, Robert W. “A grande greve do crânio do Tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro”. In: HEYWOOD, Linda M. *Díaspóra negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2019. pp. 119-217.

⁵⁷⁵ *Ibid.* p. 217.

colônia portuguesa e posteriormente Império do Brasil, como também as tendências endogâmicas nas escolhas dos cônjuges.⁵⁷⁶ Por outro lado, pouco se atentaram a estas preferências no quesito do apadrinhamento das crianças cativas - se havia uma preferência em estabelecer relações matrimoniais entre pessoas do mesmo grupo étnico é de se esperar o mesmo na questão do compadrio.

A tabela 71 apresenta os dados referentes a legitimidade dos filhos dos escravizados na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito entre as décadas de 1760 a 1790. É perceptível a redução dos filhos legítimos frente aos naturais. No primeiro período, de 1768-1778, os filhos fruto de uniões legítimas representam 48,7% enquanto os naturais 51,3%, no segundo momento, entre 1779 a 1791, em que temos o boom de batismos na paróquia, os filhos legítimos representam apenas 44,9% do total de batismos de crianças escravizadas e os naturais 54%. Apesar dessa redução, durante todo o período a legitimidade das crianças cativas 46% do total de crianças, proporção semelhante aquelas das freguesias de Campos dos Goytacazes para a segunda metade do século XVIII, período o qual a região vivia o boom da economia canavieira. nas freguesias de São Salvador e São Gonçalo do Campos dos Goytacazes. Em São Salvador, entre 1753 a 1800, 46,6% das crianças levadas a pia batismal eram fruto de uniões legítimas, já em São Gonçalo, em 1771 a 1786, 45,9%.⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ SLENES, Robert W. Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011; COSTA, Iraci Del Nero, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. —A família escrava em Lorena (1801)l. *Estudos Econômicos*. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP, v.17, no 2, maio/ago., 1987.

⁵⁷⁷ FARIA, Sheila de Castro Faria, op. cit. p. 325.

Tabela 71 – Legitimidade das crianças cativas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Período	Legítimo		Natural		Total
	n.	%	n.	%	
1768-1778	152	48,7%	160	51,3%	312
1779-1791	350	44,9%	429	55,1%	779
Total	502	46,0%	589	54,0%	1091

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Como afirmamos no outro capítulo, a proporção de filhos legítimos e naturais tem relação com o tamanho da escravaria em que tais escravos estavam inseridos, de modo que nas maiores propriedades escravistas havia uma tendência de encontrarmos um maior número de filhos legítimos que naturais, enquanto nas menores ocorria o inverso. A tabela 72 mostra a variação das taxas de legitimidade por tamanho de posse de escravos. Percebemos que as pequenas posses (de até uma mãe), tendem a ter uma alta proporção de crianças naturais (62,1%) enquanto nas maiores posses (mais de 8 mães), essa proporção chega a 37,4%. Enquanto isso, os filhos fruto de uniões legítimas na faixa de 1 mãe representa 37,9% do total de crianças batizadas, enquanto na faixa de mais de 8 mães essa proporção chega a 62,6%.

Tabela 72 – Legitimidade das crianças cativas por tamanho de posse de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Faixa	Naturais		Legítimas		Total
	N	%	N	%	
1	126	62,1%	77	37,9%	203
2	91	58,3%	65	41,7%	156
3 a 7	300	54,5%	250	45,5%	550
>8	70	37,4%	117	62,6%	187

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

A tabela seguinte (tabela 73) corrobora com o que vimos nos outros capítulos demonstrando que as africanas tendiam a ter as suas relações conjugais sacramentadas pela Igreja. Mais uma vez reafirmamos que isso se deve não pela “pressa” das africanas em procurarem o sacramento religioso e sim pelas maiores possibilidades de as mesmas

conseguirem arrumar um parceiro dentro da mesma escravaria. O *pool* de possíveis cônjuges no interior de uma mesma propriedade era maior para as africanas do que para aqueles nascidos na colônia, isso é ainda mais presente se tomarmos as denominadas “pardas”⁵⁷⁸ no conjunto das mães, onde se verifica o menor percentual de mulheres casadas (13,6%).

Tabela 73 – Legitimidade das crianças cativas por origem das mães da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Origem	Mães solteiras		Mães casadas	
gentio da guiné	107	35,1%	198	64,9%
Angola	115	48,7%	121	51,3%
Crioula	171	64,3%	95	35,7%
Parda	38	86,4%	6	13,6%

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Acredito que a grande proporção de escravizados africanos casados se deve a maior propensão destes escolherem cônjuges dentro da própria propriedade, como os dados para São Gonçalo do século XVII tornam explícito que as uniões não sacramentadas pela igreja católica se davam em grande medida devido os cônjuges serem de senhores diferentes ou com livres e forros/libertos. Além de conseguirem encontrar um parceiro na própria escravaria elas conseguiam encontra-los na maioria das vezes dentro do seu próprio grupo étnico. As nascidas no Brasil, devido sua maior vivência na sociedade colonial teriam um *pool* maior de possíveis cônjuges, porém devido aos impedimentos senhoriais de contraírem o matrimônio com um escravo de uma propriedade diferente não tinha suas relações legitimadas. Portanto, as tendências de matrimônio conforme a origem dos escravizados não significa que as africanas tinham pressa no casamento e as crioulas não, mas sim que entre as primeiras o casamento estava

⁵⁷⁸ A cor ou a “qualidade de cor” parda talvez seja a que guarde uma maior polissemia. Se dentro dos significados já abordados se referindo tanto ao fenótipo quanto a posição social do indivíduo, ela também pode se referir a mestiçagem biológica (Ver: PAIVA, Eduardo França e. *op. cit.* 2015).

mais acessível porque tinha mais opções de encontrarem parceiros dentro da própria escravaria.⁵⁷⁹ Mas outros fatores podem estar por trás disso, novamente o caso de São Gonçalo é esclarecedor ao mostrar um percentual de mulheres que não nomearam os pais, e que segundo Faria, poderiam ser filhos bastardos dos senhores ou seus filhos. Indicativo disso é a presença de parentes dos senhores apadrinhando os filhos das cativas, muitos deles inclusive com títulos militares e as chamadas “Donas”. Nesse sentido, é possível que tais mulheres eram concubinas dos senhores de escravizados ou dos seus filhos.

Sendo, portanto, as africanas a mais propensas a casarem, seriam as crioulas as escravas serem mais “propensas” a ilegitimidade? Retomando os dados sobre legitimidade das crianças cativas para a freguesia de São Salvador no ano de 1798, as filhas de escravas crioulas correspondiam a 79 das 342 crianças, sendo 60% destas filhas de mães solteiras crioulas.⁵⁸⁰ Em Irajá de fins do século XVIII, das 400 mães escravas presentes nos registros de batismos 258 eram solteiras, e dentro deste grupo 145 eram nascidas no Brasil.⁵⁸¹ Percebemos que apesar do grande número de africanas solteiras, eram as crioulas as mais propensas a ilegitimidade.

Dos 1.104 registros de batismos de crianças escravizadas, 1.089 (98,6%) tiveram padrinhos e 827 madrinhas (74,9%). A tabela 75 demonstra que os escravos que levavam seus filhos para serem batizados na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito tendiam a estabelecer laços de compadrio com outros escravos. Dos 1.089 padrinhos presentes nos registros paroquiais da freguesia 53,1% eram escravos, 8,9% eram forros, 0,4% libertos, 36,8% livres e 1,7% eram índios. Considerando os escravos, forros e libertos teríamos um percentual de 62,4% do total de padrinhos e entre as madrinhas

⁵⁷⁹ Discordo portanto da afirmação de João Fragoso de que as africanas tinham “mais pressa de reconstruírem seus laços de sociabilidade via parentesco”, ou melhor via o casamento sancionado pela Igreja Católica. FRAGOSO, João. op. cit. 2009. p.198.

⁵⁸⁰ FARIA, Sheila de Castro. op. cit. 1998. 337.

⁵⁸¹ FRAGOSO, João. op. cit. 2009. p.198.

71,%. Deste modo, os escravizados e os egressos do cativo foram escolhidos de forma majoritária pelos pais das crianças cativas.

A origem étnica dos padrinhos escravos geralmente era silenciada nos registros paroquiais, apresentando, no seu lugar, a cor destes indivíduos. Dos 578 padrinhos escravos, 44 (7,6 %) possuíam referência quanto a origem, 30 eram coloniais (25 crioulos e 5 cabras) e 14 do continente africano (10 do gentio da guiné, 2 minas, 1 angola e 1 congo). 149 (25,8%) dos padrinhos possuem sua cor anotada, sendo 82 pretos e 67 pardos. Demonstrando que a cor era a principal forma pela qual os padrinhos escravizados eram classificados. Das 522 madrinhas escravas, 27 (5,2%) tem informações sobre a origem, sendo 19 coloniais (18 crioulas e 1 cabra) e 8 africanas (6 do gentio da guiné, 1 de angola e 1 de nação mina). 109 (20,9%) madrinhas foram identificadas pela cor, sendo 72 denominadas preta, e 37 designadas parda.

Sobre as escolhas de apadrinhamento a partir da origem das mães escravas Roberto Guedes, o maior percentual de padrinhos livres entre as crioulas indicaria “a maior proximidade que crioulas tiveram ao universo de livres forros”⁵⁸². Fragoso argumenta, do mesmo modo, que as crioulas e as pardas tinham mais chances de estabelecer aliados entre os livres.⁵⁸³

Tabela 74 – Compadrio escravo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Condição social	Padrinhos		Madrinhas		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%
Escravo	578	53,1%	522	63,1%	1100	57,4%
Livre	391	35,9%	228	27,6%	619	32,3%
Forro	97	8,9%	66	8,0%	163	8,5%
Liberto	4	0,4%	4	0,5%	8	0,4%
Índio	19	1,7%	7	0,8%	26	1,4%

⁵⁸² GUEDES, Roberto. Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). Niterói, 2000. f. 231. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p.232.

⁵⁸³ FRAGOSO, João. “O capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. ” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.198.

Total	1089	100,0%	827	100,0%	1916	100,0%
--------------	------	--------	-----	--------	------	--------

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Acredito que tais escolhas tenham relação com o tempo de convívio dos cativos na sociedade colonial conforme pontuou Robert Slenes “a estratégia de aproximação ao mundo dos livres, por via da construção de laços de parentesco e dependência, demandava muito tempo”⁵⁸⁴. Os crioulos, nascidos na América Portuguesa, conheciam melhor o funcionamento daquela sociedade que os africanos, e estejam mais preocupados com a mobilidade social que estes últimos. Ou seja, a escolha dos padrinhos estava relacionada as estratégias desenvolvidas pelos cativos de acordo com seu tempo de convívio na sociedade colonial.

Os africanos, recém-chegados na colônia, estavam mais preocupados em estabelecer contatos com seus companheiros de infortúnio, de modo a melhor sobreviver ao cativeiro, que os crioulos, mais preocupados em estabelecer alianças com pessoas de status superior, vislumbrando melhores condições de vida para si e para os seus filhos. De todo modo, isso dependia do tamanho das escravarias, ou seja, os africanos tenderiam a estabelecer laços entre si principalmente nas grandes escravarias.

Reconfigurando as tendências do compadrio, elas representam antes de mais nada proximidades. Tais proximidades se constroem no decorrer da vivência dos escravos na sociedade colonial. Considerando o fator tempo como uma variável importante para a compreensão dos laços de compadrio – aliado ao tamanho da propriedade escravista e da origem dos escravos – é possível que no estreitamento de vínculos entre os livres os escravos nascidos no Brasil tivessem preponderância. Criados muitas das vezes na casa grande, “as crias de casa” – como os senhores costumavam chamar as crianças escravas – elas se apropriaram dos códigos culturais da sociedade colonial tornando os contatos

⁵⁸⁴ SLENES, Robert. *Op. Cit.* p. 62.

com o “mundo dos livres” cada vez mais frequente e íntimo devido à proximidade sociocultural. As variações no tempo e em diferentes localidades nas tendências do compadrio escravo podem ser consequência destas proximidades ora majoritariamente com o mundo dos livres ora preferencialmente com o mundo dos escravos. As sociabilidades escravas percebidas através dos casamentos entre os escravos tendem a se refletirem na escolha dos padrinhos e madrinhas, assim como a ausência dos pais nos batismos das crianças escravas podem ser reflexos de uma outra sociabilidade ou melhor, uma proximidade sociocultural.

A tabela 75 demonstra que os percentuais de padrinhos escravizados acompanham o aumento das posses de escravos, isto é, quanto maior a escravaria, maiores são as chances dos escravizados escolherem padrinhos também escravos, enquanto nas menores percebemos um percentual elevado de padrinhos livres. Apesar disso, em todas as faixas de tamanho de posse de escravos prevalecem os padrinhos escravos, variando entre 45,5% a 69% enquanto os padrinhos livres, entre 41,7% a 24,4%.

Tabela 75 – Padrinhos dos batizados por faixa de tamanho de posse de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

FTP	Escravas		Forras		Libertas		Índias		Livres		Total
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	
1	85	45,5%	18	9,6%	0	0,0%	6	3,2%	78	41,7%	187
2	75	47,5%	11	7,0%	0	0,0%	2	1,3%	70	44,3%	158
3 a 7	279	52,1%	53	9,9%	3	0,6%	8	1,5%	192	35,9%	535
> 8	136	69,0%	13	6,6%	0	0,0%	0	0,0%	48	24,4%	197
Total	575	53,4%	95	8,8%	3	0,3%	16	1,5%	388	36,0%	1077

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Entre as madrinhas também verificamos o aumento da presença escrava conforme avançamos nas diferentes faixas de posse. Contudo, a participação das escravas entre as madrinhas foi muito maior do que entre os padrinhos, com 45,5% na faixa de tamanho de posses de uma mãe, cegando a 69% na faixa de 8 ou mais mães. Por outro lado, percebemos a diminuição do percentual de madrinhas livres conforme avançamos na

faixa de tamanho de posses contabilizadas pelo número de mães, com exceção da faixa de duas mães que apresenta um percentual maior que na faixa precedente. Isso não foi resultado da diminuição do percentual de madrinhas escravas, mas principalmente do percentual de madrinhas forras, que caiu de 9,6% na faixa de uma mãe para 7% na faixa de duas mães.

Os dados tanto da tabela 75 como da tabela 76 demonstram aquilo que a historiografia sobre a família escrava já constataria: quanto maior a posse de escravos maior a presença de laços de compadrio entre os escravizados e quanto menor a posse, maiores seriam a presença de padrinhos e madrinhas livres. Nesse sentido, a concentração de escravizados numa mesma propriedade possibilitava uma maior proximidade sociocultural entre os escravizados possibilitando a construção de uma comunidade escrava, enquanto nas menores propriedades, a proximidade com outros segmentos sociais se fazia sentir com as escolhas que os escravizados faziam para os padrinhos e madrinhas de suas crianças.

Tabela 76 – Madrinhas dos batizados por faixa de tamanho de posse de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

FTP	Escravos		Forros		Libertos		Índios		Livres		Total
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	
1	86	55,5%	16	10,3%	0	0,0%	3	1,9%	50	32,3%	155
2	69	54,8%	8	6,3%	0	0,0%	1	0,8%	48	38,1%	126
3 a 7	251	63,5%	37	9,4%	3	0,8%	3	0,8%	101	25,6%	395
> 8	112	79,4%	4	2,8%	0	0,0%	0	0,0%	25	17,7%	141
Total	518	63,4%	65	28,9%	3	0,4%	7	0,9%	224	27,4%	817

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

A tabela 77 relaciona a legitimidade das crianças cativas com a escolha dos padrinhos das crianças batizadas, demonstrando que os casais que tiveram suas uniões consensuais legitimadas pela igreja católica tenderiam a escolher padrinhos também escravos, enquanto aqueles que não tinham suas relações consensuais não legitimadas

tenderiam a escolher padrinhos livres. Conforme podemos observar na tabela 11, os filhos naturais tiveram, respectivamente, 44,8% dos padrinhos escravos, 8,2% forros, e 47% de padrinhos livres. Por outro lado, os filhos legítimos, tiveram 64% dos padrinhos escravos, 10,3% de padrinhos forro, e apenas 25,7% de padrinhos livres.

Tabela 77 – Padrinhos das crianças cativas naturais e legítimas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Batizados	Escravo		Forro		Livre		Total
	n.	%	n.	%	n.	%	
Naturais	587	44,8%	44	8,2%	251	47,0%	534
Legítimas	509	64,0%	50	10,3%	125	25,7%	486

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Em relação as madrinhas verificamos a presença majoritária de escravas entre os filhos naturais e legítimos apesar do maior percentual verificado entre os filhos de pais casados, com 69,9% como podemos observar na tabela 13. Contudo, a presença de livres entre as madrinhas de crianças de mães “solo”, é maior que entre os filhos legítimos (respectivamente 36,07% e 20,66%).

Tania Kjerfve e Silvia Brugger apontam que essa preferência por madrinhas escravas talvez tenha se devido ao fato da

preocupação das mães em travar relações com mulheres que, efetivamente, pudessem ajudar ou, mesmo, levar a cabo a educação de seus filhos em caso de sua morte” enquanto a preferência por padrinhos livres talvez “obedecesse à preocupação mais pragmática de criar relações com pessoas que pudessem auxiliar os cativos em qualquer questão futura.⁵⁸⁵

Na ausência da mãe, tanto mulheres “solteiras” como casadas procuraram madrinhas da mesma condição, demonstrando a confiança que estes escravizados detinham com relação aos seus companheiros de senzala para auxiliar os seus filhos na ausência dos mesmos. Tal dado demonstra a racionalidade na escolha de padrinhos e madrinhas entre os escravizados, se era incerto a possibilidade de auxílio para a criação

⁵⁸⁵ KJERFVE, T. M. G. N.; BRUGGER, S. M. J., *Op. Cit.* p. 230.

dos filhos entre os padrinhos livres, os pais e principalmente as mães escravizadas viam nas mulheres, também escravizadas, melhores madrinhas do que as livres.

Tabela 78 – Madrinhas das crianças cativas naturais e legítimas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791)

Batizados	Escrava		Forra		Livre		Total	
	n.	n.	%	n.	%	n.		%
Naturais	587	214	56,76%	27	7,16%	136	36,07%	377
Legítimas	509	274	69,90%	37	9,44%	81	20,66%	392

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Interessante perceber que os forros, apesar do seu pequeno número em relação aos outros dois contingentes, eram preferidos pelas mães casadas em detrimento das mães solteiras, tanto entre os padrinhos como as madrinhas. Isto é, não apenas os escravizados eram chamados mais vezes para serem padrinhos de filhos de pais casados como também os egressos do cativoiro.

Se por um lado podemos correlacionar o matrimônio com a escolha dos padrinhos das crianças batizadas, isto é, que os casais que tiveram suas uniões consensuais legitimadas pela igreja católica tenderiam a escolher padrinhos também escravos, enquanto aqueles que não tinham suas relações consensuais não legitimadas tenderiam a escolher padrinhos livres é necessário avançar no entendimento de quais eram as origens étnicas dos escravizados responsáveis pelas tendências dessas variáveis.

Dos 1.104 registros de batismos de inocentes, 1.027 (93%) consta a origem das mães das crianças cativas. Observando a tabela abaixo (tabela 80), percebemos que as mães africanas, tanto as casadas como as “solteiras” tendiam a escolher majoritariamente padrinhos também escravos (72,32% dos padrinhos eram escravos entre as casadas e 44,73% entre as “solteiras”), enquanto as crioulas tinham preferências por padrinhos livres (43,20% dos padrinhos eram livres entre as crioulas casadas e 64,57% entre as

solteiras). Se considerarmos os egressos do cativo junto com os escravos, os padrinhos (escravos + forros) entre as africanas casadas chega a 80,23% e entre as solteiras, 72,37%. Mesmo entre as crioulas casadas, contando os escravizados e ex-escravizados (forros) eles são maioria entre os padrinhos (52,8%). Apenas entre as crioulas solteiras a presença de padrinhos livres se mantém preponderante, correspondendo a 64,57% do total de padrinhos.

Tabela 79 – Escolha das mães escravas – conforme naturalidade, estado civil e status social – de seus padrinhos – conforme status social e jurídico, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791

Mães	Filhos		Pad. Escravo		Pad. Forro		Pad. Livre	
	n.		n.	%	n.	%	n.	%
Africanas Casadas	364		256	72,32%	28	7,91%	70	19,77%
Africanas solteiras	302		157	44,73%	97	27,64%	97	27,64%
Crioulas Casadas	132		55	44,00%	16	12,80%	54	43,20%
Crioulas Solteiras	229		64	28,70%	15	6,73%	144	64,57%

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Entre as madrinhas encontramos resultado semelhante (vide tabela 81), com as mães de origem africana escolhendo madrinhas também escravas (73,5% das madrinhas entre as mães africanas casadas e 69,3% das madrinhas entre as africanas solteiras). Contudo, somente entre as crioulas ditas solteiras é que encontramos a presença majoritária de madrinhas livres, chegando a 56,8% do total de madrinhas.

Tabela 80 – Escolha das mães escravas – conforme naturalidade, estado civil e status social – de suas madrinhas – conforme status social e jurídico, freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791

Mães	Filhos		M. Escrava		M. Forra		M. Livre		Total
	n.		n.	%	n.	%	n.	%	
Africanas Casadas	364		219	73,5%	27	9,1%	52	17,4%	298
Africanas solteiras	302		160	69,3%	18	7,8%	53	22,9%	231
Crioulas Casadas	132		55	58,5%	10	10,6%	29	30,9%	94
Crioulas Solteiras	229		54	37,0%	9	6,2%	83	56,8%	146

Fonte: ACMRJ. *Livro de Registro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito, 1768-1791.*

Sobre as escolhas de apadrinhamento a partir da origem das mães escravas Roberto Guedes, o maior percentual de padrinhos livres entre as crioulas indicaria “a maior proximidade que crioulas tiveram ao universo de livres forros”⁵⁸⁶. Fragoso argumenta, do mesmo modo, que as crioulas e as pardas tinham mais chances de estabelecer aliados entre os livres.⁵⁸⁷

Voltando para o apadrinhamento de crianças cativas, quando analisamos as relações que os padrinhos e madrinhas mantêm entre si, pudemos identificar, graças a acuidade dos párocos da freguesia em realizar os registros de batismos, que entre os filhos das africanas casadas 82,8% dos padrinhos eram casados com as madrinhas (212 de 256 padrinhos). Considerando que a maioria dos pais e mães escravizadas que levaram seus filhos para serem batizados eram de origem da África Centro-Occidental, é possível vislumbrar que nesses momentos registrados pela Igreja, que os laços que os africanos centro-ocidentais estabeleceram entre si para (re)criarem de algum modo comunidades.

* * *

Ao longo destes capítulos vimos que, entre os registros paroquiais da população escravizada havia a presença de indígenas como pais, mães, padrinhos e madrinhas. A pesquisa entorno da escravidão acaba por passar despercebido este segmento da população que esteve presente durante toda história do Brasil. John Monteiro talvez tenha sido o primeiro pesquisador a indagar a presença da escravidão indígena em seu artigo “O escravo índio, esse desconhecido”. Nele, o autor afirma que “apesar de pouco abordada na historiografia, a escravidão indígena desempenhou um papel de grande

⁵⁸⁶ GUEDES, Roberto. Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). Niterói, 2000. f. 231. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000. p.232.

⁵⁸⁷ FRAGOSO, João. “O capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII. ” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p.198.

impacto não apenas sobre as populações nativas como também na constituição da sociedade e economias coloniais.”⁵⁸⁸

Apesar do nosso foco ser sobre o desenvolvimento demográfico da população escrava de origem africana e seus descendentes procuraremos nas páginas seguintes nos debruçar sobre os povos indígenas que viviam na sociedade colonial, sua condição social (livres, administrados, libertos, forros ou escravos) e alguns aspectos de sua sociabilidade, como o casamento e os apadrinhamentos. Iniciaremos com uma pequena história que nos permite vislumbrar as relações entre os indígenas com os demais segmentos da população colonial.

Em meados da década de 1760, Maurício José de Portugal, morador na Vila de Santo Antônio de Sá, próximo das cabeceiras das Cachoeiras de Macacu, era embaraçado constantemente por indígenas vindos dos “sertões de Macacu”, não só ele como os poucos moradores existentes na fronteira da colonizadora. Eram denominados “sertões” áreas não ocupadas pelos portugueses. No imaginário da época, se referia a regiões de desordem e barbárie, habitadas por índios selvagens, denominados “índios bravos”⁵⁸⁹. Os sertões de Macacu corresponderiam uma extensa área que abrangeria os atuais municípios de Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco,

⁵⁸⁸ MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONE, Luís Donisete Benzi (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p.105.

⁵⁸⁹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 88. Sobre os povos indígenas que habitavam os sertões da capitania do Rio de Janeiro ver: GOMES, Mauro Leão. *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da Região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro*. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Seropédica, 2004; MALHEIROS, Márcia. *“Homens de fronteira”:* *índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do leste do Paraíba ou Goytacazes (séculos XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008; LEMOS, Marcelo Sant’Ana. *O Índio Virou Pó de Café? Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016;

Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.⁵⁹⁰

Nem sempre tais povos originários vinham de forma amistosa, porém, para evitar maiores problemas, a população local acabava presenteando aqueles índios com os alimentos de suas próprias roças.

Provavelmente Maurício estava sentado em sua varanda ao redor da densa floresta da Mata Atlântica quando recebeu a visita inesperada de um índio – termo o qual os portugueses designaram todos os povos nativos da América -, que afirmou que próximo da sua aldeia haveria ouro. Maurício, desconfiado daquela história toda, disse que não poderia sair de sua fazenda e pediu que o tal índio fosse embora e retornasse da próxima vez com alguma evidência de que nos “sertões de Macacu” haveria ouro.

Passado algum tempo, o índio retornou com a prova cabal de que haveria ouro naquela região. Porém a quantidade de metal precioso que ele trouxe, desanimou ainda mais o fazendeiro: apenas, cerca de 3 gramas de ouro. Portugal disse que era pouquíssimo ouro para que ele se arriscasse a ir com o índio para a sua aldeia. O índio então, sugeriu que ele mandasse um escravo dele para comprovar a existência de minas de ouro próximos da aldeia em que ele vivia.

⁵⁹⁰ Sobre os sertões de Macacu, a descoberta de ouro na região ver: CARDOSO, Vinícius Maia. (2019). A TESSITURA DA TEIA Caminhos e descaminhos nos Sertões do Macacu – Século XVIII. *SAPIENS - Revista De divulgação Científica*, v. 1 n. 2, 2019, pp. 1-26; CARDOSO, Vinícius Maia. “Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui.” Conflitos, querelas e desavenças nos Sertões do Macacu-Capitania do rio de janeiro, século XVIII In: *TEMPUS Revista en Historia General* Medellín, Colombia, 2019, Número 10, pp. 1-30 ; ERTHAL, Clélio. Cantagalo – da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói: Gráfica Erthal, 1992; GARCIA, Romyr Conde. Descaminhos dos Reais Direitos: O contrabando entre as capitânicas do Rio de Janeiro e Minas gerais. Tese de doutoramento. São Paulo: USP/FFLCH, 1995; OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “Mão de Luva” e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII: Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786. 2008. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008; CHRISTO, Mariana Mendes. “Manoel Henriques e as relações de poder nos Sertões de Macacu (1765 –1787)” In: *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 2, nº03, pp. 83-103.

Maurício ainda relutante, pois era comum os escravizados fugirem pelos sertões de Macacu e se associarem aos índios, decidiu enviar o seu escravo mais velho, Francisco, com sessenta anos de idade para acompanhar tal índio para tal expedição. A escolha pelo Francisco se dava, pois, o risco de perdê-lo seria menor, na medida em que valia menos que um jovem africano escravizado.

Depois de um mês, desde que o índio saiu com Francisco para os sertões de Macacu, um outro índio apareceu na fazenda de Maurício dizendo que o seu escravo estava muito doente, prestes a morrer devido a penosa aventura em meio as matas virgens. Maurício então encaminhou um outro escravo seu, um jovem, para acompanhar tal índio e buscar Francisco de qualquer forma.

Vinte dias depois, voltou o garoto com vários índios na fazenda do dito Maurício, afirmando ser impossível tirar o Francisco da sua aldeia pois o estado dele era deplorável. Passado algum tempo, conseguiu o índio voltar com Francisco para o sítio de Portugal. Além de retornar com o escravo, o índio trouxe uma nova amostra de ouro demonstrando ser irrefutável a presença de ouro nos sertões.

Maurício José de Portugal foi a cidade do Rio de Janeiro solicitar ao governador do Rio o direito de realizar uma expedição para tais minas. Aprovada a expedição, organizou uma tropa com 22 escravos e outras pessoas de sua confiança. Meses mais tarde, o novo governador do Rio proibiu a ocupação dos sertões de Macacu e mandou demolir todas as fazendas próximas da região, inclusive a do próprio Maurício. Tal proibição foi levada a cabo pelo mesmo Mestre de Campo Miguel Antunes Ferreira, morador na freguesia de São João Batista de Itaboraí, que além levar intimação que por acaso ali habitavam, foi solicitado que destruísse todas as fazendas e construções que existissem por lá. Tal medida está expressa na carta topográfica do Recôncavo do Rio de

Janeiro produzida por Manuel Vieira Leão, por ordem do Conde da Cunha, em 1767 com os dizeres “fazendas que se demolirão”.

No relato de Maurício, podemos entrever as relações de contato entre os colonizadores e os indígenas que habitavam os sertões de Macacu. Não sabemos o motivo pelo qual tais índios procuraram Maurício para dar a notícia das minas de ouro próximas de sua aldeia. Decerto, a história contada pelo Maurício demonstra ter sido comum no século XVIII a convivência entre os índios não aldeados e a população local da Vila de Santo Antônio de Sá. A política de boa vizinhança estabelecida entre os índios e os moradores da vila podem ter influenciado na decisão de tais índios em fornecerem essa informação.

Em 1768 a Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá escreve ao rei, D. José “sobre a possibilidade de se utilizar o gentio da margem oriental do Rio Paraíba nas lutas contra o gentio da nação Coroadó” que habitavam os sertões de Macacu, provavelmente está era etnia do índio no qual Maurício José de Portugal teve contato ⁵⁹¹. Nesta carta endereçada diretamente para o Rei de Portugal a Câmara apresenta seus interesses na ocupação do território do sertão de Macacu com vista a usufruírem as riquezas minerais da região.

Em carta de 1782 a Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá argumenta sobre os prejuízos que a proibição à passagem pela Região das Minas de Macacu na conversão dos indígenas que lá habitavam e que poderiam ser úteis a colônia.

Nas vizinhanças destas Minnas se achao sete Aldêas de Indios ainda que bárbaros com tudo muito domáveis, e tanto que antes do descobrimento do oiro naó duvidaraó receber os Micionarios Apostolicos o Padre Fr. José Maria, e o Padre Antonio Vaz, e asseitar por maó destes Sacerdotes o Sagrado Baptismo, e como fieis passavaó a comunicar-se com os povos do districto desta Vila, onde apareciaó frequentemente, e ainda na mesma Capital do Rio de Janeiro.

A demolição das fazendas das Caxoeiras do Rio Macacú, e a prohibição do ingresso para as sobre ditas Minnas, naó só impedio o

⁵⁹¹ AHU_ACL_CU_017, Cx.87, D. 7645

socorro das Misoens Apostolicas em favor dos Indios, e o tracto e comunicação destes com os mais povos Vassalos de Vossa Magestade, mas tambem preciptou a os mesmos Indios no seu primitivo e bárbaro gentilismo, com desprezo, e esquecimento total da Luz do Evangelho, que entre eles havia comessado a aparecer.⁵⁹²

Interessante observar que a percepção da Câmara em relação aos índios do sertão de Macacu alterou-se, de “gentio guerreiro” para “Índios ainda que bárbaros com tudo muito domáveis”. Conforme aponta Maria Regina Celestino de Almeida, os indígenas, na condição de aliados ou inimigos se alternavam constantemente conforme as conjunturas ⁵⁹³. A mudança na posição dos vereadores da Câmara de Santo Antônio de Sá, pode refletir inclusive as relações de contato com os índios que habitavam os sertões que no próprio relato do Maurício demonstra relações ora amistosas ora ofensivas. Em ambos os casos tratava de reduzir os indígenas ou pacificamente através dos descimentos para os aldeamentos jesuíticos ou através da “guerra justa” e expedições de regaste.

Não é nosso objetivo neste artigo expor exaustivamente as políticas da Coroa Portuguesa com relação aos indígenas, mas focar nas relações que indígenas não aldeados, isto é, que não estavam fixados nos aldeamentos jesuíticos, e também aldeados que se encontravam foram de seus aldeamentos com os diversos grupos sociais que compunham a sociedade colonial. Há uma carência de estudos relativos ao modo como os povos indígenas, no cotidiano da sociedade colonial, viviam e se relacionaram no mundo colonial. Há ainda diversas questões referentes ao estatuto dos indígenas na sociedade colonial, sobre a escravização do indígena, além do caráter ambíguo da legislação indigenista. Aliado a isso, afirma-se que a escravidão do indígena foi extinta com a implantação do Diretório Pombalino na segunda metade do século XVIII.

⁵⁹² AHU_ACL_CU_017, Cx.118, D. 9609

⁵⁹³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, p. 81.

Segundo Perrone-Moisés, não existiu, no Brasil colonial uma legislação específica sobre os índios independente do ordenamento jurídico português, dito de outra forma, a política sobre os povos indígenas era regida pelas legislações da Coroa portuguesa. Nas palavras da autora o Brasil

era regido basicamente pelas leis que a metrópole (compiladas nas Ordenações Manuelinas e, a partir de 1603, nas Ordenações Filipinas), acrescidas de legislação específica para questões locais. Na colônia, o principal documento eram os Regimentos dos governadores-gerais. O rei os assinava, assim como às Cartas Régias, Leis, Alvarás em formas de lei e Provisões Régias, auxiliado por corpos consultivos dedicados a questões coloniais. O primeiro desses conselhos foi a Mesa de Consciência e Ordens, criado em 1552. Seguiram-se o Conselho da Índia (1603) e seu sucessor, o Conselho Ultramarino (1643). Estes emitiam pareceres que podiam, e costumavam ser sancionados pelo rei, passando a ter valor legal. Na colônia, os governadores-gerais emitiam Decretos, Alvarás e Bandos, aplicando a legislação emitida pela Coroa. Para o exame de questões específicas que exigiam conhecimentos locais de que a metrópole não dispunha, o rei ordenava a formação de Juntas (compostas de autoridade coloniais e religiosas), entre as quais a mais importante era a Junta das Missões, cujas decisões deviam ser-lhe enviadas para apreciação e eventual aprovação. O que mais chama atenção nos documentos legais relativos à questão indígena é o fato de disposições emanadas diretamente da Coroa referirem-se em muitos casos a questões bastante específicas e locais tanto quanto os atos administrativos coloniais.⁵⁹⁴(PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 116-7).

Perrone-Moisés afirma que tradicionalmente a legislação indigenista era vista como contraditória, oscilante, porém tal contradição deriva de se tomar tal legislação para todos os índios. Segundo a autora, haveria duas políticas indigenista, uma que se aplica aos índios aldeados e outra relativa aos inimigos⁵⁹⁵. Nesse sentido a política indigenista era ambivalente: “proteção” para os índios aliados e “guerra” aos índios bravos. A escravidão indígena foi permitida durante todo o período Colonial e fora justificada através do conceito de “guerra justa” contra os grupos “selvagens” que habitavam os sertões.

De acordo com Almeida, no Brasil colonial, a política indigenista estabelecida pela legislação portuguesa “não garantia efetivamente os direitos dos povos nativos, aliás,

⁵⁹⁴ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (sécs. XVI a XVIII)" In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992, p. 116-117.

⁵⁹⁵ Idem, p. 117.

não houve interesse por parte da Coroa lusitana em resguardar o direito à liberdade e à igualdade de todos os índios, apenas àqueles em comunhão com o rei”⁵⁹⁶. Na ausência de uma lei que garantia a liberdade dos indígenas é possível que durante todo o período o colonial e mais adiante, no Império, a escravidão indígena estivesse presente na capitania do Rio de Janeiro, principalmente nas áreas de fronteira com os sertões.

Durante o Reinado de D. José I (1750-1777) o Marques de Pombal estabelece, a partir de 1755, uma série de medidas relativas aos indígenas que ficou conhecida como o Diretório dos Índios. Este documento se destinava aos indígenas da Região Amazônica (províncias do Grão-Pará e Maranhão), porém essa legislação indigenista foi ampliada para todo o território nacional, dois anos depois de sua promulgação. Contudo, tal política na prática ficou delimitada a Região Norte do Brasil, sendo para os índios das demais regiões, o que ocorreu foi a omissão e invisibilidade dos indígenas por parte da Coroa Portuguesa.

O Diretório extinguiu os antigos aldeamentos jesuíticos elevando-os a vilas e freguesias e expulsando os jesuítas da Colônia. Na vila de Santo Antônio de Sá, o aldeamento de São Barnabé foi elevado a Vila de São José Del Rey em 1772. O Diretório expressou aspectos importantes política indigenista do período pombalino. Em carta régia datada de 14 de setembro de 1798, o diretório foi extinguido. De acordo com Almeida esse documento foi marcado pelas ideias de “guerra justa”, “guerra humanitária”, “aldeamentos”, “intrusamento”, “ideologia de aproximação de transformação dos “silvícolas” em “índios aliados”, “índios amigos”, sobretudo desencadeada pelo estado

⁵⁹⁶ ALMEIDA, Antonio Cavalcante. *Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 3, 2018, p. 613.

colonial contra milhões de pessoas indefesas e inocentes em várias províncias no Brasil”

597.

Nesta parte apresentaremos alguns indícios da presença de indígenas na sociedade colonial, assim como de sua escravização. Para este objetivo analisaremos a documentação paroquial de algumas freguesias que compunham a Vila de Santo Antônio de Sá. Para início do século XVIII até 1760 iremos analisar a presença indígena na freguesia de São João Batista de Itaborahy e de 1760 até 1808 na freguesia de Santo Antônio de Sá.

Marcia Regina Celestino de Almeida no artigo intitulado “Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial” mostra alguns indícios que atestam a presença da escravidão indígena no Rio de Janeiro nos séculos XVII e início do XVIII. Apesar de proibida a partir da segunda metade do século XVIII provavelmente a escravidão indígena deve ter se perpetuado por mais algumas décadas à revelia da lei.⁵⁹⁸

Os indígenas no período colonial também eram chamados de gentio da terra, negros da terra ou somente gentios. Na freguesia de São João Batista de Itaborahy atestamos a presença de indígenas no “livro de batismo de negros”, como vimos no capítulo 4, na última folha consta o termo de abertura estabelecendo a função do mesmo livro “para batizados de negros”.

A identificação de serventia do livro nos indica que não era comum os livros destinados aos registros de escravizados serem denominados livro “dos negros”, demonstrando, a priori, que o termo negro seria sinônimo de escravo. Contudo, aos analisar os registros contidos em tal livro observamos a presença de pais, mães e crianças

⁵⁹⁷ Idem. p. 614.

⁵⁹⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial”, In: *Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 12, 2014.

que não eram escravizados, tal como Joana, filha de Ignés índia, batizada em 14 de julho de 1748 ⁵⁹⁹. Ao todo foram contabilizados 6 registros no qual os indivíduos não se enquadrariam na condição de escravos. Negro, portanto, poderia se referir a toda população não branca da freguesia de São João Batista de Itaborahy: pretos, pardos, índios, mulatos, cabras, entre outros. Essas ocorrências, como vimos acima, não se restringe a apenas este livro, demonstrando que, apesar de pequena, é constante em todo o período levantado pelos livros paroquiais, presumivelmente de escravos, já que contamos apenas de um com o termo de abertura da freguesia de São João Batista de Itaboraí.

No primeiro livro de batismos destinado aos registros de escravos que dispomos temos o batismo de Bárbara, em 8 de março de 1728, filho de Maria índia da aldeia de Cabo Frio assistente na casa de Ana Duque, foi padrinho José Cardoso ⁶⁰⁰. Neste caso temos a presença de uma indígena que teria pertencido a um dos aldeamentos jesuíticos estabelecidos na capitania do Rio de Janeiro, servindo como “assistente” de um membro da família Duque-Estrada que possuía engenho de açúcar na região. O termo assistente se assemelha ao de agregado – termo no qual se refere pessoas que vivem num mesmo teto e que poderia incluir parentes distantes, órfãos e outros indivíduos que não possuíam vínculos familiares com o dono do domicílio.

A igreja no período colonial na maioria das vezes não incluía o nome do pai no caso de a cria não ser fruto de uma união legítima, isto é, de ambos os pais serem casados na face da igreja, contudo em algumas circunstâncias, o pai pode ser mencionado, como poderemos ter oportunidade de ver. Portanto, no caso da Bárbara, ela era filha natural de Maria e, portanto, não teve o nome do pai anotado no registro. Não sabemos o que levou

⁵⁹⁹ ACMRJ – Livro de Batismo de Negros da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1739-1751: 100v

⁶⁰⁰ ACMRJ – Livro de Batismo de Escravos da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1727-1729: 98v.

Maria a sair do seu aldeamento e morar de favor na casa de Ana Duque. Teria sido levado a força pelo Duques ou saído de sua casa no aldeamento de Cabo Frio em busca de melhores condições de vida? Como era a relação de Maria com a Ana e a relação de compadrio estabelecida com José Cardoso? A que tipo de relação de trabalho Maria estaria compelida? Tais questões longe de poderem serem respondidas nos coloca a importância de se pensar o cotidiano dos indígenas aldeados e não aldeados na sociedade colonial e os laços que estabelecem com os diferentes segmentos sociais.

A partir dos laços de compadrio podemos também entender as formas de sociabilidade que os indígenas estabeleceram com pessoas de diferentes segmentos sociais, que partiam de outros sistemas valorativos e referenciais culturais, tais como forros, livres e libertos.

A Joana citada acima, filha de Igues, também teve como padrinho um homem livre, Francisco Rodrigues da Silva, e teve como madrinha de batismo, Francisca, escrava de Eusébio de Crasto Gomes casada com Amaro escravo de Manoel de Moura Varela. Encontramos, anos antes, uma Igues índia forra concubina de Valentim, escravo de Manoel de Moura Varela, batizando seu filho Luís, em 15 de julho de 1736. Acreditamos ser a mesma Igues não apenas pelo nome e pelo fato de ser índia, mas também devido aos seus padrinhos serem escravos do mesmo Eusébio de Crasto Gomes ⁶⁰¹. Neste caso os padrinhos eram Salvador e Páscoa. Não há informações sobre os vínculos entre estes padrinhos somente a informação que eram escravizados. No primeiro registro de batismo não consta a condição social da Igues (se livre, escrava, forra ou liberta), em ambos os registros não há informações sobre o local de moradia residência (se agregada ou possuindo domicílio próprio), o mais provável e que seria agregada do domicílio de

⁶⁰¹ ACMRJ – Livro de Batismo de Negros da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, 1735-1739: 162v.

Manoel de Moura Varela. De toda forma percebemos os vínculos sociais estabelecidos pela Ighes, demonstrando uma proximidade entre os grupos subalternos da sociedade colonial: índios (escravos ou não) e os escravizados africanos ou afrodescendentes. Aliando-se a condição de negros, podemos perceber a proximidade destes ao universo da escravidão.

Em 10 de fevereiro de 1743 encontramos uma madrinha Ighes, parda forra, no batismo de Adam, filho de Francisca escrava de Eusébio de Crasto Gomes⁶⁰². Lembrando que Francisca serviu como madrinha da filha de Ighes, a índia, é muito provável que estejamos lidando com a mesma Ighes que agora teve sua identidade étnica silenciada em troca de uma denominação de cor.

Na década de 1760, atestamos mais uma vez a presença de registros de indígenas no livro de batismo dedicado aos registros de escravos. Em 15 de outubro de 1760, Dionísio é batizado, filho de Martinho da Mota escravo de Francisco Freire Ribeiro e Tereza Pereira índia forra, moradora nesta freguesia. Os padrinhos foram João Batista e Madalena, presumivelmente livres⁶⁰³. Assim como Ighes, Tereza era forra, significando que um dia foram escravizados. Contudo, os vínculos estabelecidos no cativo se prolongaram na liberdade na medida em que seus maridos são escravos. Tanto no caso do Valentim como Martinho da Mota não foi possível obter informações sobre a origem étnica, o que não permite afirmar se eram africanos, crioulos ou até mesmo também indígenas.

Na freguesia de Santo Antônio de Sá a partir dos registros de batismos de escravos identificamos apenas 532 (20,1%) 2.553 batismos de inocentes consta a origem das mães

⁶⁰² ACMRJ – Livro de Batismo de Escravos da Freguesia de São João Batista de Itaboraí, 1739-1751: 39v.

⁶⁰³ ACMRJ – Livro de Batismo de Escravos da Freguesia de São João Batista de Itaboraí, 1755-1763: 95v.

das crianças cativas, como vimos anteriormente, destas, 214 eram de origem africana. Como podemos observar na tabela 21 a maior parte das africanas foi designada como do gentio da guiné representando 45,8% das mães africanas e, em segundo lugar as de nação angola, representando 39,3% do total de mães oriundas do continente africano. Ainda com base na tabela 21 podemos perceber que há uma concentração na designação das etnias africanas no período de 1781 a 1809. Além disso, importante salientar que ao longo de todo o período coberto pelo livro de batismos de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá há a presença de escravos denominados apenas como “gentio”, abrindo a possibilidade destes mesmos escravizados serem de origem indígena.

Nos registros paroquiais de batismo de escravos Santo Antônio de Sá encontrei apenas uma referência de um pai que era índio, o interessante que nos batismos dos filhos ele aparecia com diferentes "qualidades": a primeira como escravo, a segunda como preto forro, a terceira, índio, e por fim índio forro. Antônio que as vezes é anotado como Antônio Luís, casado com Eva, escrava de Antonio de Miranda Ribeiro, sendo caracterizado de várias formas. No primeiro batismo dos filhos do casal, Antônio Luís é caracterizado como gentio da terra⁶⁰⁴, num segundo apenas como “Antônio e sua mulher Eva escravos de Antônio Ribeiro de Miranda”⁶⁰⁵, no terceiro batismo como índio⁶⁰⁶, e no quarto como preto forro⁶⁰⁷. Tais dados demonstram por um lado a polissemia da cor parda e por outro, a diversidade dos usos do vocabulário de cor, inclusive a possibilidade de ter sido utilizada para esconder a origem indígena dos escravizados.

Gian Carlo de Melo em seu estudo sobre Recife no final do século XVIII aponta que apesar de serem raras as ocorrências da presença indígena nos assentos paroquiais

⁶⁰⁴ ACMRJ – Livro de Batismo de Escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1809, f. 119v.

⁶⁰⁵ Idem f. 132v.

⁶⁰⁶ Idem, f.139v.

⁶⁰⁷ Idem, f.153v.

foram possíveis encontra-los sob a qualidade de “pardos”.⁶⁰⁸ Carlos de Almeida Prado Bacellar observa o mesmo processo na capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII, no qual a população indígena passa a ser designada como “parda” ou como “agregada”. Mesmo antes da segunda metade deste século, Bacellar encontra em 1730 um registro, dentre outros, do casal Sebastião e Páscoa (o marido consta como sendo de origem africana e a esposa de origem indígena), em que a mulher é descrita como mulata.

609

Maurício Martins Alves em estudo sobre a sociabilidade escrava na cidade paulista de Taubaté, analisando os inventários do século XVIII observa grande dificuldades em identificar a origem dos cativos, argumentando que tal dificuldade seria um subterfúgio para burlar a lei que proíbe a escravidão indígena. No inventário de Manoel Nunes Pereira, aberto em 1696, dois escravos deste senhor, Catarina e Salomão, são designados como mulatos e gentios da terra. Em outro inventário, de Inês Resende, em 1758, um escravo, denominado Ambrósio é designado como “mulato de cabelo corredio”.⁶¹⁰

John Monteiro, possivelmente foi o primeiro a alertar sob a diversidades de termos pelos quais os indígenas poderiam ser denominados, como “negros da terra”, “pardo”, “caboclo”, “gentio” e até mesmo como “mulato”, termo usualmente associado a miscigenação.⁶¹¹

⁶⁰⁸ SILVA, Gian Carlo de Melo. *Um só corpo, uma só carne : casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial 1790 - 1800*. 2008. 184 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008, p. 134.

⁶⁰⁹ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Adultos ou crianças: uma análise preliminar das estratégias de reprodução da escravaria indígena e africana em uma vila colonial paulista, Itu, 1704-1850. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: ANPUH, 2017, p. 12.

⁶¹⁰ ALVES, Maurício Martins. *Formas de Viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. pp. 163-164.

⁶¹¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.p. 217.

Márcia Amantino afirma que a escravização de índios em Minas Gerais, sob diferentes disfarces, foi constante durante todo o século XVIII. Segundo a autora o “uso de índios como trabalhadores estava tão presente na vida dos mineiros que na esfera pública se discutia como proceder com referência à repartição dos que fossem capturados”.⁶¹²

Isadora Lunardi Diehl, analisando os *Róis de Confessados* de Campos de Viamão, entre 1750 e 1760, detectou a presença de indígenas convivendo com escravos de origem africana e seus descendentes, apontando inclusive que muitos destes ameríndios viviam sob a condição de escravizados.⁶¹³

Adentrando o século XIX, Luana Teixeira, observa que contrapondo a forte presença indígena em Sergipe e Alagoas há poucos indivíduos denominados índios nos censos populacionais do Império. Além disso, atesta em outras documentações a presença de indivíduos designados ora como índio ora como pardo.⁶¹⁴

Luís Augusto Farinatti observou que, no decorrer do século XIX, houve um aumento dos peões na fronteira oeste sul-rio-grandense designados como pardos e concomitantemente uma diminuição daqueles identificados como índios. Apesar da possibilidade de diminuição do contingente populacional de ameríndios na campanha gaúcha de ocupação da região no início do século XIX, é possível que aos poucos os índios passaram a ser designados como “pardos”.⁶¹⁵

⁶¹² AMANTINO, Márcia. A escravidão indígena e seus disfarces em Minas Gerais no século XVIII, In: *Revista do Instituto histórico e Geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 175, n. 464, jul./set. 2014, p. 175.

⁶¹³ DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Carijós, mulatas e bastardos: a administração indígena nos campos de Viamão e na vila de Curitiba durante o século XVIII* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós Graduação em História. Porto Alegre, 2016.

⁶¹⁴ TEIXEIRA, Luana. “Integrados à massa da população”: “Índios” e a categoria “Pardo” nas contagens populacionais do Império. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Santa Catarina: UFSC, maio de 2013, p. 1-13.

⁶¹⁵

Gabriel Aladren analisando também a sociedade rio-grandense argumenta que o termo pardo, tanto no período colonial quanto no império, foi utilizado como uma forma de aproximar os povos nativos ao mundo da escravidão, “seja para mantê-los como cativos, seja para enquadrá-los em um lugar específico e restritivo na hierarquia do mundo dos livres”⁶¹⁶.

Martha Daisson Hameister ao se debruçar sobre os registros paroquiais de batismos da Vila do Rio Grande no século XVIII, afirma que os designativos pardo e pardo forro poderiam ser utilizados para se referir aos indígenas. No caso de “pardo forro”, segundo a autora, o termo teria sido utilizado para a situação dos indígenas sob administração particular diante da nova legislação que proibia a escravidão indígena.⁶¹⁷

Douglas Cole Libby em recente trabalho argumenta que em São José do Rio das Mortes, em Minas Gerais argumenta que “a documentação sete e oitocentista apenas raramente menciona a presença de índios ou de indivíduos de ascendência indígena” e que a tendência “foi a de encobrir a ascendência indígena dentro de designações genéricas, referente às pessoas mistas, em particular os termos pardo/parda e cabra e, muito provavelmente, os rótulos crioulo/crioula”.⁶¹⁸

Tais dados demonstram por um lado a polissemia da cor parda e por outro, a diversidade dos usos do vocabulário de cor, inclusive a possibilidade de ter sido utilizada para se referir ou esconder a origem indígena dos escravizados. Destarte, definir o vocabulário de cor apenas como uma forma de classificação social – entendida como um

⁶¹⁶ ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro, RJ: FVG, 2009. p. 136.

⁶¹⁷ HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. p. 363.

⁶¹⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Nos limites de seu estado: a vida em família, rumos econômicos e jogos identitários (São José do Rio das Mortes, séculos XVIII e XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte: Miguilim, 2020. pp. 162-163.

dos aspectos de uma sociedade de antigo regime -, e tomar os pardos escravos como uma “elite das senzalas”, pelas “evidências” do compadrio com as elites locais, apesar de sedutora, apresenta problemas quando verificamos os muitos usos e significados que um mesmo termo poderia assumir.

Na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito percebemos um significativo número de indígenas nos registros paroquiais de batismos de escravos - isto no último quartel do século XVIII – demonstrando a proximidade dos mesmos com o mundo da escravidão. Manoel de Souza índio da aldeia de São Barnabé, casado com Úrsula crioula escrava de Francisco da Costa Albernaz, teve 2 filhas, Rosaura e Angélica a primeira em 14 de novembro de 1768 e a segunda em 26 de dezembro de 1770⁶¹⁹. No batismo de Angélica um outro indígena foi padrinho, José Xavier. O casal foi padrinho em 3 ocasiões, no batismo Manoel, filho de Antonio e de Tereza do gentio da guiné, escravos de Francisco da Costa Albernaz e de Izabel adulta escrava do mesmo senhor e de Geraldo, filho de Joana de nação benguela escrava do Alferes Patrício Manoel de Torres Quintanilha. Sem sua esposa, Manoel foi padrinho em 6 ocasiões de filhos de escravas de 6 senhores diferentes. Em 3 ocasiões Manoel foi designado como índio, em três apenas como pardo e uma como pardo liberto. Úrsula variou de crioula, parda e cabra nos três registros de batismo no qual foi madrinha.⁶²⁰

Em outro registro de batismo aparece um filho de Manoel de Souza com Úrsula: Ângelo, solteiro e índio, foi padrinho de Francisco, filho de Manoel e Maria, ambos do gentio da guiné, escravos de Francisco Pereira dos Santos. O mesmo indígena também foi padrinho Simão, filho de Águeda crioula, escrava de José de Mendonça Dormundo e

⁶¹⁹ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 1v e 6.

⁶²⁰ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 2, 8, 18v, 23v, 31, 77, 82, 96 e 115v.

de Celestino, filho de Francisca crioula escrava do Capitão Joaquim José da Fonseca. No primeiro registro Ângelo aparece como índio, solteiro filho de Manoel de Souza, no segundo ele aparece com o sobrenome do pai, sem referência alguma a cor e a condição social e casado com Maria da Conceição, também sem cor e condição social, e no terceiro ele é designado apenas como índio.⁶²¹

Rafael Fernandes índio casado com caetana crioula escrava da Dona viúva, Elena Maria da Conceição. O casal teve 3 filhos: João, Anacleto e Joaquim. Dos 3 padrinhos um ao menos era escravo e pardo, os demais sem nenhuma designação de cor, origem ou condição social. Rafael serviu como padrinho para Bernarda filha de Maria do gentio da Guiné escrava de Dona Elena Maria da Conceição a madrinha era outra indígena, Ana Luiza.⁶²²

Antonio Dias índio e Maria crioula escrava de Ignácio Henrique da Silva, teve 2 filhos, Joaquim e Joana. Os padrinhos foram Francisco Barbosa sem nenhuma identificação sobre a cor e a condição social e Caetano Gomes forro, as madrinhas Luzia de Proença esposa do Francisco e Maria escrava de Diogo Ferreira.⁶²³

Felizardo índio com Maria crioula, escrava do Alferes Ignácio Vieira de Magalhães tiveram um filho chamado Feliciano cujo padrinho Joaquim José Vieira e sua irmã Luiza Maria da Conceição.⁶²⁴

Também encontramos Apolinário da Silva, índio como padrinho de Domingos, filho de Mateus e Maria, escravos Antonio José da Cunha, que também foi padrinho de

⁶²¹ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 1, 42, 50.

⁶²² AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 60, 88, 182v, 12.

⁶²³ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 69v, 82v

⁶²⁴ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fl. 116v.

Estevão, filho de João e Ignácia crioulos, escravos de João Vieira. No primeiro registro Apolinário veio acompanhado da madrinha Leonor, crioula escrava de Francisco Nunes Fagundes, e no segundo registro com Ana Gomes, parda forra.⁶²⁵

Encontramos João índio como padrinho de Joaquina, filha de Izabel escrava de Clemente de Castro Gomes, foi madrinha Maria, do gentio da guiné, escrava de Clemente de Castro Gomes.⁶²⁶

Outro indígena que serviu como padrinho foi Salvador Francisco, no batismo de Francisca filha de João angola e Luiza angola, escravos do capitão Sebastião de Matos Louzada, foi madrinha Maria, crioula forra.⁶²⁷

Nenhum outro indígena participou de tantas cerimônias de batismo como padrinho como Jeronimo de Souza. Ao todo ele participou de dez batismos de crianças escravas em oito foi acompanhado de sua mulher Rosa Maciel também indígena. Em um registro ele aparece apenas como Jeronimo, sem identificação de origem, porém acompanhado com Rosa Maciel. Em somente três registros ele aparece como índio em todos os demais não possui nenhuma referência quanto a origem e a condição social. Do mesmo modo, Rosa Maciel aparece como indígena apenas nos últimos dois registros. As mães das crianças batizadas pertenciam a diferentes escravarias como de Manoel Pinto Pereira, Tomás de Souza, Sebastião Correia de Melo, Claudio de Souza Couto, João Batista Coutinho, Claudio Nunes de Souza, Francisco da Costa Albernaz, Francisco Martins Paes, demonstrando que tais indígenas eram indivíduos estimadas pela população escrava local. Rosa Maciel aparece em outros 5 batismos como madrinha sem a presença de seu

⁶²⁵ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 2v e 3v.

⁶²⁶ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fl. 10.

⁶²⁷ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fl. 55v.

marido, em 3 deles a designação da cor “parda”. Em um registro Rosa vem acompanhado de seu filho José das Neves também pardo, e Lourenço Alves, índio, Luís José pardo, José Correia pardo escravo de Sebastião Correa de Melo e Bento de Souza sem nenhuma indicação de cor e condição social.⁶²⁸

Miguel Arcanjo índio casado com Maria de Faria, crioula forra, foram padrinhos de Teodora, filha de Lauriano e Francisca crioulos escravos de Domingos Gonçalves Moreira e outro Miguel da Silva, também indígena, serviu como padrinho de Bárbara, filha de Cristóvão e Clemencia, pretos, escravos de José Bernardo de Moraes.⁶²⁹

Sem dúvida alguma na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito a presença indígena se tornou mais evidente, provavelmente pela atenção que o pároco dava para a origem e identidade étnica da população presente nos registros de batismos. Uma análise mais atenta aos registros paroquiais – principalmente sobre aqueles denominados “pardos” – assim como a combinação com outras fontes talvez possam permitir ampliar o leque dos povos ameríndios presentes na região. Apesar de termos consultado os testamentos, em nenhum deles foi observado a presença de indígenas, provavelmente a exemplo das outras pesquisas, os senhores buscaram ocultar ou apagar a origem indígena de seus escravos. Mesmo que alguns destes indígenas sejam oriundos dos aldeamentos jesuíticos, demonstrando a mobilidade destes indivíduos, os dados retirados dos livros paroquiais atestam para a proximidade dos povos originários ao mundo da escravidão.

Destarte, no interior da capitania do Rio de Janeiro, nas freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, povos nativos da América estiveram presentes ao longo de todo o século XVIII. Ao lado daqueles oriundos da diáspora e seus descendentes, tais indígenas

⁶²⁸ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 13, 33, 36, 48v, 59v, 65v, 69v, 70, 91, 93, 96, 108v, 121 e 122v.

⁶²⁹ AAN. Livro de batismos de escravos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791). fls. 86 e 103v.

provavelmente dividiram a rotina de trabalho e o trato dos senhores escravistas por muito tempo, estabelecendo laços de amizade que puderam ser descortinados ao longo deste texto.

Analisando os registros paroquiais das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá percebemos a inserção dos índios na sociedade colonial através dos casamentos e batismos. Nas relações de compadrio estabelecidas no momento do batismo de seus filhos verificamos que havia uma tendência destes indígenas escolherem padrinhos escravos demonstrando uma proximidade social entre este segmento da população. Quanto ao status social dos índios verificamos uma gama de possibilidades e ao mesmo tempo uma dificuldade de definição dos mesmos, podendo ser por conta tanto do caráter ambíguo da condição indígena na sociedade colonial como uma tentativa, por parte dos senhores de escravos, de tentarem ocultar a presença de índios, possivelmente escravos, no interior de suas residências. Sem dúvida alguma, são necessários mais estudos que analisem a sociabilidade indígena no mundo colonial trazendo à tona os diferentes modos de ser índio na sociedade colonial.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa procuramos analisar os laços de sociabilidade que os escravizados estabeleceram na Vila de Santo Antônio de Sá ao longo do século XVIII. Talvez o excesso de gráficos e tabelas possa ter tornado a leitura desta tese menos fluída, porém, necessária para compreender a nível macro as mudanças nos perfis das escravarias e de suas relações sociais. Infelizmente, tal perspectiva acaba por obscurecer os diversos aspectos da vida social dos escravizados e fazer desaparecer as subjetivas escravas, isto é, os diferentes modos de ser escravos e suas relações sociais no dia-a-dia de uma sociedade escravista. Abordar tais aspectos extrapolaria os limites desta tese. Apesar disso, consideramos que esta pesquisa contribuiu para compreender na longa duração, as diferentes tendências de sociabilidade dos escravizados a partir de um conjunto de variáveis que incidiram na vida familiar e social dos mesmos.

O Recôncavo do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII enquanto espaço privilegiado para o estudo das relações dos escravizados na medida de se tratar de uma região em que as *plantations* conviviam lado a lado com um mosaico de formas de produção não capitalistas, com produções de gêneros agrícolas voltadas para os múltiplos mercados internos e externos, isto é, uma economia colonial antes de tudo atlântica. Portanto, o estudo sobre a escravidão não pode ser analisado de forma isolada e desconexa das relações atlânticas que são basilares na constituição da sociedade colonial. Nesse sentido, nosso estudo procura preencher uma lacuna, sobre as influências recíprocas entre o Brasil e a África.

No Recôncavo da Guanabara se produzia muito mais alimentos do que propriamente açúcar, com destaque a produção de farinha que servia para diferentes mercados. Esta produção não era apenas destinada para o abastecimento da cidade do Rio

de Janeiro, mas também para o comércio de almas, possibilitando muitos lavradores ao *status* de senhor de escravos. Ainda são muitas as lacunas sobre a relação dessa produção com o mercado atlântico, mas sem dúvida, elas foram importantes para o comércio da colônia portuguesa com os diversos portos da costa africana.

Podemos perceber que entre as propriedades das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, a maioria produzia farinha de mandioca, concentrando boa parte dos escravizados nessas lavouras. Contudo tais escravos foram encontrados em diversas atividades produtivas revelando o grau de diversidade do emprego da mão-de-obra escrava no recôncavo da Guanabara durante o século XVIII.

Pudemos verificar, ao longo desta tese, que a partir da segunda metade do século XVIII, as escravarias eram cada vez mais formadas por um expressivo número de escravos procedentes da África centro-ocidental, sem considerar a existência crioulos e em menor número indígenas. Consideramos os processos de reprodução das escravarias marcados tanto pela reprodução natural como pelo comércio de escravizados, processos que se desenvolvem continuamente, mas que em algumas conjunturas, se sobressaem um ou outro. De todo modo, pudemos verificar que africanos, crioulos e indígenas conviviam e formavam escravarias marcadas pelos laços de solidariedade e pela convivência cotidiana na sociedade colonial.

Os africanos escravizados tiveram que reconstruir suas identidades étnicas na diáspora ressignificando os signos culturais desenvolvidos do outro lado do atlântico, mantendo ou transformando conforme as necessidades e possibilidades estabelecidas pelo regime escravista. Estabelecidos na sociedade colonial, os africanos conviviam com as assimetrias sociais, transitavam entre diferentes lugares e interagiam com pessoas que vinham de lugares diversos. As identidades africanas estavam sendo reconstruídas de

forma cada vez mais agressiva no cotidiano das freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá a partir do final do século XVIII, período que percebemos o desembarque cada vez maior escravizados na cidade do Rio de Janeiro.

A partir da diversidade de atividades econômicas estabelecidas na Vila de Santo Antônio de Sá pudemos perceber as diferentes ocupações que a mão-de-obra escrava foi utilizada demonstrando a complexidade das relações sociais que os escravizados estabeleceram na sociedade colonial. Essa diversidade tem como implicações o modo como os diversos estratos senhoriais da sociedade escravista recorriam ao mercado transatlântico de escravizados. A análise do perfil das escravarias em diferentes segmentos da produção colonial demonstra, por exemplo, que os senhores de engenho procuraram repor suas escravarias através do comércio de escravos enquanto os lavradores e donos de fábricas de farinha, apesar de recorrerem ao mercado, dependiam muito mais da reprodução natural dos seus escravos, haja vista o menor desequilíbrio entre os sexos da população escravizada e o percentual de crianças.

As freguesias da Vila de Santo Antônio de Sá, se destacavam muito mais pela produção de alimentos do que para o açúcar, de tal modo que o impacto das pequenas e médias escravarias voltadas para esse primeiro tipo de produção teria influenciado o perfil demográfico da população escrava, caracterizada pelo relativo equilíbrio entre os sexos, possibilitando a constituição de diversos vínculos familiares entre os escravizados, a despeito destas famílias serem ou não sancionadas pela igreja Católica.

O grau de *africanização* ou *crioulização* demográfica do contingente cativo dependia do desenvolvimento econômico das freguesias do Recôncavo guanabarinense que impactava a demanda de escravizados. Procuramos tentar observar que na primeira metade do século XVIII, devido a descoberta de veios auríferos na região de Minas Gerais

a oferta de escravizados foi destinada em grande parte para esta região, a despeito dos produtores de alimentos conseguirem obter escravizados via mercado. Deste modo, as escravarias do recôncavo, eram cada vez mais crioulizadas. Contudo, a partir da segunda metade do século XVIII, a economia rural da capitania do Rio de Janeiro se desenvolve trazendo cada vez mais levas de africanos escravizados para o interior das unidades produtivas, tornando-as, portanto, mais *africanizadas*, como pudemos observar no estudo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito.

Tais processos demográficos, por não serem somente aspectos de deslocamento de indivíduos, mas de pessoas com sua bagagem cultural e suas próprias experiências, representaram tendências de sociabilidade diferenciadas de modo que enquanto os africanos procuraram estabelecer laços de compadrio com os seus companheiros de cativo, que eram inicialmente aqueles que eles estabeleciam maiores contatos e uma experiência em comum (o processo de escravização, a terrível travessia pelo atlântico e muitas das vezes virem de uma macrorregião com características culturais em comum, como os *bantos*), enquanto os crioulos, ou coloniais, que possuindo um maior conhecimento da sociedade colonial, e não desprezando seus camaradas de cativo, estabeleceram compadrio com pessoas de outra condição social, especialmente entre os livres.

Referências Bibliográficas

Fontes

ACMRJ (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro)

Notícias do Bispado do Rio de Janeiro. Referência: Série de Visita Pastoral, VP38.

Freguesia de Santo Antônio de Sá

Livro de Batismo de escravos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1809).

Livro de Casamentos de escravo da freguesia de Santo Antônio de Sá (1756-1809).

Livro de Óbito e testamentos avulsos da freguesia de Santo Antônio de Sá (1749-1750, 1779-1780, 1801)

Livro de Óbito de Livres da freguesia de Santo Antônio de Sá (1765-1795).

Freguesia de São João Batista de Itaborahy

Livro de Batismos de Negros da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, (1729-1739).

Livro de Batismos de Escravos da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, (1739-1751).

Livro de Batismos de Escravos da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, (1756-1763).

Livro de Casamento de Escravos da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, (1684-1729).

Livro de Casamento de Escravos da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, (1740-1773).

Livro de Óbitos de Livres da Freguesia de São João Batista de Itaborahy, (1743-1761).

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito

Livro de Batismos de Escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1768-1791).

Livro de Óbitos de Livres da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito (1799-1815).

AHU (AVULSOS)

CARTA da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá à rainha [D. Maria I], queixando-se da destruição de algumas fazendas nas cachoeiras de Macacu, devido ao descobrimento das minas de ouro e pedras preciosas nas proximidades da Serra dos Órgãos, e com a abertura dos caminhos para as minas, proibiu-se a passagem livre para as mesmas; informando que a atitude dos exploradores dessas minas era prejudicial ao processo de evangelização de sete Aldeias indígenas ali estabelecidas, sob a responsabilidade dos missionários frei José Maria e frei Antônio Vaz, e impedia o socorro das Missões em caso de ataque; solicitando ordens régias que regulem a passagem e estabelecimento das populações pelos caminhos das minas de Macacu, necessários à sobrevivência e segurança da população. AHU_ACL_CU_017, Cx.118, D. 9609.

CARTA da Mesa de Inspeção do Rio de Janeiro ao rei [D. José], comunicando que a carga de açúcar dos quatro navios que partiram do porto do Rio de Janeiro em direção a cidade de Lisboa não ia completa por ter se completado a lotação com outros gêneros. AHU_ACL_CU_017, Cx. 70, D. 6457.

CARTA do governador da capitania, Sebastião Castro e Caldas e de oficiais da Câmara sobre o tráfico de escravos de angola. AN, Correspondência dos governadores, cód. 77, vol. 12, carta de 1703, p. 69; cód. 77, vol. 14, carta de 1705, p. 471; AHU, RJ, Av., cx. 6, doc. 35, ano de 1695.

CARTA do governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, ao rei [D. Pedro II] sobre a carta dos oficiais da Câmara da vila de Santo Antônio de Sá, solicitando

licença para poderem lançar tributo sobre a aguardente nessa vila, e a criação de novos ofícios. AHU_ACL_CU_017, Cx.6, D.662.

CARTA do [vice-rei do Estado do Brasil], D. Fernando José de Portugal [e Castro], ao príncipe regente D. João, informando quais as vilas e distritos que pela população, estado da sua cultura e comércio necessitam de juizes letrados; remetendo ofício da sua cultura e comércio necessitam de juizes letrados; remetendo ofício do ouvidor José Albano Fragoso e as informações das Câmaras com mapas da população das vilas de Nossa Senhora do Desterro e Santo Antônio da Laguna da comarca da Ilha de Santa Catarina, da vila de Santo Antônio de Sá, Nossa Senhora da Piedade de Magé, Angra dos Reis da Ilha Grande e Parati. AHU_ACL_CU_017, Cx.225, D. 15424.

CARTA dos oficiais da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá ao rei [D; José], sobre a possibilidade de se utilizar o gentio da margem oriental do rio Paraíba nas lutas contra o gentio da nação Coroado, e as vantagens daí decorrentes para a Fazenda Real, visto serem já devotos da fé católica. AHU_ACL_CU_017, Cx.87, D. 7645

DISCRIPÇÃO do que contém o distrito da Vila de Sant o Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino - Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071.

INFORMAÇÃO sobre o transporte de madeira nas regiões de Macaé, Cabo Frio, Cantagalo, cabeceiras de Macacu e Guapi, informando a necessidade de ordens ao vice-rei do Estado do Brasil, [conde Resende, D. José Luís de Castro] para que os capitães-mores dêem todo o apoio; e que se paguem as despesas que se fizerem com os índios e negros no manejo do trabalho. AHU_ACL_CU_017, Cx. 162, D. 12145

MAPA assinado por Jeronimo Vieira de Abreu, registrando o exame realizado ao estabelecimento, funcionamento e produção das fábricas de anil na Capitania do Rio de Janeiro, em resposta a uma portaria do vice-rei do Estado do Brasil, [Luís de Vasconcelos e Souza], datada de 8 de janeiro de 1783. Rio de Janeiro em 31/05/1784. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 123, doc. 9937.

ORDEM do Governador D. Alvaro da Silveira de Albuquerque, relativa a comissão de que encarregara Felix de Gusmão Mendonça Bueno, de proceder a abertura do caminho para as minas. Anexa ao n.º 2919. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 2920.

ORDEM do mesmo Governador pela qual mandou suspender a abertura do referido caminho. Anexa ao n.º 2919. AHU_CU_017-01, Cx. 14, D. 2921.

PARECER do Conselho Ultramarino sobre a carta dos oficiais da Câmara da Vila de Santo Antônio de Sá, acerca da impossibilidade em que se encontram para pagarem a contribuição que lhes foi imposta, referente ao resgate da cidade do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx. 9, D. 990.

Arquivo Nacional

Auto de Ereção da Vila de Santo Antônio de Sá. Registro de Ordens Régias - Códice 78.
Vol. 12 – p. 132v -134v - Arquivo Nacional - Rio de Janeiro – Brasil.

Biblioteca Nacional

CORRESPONDÊNCIA e documentos relativos às novas Minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente Manuel Pinto da Cunha e Souza – 1786 a 1790. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional. Catálogo 09,3,017-021.

Banco de Dados Maurício de Abreu

ABN, Vol. 57, 1939, pp.316-318.

BN, 4ON, Mss. 12,3,14, p. 126.

AGCRJ, Códice 42-3-57, p. 216.

AN, 1ON, 37, p. 29v; AGCRJ, Códice 42-3-55.

AN, 1ON, 39, p. 31.

AN, 1ON, 40, p. 75; AGCRJ, Códice 42-3-55, p. 89.

AN, 1ON, 52, fp. 55v, 58; AGCRJ, Códice 42-3-57, p. 269 e AN, 1ON, 54, p. 95v.

AN, 1ON, 52, p. 62.

AN, 1ON, 56, p. 46.

AN, 1ON, 58, p. 111; AGCRJ, Códice 42-4-89, p. 884.

AN, 1ON, 71, p. 104v.

IHGB

MEMÓRIAS do bispado do Rio de Janeiro que serviram de base para a composição das

Memórias históricas do Rio de Janeiro, por José de Sousa Azevedo Pizarro e
Araújo que as contemplou até o fim do ano de 1793.

Family Search

Freguesia de São João Batista de Itaborahy

Livro de Batismos de Escravos da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1727-1729)

Livro de Óbitos de Livres da freguesia de São João Batista de Itaborahy (1735-1739)

Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito

Livro de Óbitos de Livres da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Rio Bonito
(1799-1815)

Fontes Impressas e digitais:

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. RJ.

Edição original, 1820, Imprensa Régia.

_____. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da arte sacra fluminense. 1753–1830. 2 Vol.* RJ. INEPAC. 2009.

_____. “Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro, extraída dos livros de sesmarias e Registros do Cartório do Tabelião Antonio Teixeira de Carvalho (1565-1796)” *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, tomo 63, volume 1, 1900.*

Estatísticas realizada pelo Governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. *RIHGB*. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913.

LEÃO, Manoel Vieira. Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Conde de Cunha, Capitão General e Vice-Rei do Estado do Brasil por Manoel Vieira Leão, Sargento Mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro em o ano de 1767. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/seção de iconografia.

“Carta das terras do Macacu que forão dadas e confirmadas ao Colégio do Rio de Janeiro”. *In: Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 82, 1962.*

Memórias públicas e econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para uso do vice-rei Luiz de Vasconcellos. Por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *RIHGB*. Tomo XLVII, 1ª Parte, 1884.

ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. [S.l.], 1777. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional/seção de iconografia.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

Livros, artigos, teses e dissertações

ABREU, Maurício de Almeida. “Processo de conquista e apropriação do território: Capitania do Rio de Janeiro, 1564-1600” In: *Anais do VI Encontro da ANPUR*. Belo Horizonte, 2003.

_____. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Andrea Jakobsson Estúdio & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2 volumes, 2010.

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades Negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro, RJ: FVG, 2009.

ALDEN, Dauril. The population of Brazil in the late eighteenth century: a preliminary study. In: *The Hispanic American Historical Review*, v. XLIII, n. 2, 1963.

_____. *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley: University of California Press, 1968.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (Séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*, Unicamp, Campinas, 1994.

_____. *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Antonio Cavalcante. *Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. Interações*, Campo Grande, v. 19, n. 3, 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151870122018000300611&script=sci_abstract&lng=es. Acesso em: 1 out. 2023.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. “Escravidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial”, In: *Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 12, 2014.

_____. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 35, n. 70, 2015.

ALVES, Marcelo Inácio de Oliveira. “Ser Senhor de Escravos no Recôncavo do Rio de Janeiro: estratégias de legitimação do poder senhorial na Freguesia de São Gonçalo do Amarante, século XVIII” In: CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl-Heinz (org.) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. A escravidão moderna no Atlântico Sul português*. Belém: Editora Açáí, volume 16, 2014.

_____. *Senhores de escravos na Banda D’Além: estratégias de construção do poder senhorial (Freguesia de São Gonçalo do Amarante, Rio de Janeiro, século XVIII)*. 2014. f. 143. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ALVES, Maurício Martins. *Formas de Viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté, 1680-1848*. 2001. f. 419. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

AMANTINO, Márcia Sueli. “Jesuítas, negros e índios: as mestiçagens nas fazendas inacianas do Rio de Janeiro no século XVIII”. In: PAIVA, Eduardo. França; IVO, Isnara. Pereira; MARTINS, Ilton, C. (org.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

_____. *A Companhia de Jesus e a cidade do Rio de Janeiro: o caso do Engenho Velho, séculos XVII e XVIII*. 2016. f. 117. Dissertação (Mestrado em História), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 2016.

_____. A escravidão indígena e seus disfarces em Minas Gerais no século XVIII, In: *Revista do Instituto histórico e Geográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, a. 175, n. 464, jul./set. 2014.

ARRUDA, José Jobson de Andrade, “O sentido da Colônia. Revistando a crise do sistema colonial no Brasil (1780-1830) In: TENGARRIDA, José (Org.) *História de Portugal*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Instituto Camões, 2000.

_____. “A prática econômica setecentista no seu dimensionamento regional”. In: *Revista Brasileira de História*, v. 5, n.10, São Paulo, 1985.

ASSIS, Marcelo Ferreira. A Influência do tráfico de africanos sobre a taxa de mortalidade escrava: os registros de óbito de Saquarema. RJ, 1774-1819. In: BOTELHO, et al. *História Quantitativa e serial, um balanço*. Belo Horizonte: ANPUH/MG, 2001.

AZEVEDO, João Lucio. *O Marquês de Pombal e sua Época*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renascença Portuguesa, 1922, 2a edição com emendas (1a edição, 1909).

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Adultos ou crianças: uma análise preliminar das estratégias de reprodução da escravaria indígena e africana em uma vila colonial paulista, Itu, 1704-1850”. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília/UNB, ANPUH, 2017.

_____. “As listas nominativas de habitantes da capitania de São Paulo sob um olhar crítico (1765–1836)”. *Anais de História de Além-mar*, Issue 16. 2015.

_____. “Os compadres e as comadres de escravos: um balanço da produção historiográfica brasileira”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo: ANPUH, 2011.

_____. Adultos ou crianças: uma análise preliminar das estratégias de reprodução da escravaria indígena e africana em uma vila colonial paulista, Itu, 1704-1850. In: *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História*. Brasília: ANPUH, 2017.

_____. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Lócus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, 2008.

BARICKMAM, B. J. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860*. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Edval de Souza. *Proprietários rurais e Estado Português em meio ao avanço da fronteira agrária escravista: a capitania do Rio de Janeiro (1763-1808)*. 1997. f. 238.

Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

BARTH, Frederik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In T. Lask (org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa. 2000.

BERGARD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Trad. Beatriz Sidou. Bauru, SP: Edusc, 2004.

BERLIN, Ira, “From Creole to African: Atlantic Creoles and the Origins of African-American Society in Mainland North America”, *The William and Mary Quarterly*, vol. 52, n. 3, pp. 251-288, 1996.

BEZERRA, Nielson Rosa. “Escravidão, tráfico e farinha: a viagem redonda entre o Rio de Janeiro e a Baía de Biafra”. In: Mariza Soares e Nielson Bezerra (org.). *Escravidão Africana no Recôncavo da Guanabara, séculos XVII-XIX*. Niterói: EdUFF, 2011.

_____. *A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

_____. *Escravidão, farinha e tráfico atlântico: um novo olhar sobre as relações entre o Rio de Janeiro e Benguela (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

_____. *Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1804)*, Niterói, 2010. f. 215. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BOTELHO, Tarcísio R. “A população da América portuguesa em finais do período colonial (1776–1822): fontes e estimativas globais”. *Anais de História de Além-mar*, Issue 16, 2015.

BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

_____. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola; 1602-1686*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

_____. A Ditadura Pombalina e suas consequências (1755-1825). In: BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1a edição inglesa, 1969), pp. 190-215.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim e KJERFVE, T.M.N. “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766)”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.20, 1991.

_____. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, realizado em Caxambu, MG, setembro de 2004.

_____. Legitimidade e comportamentos conjugais. São João del Rei, séculos XVIII e primeira metade do XIX. In: *XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP*, 2000, Caxambú. *Anais do XII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP*, 2000.

_____. *Minas patriarcal: família e sociedade, São João del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CABRAL, Diogo de Carvalho. “A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental”. *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2007.

_____. “Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – Evidências empíricas para a região do Vale do Macacu”, *Ambiente & Sociedade*, vol. VII, n. 02, jul./dez., 2004.

_____. *Homens e árvores no ecúmeno colonial. Uma história ambiental da indústria madeireira na bacia do Macacu, Rio de Janeiro, 1763-1825*. Rio de Janeiro, 2007. f.327. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.

_____. *O ‘bosque de madeiras’ e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil Colonial. (Séculos XVIII e XIX)*. 2012. f. 246. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

CANDIDO, Mariana Pinho. *Fronteiras da escravidão: escravatura, comércio e identidade em Benguela, 1780-1850*. Benguela: UKB/Ondjiiri Editores, 2018.

_____. “O limite tênue entre a liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico”, In: *Afro Ásia*, n. 47, 2013.

CARDOSO, C. F. S. “As concepções acerca do sistema econômico mundial: a preocupação obsessiva com a extração do excedente”, In: LAPA, J. do A. (org.). *Modo de Produção e a realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Vinícius Maia. “Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui.” Conflitos, querelas e desavenças nos Sertões do Macacu- Capitania do Rio de Janeiro, século XVIII In: *TEMPUS Revista em Historia General* Medellín, Colombia, 2019, Número 10.

_____. A TESSITURA DA TEIA Caminhos e descaminhos nos Sertões do Macacu – Século XVIII. *SAPIENS - Revista De divulgação Científica*, v. 1 n. 2, 2019.

_____. *Fazenda do Colégio: Família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Niterói, 2009. f.275. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Salgado de Oliveira. Niterói. 2009.

_____ e AMANTINO, Marcia. Ocupação e estrutura fundiária em Macacu e Guapiaçu: a família Muros no século XVII. *Dimensões - Revista de História da UFES*, v. 47, 2021.

CASTRO, Antônio Barros de. *Escravos e senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores*. Campinas, 1976.

_____, “A economia política, o capitalismo e a escravidão” In: LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

- CASTRO, Antônio de Barros, “As mãos e os pés do senhor de engenho: dinâmica do escravismo colonial”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1984.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHAMBOULEYRON, Rafael e ARENZ, Karl-Heinz (org.) *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. A escravidão moderna no Atlântico Sul português*. Belém: Editora Açáí, volume 16, 2014.
- CHRISTO, Mariana Mendes. “Manoel Henriques e as relações de poder nos Sertões de Macacu (1765 –1787)” In: *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, vol. 2, nº03, pp. 83-103.
- COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do Rio Macacu (1883-1875)*. 2013. f. 197. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2013.
- COSTA, Iraci Del Nero, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP, v.17, no 2, maio/ago., 1987.
- _____. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE-USP, 1979.
- CRAEMER, Willy de VANSINA, Jan e FOX, René. “Religious movements in Central Africa: a theoretical study”, *Comparative Studies in Society and History*, 18:4 (October, 1976).
- CURTO, José C. *Álcool e escravos. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Ed. Vulgata, 2002.

DELFINO, Leonara Lacerda. *Os Rosários das Almas Ancestrais. Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica. Freguesia do Pilar, São João Del Rey (1787-1841)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural Editora, 2017.

DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII*. 2008. f. 179. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

_____; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.). *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos. Brasil e Angola, séculos XVII-XIX*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

DIEHL, Isadora Talita Lunardi. *Carijós, mulatas e bastardos: a administração indígena nos campos de Viamão e na vila de Curitiba durante o século XVIII*. 2016. f. 208. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

. ENGEMANN, Carlos; ASSIS, Marcelo de; FLORENTINO, Manolo. “Das possibilidades de uma fonte múltipla: sociabilidade e mortalidade escrava nos registros de óbitos da Freguesia de Itambi” In: *Dimensões: Revista de História*. Dossiê Escravidão, Racismo e Exclusão Social. N. 10. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo / Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2002.

ERTHAL, Clélio. *Cantagalo – da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Gráfica Erthal, 1992.

FALCON, Francisco José Calazans. RODRIGUES, Claudia. Orgs. *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

-
- _____. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. FALCON, Francisco Calazans e RODRIGUES, Claudia (org.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
-
- _____. Família e morte entre escravos. In: *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1998, Caxambu. Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu : ABEP, 1998.
- FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: Africanos Ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. 2012. f. 292. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.
- FARINATTI, Luís A. E. *Os compadres de Estevão e Benedita: hierarquia social, compadrio e escravidão no sul do Brasil (1821-1845)*. XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, 2011.
- FERLINI Vera Lucia do Amaral. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. “O movimento do aldeamento jesuítico de São Barnabé – jogo entre culturas”. *Estudos Ibero-Americanos (PUCRS. Impresso)*, Rio Grande do Sul, v. XXIX, p. 37-51, 2003.
- FERREIRA, Roquinaldo Amaral. “A arte de furtar: redes de comércio ilegal e mercado imperial ultramarino português (c. 1690-c.1750)” In: *Na Trama das Redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. “Dinâmica do comércio intracolônial: Geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos (século XVIII).” In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 341-378, 2001.

_____. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *Paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____; RIBEIRO, Alexandre Vieira; SILVA, Daniel Domingues da. Aspectos comparativos do tráfico de africanos para o Brasil (século XVIII e XIX). *Afro-Ásia*, n. 31, 2004.

_____ e GÓES, José Roberto. Morfologias da criança escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____ (Org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *Em Costas Negras: Uma História do Tráfico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: UNESP, 2015.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FORTE, José Matoso Maia. *Vilas Fluminenses Desaparecidas – Santo Antônio de Sá*. Reeditada pela Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ & GOUVÊA, Maria de Fátima. Nas rotas da governação portuguesa: Rio de Janeiro e Costa da Mina, séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima Gouvêa & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org.). *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006.

_____ GOUVÊA, Maria de Fátima Gouvêa & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (org.). *Nas Rotas do Império*. Vitória: Edufes/Lisboa: IICT, 2006.

_____ “A Nobreza da República: Notas sobre a Formação da Primeira Elite Senhorial do Rio de Janeiro (Séculos XVI-XVII) IN: *Topoi*. Rio de Janeiro: 7 letras, Volume 1, 2000.

_____ e FLORENTINO, Manolo Garcia. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, 1790-1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Editora Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992.

_____. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro,

BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos - A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. “Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial” *Lócus, Revista de História*, n. 10, Juiz de Fora, UFJF, 2000.

_____. “Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII)”. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014b.

_____. “Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700-1760)”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.) *Na Trama das Redes – Política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2010.

_____; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “Efigênia, angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial.”. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

_____. “Elites das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima S (coord.). *O Brasil Colonial*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro (1600-1750).” In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (Org.). *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. “O capitão João Pereira de Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre as hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro do século XVIII.” In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. *À Espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. Tese apresentada no Concurso Público para Professor Titular de Teoria da História da UFRJ. Rio de Janeiro: 2005.

_____. *Barões do café e sistema agrário escravista. Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1810-1888)*, 1º Ed., Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

_____; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

- FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família escrava na Zona da Mata Mineira Oitocentista*. Campinas, 2009. f. 359. Tese (Doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.
- FREITAS, Dermeval Marins de. *Famílias escravas na freguesia de Santo Antônio de Sá – RJ (c.1750-1808)*. Niterói, 2018. f. 189. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- FRIDMAN, Fania. “Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII”. In: *ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 13. Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1975.
- GALDAMES, Francisco J. *Entre a Cruz e a Coroa: A Trajetória de Monsenhor Pizarro (1753-1830)*. Dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 2007.
- GAMES, Alison. “Atlantic History: Definitions, Challenges and Opportunities,” *The American Historical Review*, Vol. 111, No. 3 (June), pp.741-757, 2006.
- GARCIA, Romyr Conde. *Descaminhos dos Reais Direitos: O contrabando entre as capitanias do Rio de Janeiro e Minas gerais*. 1995. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- GÓES, José Roberto. *O cativo Imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX*. Niterói, 1990. f. 238. Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

GOMES, Flávio dos Santos. GOMES. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

_____. “A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos.” In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012.

_____. “Africans and Slave Marriages in Eighteenth-century Rio de Janeiro”. In: *The Americas*, n. 67, 2010.

_____. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XVIII”. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: cia. das Letras, 1996.

GOMES, Mauro Leão. *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da Região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro*. 2004. f. 116. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: História de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850). 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

_____. *Na pia batismal. Família e compadrio entre escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro* (Primeira Metade do Século XIX). Niterói, 2000. f. 231. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. “O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio da carne humana” In: Mariza de Carvalho Soares (org.). *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói. EdUFF, 2007.

GUTIÉRREZ, Horacio. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, v. 17, n. 2, pp. 297-314,1987.

_____. Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830. *Revista Brasileira de História*, v. 8, n. 16, p. 161-188,1988.

GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom (1750-1925)*. New York: Pantheon Books, 1976.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

HALL, Gwendolyn Midlo. *Escravidão e etnias africanas nas Américas: Restaurando os elos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-63)*.

Nova Iguaçu, 2006. f. 474. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2006.

HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. “Slavery and its Transformation in the Kingdom of Kongo: 1491-1800”,
The Journal of African History, v. 50, n. 1, 2009.

HIGMAN, B. W. *Slave Populations of the British Caribbean, 1807-1834*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1984.

HONDA, Laercio Massaru. *Francisco Pinheiro: as atividades de um comerciante de grosso trato na América portuguesa (1703-1749)*. 2004. f. 127. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.*

JABOTÃO, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico brasileiro; crônica dos frades menores da província do Brasil*. Recife. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery. *Família e escravidão no Brasil Colonial – Campos, século XVIII*. Niterói, 1995. f.210. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

KOSTER, Henry. *Viagem ao Nordeste do Brasil*. Coleção Brasileira. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1942.

KRAUSE, Thiago. Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

LAMEGO, Alberto. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira, IBGE, 1964.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira nº 335. XXI, São Paulo. 1968.

_____ (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____. “Ofícios, manufaturas e comércio interno” In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2002.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas* Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do Grande Mar Redondo – riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

LEMOS, Marcelo Sant’Ana. *O Índio Virou Pó de Café? Resistência indígena frente à expansão cafeeira no Vale do Paraíba*. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

_____. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. *Nos limites de seu estado: a vida em família, rumos econômicos e jogos identitários (São José do Rio das Mortes, séculos XVIII e XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte: Miguilim, 2020.

_____ e FRANK, Zephyr. “Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº58, 2009.

LINHARES, Maria Yeda Leite de. “Introdução” In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001.

_____ e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da Agricultura Brasileira – Combates e Controvérsias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____ e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Biblioteca Nacional de Agricultura, 1979.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Leitura, 1967.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro*, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOIOLA, Maria Lemke. “Rotas do tráfico Atlântico entre Goiás e África: o caminho do sertão”.

História Regional, Goiânia, v.15, n.2, jul./dez. 2010.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia e Sociedade*,

São Paulo, FIPE/PIONEIRA, p. 31-55, 1982 (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA).

_____ e KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829, In:

NADALIN, Sérgio et alii. (org.). *História e População: Estudos sobre a América Latina*,

São Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, 1990.

_____. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da Estrutura Populacional e Econômica de Alguns Núcleos Mineratórios (1718-1804)*. São Paulo, FEA-USP, 1980.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Suplemento do Ano Biográfico*, Rio de Janeiro, Typografia

Perceverança, Vol. 1, 1880.

MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal, Alguns Aspectos*.

Lisboa: Gradiva, 1951.

MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. *O governo dos engenhos no Recôncavo da*

Guanabara (Século XVIII). 2020. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal

Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da*

hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri.2006.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil”.

In: *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.

MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “As redes de parentesco em uma sociedade escravista em formação: o compadrio na primeira metade do século XVIII (Minas Gerais). In: MOLLO, Helena Miranda e SILVEIRA, Marco Antônio. *Termo de Mariana: história e documentação*. Vol. 3. Ouro Preto (MG): UFOP, 2010.

_____. Tecer redes, proteger relações: portugueses e africanos na vivência do compadrio (Minas Gerais, 1720-1750). *Topoi*. v. 11, n. 20, jan.-jun., 2010.

MALHEIROS, Márcia. “*Homens de fronteira*”: índios e capuchinhos na ocupação dos sertões do leste do Paraíba ou Goytacazes (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MARCÍLIO, Luíza Maria. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo: Hucitentee, Edusp, 2000.

_____. “Tendências e estruturas dos domicílios na Capitania de São Paulo (1765-1828) senço as listas nominativas de habitantes”. *Estudos Econômicos*, 6: 1972.

MARCONDES, Renato Leite e OLIVEIRA, Lélío Luiz, “Renascimento açucareiro: importações de açúcar brasileiro pelo Porto, 1762-1801” In: *Ler História*, v. 81, 2022.

_____. “O Evolver Demográfico e Econômico Nos Espaços Fluminenses (1780-1840)” In: *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 25, n.2, p. 235-270, 1995.

MATOS, Paulo Teodoro de; SOUSA, Paulo Silveira e. “A estatística da população na América Portuguesa, 1750-1820.” *Revista de Historia y arqueología desde el Caribe colombiano*, Barranquilla, ano 11, n. 25, jan/abr. 2015.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX*. 1. São Paulo: Editora Vozes, 2017.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Forças militares no Brasil Colonial: corpos de auxiliares e de ordenanças*. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2009

MELLO, João Manoel de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MELO, Elizangela. *Os Santos óleos: relações sociais e alforria na pia batismal: Freguesia de São Gonçalo, Rio de Janeiro, meados do século XVIII*. São Gonçalo, 2011. f.97. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

MENDONÇA, Paulo Knauss de. *O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade, 1991.

METCALF, Alida C. “Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba”, *Estudos Economicos*, Número 17 (2), São Paulo, IPE/USP, 1987.

_____. *A Família Escrava no Brasil Colonial: Um Estudo de Caso em São Paulo*. *História e População - Estudos sobre a América Latina*. São Paulo, 1990.

- MILLER, Joseph C. “A economia política do tráfico angolano de escravos no século XVIII”. In: PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sobra (Org.) *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1999.
- _____. “Legal Portuguese Slaving from Angola. Some Preliminary Indications of Volume and Direction, 1760-1830”, *Revue Française d’Histoire d’Outre-Mer*, vol. LXII, nos 226- 227, 1975.
- _____. África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: Heywood, Linda M. (Org.). *Diáspora negra no Brasil* São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 1988.
- MINTZ, Sidney W. & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura africano-americana*. Rio de Janeiro, Pallas, 2003.
- MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.) *Índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- _____. *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- MONTEIRO, Padre Jacomé. “Relação da Província do Brasil.” In: LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Vol. VIII, Rio de Janeiro, 1965.

MOREIRA, P. M. S. *Os argonautas da Guanabara: liberdade, circularidade e a formação da economia costumeira no Rio de Janeiro escravista, séculos XVIII e XIX* 2023. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense.2023.

MOTTA, José Flávio. “Família escrava no Brasil: uma incursão pela historiografia brasileira do século XXI”. In: *17 Encontro intermediário dos GT's da ABEP 2019: anais / Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP (Organização) – Belo Horizonte, MG: ABEP, 2020.*

_____. *Corpos Escravos, Vontades Livres; Posse de Cativos e Família Escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP-Annablume, 1999.

NADALIN, Sérgio et alii. (org.). *História e População: Estudos sobre a América Latina*, São Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELADE, 1990.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. “Quem eram os “negros da guiné”? A origem dos africanos na Bahia.” In: *Afro-Ásia*, 19/20, 1997.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. “*Mão de Luva*” e “*Montanha*”: *bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII: Matas Gerais da Mantiqueira: 1755-1786*. 2008. f. 189. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. “A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá,

Campo Grande e Guaratiba no século XVIII” In: *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.10, 2006.

_____. *Lavradores de Guaratiba: a vida, a produção e o comércio das unidades familiares-escravistas de um distrito rural do Rio de Janeiro (c.1780-c-1808)*. 2020. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

OSÓRIO, Lia. *Diagnóstico socioeconômico da Bacia do Caceribu. Gente do Caceribu, sua geografia, sua história*. RJ. 2004. p.4. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/trabtec/caceribu.htm>>. Acessado em 20/05/2011.

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo*. Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo de trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio Sobra (Org.) *Angola e Brasil: nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1999.

PARÉS, Luis Nicolau, *A formação do candomblé, história e ritual da nação Jeje na Bahia*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

_____. “O processo de criouliização no Recôncavo Baiano (1750-1800).” *Afro-Ásia*, n. 33, 2005.

_____. *O rei, o pai e a morte: a religião vodum no antiga Costa dos Escravos na África Ocidental* São Paulo: Companhia das Letras, 2016;

- PECKTOLT, Theodoro *História das plantas alimentares e de gozo do Brasil* Rio de Janeiro: Laemmert & Cia. 5 v. (1871-78), v. 1,
- PEDROSA, Manoela. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional*. Tese de doutorado apresentada ao PPG de Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 2008.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. "Índios Livres e Índios Escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (sécs. XVI a XVIII)" In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- PESAVENTO, Fábio. *O azul fluminense: o anil no Rio de Janeiro colonial, 1749-1818*. 2005. f. 87. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- _____. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Niterói, 2009. f.226. Tese (Doutorado em Economia). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1984.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira* por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. 1832.
- PRADO JUNIOR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RAMOS, Donald. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 31, 2004.

RAZZERA, Márcio Blanco. “Uso dos róis de confessados para análise da escravidão a partir do estudo de caso da freguesia de Viamão em meados do século XVIII” *8º Encontro Escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. 2017, Porto Alegre. 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2017.

REGINALDO, Lucilene. *Os rosários dos angolas – irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888*. 2007. f. 300. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2007.

REIS, João José. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão” In: *Tempo*. Vol. 2, nº 3, 1997.

REZENDE, Rodrigo Castro. *Crioulos e crioulizações em Minas Gerais: designações de cor e etnicidades as Minas sete e oitocentistas*. 2013. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

RIBEIRO, Francisco Aimara Carvalho. *No rastro do viajante: Cabo Verde e a Senegâmbia no Tratado Breve de André Álvares de Almada (1550-1625)*. 2016. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial no Brasil: (de 1530 a 1630)*. São Paulo: Alameda, 2000.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872- 1920*.

1990. f. 130. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

_____. "The politics of kinship." *The History of the Family*, 5(3), 2000.

ROCHA PITTA, S. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976.

RODRIGUES, Ana Paula de Souza. "Mapas populacionais: análise demográfica do Rio de Janeiro, em 1797." In: XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global., 2016, Nova Iguaçu. *Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio: Entre o local e o global.*, 2016.

_____. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçu e Jacutinga, século XVII-XVIII)*. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ROWER, Basílio. *Páginas de história Franciscana no Brasil*, Vozes, Petrópolis, 1957.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro, 1650-1750*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

_____. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, Francisco José Calazans. RODRIGUES, Claudia. Orgs. *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 8, n.13, 1999.

- _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- _____. "Somebodies and nobodies in the body politic: mentalities and social structures in Colonial Brazil." *Latin American Research Review*. Minnesota, v. 31, n.1, 1996.
- _____. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, Daniel Domingues da. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. New York: Cambridge University Press, 2017.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil Colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1600-1790)*. Niterói, 1990. f. 410. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1990.
- SILVA, Gian Carlo de Melo. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial 1790 - 1800*. 2008. 184 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2008.
- SILVA, Michele Helena Peixoto. *Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos escravos (1730-1808)*. 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- SILVEIRA, Renato. "Nação africana no Brasil escravista: problemas teóricos e metodológicos." *Afro-Ásia*. n. 38, 2008.

SLENES, Robert W. “A grande greve do crânio do Tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro”. In: HEYWOOD, Linda M. *Diáspora negra no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. “Malungu, ngoma vem!”: África Coberta e Descoberta do Brasil. *Dossiê Quinhentos Anos de América*, n. 12, dez./ 1991-fev./1992. p. 8.

_____. *Na senzala uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2011.

_____. Senhores e subalternos no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX” In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987.

_____. “Trocas culturais no "Rio Atlântico": Angola no auge do trato de escravos” In: *Afro-Ásia*, n.48, 2014.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. “Uma porta para o mundo atlântico: africanos na freguesia da Candelária da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, século XVIII”. In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.9, 2015.

SOARES, Márcio de Sousa. *A Remissão do Cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacazes, c.1750 – c.1830*. 2006. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2006.

_____. “Angolas e crioulos na planície açucareira dos Campos dos Goytacazes (1698-1830)”. In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto (Org.). (Org.). *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos. Brasil e Angola, séculos XVII-XIX*. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

SOARES, Mariza de Carvalho. “Descobrimos a Guiné no Brasil Colonial”. In: *RIHGB*, Rio de Janeiro, 161 (407) 71-94, abr./jun. 2000.

_____. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro — Século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____; BEZERRA, Nielson Rosa (Org.) *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XIII-XIX)*, Niterói, Editora da UFF, 2011.

_____. O vinho e a farinha, zonas de sombra na economia atlântica no século XVII. In: SOUZA, Fernando de (coord.). *A companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Lisboa: CEPESE: Afrontamento, 2008.

_____; BEZERRA, Nielson Rosa. “Introdução” In: SOARES, Mariza de Carvalho; BEZERRA, Nielson Rosa (Org.) *Escravidão africana no Recôncavo da Guanabara (séculos XIII-XIX)*, Niterói, Editora da UFF, 2011.

_____. “Índícios para o traçado das rotas terrestres de escravos na Baía do Benin, século XVIII” In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.) *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro*. Niterói. EdUFF. 2007.

_____. (org.) *Rotas Atlânticas da Diáspora Africana: entre a Baía do Benim e o Rio de Janeiro*. Niterói. EdUFF. 2007.

SOARES, Moisés Peixoto. “Como se fossem brancos”: *comportamento social e moral religiosa de forros e descendentes de escravos (Iguaçu e Jacutinga, Rio de Janeiro, c.1790-*

c.1850). 2019. f. 385. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOUZA, Fernando de (coord.). *A companhia e as relações econômicas de Portugal com o Brasil, a Inglaterra e a Rússia*. Lisboa: CEPES: Afrontamento, 2008.

SOUZA, Jose Antonio Soares de. "A receita e despesa da comarca do rio de Janeiro, em 1800 e 1801". In: RIHGB. Vol. 238. Janeiro-março 1958. Rio de Janeiro, DIP, 1958.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. "Conected Histories: notes towards a Reconfiguration of Early Modern Euroasia" In: *Modern Asian Studies*, Vol. 31, n. 3, Special Issue: The Eurasian Contexto f the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800, Cambridge University Press, julho de 1997.

SWEET, James H. *Recreating Africa: culture, kinship and religion in the Afro-Portuguese world 1441-1770*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*. São Paulo, 1941.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. São Paulo, 2001. f.168. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2001.

TEIXEIRA, Luana. "Integrados à massa da população": "Índios" e a categoria "Pardo" nas contagens populacionais do Império. In: 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Santa Catarina: UFSC, maio de 2013.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THORTON, John "As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas", *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32, 1997.

UFF/FEC. Universidade Federal Fluminense/Fundação Euclides da Cunha. Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu. Disponível em: <http://www.projetoMACACU.uff.br/> . Acesso em 11 de janeiro de 2024.

VARNHAGEM, Francisco Adolpho de. *Historia geral do Brazil: antes da sua separação e independencia de Portugal*, vol. 1, Editora Laemmert, 1876.

VASCONCELLOS, Marcia Cristina. "Pais, filhos e padrinhos no sul fluminense, século XIX". *Afro-Ásia*, 49, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Compadrio e rede familiar entre forras de Vila Rica, 1713-1804. In: *JORNADA SETECENTISTA*, 5., 2003, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: [s.n.], 2003.

_____. Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____; SOUSA, Maria José Ferro de; PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006.

VILLA, C. E. V.; FLORENTINO, M. "As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834)." *Afro-Ásia*, Salvador, n. 61, 2020.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir.), *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, história, nobiliarquia, numismática*, Lisboa, Edições Zairol, vol. 2, 2000.

APÊNDICE

Tabela 1 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1763-1770)

FTP	Prop.	%	Mães	%
1	117	58,5%	117	30,6%
2	44	22,0%	88	23,0%
3 a 7	36	18,0%	146	38,2%
> 8	3	1,5%	31	8,1%
Total	200	100%	382	100%

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 2 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1771-1780)

FTP	Prop.	%	Escravos	%
1	151	64,8%	151	35,2%
2	38	16,3%	76	17,8%
3 a 7	39	16,7%	156	35,6%
> 8	5	2,1%	50	11,4%
Total	233	100%	433	100%

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 3 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1781-1790)

FTP	Prop.	%	Escravos	%
1	137	67,8%	137	36,5%
2	32	15,8%	64	17,1%
3 a 7	27	13,4%	114	30,4%
> 8	5	2,5%	56	14,9%
Total	202	100%	375	100%

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 4 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1791-1800)

	Prop.	%	Escravos	%
1	138	67,0%	138	38,1%
2	40	19,4%	80	22,1%
3 a 7	25	12,1%	105	29,0%
> 8	3	1,5%	39	10,8%
Total	206	100,0%	362	100,0%

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 5 – Distribuição das Faixas de Tamanho de Posses de Escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá (1801-1809)

	Prop.	%	Escravos	%
1	90	70,9%	90	44,8%
2	26	20,5%	52	25,9%
3 a 7	9	7,1%	32	15,9%
> 8	2	1,6%	27	13,4%
Total	127	100%	201	100%

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 6 – Variação do Índice de legitimidade das crianças segundo o tamanho relativo das posses de escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1763-1780

Faixa	Naturais		Legítimas		Total
	n.	%	n.	%	
1	107	70,4%	45	29,6%	152
2	74	57,4%	55	42,6%	129
3 a 7	145	66,8%	72	33,2%	217
>8	24	46,2%	28	53,8%	52

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 7 – Variação do Índice de legitimidade das crianças segundo o tamanho relativo das posses de escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1771-1780

Faixa	Naturais		Legítimas		Total
	n.	%	n.	%	
1	156	79,2%	41	20,8%	197
2	87	80,6%	21	19,4%	108
3 a 7	119	52,2%	109	47,8%	228
>8	41	44,6%	51	55,4%	92

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 8 – Variação do Índice de legitimidade das crianças segundo o tamanho relativo das posses de escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1781-1790

Faixa	Naturais		Legítimas		Total
	n.	%	n.	%	
1	144	83,2%	29	16,8%	173
2	81	74,3%	28	25,7%	109
3 a 7	102	57,3%	76	42,7%	178
>8	35	31,3%	77	68,8%	112

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 9 – Variação do Índice de legitimidade das crianças segundo o tamanho relativo das posses de escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1791-1800

Faixa	Naturais		Legítimas		Total
	n.	%	n.	%	
1	121	71,6%	48	28,4%	169
2	76	71,7%	30	28,3%	106
3 a 7	74	48,4%	79	51,6%	153
>8	34	44,7%	42	55,3%	76

Fonte: Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá. Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 10 – Variação do Índice de legitimidade das crianças segundo o tamanho relativo das posses de escravos, freguesia de Santo Antônio de Sá, 1801-1809

Faixa	Naturais		Legítimas		Total
	n.	%	n.	%	
1	63	58,3%	45	41,7%	108
2	47	74,6%	16	25,4%	63
3 a 7	18	50,0%	18	50,0%	36
>8	13	25,0%	39	75,0%	52

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 11 – Condição jurídica dos padrinhos das crianças batizadas por faixa de tamanho de posses, década de 1760, freguesia de Santo Antônio de Sá

FTP	Escravos		Forros		Livres		Total
	n.	%	n.	%	N	%	
1	36	24,7%	5	3,4%	105	71,9%	146
2	39	31,5%	9	7,3%	76	61,3%	124
3 a 7	85	40,7%	20	9,6%	104	49,8%	209
+8	26	53,1%	2	4,1%	21	42,9%	49

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 12 – Condição jurídica dos padrinhos das crianças batizadas por faixa de tamanho de posses, década de 1770, freguesia de Santo Antônio de Sá

FTP	Escravos		Forros		Livres		Total
	n.	%	n.	%	n	%	
1	51	27,6%	21	11,4%	113	61,1%	185
2	35	33,3%	11	10,5%	59	56,2%	105
3 a 7	67	64,4%	7	6,7%	30	28,8%	104
+8	59	88,1%	4	6,0%	4	6,0%	67

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 13 – Condição jurídica dos padrinhos das crianças batizadas por faixa de tamanho de posses, década de 1780, freguesia de Santo Antônio de Sá

FTP	Escravos		Forros		Livres		Total
	n.	%	n.	%	N	%	
1	39	23,8%	9	5,5%	116	70,7%	164
2	27	27,8%	9	9,3%	61	62,9%	97
3 a 7	75	47,5%	14	8,9%	69	43,7%	158
+ que 8	48	48,5%	1	1,0%	50	50,5%	99

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 14 – Condição jurídica dos padrinhos das crianças batizadas por faixa de tamanho de posses, década de 1790, freguesia de Santo Antônio de Sá

FTP	Escravos		Forros		Livres		Total
	n.	%	n.	%	n	%	
1	58	37,7%	14	9,1%	82	53,2%	154
2	52	51,5%	6	5,9%	43	42,6%	101
3 a 7	58	46,4%	18	14,4%	49	39,2%	125
+ 8	34	47,9%	8	11,3%	29	40,8%	71

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 15 – Condição jurídica dos padrinhos das crianças batizadas por faixa de tamanho de posses, década de 1800, freguesia de Santo Antônio de Sá

FTP	Escravos		Forros		Livres		Total
	n.	%	n.	%	n	%	
1	40	37,4%	10	9,3%	57	53,3%	107
2	14	23,3%	9	15,0%	37	61,7%	60
3 a 7	40	62,5%	10	15,6%	14	21,9%	64
+8	34	69,4%	4	8,2%	11	22,4%	49

Fonte: *Livro de Batismos de Escravos (1763-1809) da freguesia de Santo Antônio de Sá.* Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.